



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



**UM FUTURO PARA A
HISTÓRIA MILITAR**

Sérgio Paulo Muniz Costa

ANO LXXXII – N° 773

3º TRIM. DE 1996

lítio (é a maior produtora e exportadora do mundo), petróleo, ouro (é a maior produtora da América Latina),

lângano, basílica, alumina, alumínio, cobre, caolim, potássio, siderurgia, ferro-ligas, florestas, celulose, papel, pesquisas

ológicas, transporte ferroviário (carga e passageiros), portos e frota transoceânica, 54 anos de um grupo sólido de 45

empresas entre subsidiárias e coligadas. Qualidade total com qualidade ambiental.



<http://www.cvrd.com.br>

sumindo.



Companhia
Vale do Rio Doce

Se você quiser saber mais sobre a CVRD, é só acessar o código.



EDITOR.

O HÁBITO DA LEITURA

Na era em que vivemos, da comunicação audiovisual e da rede Internet, onde os recursos tecnológicos permitem o acesso, automático e em tempo real, a todos os tipos de informações, através de estradas de fibras óticas e de satélites, uma atividade humana, secular e inigualável, vem perdendo terreno na rotina do homem.

O hábito da leitura, antes indispensável para a formação intelectual de qualquer indivíduo, tem-se tornado uma atividade reservada a pequeno grupo de pessoas que ainda não substituiu o prazer da reflexão através das páginas escritas, por clichês audiovisuais do mundo moderno da multimídia.

Ler é transportar-se para cenários infinitos, é criar imagens, proporcionando ao homem o livre pensamento e a livre ação. A aldeia global, como dizem alguns, deve ser entendida como a facilidade de comunicação à disposição do ser humano para a transmissão de sua energia criadora.

Se quisermos acompanhar o ritmo acelerado da produção de informações e estar em condições de responder às indagações do mundo atual, é mister voltar aos livros e afi, com certeza, encontrar um caminho que nos levará à filosofia pedagógica que preconiza o questionar, a reflexão e o auto-aperfeiçoamento.

O programa de leitura selecionada, que se inicia no corrente ano nos estabelecimentos de ensino do Exército, é uma resposta inteligente e oportuna, buscando mudança de hábitos nos alunos e contribuindo substancialmente para o auto-aperfeiçoamento do profissional das armas, o qual deverá responder as incertezas do próximo século.

O gosto pela leitura, que se transforma em hábito saudável, é condição primordial para o sucesso em qualquer profissão.

A busca de respostas ao mundo que nos envolve, através da leitura de livros clássicos e atuais, propicia a todos melhor entendimento dos acontecimentos, maior interação com o ambiente em que vivemos e mais facilidade em aceitar as mudanças que estão por vir.

Diretor

Gen Bda Luiz Edmundo Montedônio Rêgo

Editor

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Redator

Cel Eng EM Virgílio de Veiga

REDAÇÃO

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR
DO EXÉRCITOPraça General Tibúrcio, 125 - Rio de Janeiro, RJ
BRASIL - 22290-270
Tel.: (021) 542-5848 - Ramal 204 e 205
Fax: (021) 542-5454

ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias, 25 - Térreo - Rio de Janeiro, RJ
BRASIL - 20221-260
Tel.: (021) 253-4628

DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar

Ala Marçal Dias

Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 20221-260
Tel.: (021) 253-7535

Conselho Editorial

Cel Art CEMA Arthur P. Tapajós de Souza
Cel Inf CEMA Hélio Ribeiro Alves
Cel Inf CEMA João Henrique C. de Freitas
Cel Eng CEMA Joaquim Maia Bandeira Junior
Ten Cel Cav CEMA Celso Krause Schramm
Ten Cel Com CEMA Wladimir Paulino V. da Silva
Ten Cel Art CEMA Carlos A. Vicente da Silva
Ten Cel QMB CEMA Fábio José Almeida
Ten Cel Cav CEMA Celso Leite Rodrigues

EDITAÇÃO e PRODUÇÃO GRÁFICA

PENELUC Prod. Gráf. e Publicidade Ltda.
Tel.: (021) 532-0625 — Fax: (021) 220-1782

REVISÃO

Renaldo di Stasio

José Lívio Dantas

Márcia Pignataro

PUBLICIDADE

ENREVISTAS Prod. Gráf. e Publicidade
Tel.: (021) 201-9009 - 581-0131 - 581-7869
Fax: 581-6757

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da CEMEA e do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Acita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser datilografados em laudas com 30 linhas, em espaço duplo e, no máximo, com 72 batidas por linha, acompanhadas de uma síntese do currículo.

Os originais encaminhados à Redação não serão devolvidos.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ASSINATURAS E VENDAS DE NÚMEROS AVULSOS

Assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas no Administração - Tel.: (021) 253-4628; as importâncias correspondentes podem ser enviadas por cheque ou vale postal, em nome de "A Defesa Nacional".

Assinatura Anual:

Brasil — R\$ 15,00

Exterior — US\$ 30,00



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

SUMÁRIO

Editorial	1
Um Futuro para a História Militar	05
Sérgio Paulo Muniz Costa	
O México e a Exclusão: da Conquista a	
Chiapas, um Tema Recorrente	17
Weslei Antônio Maretti	
O Conselho de Justificação e a	
Representação para Declaração de	
Indignidade	37
Everaldo de Oliveira Reis	
Cenário ESG	47
Mário Rotberg	
Batalhão Angola — Preparação e	
Embarque	57
Racine Bezerra Lima Filho, Manoel	
Lopes de Lima Neto e Francisco Augusto	
Pereira Neto	
A Europa das Regiões	67
Vasco Mariz	
A Aplicação do Sistema de Instrução	
Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) —	
Estímulo à Mentalidade Prática	85
Carlos Alberto da Costa Gomes	
Suiça: Cantonalismo Geopolítico	99
Therezinha de Castro	
Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira	
(1740-1795)	107
Cláudio Moreira Bento	
Comentários	117
Informações	123
Livros	127
Destaques da Imprensa	129

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redação — Praça Tenente: BERTOLDO KLINGER, ESTEVÃO LELIÃO DE CARVALHO + 1. DE SOUTO RIBEIRO

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor

Bertoldo Klinger, Estevão Lelão de Carvalho, Joaquim de Souza Ribeiro (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino, Lima e Silva, Parça Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéu Cavalcante, Euclides Figueiredo, Taborda, Amaro Vila Nera, Maciel da Costa.

10

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 — 10/10/1913 de *A Defesa Nacional*)

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual

A Defesa Nacional

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Gen Div Carlos Patrício Freitas Pereira

Diretor-Secretário

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Ten Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureiro

1º Ten QAO Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt

Conselheiros

Cel Art EM Luiz de Alencar Araripe

Cel Art EM Amérino Raposo Filho

Conselho Fiscal

Cel Celso José Pires

Cel Nilson Vieira Ferreira de Melo

Cel Enir dos Santos Araújo

Suplentes

Cel Zenóbio Cid de Aguiar Borges

Ten Cel Marco Antonio Cunha

1º Ten Jorge Luiz de Oliveira

NOSSA CAPA



Reprodução fotográfica da tela de Álvaro Martins, pertencente ao acervo da pinacoteca da Biblioteca do Exército, evocativa do episódio histórico *Os Dezoito do Forte de Copacabana*, ocorrido a 5 de julho de 1922.



Um Futuro para a História Militar

Sérgio Paulo Muniz Costa*

Artigo elaborado, especialmente, para o C Prep ECEME (Curso de Preparação à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) constitui fonte de consulta para os candidatos ao Concurso de Admissão a essa Escola, já a partir de 1997.

"O valor da História e, consequentemente, o da História Militar, não está pois nos fatos que relata e nem mesmo nos princípios que ilustra. O valor da História reside naquilo que ela pode propiciar em termos de uma compreensão atualizada do passado e, consequentemente, de um melhor entendimento do presente."

Jay Luvaas

A História Militar está presente nas obras mais antigas e fundamentais da humanidade. A Bíblia Sagrada e a "História" de Heródoto são tratados produzidos, ou voltados, para passados distantes, que descrevem e, até, analisam eventos militares que tiveram decisiva importância nos acontecimentos subsequentes de determinadas épocas e geografias. Obras seminais para toda a História Ocidental, como os poemas da Ilíada e da Odisseia e o tratado político-histórico de Tucídides, foram motivados e conhecidos a partir de dois dos gran-

des eventos militares da Grécia Antiga: a Guerra de Tróia e a Guerra do Peloponeso. Nesse sentido, é lícito afirmar que, sob muitos aspectos, a História Militar precede, explica e orienta a própria História.

Alguns dos maiores pensadores da humanidade, na *política*, nas *ciências* e nas *artes*, não puderam deixar de atuar nessa área de estudos, produzindo trabalhos que marcaram a evolução da arte da guerra, como foi o caso de Maquiavel e Leonardo Da Vinci. Na Idade Moderna, Clausewitz, autor engajado nas Guerras Napoleônicas e alimentado pelos espíritos de Kant e Goethe, a partir da análise crítica daqueles aconteci-

* Tenente-Coronel de Artilharia e Estado-Maior.

mentos, produz a obra de referência sobre a *guerra*, ligando-a definitivamente à Política. Mais recentemente, pensadores influentes, como Raymond Aron e Barbara Tuchman, discutiram profundamente temas militares do nosso século, como a Primeira Grande Guerra e a Guerra Fria. Na atualidade, nem mesmo o renomado futurólogo Alvin Tofler ficou à margem da História Militar, ao propor uma releitura da mesma segundo sua tese do choque de ondas de civilizações, lançando "Guerra e Antiguerra".

Essas colocações servem para lembrar que o estudo da História Militar, eficaz e produtivo para as Instituições Militares, deve estar inserido em um ambiente mais amplo no qual identificamos a Política e as Ciências Humanas. Deverá também passar, obviamente, pelo entendimento geral de conceitos próprios a cada cultura, que proporcionarão uma base para as discussões, formulações teóricas e verificações. Não se trata, portanto, de um mero discorrer de fatos militares com objetivo de memória. Há que se aplicar, à massa descritiva, a análise da crítica histórica. Tratada dessa forma, a História Militar é uma ciência do futuro, apta a desvendar os mistérios e as razões dos sucessos e fracassos nas empreitadas da mais perigosa e complexa das artes, a da guerra, subsidiando a consecução do objetivo primordial de qualquer exército em todos os tempos — *a vitória*.

ALGUNS CONCEITOS

A utilização da capacidade humana de pôr em prática uma idéia, valendo-se do domínio de meios materiais, com vista a um resultado, define o que seja *arte*.¹ Um resulta-

do militar — obtido pela capacidade humana e meios materiais colocados à sua disposição — seria a meta da *arte da guerra*.

Já o *pensamento militar* é o produto intelectual do segmento sócio-profissional incumbido da atividade militar. Esse pensamento é decorrente de fatores culturais, como as condições de recrutamento e formação dos oficiais, da formação e evolução da nacionalidade e da influência do ambiente político e intelectual sobre as Forças Armadas. Aspectos fisiográficos, psicossociais e econômicos também influem na configuração do pensamento militar. Deverá ter uma certa densidade e sua influência ser percebida na concepção da guerra e das operações militares, a fim de que seja aceito como tal.

Vale a pena retornarmos aos meados do século passado, época das guerras no Prata, para identificar os contornos gerais de um *pensamento militar brasileiro* que vai se consolidar na Guerra da Tríplice Aliança. Como condicionantes fisiográficas, podemos alinhar a grande preocupação brasileira com a garantia de livre navegação nas grandes vias fluviais, por razões políticas e econômicas, o que conduziu às alianças preliminares e à conduta das operações na guerra, bem como deu, à Marinha Imperial, papel proeminente nos planejamentos e nas ações iniciais do conflito. Dentre os aspectos psicossociais, a carência de recursos humanos no teatro-de-operações levou à necessidade de uma custosa e ampla mobilização dos Voluntários da Pátria, que forneceu o grosso de nossa Infantaria. Como condicionante econômica, a nossa condição de país exportador, bem relacionado nos meios econômicos e financeiros internacionais, permitiu a obtenção de créditos significativos que sustentaram o esforço interno de guerra e a aquisição de material bélico no estrangeiro. Com efeito, em pouco tempo, Marinha e Exército Imperiais adquiriram um aprestamento material inve-

1. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2^a edição, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986, p. 176.

ável, dispendo de encouraçados, canhões de arco rápido, balões e Engenharia, capazes de sustentar ousadas e vultosas operações ribeirinhas que, após o período de estagnação pós-Tuiuti, contribuiu de forma decisiva para que o exército regular de Solano López, depois de forçado a sair de seu bem montado dispositivo defensivo, fosse varrido dos campos de batalha na Dezembrada.

Uma das palavras mais controvertidas da nossa atualidade é o termo *política*. Pode-se falar de uma política nacional, de uma política econômica e da política como a atividade desenvolvida pelos políticos, em sua maioria articulados em agremiações denominadas partidos. Essas concepções refletem a amplitude do termo. Uma definição suficientemente precisa e satisfatória de *política* coloca-a como "a atividade através da qual são conciliados os diferentes interesses, dentro de uma determinada unidade de governo, dando a cada um deles uma participação no poder, proporcional à sua importância para o bem-estar e a sobrevivência de toda a comunidade."² Para nosso estudo, a *política* se exprime através da formulação de objetivos, cuja consecução se faz através da *estratégia*.

Os dois termos — *política* e *estratégia* — estão, portanto, intimamente ligados. Há muito tempo que a estratégia deixou de ser apenas a arte do general, conforme sua origem grega. Em relação à atividade bélica, alguns autores distinguem a *grande estratégia* — relativa à condução da guerra pelo Governo ou Comando Supremo — da *estratégia*, esta responsável, exclusivamente, pela preparação e condução da atividade bélica em amplos espaços, tempos e circunstâncias militares.

² CRICK, Bernard. *Em Defesa da Política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

Desde Aristóteles, a *política* passou a ser considerada a ciência mestre entre os homens, concedendo, às demais ciências e atividades humanas, oportunidades para desempenharem seu papel social. É a *política* que oportuniza a guerra como atividade social, que parece ser mais elaborada na medida em que mais organizadas se acham as sociedades. Quando tribais, as sociedades ritualizam a guerra ao ponto de ela servir como elemento de definição das relações sociais na comunidade. O estudo de John Keegan sobre a guerra nas sociedades da Ilha de Páscoa, da Oceania, e entre os Ianomâmis mostra como a ritualização da violência serve a propósitos de estabelecimento de uma certa ordem social interna que garanta a sobrevivência do grupo, um propósito, sem dúvida alguma, político, ainda que não se possa aplicar rigorosamente o termo *política* à atividade de governo nessas comunidades. A estreiteza e limitação de horizontes dos barões na Idade Média também ritualizou, no Ocidente, a guerra, misturando a forma de combater, a cavalaria pesada, a todo um código de conduta pessoal que marcou a vida de uma parte da humanidade por longo tempo.

Mas o que distinguiu o Ocidente no seu berço cultural, a Grécia, foi a inovadora capacidade de travar terríveis batalhas, de um grau de violência desconhecido até então, segundo um objetivo predeterminado. O fato de a falange grega ser composta por homens livres, esporadicamente associados em torno de um objetivo estabelecido por eles mesmos, iguais nas assembleias na condição de cidadãos, é o marco definitivo que assinala a ligação entre *política* e *guerra*.

O Ocidente, a partir do século III a.C. — Grécia e Roma — passa então a fazer a guerra com uma objetividade até então desconhecida, o que torna sua política dominan-

te no Oikumenê. Ultrapassada a fase de estagnação da Idade Média, o Ocidente retoma sua tradição de subordinar a *guerra à política*. Seria o cataclisma da Revolução Francesa, depois do Iluminismo, que tornaria mais racional e inteligível a relação *guerra-política*, sintetizada por Clausewitz em conhecida sentença — “*a guerra é a continuação da política por outros meios*.” Foi necessário relembrar a trajetória histórica da guerra para chegarmos ao ponto da aceitação do fato de a guerra ser concebida de uma determinada forma, conforme os interesses da política.

A *concepção da guerra* decorre, portanto, dos objetivos que a *política* pretende atingir através daquele instrumento, e se situa no nível da *grande estratégia*, onde se combinam as ações em todas as expressões do Poder Nacional, efetivadas por todos os instrumentos de que dispõe o Estado, inclusive suas Forças Armadas. Na nossa História Militar, a guerra movida pelo Império do Brasil contra a República do Paraguai, entre 1865 e 1870, foi concebida no contexto do acordo de uma Tríplice Aliança, que condicionou todo o esforço militar, econômico e diplomático do Brasil.

A *Concepção das Operações* está situada no nível da *estratégia* e poderia abarcar desde o teatro-de-operações até a arte operacional. Ainda tomado, por caso de estudo, a Guerra da Tríplice Aliança, a concepção das operações por Caxias, ao assumir o comando das Forças Aliadas, envolvendo o Exército e a Marinha, englobou desde a continuação da progressão a cavaleiro do Rio Paraguai para conquistar Assunção até o envolvimento do dispositivo defensivo guarani, que culminou com a Dezembrada.

Abaixo do nível da concepção das operações viria a *tática*, mais limitada nas dis-

tâncias, tempos e desdobramentos das ações militares.

A EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA E DO PENSAMENTO MILITAR

Três grandes eventos marcaram militarmente este século, devido às suas causas e efeitos, que são verdadeiros pontos de inflexão na arte da guerra e no pensamento militar. São a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais e a Guerra do Golfo. As duas primeiras são escolhas incontestáveis, como conflitos mundiais de longa duração que trouxeram modificações amplas e profundas para a humanidade, impossíveis de não se refletirem na arte e no pensamento militares.

A Guerra do Golfo é um caso diferente, devido a alguns aspectos controversos. Teve dimensão planetária, devido à amplitude das participações nacionais e aos vetores de emprego usados e cogitados. No entanto, sua duração, número de baixas e a extensão dos prejuízos pode ter ficado abaixo daqueles decorrentes de conflitos notórios como a Guerra da Coréia, da Indochina, do Vietnã e do Afeganistão. Ela é um desses marcos por ser a ante-sala da guerra do futuro, ao empregar, pela primeira vez, meios e idéias concebidos para conflito encaminhado e não ocorrido, a Terceira Guerra Mundial, e conflitos estimados em prazo incerto.

Ao cogitarmos sobre a influência desses conflitos sobre a evolução da arte da guerra, devemos considerar as idéias que eles materializavam e os meios disponíveis para sua consecução.

Em relação à Primeira Guerra, o que melhor caracterizou a arte da guerra na aber-

tura do conflito foi a concepção do Plano Schlieffen, já comentada,³ tendo por idéia central a resolução do problema militar da Alemanha, face a uma guerra em duas frentes, mediante o emprego do Exército Alemão apoiado na minuciosa burocracia da mobilização e nos excelentes sistemas de comunicações e de transporte da Alemanha Imperial. O pensamento militar alemão aflorou em toda sua extensão nesse plano. A busca da batalha decisiva e a colimação de Paris como centro de gravidade das operações são uma decorrência do pensamento de Clausewitz que, a essa altura, já havia influenciado o pensamento militar alemão e, por reação, o francês.

A guerra industrial e de desgaste que se seguiu ao fracasso do Plano Schlieffen alterou a arte da guerra e o pensamento militar da época. A idéia não mais era a derrota do inimigo numa única, gigantesca e decisiva batalha ofensiva de movimento. Agora, o inimigo deveria ter sua vontade dobrada numa suprema prova de vontades, alimentada por um complexo industrial movido por toda população, trazida à dura realidade da guerra moderna. *Somme* e *Verdun* são os exemplos mais eloquentes dessa nova etapa da evolução da arte da guerra, na qual o fogo e a defensiva predominam sobre o movimento e a ofensiva. É natural que a idéia e os meios disponíveis para sua consecução influenciassem o pensamento militar pós-guerra.

No Brasil, a atividade da Missão Militar Francesa deixou marcas bem características na atividade militar profissional e obras, como as duas conferências proferidas⁴ para

nossa Escola de Estado-Maior, em 1934, pelo Coronel Homo, da Missão Militar, ilustram o pensamento militar da época.

Descendo ao nível da tática elementar e da sua sustentação técnica, podemos indicar, como alguns dos principais resultados da Primeira Guerra Mundial, o grupo de combate organizado em torno da arma automática, o FM, a ligação Infantaria-Artilharia e o emprego do carro de combate acompanhado pela Infantaria. A batalha ainda era linear, sem tentativas sérias de desbordamento ou envolvimento, varridas do pensamento militar pela procura obsessiva da brecha, o Santo Graal dos comandantes militares terrestres no norte da Europa, entre 1915 e 1918. Em relação ao condicionante tático do pensamento militar francês em decorrência da experiência da Primeira Guerra Mundial, é sintomático observar que, em um documento de instrução francês relativo à Divisão de Infantaria, de 1938,⁵ a manobra ofensiva é concebida em três fases — preliminar, ruptura e exploração.

Pode-se afirmar que a vitória faz o futuro. Aqueles que combatem no passado estão condenados à derrota. Independentemente dos erros e fracassos da política e da grande estratégia dos Aliados frente a Hitler, no final dos anos 30, as modalidades de arte de guerra de aliados e alemães confrontadas nos campos de batalha do norte da Europa, em 1940, demonstram que uma profunda evolução havia ocorrido.

A grande estratégia alemã triunfou completamente sobre os aliados nos anos anteriores à guerra, com a criação de uma zona

3. COSTA, Sérgio Paulo Muniz. "Clausewitz, o Plano Schlieffen e o Princípio do Objetivo". *A Defesa Nacional*, nº 745, setembro/outubro de 1989.

4. HOMO, Tenente-Coronel, Artilharia (*Dois Conferências*). Imprensa do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1934.

5. CURNIER, Coronel Lt. *Notes Préparatoires aux Exercices de Tactiques Générale et d'Etat-Major*. Ecole Supérieure de Guerre.

de influência econômica alemã na Europa Central e do Leste, com a neutralização da aliança França-Rússia, através do surpreendente Pacto Ribentrop-Molotov, e com a reocupação militar da Renânia, que esvaziou a última oportunidade francesa de atuar ofensiva e preventivamente contra a Alemanha, tudo isso coberto por uma atuação diplomática intensa que, no lado aliado, ensejou o "apaziguamento".

A experiência da Primeira Guerra Mundial havia demonstrado a necessidade da criação de um escalão entre a frente e os exércitos de campanha, os grupos-de-exército, grandes executores das manobras estratégicas nas frentes ocidental e oriental. Os jogos de guerra, uma tradição na instrução dos oficiais e no pensamento militar germânico, e o talento tático de jovens generais que haviam combatido na Primeira Guerra Mundial propiciaram a ascensão da *arte operacional*, a atividade puramente militar do general. A grande revelação nesse campo foi Rommel, que alguns anos antes lançara um livro⁶ no qual consubstanciava sua bem-sucedida experiência de combate em frentes de movimento na Primeira Guerra Mundial, e prefigurava sua brilhante atuação no próximo conflito. A batalha deixou de ser linear em todos os níveis e as manobras de cerco foram largamente empregadas.

Taticamente, a Segunda Guerra Mundial foi revolucionária. A ligação Infan-

Artilharia foi largamente ampliada, graças à nova tecnologia eletrônica, e permitiu uma nova ligação ainda mais dinâmica e eficaz, o binômio avião-blindado. A Infantaria Blindada seguiu os carros de combate e a manobra das frações elementares foi flexibilizada. Todas as inovações apresentadas pelos alemães, no início da guerra, foram superadas pelos aliados, no final do conflito, graças à validação das táticas e técnicas e à disponi-

bilidade de tecnologias e equipamentos mais aperfeiçoados, desenvolvidos, em particular, pelos norte-americanos. Pesavam ainda sérias limitações sobre o comando e controle de unidades em combate, em decorrência da tecnologia disponível. Um exemplo disso era

o sistema de comunicações adotado pelos escalões de ataque dos Batalhões de Infantaria que empregavam o cabo leve, uma linha telefônica que era lançada à medida que o escalão de ataque progredia. No revés que o Destacamento FEB sofreu em Lama Di Soto, a perda das comunicações, em consequência do rompimento da linha telefônica com os elementos em primeiro escalão, prejudicou a consolidação do objetivo, facilitando o contra-ataque alemão ocorrido em seguida.

"Todas as inovações apresentadas pelos alemães, no início da guerra, foram superadas pelos aliados, no final do conflito, graças à validação das táticas e técnicas e à disponibilidade de tecnologias e equipamentos mais aperfeiçoados."

AS PRINCIPAIS CAMPANHAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Exército Brasileiro, desde sua gênese histórica, a Batalha de Guararapes, em 19 de abril de 1648, participou ativamente da

6. ROMMEL, Erwin. Infanterie Greift an., Potsdam, Ludwig Voggenreiter Verlag, 1937.

defesa interna e externa do País, cumprindo as mais diversas missões, em decorrência de sua missão estrutural de proporcionar segurança à Nação. Ao longo de três séculos, podemos fazer algumas escalas no tempo que bem caracterizam a atuação do Exército. A primeira seria no século XVII, durante a Guerra Holandesa, desdobramento em nossas terras da Guerra dos Trinta Anos, o conflito que escreveu a sangue o endereço do Brasil, como escreveu Gilberto Freyre. A segunda seria no século XIX, durante a Guerra do Paraguai, o nosso maior envolvimento militar externo, cujos resultados preservaram nossa integridade territorial e permitiram que o Brasil atingisse o atual patamar político-estratégico na América do Sul. A terceira seria na virada do século XIX, com a participação do Exército na debelação de insurreições derivadas do banditismo endêmico que assolava o interior desassistido do país, como foram os episódios de Canudos, em 1896-1897, e do Contestado, em 1914. A quarta escala, no nosso século, marca a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, através da mobilização e a defesa territorial, para preservar a nossa soberania e autodeterminação, em um momento de convulsão mundial, e da desassombrada decisão governamental de participar diretamente do conflito com o envio de uma Força Expedicionária ao além-mar, uma atitude que teria profundas consequências para o País, interna e externamente, e para as Forças Armadas.

A 1^a Batalha de Guararapes foi o ponto de inflexão da Guerra Holandesa no Brasil, no período de 1630 a 1654. Até então, o Exército da Companhia das Índias Ocidentais não havia sido enfrentado em raso campo por uma força desdobrada a partir de uma decisão tomada por um comando constituí-

do. Os revezes experimentados anteriormente pelos holandeses, na Batalha de Salvador e nos Montes das Tabocas, não caracterizaram manobra.

Em Guararapes, ao saírem de Recife, os holandeses tinham em mente um duplo objetivo estratégico — a interdição do apoio externo de Portugal aos patriotas por via marítima e a abertura da histórica rota terrestre de invasão de Sergipe e da Bahia, através de Porto Calvo — que foi também visualizado pelo General Barreto de Menezes, a partir do preciso reconhecimento realizado por Antônio Dias Cardoso, e o levou à decisão de travar a batalha nos Montes Guararapes, onde o terreno, no Boqueirão, equilibrava a franca desvantagem numérica dos patriotas frente aos holandeses.

A manobra defensiva luso-brasileira, em linhas gerais, segundo a atual concepção doutrinária, foi uma defesa móvel. A força de Antônio Dias Cardoso apresentou pequena resistência à vanguarda holandesa, provocando o seu avanço para o Boqueirão e o desdobramento da direita holandesa sobre as alturas dos Guararapes, na busca da dominância de vistas e fogos sobre os patriotas. Seguiu-se o contra-ataque liderado pelo Terço de Pernambuco, nosso mais forte regimento, que destruiu o centro inimigo, capturando a artilharia e a caixa de pagamento da tropa holandesa. Simultaneamente, nosso flanco esquerdo, onde combatia o Terço de Henrique Dias, é fortemente pressionado pelos holandeses, o que leva o General Barreto de Menezes a constituir nova reserva que, lançada naquela parte da frente, repele o inimigo, caracterizando a vitória, que será consolidada por uma devastadora perseguição do inimigo.

Analizada didaticamente, segundo os Princípios de Guerra, a 1^a Batalha de Guar-

rapes foi vencida pelos luso-brasileiros graças à observância, pelos mesmos, principalmente dos princípios da *segurança*, da *surpresa* e da *manobra*. O resultado da batalha teve enorme repercussão no Brasil e na Europa, e consolidou a supremacia da forma "brasílica" de combater, com formações, equipamentos e armamentos mais leves e ênfases nas táticas de infiltração, o que caracterizou uma significativa evolução da arte da guerra. O caráter multiétnico da aliança patriota também ensejou a criação dos Regimentos de Henriques, tropas que estiveram organizadas até o século XVIII, em reconhecimento aos feitos de Henrique Dias.

Ultrapassado nosso Período Colonial e feita a Independência, o Brasil teve, logo ao inicio de sua existência como nação soberana, conflitos com as nações do Prata. Na Guerra da Cisplatina, a indefinição tática do resultado da Batalha do Passo do Rosário não modificou a superioridade estratégica de que desfrutou o Brasil durante toda a guerra e que permitiu ao País atingir seus objetivos no acordo de paz que pôs fim ao conflito.

Anos depois, os resultados da Campanha da Cisplatina tiveram de ser garantidos através de uma nova intervenção brasileira no Prata, desta vez contra Oribe e Rosas. O clima de guerra civil vivido no Uruguai e na Argentina levou o Brasil a procurar uma aliança com os adversários internos dos ditadores uruguaios e argentinos. Caxias foi nomeado Presidente da Província de São Pedro do Sul, nosso atual Rio Grande, e Comandante das Forças Brasileiras, que, depois da mobilização militar da província, marcharam em apoio aos caudilhos rebelados, primeiro no Uruguai e depois na Argentina. No segundo caso, uma pequena força brasileira, a Divisão Auxiliar, foi destacada, sob o comando do Brigadeiro Manuel Marques de Sou-

za, e teve papel decisivo na Batalha de Monte Caseros, que decidiu a campanha.

Esses dois conflitos são os principais antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança, e sinalizam um aspecto comum a ambos que prejudicou o desenvolvimento da grande estratégia do Brasil no Cone Sul em meados do século passado — a sua fraqueza militar. O Brasil não pôde dissuadir o pobre e pequeno Paraguai de, transformado na Prússia da América do Sul pela autocracia familiar Lopez, cometer o erro histórico de desencadear uma guerra contra Brasil e Argentina, por entender o primeiro como fraco e desprovido de determinação e, a segunda, dividida por dissensões internas.

A grande estratégia do Paraguai nunca ficou bem determinada. Parece que Lopez concebeu a guerra partindo da suposição de que o Brasil aceitaria a perda de vastos territórios do sul de Mato Grosso e até de parte do Rio Grande do Sul. Pressupôs provavelmente Lopez, ainda, que as dissensões internas argentinas continuassem acirradas, ao ponto de uma secessão pró-Paraguai em Entre-Rios e Corrientes. Do lado brasileiro, foram seguidas as grandes linhas da política externa do Império para o Prata — ação combinada com os governos argentino e uruguai, garantia dos limites territoriais e soberanias vigentes, livre navegação nos grandes rios da bacia — que culminaram na assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, formada por Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai.

Caxias, consultado pelo Governo Imperial acerca da melhor forma de conduzir a campanha, concebeu as operações desenvolvidas no sentido leste-oeste, a partir de território brasileiro e evitando o fortíssimo dispositivo defensivo montado por López a cavaleiro do Rio Paraguai. As condicionantes

políticas haviam, no entanto, direcionado a estratégia da aliança e a concepção das operações em um outro sentido.

Os principais acontecimentos que caracterizam a guerra foram a Batalha de Riachuelo, a Batalha de Tuiuti e a campanha da Dezembrada. A primeira demonstrou o caráter ribeirinho das operações militares e a estreita cooperação entre Marinha e Exército Imperiais nos difíceis combates que se seguiram. A segunda caracterizou a batalha típica da guerra, até a tomada de Assunção, com emprego das três Armas, grande número de baixas em ambos os lados e ausência de perseguição devido às dificuldades do terreno, imposições de segurança e esgotamento físico da tropa. O terceiro acontecimento, a campanha da Dezembrada, inaugurou uma nova fase das operações, depois da estagnação pós-Tuiuti, e foi a mais dinâmica. Con quanto tenham exigido grandes esforços por ainda cerca de dois anos, a campanha das Cordilheiras não caracterizou a Guerra, devido à natureza das operações e ao vulto das forças inimigas.

A Guerra do Paraguai trouxe importantes inovações na Arte de Guerra para o Brasil. No Exército houve modificações doutrinárias, estimuladas por Caxias, particularmente nos regulamentos de Infantaria. A Artilharia recebeu e empregou largamente o canhão *La Hitte*, raiado, com maior alcance e precisão, e, ao final da guerra, possuía considerável volume de fogo. A Engenharia teve sua importância aumentada, particularmente em função do largo emprego de obstáculos e das dificuldades de locomoção no teatro-de-operações.

“Boa parte das mais caras tradições militares nacionais nasceram da participação do Exército e da Marinha na Guerra do Paraguai.”

O poder nacional ficou obviamente aumentado em decorrência da Guerra. Não só a expressão militar, mas também as expressões política e econômica saíram fortalecidas como consequência da consecução dos objetivos nacionais, internos e externos, e do esforço de mobilização industrial. Boa parte das mais caras tradições militares nacionais nasceram da participação do Exército e da Marinha na Guerra do Paraguai. O moral militar saiu fortalecido, servindo como elemento de dissuasão, face a complicações externas pós-guerra na região, e transmitindo à sociedade brasileira o inconformismo do segmento militar com a escravidão. A estrutura militar sofreu com modificações na organização do Exército, com a disposição das unidades no território nacional e com a instalação de arsenais e hospitais. Houve também a

preocupação com os inválidos e os dependentes dos mortos em combate, sendo criada uma estrutura legal e física de apoio. Acendeu-se também a discussão sobre o Serviço Militar, só implantado mais de 40 anos depois, devido à campanha movida por Olavo Bilac.

Situação distinta da Guerra do Paraguai viveu o Exército Brasileiro durante a virada do século na manutenção da ordem interna. As baixas prioridades para o reequipamento do período pós-guerra, a infiltração político-ideológica do positivismo entre os oficiais mais jovens e o desaparecimento dos grandes líderes militares que haviam conduzido o Exército durante as lutas do século XIX colocaram a Força, já antes da Proclamação da República, em má situação em relação a equipamentos e doutrina. A turbu-

lência política advinda com as lutas desencadeadas no período posterior à Proclamação da República agravou ainda mais as deficiências do Exército. O poder político central ficou consideravelmente esvaziado e o Exército viu-se, em pouco tempo, diante a graves problemas de segurança interna causados por forças rebeldes de vulto.

Mal haviam se apagado as chamas da Revolução Federalista, estourou, no sertão da Bahia, a crise de Canudos. Banditismo, ignorância, fanatismo religioso e problemas políticos locais engendraram, em cerca de três anos, um desafio à ordem legal no interior da Bahia, que aspirou o Exército a uma campanha para a qual não estava preparado, material e doutrinariamente. Foram necessárias quatro campanhas, custosas em vidas e recursos, para que a ordem fosse restabelecida. O grande ensinamento da campanha foi a organização do sistema de apoio logístico, pelo Marechal Bitencourt, Ministro da Guerra de então, que foi pessoalmente à região de operações organizar o sistema logístico de apoio a operações numa área inhóspita e árida, na qual combatia, perfeitamente ambientado e bem apoiado, o jagunço.

A expedição que pôs fim ao conflito empregou 31 (trinta e um) Batalhões de Infantaria, organizados em 7 (sete) brigadas dispostas em duas colunas divisionárias, que operaram a junção nas proximidades de Canudos, em junho de 1897, e combateram, em desvantagem, ininterruptamente, até setembro, para isolar o reduto de Antônio Conselheiro do vasto sertão de onde vertia, incessante, o fluxo de suprimentos para os jagunços fanatizados. Foi preciso ainda mais de um mês de difíceis combates para, finalmente, reduzir a resistência dos fanáticos. A experiência serviu para alertar os chefes militares sobre as deficiências do Exército e foi

um dos fortes argumentos para a Reforma Militar que se seguiria, no início do século.

A Campanha do Contestado, quase 20 anos depois, encontrou o Exército em situação bem diferente. Havia ocorrido a Reforma Militar, conduzida pelo Marechal Hermes da Fonseca e estimulada pelo Barão do Rio Branco. Havia um espírito cívico-patriótico despertado pela campanha de Olavo Bilac e estava em organização o sistema de atiradores, o precursor do Serviço Militar. Fotos e documentos hoje existentes na área da 5ª Região Militar atestam o grau de voluntariado civil para defender as cidades e vilas e o bom estado da tropa na área. Não houve necessidade de uma mobilização nacional e as operações se caracterizaram mais por uma retomada do controle de uma vasta área dominada pelo banditismo mesclado a fanatismo e ignorância da população isolada e desassistida. Nessa campanha, a aviação militar brasileira fez sua estréia, com vôos de reconhecimento, mais uma prova da evolução doutrinária e material da Força Terrestre naquele período.

Depois de atravessar a turbulência política dos anos 20, o Exército começou a viver, a partir da década de 30, uma fase de grande evolução doutrinária, material e moral. Reorganizou-se a Escola Militar do Realengo, com a adoção de modificações no ensino e a criação de uma mística do Cadete. Foram resgatadas as tradições e a memória dos feitos militares da Guerra do Paraguai, sendo particularmente destacada a figura ímpar do Duque de Caxias. A Missão Militar Francesa intensificou suas atividades, particularmente junto ao Estado-Maior e à Escola de Estado-Maior, chegando a ser chefiada pelo General Gamelin, futuro comandante do Exército francês. A futura Academia Militar das Agulhas Negras foi con-

cebida nesse período, sendo iniciada sua construção logo depois de uma manobra da Escola Militar do Realengo, em Resende. O Exército adquiriu os notáveis canhões Krupp C-26 e C-34 para a Artilharia de Campanha, e o Curso de Artilharia de Costa começou a funcionar em novos moldes, fruto da aproximação norte-americana no final da década de 30.

Essas modificações foram extremamente importantes para o Exército às vésperas da Segunda Guerra Mundial e explicam, em boa parte, por que o Exército, disposto de estrutura e recursos tão limitados à época, pôde, em cerca de dois anos, executar o desdobramento defensivo no seu território, preparar uma Divisão de Infantaria Expedicionária e ainda assimilar e aplicar em combate uma nova doutrina, decorrente de táticas, técnicas e materiais até então desconhecidos.

Ao se falar da participação do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial, devemos identificar três grandes linhas de atuação. Uma presença militar no sul do País, por razões internas e externas, onde a dubiedade de atitudes de países da região e a existência de quistos raciais permeados por idéias fascistas continham uma potencial ameaça à nossa soberania e à manutenção da ordem interna. A outra grande linha de atuação do Exército durante a Segunda Guerra Mundial foi a crescente e urgente necessidade de ocupação militar e defesa do saliente do Nordeste, estrategicamente ameaçado pela presença alemã na África do Norte e exposto à ação de corsários e submarinos. Finalmente, temos a mais notória participação do Exército na Guerra, com o evento além-mar, pela primeira vez na nossa História, de uma força de combate, a FEB.

Os reflexos na expressão militar do poder nacional, fruto da nossa participação na Segunda Grande Guerra, influenciaram a

doutrina, o moral e a estrutura militar terrestre brasileira. A organização divisionária norte-americana, a partir de então, passa a predominar, fruto da experiência da FEB e da cessão ou aquisição de material norte-americano. Na Artilharia, o tiro passa a ser centralizado no nível Grupo e AD.⁷ A Engenharia passa a operar com a renomada ponte Bayley, torpedos *bangalore* e se especializa a enfrentar a ameaça das minas. O emprego das pequenas frações das Armas-base também sofre modificações, em função da doutrina e do material norte-americanos. Criam-se os núcleos de Divisão Blindada e Aeroterrestre e são consolidadas e modernizadas diversas escolas de especialização.

O moral militar se fortalece, reforçando-se a tradição, na Força, de coragem e dedicação ao serviço com o exemplo dos expedicionários, havendo um grande alento para o profissionalismo militar, valorizado pela participação da FEB na Campanha da Itália.

A estrutura militar sofre talvez a mais profunda modificação neste século. Embora não tenham havido grandes modificações no desdobramento das unidades no território nacional, a estrutura de comando, do nível Grande Comando às Grandes Unidades, sofre radicais transformações. Um exemplo eloquente é a criação do comando que, depois de sucessivas denominações e sedes, culmina no atual Comando Militar do Sul, historiado em recente trabalho do Coronel Moreira Bento.

CONCLUSÃO

A Arte da Guerra evoluiu rapidamente neste século, em função da tecnologia e da

7. Artilharia Divisionária.

complexidade dos problemas políticos e militares decorrentes da marcha da História. O Brasil, ascendendo, durante os anos 70, à condição de média potência e de 8^a economia mundial, consolidou toda sua experiência e entendimento das necessidades de segurança na reformulação doutrinária realizada naquele período e que vigora até hoje. É dessa época o esforço de concepção de uma Doutrina Militar Brasileira, essencialmente dinâmica, mas que teve seu embasamento teórico elaborado na Escola Superior de Guerra, a partir das colaborações dos estabelecimentos de ensino das Armas Singulares.

O pensamento, a estrutura e o moral militares brasileiros atuais são decorrentes da assimilação dos ensinamentos colhidos nas participações nas campanhas internas e externas. Num mundo cada vez mais incerto, multipolarizado e cortado por antagonismos, não é possível precisar qual a ameaça à segurança mais provável ou imediata. O esforço há de ser prospectivo e, para o entendimento da conjuntura atual nos seus aspectos militares, dentre os instrumentos disponíveis mais eficazes, dispomos da História Militar. A História não acabou e Clio, a Deussa da História, continuará em armas. □





A DEFESA NACIONAL

O México e a Exclusão: da Conquista a Chiapas, um Tema Recorrente¹

Weslei Antonio Maretti*

A matéria comenta alguns aspectos da História e da Sociologia mexicanas, heranças do período colonial espanhol, para caracterizar a continuidade das reivindicações dos excluídos do processo político do país azteca até nossos dias.

A temática da exclusão e da exploração são recorrentes e permeiam a História do Homem. Quer na dimensão individual, quer em uma dimensão macro, o tema está sempre presente — é o homem, a tribo, o clã, a cidade-Estado, o feudo e os Estados-nação exercendo a dominação sobre outros. Acoplada à idéia da dominação está a da superioridade que permite, legitima e justifica a exploração.

Este ensaio pretende apresentar alguns aspectos históricos e da sociologia política mexicana, enfocando a herança do período colonial espanhol e buscando caracterizar a continuidade das reivindicações dos excluídos do processo político, até os dias atuais.²

O estudo do processo político mexicano,

no contexto latino-americano, é extremamente rico. O México passou por todas as fases, e na maioria das vezes de forma ampliada, do desenvolvimento político e social da maioria dos países hispânicos da América. Estudar e analisar o México é ver, com cores muito vivas, a América espanhola.

A civilização pré-colombiana, existente nas terras mexicanas, era fantástica pelo nível de organização política, social e econômica que conseguiu desenvolver. Após a chegada do colonizador espanhol, o Vice-Reinado da Nova Espanha foi uma colônia na qual os interesses da Espanha foram marcantes e a civilização ibérica desenvolveu a dominação de maneira exemplar. O processo da independência e o caminho para o estabeleci-

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

1. Selecionado pelo PADECIME.

2. O termo exclusão tem uma inconsistência lógica conceitual porque todo ator social está incluído no pro-

cesso político e social. O que se discute é a forma que se dá a inserção de determinados segmentos sociais, como a que ocorre com os escravos ou com os estratos mais baixos da escala social.

mento de uma nova hegemonia política também são bastante significativos servindo, desta forma, como um excelente quadro ilustrativo da implantação e desenvolvimento do projeto civilizatório castelhano na América.

Utilizando as reflexões teóricas de Leopoldo Zea, expressas no seu trabalho *Discurso desde la Marginación y la Barbarie*, procuraremos apresentar a visão de Bonfil da evolução do processo político e social mexicano, extraída de seu texto *México Profundo, Una Civilización Negada*, buscando analisar e compreender a continuidade entre os discursos de Zea e Bonfil e as reivindicações do Exército Zapatista de Liberação Nacional.

CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE

*"Surge a síntese da humanidade em que a barbárie e a civilização deixam de sê-lo para ser, pura e simplesmente, expressões do único homem possível, com suas possibilidades e impedimentos, com seus sonhos de universalidade e a consciência de suas limitações"*³

Leopoldo Zea analisa, em seu trabalho *Discurso desde la Marginación y la Barbarie*, a exclusão e a marginalização de Estados europeus como a Rússia, a Inglaterra e a Espanha, que tinham visões de mundo diferentes do contexto em que estavam inseridos. Mais particularmente, deter-nos-emos na exposição da temática espanhola em razão de sua influência nas colônias hispânicas na América. Procuraremos explicitar alguns as-

pectos pontuais que sintetizam o pensamento de Zea, no que diz respeito aos conceitos sobre a civilização e a barbárie na cultura hispâniaca.

Bárbaro, no sentido original grego, era o homem que não conseguia expressar-se corretamente e balbuciava suas idéias, tendo grande dificuldade de fazer-se entender. Para os romanos, o conceito de bárbaro referia-se àqueles que estavam fora da lei romana e não se subordinavam aos princípios do direito romano.⁴ Tinham essas duas visões do outro, do bárbaro, uma possibilidade de inclusão no processo civilizatório, desde que o bárbaro aprendesse a se expressar ou se submetesse ao império das leis romanas.

A Espanha, isolada pelos Pirineus e por sua forma peninsular, desenvolveu um projeto de civilização peculiar no século XVI e influenciou nos destinos europeus em razão do seu avanço técnico na arte marítima e de suas conquistas resultantes da navegação oceânica.⁵ O projeto civilizatório espanhol foi montado sobre a ortodoxia religiosa, defendendo a manutenção de princípios religiosos já transformados pela Reforma e que estavam em franco processo de discussão em outros países. A expressão maior dessa ortodoxia foi a Inquisição, com todo o arbítrio, intolerância, dominação e violência que imprimiu nos domínios espanhóis. A inquisição, com sua influência religiosa, política, social e intelectual, condenou a Espanha ao obscurantismo, ao atraso político, tecnológico e social.

A América hispâniaca sofreu a influência do colonizador espanhol, portador e guardião da "verdadeira" mensagem cristã e defensor da unidade religiosa.⁶ A Espanha criou, em

3. Zea, Leopoldo, *Discurso desde la Marginación y la Barbarie*, p. 282.

4. *Ibidem*, p. 20/21.

5. *Ibidem*, p. 109.

6. *Ibidem*, p. 198.

terras americanas, um novo mundo unificado pela religião, língua e cultura, fornecendo-lhe uma unidade cultural e, da mesma forma que se mantinha ilhada na Europa, pretendeu isolar a América do contato com o mundo da heterodoxia.

Com a premissa da existência de civilizados e bárbaros, era necessário civilizar os bárbaros que viviam em terras americanas, através da salvação proporcionada pelo conhecimento da mensagem evangelizadora de Jesus Cristo. Zea expõe a visão da exclusão, do não reconhecimento do outro, que tinha o colonizador espanhol, apresentando as incoerências desse procedimento e a incapacidade de formular uma proposta integradora com os habitantes locais.

Não existem povos civilizados e bárbaros, mas povos que são constituídos por homens que procuram sempre satisfazer suas necessidades.⁷ O autor apresenta o pensamento de William Shakespeare,⁸ que mostra a simbiose entre o colonizador e o colonizado e a incapacidade do civilizado superior viver sem o colonizado. Retrata, ainda, o espanto do civilizado ao perceber que o que vê de bárbaro, monstruoso, mesquinho e ignorante no selvagem é um reflexo de sua própria personalidade. A barbárie está em querer ser como os outros e não reconhecer que civilização é buscar a sua própria identidade, construir o seu próprio caminho.⁹ Na ótica colonial espanhola, bárbaro era o mundo sobre o qual deveria ser imposto um novo modo de viver, enquanto a civilização era o padrão que deveria servir de novo referencial, moldando os bárbaros para a acei-

tação de novos valores referentes à ordem, disciplina e ortodoxia.¹⁰

Zea sugere o fim do relacionamento amo/escravo, senhor/servo, colonizador/colonizado e civilizado/bárbaro, propõe uma relação solidária que não implique vinculação de dominação ou de subordinação, mas sim o respeito às individualidades de cada um e de cada povo. Defende que os patamares para um novo padrão de relacionamento sejam os da democracia, justiça social e liberdade de todos os homens e de todos os povos.¹¹

A colonização espanhola na América é discutida por outros autores que se colocam em dois grandes blocos. O primeiro é dos historiadores que valorizam a obra colonizadora espanhola, desenvolvendo o culto do descobrimento e da chegada da civilização europeia à América. Ao segundo bloco pertencem aqueles que vêem a obra espanhola não como "civilizatória", mas como uma operação de conquista, cuja consequência foi a destruição da civilização existente na América. Uribe¹² aponta o "hispanismo" e o "antihispanismo" como correntes existentes desde as historiografias republicanas latino-americanas. De um lado, os historiadores de formação tradicional, católica e conservadora e, de outro, os anti-hispanistas de formação ilustrada, positivista e liberal. Entre os historiadores com a visão da conquista e não do descobrimento da América, Uribe cita o mexicano Genaro García, o argentino Juan Agustín García, o colombiano José María Samper e o venezuelano José Gil Fortoul.

Roig¹³ faz a diferenciação entre o desco-

7. *Ibidem*, p. 23.

8. *Ibidem* p. 283. Shakespeare, no seu texto *A Tempestade*, retrata um colonizador próspero, que, olhando para o colonizado Calibán, se surpreende ao ver no selvagem o reflexo de sua própria pessoa.

9. *Ibidem*, p. 128.

10. *Ibidem*, p. 200.

11. *Ibidem*, p. 281.

12. Jaramillo, Uribe Jaime. *Frecuencias Temáticas de la Historiografía Latinoamericana*, p. 32/33.

13. Roig, Arturo André. *Interrogaciones sobre el Pensamiento Filosófico*, p. 83 e 94.

brimento e a conquista. O primeiro é um ato de conhecimento científico enquanto a conquista é um ato de força em que há a prática da dominação. O autor cita que os espanhóis viam os indígenas americanos como bárbaros, os quais somente tinham uma finalidade econômica para o colonizador, que não os percebia como semelhantes e, sim, como um ser inferior. O indígena sempre foi escravizado nas *encomiendas*, nas fazendas ou nas minas.

A ortodoxia, a intolerância e a visão estreita e excludente da realidade geraram um processo de convívio cultural extremamente danoso para as duas civilizações que se confrontaram.

Se nos reportarmos a Caliban e a Próspero, o "civilizador" acabou escravo do bárbaro. As propostas salvaçãoistas, únicas e excludentes, certamente trazem no seu cerne a impossibilidade de um projeto definitivo e harmônico, pois implicam a existência de alguém que deva ser doutrinado, convertido, incorporado, e não somente aceito e reconhecido como semelhante.

Um exemplo desse confronto civilizatório foi o ocorrido no México quando os espanhóis conquistaram um império oriundo de uma cultura milenar.

O MÉXICO PROFUNDO

*"Tengamos presente que nuestro Pueblo no es el Europeu, ni el Americano del Norte, que más bien es un compuesto de Africa y de America que una emanación de la Europa."*¹⁴

Bonfil¹⁵ faz uma distinção entre os dois

Méxicos que coexistem, interpenetram-se mas não se fundem, o México imaginário e o México profundo. O México imaginário é o México moderno que desenvolveu uma sociedade baseada nos modelos franceses e norte-americano e adotou, como padrão de comportamento coletivo, a "desindianização" da população indígena e da cultura mesoamericana. O México profundo é o México ao qual pertence a maior parte do país, são os indígenas e parcela da população mais pobre, em especial, os camponeses. O México imaginário nega, diuturnamente, o México profundo, desconhecendo os traços culturais de parcela significativa da população. Apresentaremos uma síntese dos principais aspectos do trabalho de Bonfil que explicitam esse choque cultural.

Há cerca de 30 mil anos o homem já habitava as terras mexicanas, porém a civilização mesoamericana estabeleceu-se, aproximadamente, a 1.500 a.C., quando ocorreu a sedentarização da população, surgindo a cultura *olmeca*, considerada a "mãe" da civilização mesoamericana. Principalmente em razão de fatores geográficos, formaram-se diversos povos com culturas próprias. No final do século XV, já estava estruturada, de forma muito eficiente, a dominação militar azteca, a qual se consolidou em Tenochtitlan, sob o governo de Itzcóal. Atualmente, existem cerca de 10 milhões de indígenas que correspondem a 10% da população mexicana, os quais falam 56 diferentes línguas, sendo a cidade do México a localidade com o maior número de habitantes aborígenes em todo o mundo. Os dados referentes a quantitativos populacionais indígenas são difíceis de serem avaliados, em razão da resistência

14. Bolívar, Simon. Discurso pronunciado pelo Libertador no Congresso de Angostura em 15 de fevereiro de 1819, dia de sua instalação. *Escritos*

Selectos, p. 155/56.

15. Batalha, Guilhermo Bonfil. *México Profundo, Una Civilización Negada*, p. 14.

das novas gerações em não se reconhecerem como índios. Para Bonfil, apesar de os traços genéticos evidenciarem que uma parcela muito grande da população possui características indígenas, grande parte desse contingente não manteve a sua cultura, nem a mesclou com a cultura europeia.¹⁶ Assim, a mestiçagem não garantiu a integração cultural e o fenômeno da "desindianização", com a negação da cultura indígena, foi mais forte.¹⁷ As comunidades campesinas tradicionais, não indígenas, ainda mantêm parte da cultura mesoamericana, por ter sido o campo o mundo do colonizado e a cidade o do colonizador. Dificultando ainda mais o censo da população indígena, não existe no México uma definição jurídica de quem é o índio mexicano.

Essa cultura própria, negada pelo México imaginário, confronta-se com os valores ocidentais de forma marcante. O índio tem uma relação de total integração com a natureza, não querendo dominá-la mas com ela conviver de forma harmônica e integrada. A terra é um ser vivo, não possuindo a característica de bem particular.

A família é o núcleo da atividade econômica e o pólo da reprodução da cultura indígena. A produção econômica é auto-suficiente, dirigida para o autoconsumo, com um baixo nível de acumulação. Essa auto-suficiência faz com que o índio desempenhe diversos trabalhos, não priorizando a especialização. O trabalho comunitário cooperativo com ajuda recíproca, em uma cadeia de lealdade e solidariedade, foge à lógica ocidental do trabalho assalariado que possui um valor de troca.

A comunidade possui autoridades reconhecidas por todos que organizam e fiscalizam a execução do trabalho coletivo. Nas oportunidades em que ocorre esse tipo de trabalho, o mesmo adquire a característica de um acontecimento festivo, onde é possível o estreitamento do convívio social. A autoridade é adquirida em um longo exercício de convivência e pela execução de trabalhos comunitários, tendo um caráter civil, religioso e moral. Após o desempenho de todos os cargos da hierarquia social, o líder indígena atinge a situação de *mayordomo* e ingressa no "grupo de *principales*", onde reside a maior autoridade da comunidade. A realização individual ocorre no trabalho comunitário, que tem, como recompensa, a investidura da autoridade, não havendo a recompensa material pelo exercício dessa autoridade.

O MÉXICO IMAGINÁRIO

Bonfil expõe o que julga ser o México imaginário, construído desde a colonização espanhola. A conquista mexicana foi extremamente violenta e baseou-se na cruz e na espada. A cruz foi a justificação moral do empreendimento colonial e, a espada, o instrumento para a consecução dos objetivos estabelecidos. Além da violência física, resultante da operação de conquista, as epidemias decorrentes das doenças trazidas pelos colonizadores agravaram o quadro de dizimação da população local. Quando da chegada dos espanhóis, a população estimada do México era de 25 milhões de habitantes e, somente no início do presente século, a

16. Para Bonfil, "o índio não se define por uma série de traços culturais externos que o fazem diferente ante os olhos dos estranhos (a vestimenta, a língua, as maneiras etc.); define-se por pertencer a uma coletividade organizada (um grupo, uma sociedade, um

povo) que possui uma herança cultural própria e que tem sido forjada e transformada historicamente, por gerações sucessivas. Em relação a essa cultura própria, se sabe *maya*, *purepecha*, *sen* ou *huasteco*".
 17. *Ibidem*, p. 42.

população mexicana consegue, novamente, atingir esse patamar demográfico. Essa involução populacional evidencia o que foi a atividade "civilizatória" espanhola no México, no que diz respeito ao trato com os indígenas.

Desde a colonização, os grupos que detiveram o poder político não tiveram um projeto que priorizasse o México profundo. Todos os níveis superiores de organização social foram destruídos, somente permanecendo as comunidades locais. A independência e a Revolução Mexicana, primeira das grandes revoluções havidas no presente século, não modificaram o quadro político de exclusão dos indígenas. A Revolução Mexicana adotou o modelo político dos Estados Unidos da América, e as proposições de um dos seus líderes, Emílio Zapata, centradas nas questões indígenas, foram derrotadas, não conseguindo implantar-se como metas políticas, após a derrubada da ditadura porfirista. Do projeto zapatista somente a questão agrária foi contemplada na Constituição de 1917 sendo, posteriormente, modificada.¹⁸ Manteve-se, durante a história política mexicana, um Estado no qual a maioria da população não participou ativamente do processo político. O México urbaniza-se, ocorre a migração do campo para as cidades, os conflitos pela posse da terra aumentam, eclodem revoltas e rebeliões, criando o caldo de cultura favorável à proliferação de núcleos revolucionários. À semelhança dos colonizadores e religiosos, a mensagem dos novos ativistas não inclui o reconhecimento do México profundo e da multipluraisdade étnica.

Bonfil discute ainda o papel da Igreja Católica na história mexicana. Portadores da mensagem redentora a seres inferiores que

deveriam ser salvos a qualquer preço, os religiosos também exploraram a população indígena. Utilizando seu trabalho nas missões e nas construções das igrejas, os clérigos disputaram com os colonizadores a posse dessa mão-de-obra. Essa atividade econômica foi de tal ordem que a Igreja chegou a ser a maior proprietária de terras do México.

A partir dos anos 70, muda a política mexicana para a população indígena, com um programa implantado por Miguel de la Madrid, onde é priorizado o reconhecimento do pluralismo étnico, substituindo a incorporação forçada do indígena. Bonfil faz crítica ao programa, por ter algumas contradições, mas esse é um primeiro passo em direção ao resgate histórico das comunidades indígenas. Em 1975, surge o Conselho Nacional dos Povos Indígenas, composto por dezenas de conselhos supremos. Dessa forma, a população indígena passa a ter uma representação organizada e institucionalizada. Também são criadas diversas organizações não governamentais que passam a se preocupar com a questão dos indígenas.

Apesar desses esforços e mobilizações político-sociais visando à integração, a problemática indígena entrou na agenda política mexicana, de forma violenta, com os conflitos ocorridos na região de Chiapas.

O CONFLITO DE CHIAPAS

"...a finalidade da rebelião é a libertação, ao passo que a finalidade da revolução é a instituição da liberdade..."¹⁹

No dia primeiro de janeiro de 1994, inicia-se um conflito armado no Estado de

18. *Ibidem*, p. 105

19. Arendt, Hannah. *Da Revolução*, p. 114.

Chiapas e o incidente, conforme um comunicado da Embaixada mexicana, desenvolveu-se da maneira abaixo descrita.²⁰

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) toma as prefeituras de diversas cidades da região e apresenta uma pauta de reivindicações. Além da ação militar, cerca de 15 mil indígenas deslocaram-se para a região do conflito. O governo mexicano realizou, inicialmente, uma operação militar para a retomada do controle das localidades ocupadas, buscando o restabelecimento da normalidade institucional. Tentou, simultaneamente, uma solução para o conflito através de negociações políticas. Para isso, deslocou, para próximo à região do confronto, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos, e o Congres-

so criou a Comissão Especial Plural, para a pronta resolução do conflito. Treze dias depois de iniciado o conflito, foi estabelecido um cessar-fogo, com o compromisso da suspensão das hostilidades. O governador de Chiapas renuncia e o governo federal cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Integral e Justiça Social para os Povos Indígenas, o Fundo de Apoio para Indenizações, dos prejuízos causados pela ação militar, e o Programa de Apoios Diretos para Reativar a Economia, dirigido para a região produtora de café. Foi ainda aprovada a Lei de Anistia para os envolvidos no confronto militar.

20. Embaixada do México no Brasil. *Esfuerzos del Gobierno Mexicano por Resolver el Conflicto en Chiapas por la Vía del Dialogo y la Negociación*, 24 de fevereiro de 1995.

De 11 de fevereiro a 3 de março, o EZLN reúne-se com um Comissário do Governo Federal para buscar o estabelecimento de um *Compromisso por uma paz digna em Chiapas*, no encontro, denominado Diálogos de San Cristobál. Das 34 reivindicações zapatistas, 32 foram aceitas pelo Comissário, porém o documento não foi assinado pelo EZLN, em razão de manifestações feitas por organizações de proprietários rurais e, também, em virtude do assassinato do candidato do PRI à Presidência da República, Luís Donald Colosio.

A aprovação de uma nova Lei Eleitoral, a destinação de verbas para apoiar os camponeses em programas sociais e a criação de uma infraestrutura produtiva e de apoio à produção agrícola foram medidas políticas tomadas pelo go-

verno mexicano buscando uma solução para o conflito. Com a posse do Presidente Ernesto Zedillo, continuaram as negociações. Na esfera estadual, o governador de Chiapas enviou, ao Congresso, oito iniciativas de reformas, destacando-se as do Código Penal, Eleitoral e dos Direitos Políticos dos Povos Chiapanecos. O novo Presidente procurou reduzir o quadro de beligerância na área, apesar da descoberta de um arsenal com armamento pesado, na cidade do México e no Estado de Vera Cruz, pertencente ao EZLN. O governador de Chiapas, Eduardo Robledo Rincón, deixou o governo, pedindo uma licença para abrir um espaço político maior para as negociações. O comunicado da Embaixada mexicana transcreve as palavras do Presidente Zedillo, em que há o reconhecimento da situação de exclusão e

"Chiapas é um estado mexicano com cerca de 3 milhões de habitantes, possuindo 101 municípios e grande número de povoados. Trinta por cento da população se constituem de indígenas que falam oito línguas."

injustiça na qual se encontram os indígenas da região.²¹

Chiapas é um estado mexicano com cerca de 3 milhões de habitantes, possuindo 101 municípios e grande número de povoados. Trinta por cento da população se constituem de indígenas que falam oito línguas. Na região do conflito, encontra-se a Serra Lacandônia, coberta por selva, sendo uma área de difícil acesso por possuir poucas estradas. A região é grande produtora de petróleo, energia elétrica, gado, café, fumo, açúcar, soja, sorgo e frutas. A produção diária de petróleo da região é de 92 mil barris e de 516,7 bilhões de pés cúbicos de gás. A região produz 35% da safra nacional de café e 35% da energia hidrelétrica gerada no país. Apesar dessa capacidade produtiva, Chiapas é o estado mais pobre do México.²²

Na região de Chiapas, é forte a influência do clero ligado à Teologia da Libertação. O bispo de San Cristóbal de las Casas, Samuel Ruiz, é a maior expressão da Teologia da Libertação no México, tendo sido escolhido pelo EZLN como intermediador nas negociações com o governo mexicano nos Diálogos de San Cristóbal. Ruiz sofre pressões de parcela da imprensa mexicana e de setores conservadores da sociedade mexicana que o acusam de ser ligado à causa zapatista. Em agosto de 1976, foi preso, no Equador, acusado de guerrilheiro.²³ Em 1993, o Exército Mexicano apresentou provas de

sua participação em um projeto de insurreição armada, quando foram encontradas, na sacristia do templo de El Carmen, caixas com armamento, munição e material de propaganda de extrema esquerda.²⁴ Após a criação do Centro dos Direitos Humanos Frei Bartolomé de las Casas, no final dos anos 80, o bispo intensificou suas denúncias do processo de exclusão e marginalização que sofriam os indígenas chiapanecos. Por suas atitudes políticas, a Congregação para os Bispos, do Vaticano, aventureu a possibilidade de sua destituição do bispado onde atua. Apesar dessa posição do Vaticano, teólogos de vários países apoiaram sua forma de agir, tendo o mesmo recebido os prêmios Oscar Arnulfo Romero e da Fundação Paolo Borsellino, ambos em Roma. No Brasil, o cardeal Aloisio Lorscheider e o teólogo Aloísio Araujo de Oliveira defenderam o recurso da utilização da guerrilha em Chiapas por não restar outra forma de luta, para combater a opressão.²⁵

A Teologia da Libertação buscou criar uma identidade entre os indígenas de forma que pudessem desmantelar as seculares estruturas de dominação. Incentivou a realização de Congressos Indígenas, onde diferentes povos discutiram seus problemas comuns. O catecismo passou a ter, em seu bojo, uma proposta de luta e de revalorização da vida comunal, da identidade indígena, de luta contra o *status quo*, buscando, em última

21. *Ibidem*, p. 14. "El Presidente Ernesto Zedillo convocó a que en Chiapas se construyan condiciones para superar la marginación de las comunidades indígenas e campesinas, renovar la vía política fortaleciendo la democracia, respetar e impulsar las formas de organización propias de los indígenas en el marco de la Constitución, restaurar el estado de derecho y avanzar en un estado de equidad."

22. Departamento de Prensa y Propaganda do Exército Zapatista da Libertação Nacional; Chiapas el Sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía, *Perfil de*

la Jornada, México, 27 de janeiro de 1994.

23. Morales, Sonia e Rodrigo, Vera. Samuel Ruiz ha resistido, desde 1960, hostigamientos, agresiones, injurias, *Processo* nº 956, México, 27 de fevereiro de 1995.

24. Benjumea, Torcuato; Luca de Tena. *El juguete de Samuel*, *Siempre* nº 2187, México.

25. Vera, Rodrigo. En Chiapas o dondequier, hasta la Iglesia conservadora acepta la guerra contra el tirano si hay otra opción: Lorscheider e Araujo, *Processo*, nº 901, México, 7 de fevereiro de 1994, p. 26.

instância, a construção do reino de Deus na Terra.²⁶ Utilizando um grande número de leigos na região do conflito, Samuel Ruiz tem, na pastoral indígena, 300 diáconos, 4.300 catequistas e 200 pré-diáconos, que se ligam com os *Principales*, tradicionais autoridades indígenas. Por um certo período, representantes e ativistas da Teologia da Libertação trabalharam junto com ativistas políticos da *Linea Proletaria* e *Linea de Masas*, porém os conflitos entre os religiosos e os políticos se acentuaram de forma crescente, culminando com a expulsão dos políticos pelos índios. Prevaleceu a forma de atuação dos religiosos que propunham que o processo de luta deveria ser "acompanhado", enquanto os políticos pleiteavam "dirigir o processo".

Além do apoio que parcela do clero internacional, ligado à Teoria da Libertação, ofereceu aos revoltosos de Chiapas, no âmbito internacional, ocorreram manifestações populares de solidariedade aos zapatistas na França, Alemanha, Suíça, Bélgica e Noruega,²⁷ assim como pronunciamentos de chefes de Estados e de Governo preocupados com a situação.

A rebelião de Chiapas ocorreu logo após a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio (TLC), firmado com os Estados Unidos da América e o Canadá. As relações com os Estados Unidos estavam desgastadas em razão do endurecimento da política norte-americana para os imigrantes ilegais mexicanos, do posicionamento do Departamento de Estado, pedindo mais democracia

no México, e das declarações de congressistas norte-americanos, criticando a situação interna mexicana, em virtude de o governo ter um comportamento contrário aos princípios da Constituição norte-americana.²⁸

A repressão armada aos revoltosos de Chiapas realizou-se sem grande liberdade de manobra, por parte do Exército Mexicano, em razão da opinião pública internacional e, mesmo, pelo apoio que os zapatistas têm dentro do México. No confronto armado dos primeiros dias da revolta, cerca de 145 guerreiros teriam sido mortos. Manifestações populares envolvendo milhares de pessoas prestaram solidariedade aos zapatistas. Nessas manifestações, as palavras de ordem eram: "Todos somos Marcos, todos somos zapatistas, todos somos indígenas."

O poder constituído do México, inicialmente, empregou suas forças de segurança, em particular o Exército, para reprimir a revolta. Posteriormente, adotou a política da resolução pacífica e do diálogo para a resolução do conflito, ficando a cargo do Exército somente o isolamento da região. Em princípio, toda a utilização do poder militar em situações internas é difícil de ser executada por envolver nacionais em conflitos armados. Roderic Al Camp²⁹ acredita que há uma resistência forte dos atuais generais mexicanos em empregar o Exército em ações de repressão a nacionais, cumprindo políticas desenvolvidas pelos presidentes mexicanos. O motivo seria a repressão feita às manifestações estudantis em Tlatelolco, durante o outono de 1968, quando o Exército assumiu a

26. Maza, Enrique. Juntas, la acción política y la acción pastoral concientizaron a los indígenas en la búsqueda de su redención, *Processo* nº 901, México, 7 de fevereiro de 1994, p 23 e 25.

27. Mergier, Anne Marie. Se mantiene viva en Europa la simpatía por Marcos y el movimiento zapatista, *Processo* nº 956, México, 27 de fevereiro de 1995, p 30.

28. Puig, Carlos. Después de Chiapas, desconcierto, decepción y endurecimiento de Estados Unidos hacia México, *Processo* nº 901 México, 7 de fevereiro de 1994, p 52.

29. Maza, Enrique. Alemán politizó al ejército, Salinas lo lleva a determinar comicios, *Processo* nº 810, México, 11 de maio de 1992, p. 8, 9 e 10.

responsabilidade pela realização das ações repressivas.

O incidente de Chiapas tem uma conotação diferente, por ter o Exército sido atacado pelas forças zapatistas. Conforme discurso do Secretário de Defesa, General Antonio Riviello Bazán,³⁰ o Exército foi atacado pelos zapatistas, não lhe restando senão a alternativa da reação. Nesse pronunciamento, busca-se realçar as seguintes idéias forças: o México espera a lealdade dos seus soldados; o Exército é o povo, dele faz parte e sempre esteve ao seu lado, principalmente quando das calamidades; o Exército Mexicano é um exército amante da paz; a intervenção em Chiapas é legal e busca o restabelecimento da segurança interna e a manutenção da ordem constitucional, e critica a solução armada como forma de solucionar conflitos.

Roderic Al Camp³¹ expõe que o prolongamento das operações poderá trazer dificuldades para o Exército, por ser impopular a ação repressiva para os próprios militares, principalmente em função do tipo de socialização feito pelo Exército, no qual sempre é destacada a sua origem popular, sua vinculação com o povo e com as classes populares.

Fruto das operações militares surgiram denúncias, por parte de diversas organizações não governamentais, de violações dos direitos humanos. Mais de 30 organizações mexicanas não-governamentais ligadas às questões dos direitos humanos denunciaram, à Comissão Interamericana de Direitos

Humanos, da Organização dos Estados Americanos — OEA, em Washington, a violação de direitos humanos na repressão ao EZLN, em Chiapas.³² A Anistia Internacional também o fez. A Comissão Nacional dos Direitos Humanos,³³ órgão governamental, que realizou investigações sobre denúncias acerca de violação dos direitos humanos na região de operações, comprovou, em algumas delas, procedimento irregular das forças de segurança. As denúncias estendem-se também ao EZLN, que teria realizado seqüestros, morte de militares que já haviam se rendido e apropriação de bens particulares.

A crise econômica ocorrida no México, em fevereiro de 1995, trouxe um novo complicador para a solução pacífica de Chiapas. O México, apontado pelos organismos econômicos internacionais e pelos grandes bancos que atuam no mercado financeiro internacional como um exemplo de ajuste aos novos padrões da liberdade de mercado e da globalização econômica, entra em uma brutal crise financeira. Para solucionar o problema, os Estados Unidos forneceram um empréstimo de US\$ 20 bilhões e hipotecaram a produção do petróleo exportado do México para o pagamento dessa dívida.

AS REIVINDICAÇÕES DO EZLN

"La soberanía nacional reside esencial e originariamente en el pueblo. Todo poder público dimana del pueblo y

30. Bazán, Antonio Riviello, Lealdade de las Fuerzas Armadas, *Tiempo*, México, março de 1994, p XI-XIII. O discurso foi proferido em uma solenidade militar, ocorrida no dia 9 de fevereiro de 1994, quando da comemoração do LXXXI Aniversário da Marcha da Lealdade.

31. Puig, Carlos, El Ejército se la va a cobrar exigindo mayor participación política: Roderic camp, *Processo* nº 902, México, 14 de fevereiro de 1994, p 8.

32. Puig, Carlos, Incurrió el Ejército en actos inconstitucionales, *Processo* nº 902, México, 14 de fevereiro de 1994, p 16.

33. Comisión Nacional de Derechos Humanos, *Informe Especial de la Comisión Nacional de Derechos Humanos sobre sus Acciones realizadas en el marco del Transtorno Interior del Estado de Chiapas, entre el 9 al 19 de febrero de 1995*, mimeografado, México, 20 de fevereiro de 1995.

*se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el enalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno.*³⁴

O EZLN é chefiado pelo subcomandante Marcos, codinome de Rafael Sebastian Guillen Vicente, professor universitário formado na Universidade de Sorbone, em Paris. Guillen foi educado por jesuítas, executou trabalhos sociais nas montanhas de Tarahumara e recebeu uma medalha do Presidente José Lopes Portillo por sua atuação na área de ensino.³⁵ Líder carismático, com grande presença na imprensa, é o subcomandante Marcos o grande porta-voz do movimento zapatista. Os objetivos e as reivindicações do movimento encontram-se nas declarações do Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional (CG EZLN) e nas entrevistas concedidas pelo subcomandante Marcos a órgãos da imprensa.

Para os zapatistas, o movimento é fruto de 500 anos de resistência, iniciando com as lutas pelo fim da escravidão dos indígenas, prosseguindo na Guerra pela Independência Mexicana, na luta contra o expansionismo norte-americano, na expulsão do império francês, na derrubada da ditadura de Porfírio Dias e na resistência à dominação das elites.³⁶ O movimento inspira-se nas propostas do líder revolucionário Emilio Zapata, que tinha como meta, na Revolução Mexicana, o atendimento das reivindicações camponesas. Alicerça e legitima sua insurreição no Artigo 39 do Texto Constitucional Mexicano, que assegura que o povo, a qualquer tempo, tem

o direito de mudar a forma de seu governo.

O movimento não pretende restringir-se à região do conflito e às populações indígenas e, na sua Declaração de Guerra, convoca o povo mexicano para lutar por *trabajo, tierra, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz*, pretendendo levar o conflito até à cidade de México. Elege ainda, como inimigo do México, o partido no poder apoiado pelo Exército federal.

Na Segunda Declaração da Serra Lacandona,³⁷ é citado o pensamento de Zapata, em que o líder revolucionário defende a necessidade da divulgação das idéias de liberdade para que, junto com a espada, seja possível derrubar as ditaduras. O EZLN atribui, à sociedade civil, a missão de buscar uma forma de democratizar o país, e defende que a ela pertença a soberania. Reivindica a solução política para o conflito e propõe a deposição das armas somente quando houver "Democracia, Liberdade e Justiça para todos". Recusa, ainda, as ofertas do governo em programas para a região, em razão de não haver mudanças profundas na estrutura política mexicana.

Para os revoltosos, não será pela força das armas que se chegará a uma solução para a região e, sim, pela mobilização política de toda a sociedade civil. Entendem, ainda, que o momento em que foi iniciado o movimento não era o mais propício, em virtude da assinatura do TLC, da queda do socialismo, da situação de Nicarágua, El Salvador e Guatemala, mas a fome, a mortalidade infantil e a não resolução da questão agrária impeliram a eclosão do movimento.³⁸

35. *Gazeta Mercantil*. Alerta com instabilidade em Chiapas, Brasil, 13 de fevereiro de 1995.

36. EZLN. Declaração de Guerra do Exército Zapatista de Libertação Nacional, *El País*, México.

37. EZLN. Segunda declaración de la Selva Lacandona,

El País, México, 17 de março de 1994, p. 7.

38. Subcomandante Marcos. Marcos: nuestro ciclo ya terminó; el asunto es ahora de la sociedad civil, *El País*, México, 4 de março de 1994.

A questão das terras indígenas é exposta em uma Mensagem aos Indígenas³⁹ e o EZLN exige o retorno incondicional de todos os expulsos de suas legítimas terras. Intima o governo a fazer uma opção entre os interesses dos indígenas ou dos latifundiários. O Comitê Clandestino Revolucionário Indígena — Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional (CCRI — CG EZLN) assina um comunicado dirigido ao povo mexicano no qual se intitula a voz de todos os desassistidos, dos que não têm voz, dos desalojados de suas terras, enfim, da população sem representação política efetiva.⁴⁰

O EZLN quer ser reconhecido como uma força beligerante, havendo, dessa forma, o reconhecimento de um conflito semelhante ao deflagrado entre forças internacionais. Com o reconhecimento do estado de beligerância, aplicar-se-ia ao conflito as leis da Convenção de Genebra, seria possível o estabelecimento de alianças internacionais e o EZLN teria o *status* de uma força internacional.

Além das reivindicações de caráter social, expressas na primeira declaração da Selva de Lacandona e nos 34 pontos apresentados nos Diálogos de San Cristobán, o movimento exigiu a renúncia do Presidente da República e dos presidentes dos estados, um novo pacto federal que acabasse com o centralismo e reconhecesse a autonomia das comunidades indígenas e dos municípios, o reconhecimento legal das autoridades indígenas, a revisão do TLC, o fim do saque das riquezas nacionais, e que o artigo 27 da Cons-

39. EZLN. Retorno de todos los expulsados, petición rebelde, *El País*, México, 20 de fevereiro de 1994, p 14

40. EZLN. Justicia, democracia y libertad "para todos", pedirán los zapatistas, *El País*, México, 20 de fevereiro de 1994.

41. EZLN. Espejo primeiro, *El País*, México, 10 de junho

tituição respeite a proposta de Zapata de que a terra deva pertencer a quem nela trabalhe.

O Exército mexicano é visto, pelos zapatistas, como um exército de ocupação em seu próprio território e o governo um joguete de organismos internacionais e de outros países.⁴¹

Prega ainda a realização de uma Convenção Democrática Nacional, soberana e revolucionária, da qual resulte um governo de transição e uma nova Constituição que garanta o cumprimento legal da vontade popular.⁴²

O subcomandante Marcos não acredita na possibilidade de uma vitória militar, porém crê que o desfecho da guerra empreendida pelos zapatistas inspirará movimentos em toda a América Latina, citando, como países sujeitos à essa influência, os de origem hispânica.⁴³

Em grande parte dos pronunciamentos e declarações, há um culto da morte sempre colocando que a vitória não é o mais importante, mas, sim, a honra, e que as vidas dos zapatistas serão sacrificadas em busca de um México melhor.

REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO MEXICANA

“... somos conscientes de que, para poder hablar como hondureños, como centroamericanos, como latinoamericanos, como miembros de una nación o más bien de un proyecto de nación, es necesario luchar para que ésta adquiera

de 1994, p 9.

42. EZLN. No podemos aceptar una paz indigna, *El País*, México, 12 de junho de 1994.

43. EZLN. "No le creemos", dice el subcomandante Marcos a Zedillo, *El País*, México, 7 de dezembro de 1994, p. 13.

*sus contornos, se arraigue en su propia historia, se determine por si misma, lo que sólo es posible en la medida que sea capaz de adquirir una autoconciencia nacional, una fisionomía social peculiar, una personalidad colectiva, que nos permita poseer la capacidad de ir encontrando nuestras propias respuestas a las necesidades que las condiciones siempre presentes y modificables nos van imponiendo.*⁴⁴

É nítida a continuidade dos discursos de Zea, Bonfil e do Exército Zapatista de Libertação Nacional. As "palavras de ordem" do EZLN e os pressupostos de Zea, para um relacionamento político e social da sociedade mexicana, são muito parecidos. Para os insurgentes, democracia, liberdade e justiça para todos; para Zea, democracia, justiça social e liberdade. As propostas de mudanças são seculares e perpassam a História mexicana.

A causa principal do descompasso político e social é o estabelecimento de sistemas políticos transladados de outras realidades, os quais não priorizam a cidadania ou a participação efetiva da maior parte da população na arena política. Para uma grande parcela do povo, a inclusão na vida política é feita pela exclusão, o que é uma forma extremamente perversa de participação.

O sistema de tomada de decisões pelas cúpulas política, econômica e social, igno-

rando e não priorizando as camadas mais pobres da população, gera ressentimentos e insatisfações que, mais cedo ou mais tarde, se cristalizam e eclodem, na maioria das vezes de forma violenta. A revolta de Chiapas é o explodir de uma bomba armada, em um passado remoto, por sistemas políticos sucessivos que não conseguiram criar as plenas condições da cidadania.

Parcela significativa da população não pode ser alijada do centro das decisões por ter uma visão de mundo diferente. Qual seria o critério para classificar a cultura dos povos

indígenas mexicanos de inferior e estabelecer que há civilizados e bárbaros, superiores e inferiores, dominadores e homens destinados a ser dominados? Seria a ca-

pacidade de produção econômica e de acumulação de bens materiais, a potencialidade para criar e absorver tecnologia, o nível de felicidade pessoal, a harmonia da convivência social, a complexidade das estruturas políticas ou sociais? Enfim, como determinar quem é o bárbaro ou o civilizado?

Seria, utilizando o referencial dos países centrais, um padrão de civilização a possibilidade de destruir o próprio Planeta centenas de vezes; de condenar à morte milhares ou milhões de pessoas com a poluição dos ecossistemas; de elaborar e implementar políticas econômicas excludentes, condenando à marginalidade países e até continentes; de estabelecer e impor padrões referenciais de troca de mercadorias aviltados, contribuindo para a miséria de legiões de seres humanos e, principalmente, fazendo com que miseráveis sustentem populações mais ricas? Enfim, o que é ser moderno, civilizado?

O conflito de Chiapas tem um caráter

44. Selva, Rafael Murillo. 1990 — "La Nacionalidad, las culturas llamadas populares y la Identidad". In Dieterich, Heinz, ed. *La Interminable Conquista: emancipación y identidad de América Latina, 1492-1992* México: Mortiz y Planeta: 1990, p. 70.

muito educativo por reproduzir, em um Estado nacional, as injustas condições da convivência humana implementada pelos países "civilizados". Uma região rica em recursos naturais, com um povo possuidor de uma cultura milenar, não consegue possibilitar aos seus habitantes uma vida digna. A semelhança do injusto sistema de trocas internacionais, a energia e a produção agrícola ali produzidos sustentam e dão suporte ao desenvolvimento econômico das classes mais abastadas da população mexicana, porém, não beneficiam, na mesma proporção, os habitantes de Chiapas.

Essa visão discriminada das relações sociais foi compartilhada e incentivada pelo sistema financeiro internacional. Pouco antes do início da rebelião de Chiapas, o México era apontado como padrão de país em desenvolvimento ajustado à modernidade. Qual seria essa modernidade? Com as políticas neoliberais, altamente excludentes e baseadas na sacralização do mercado, sendo eleitas como o grande referencial para caminhar-se em direção ao progresso e, sendo esse novo ícone o marco maior da modernidade, torna-se difícil pensar na inclusão, no respeito ao outro que possui uma cultura distinta como um ser humano, e não como uma peça descartável em uma grande engrenagem virtual. Pombo expõe as incoerências das políticas neoliberais impostas, pelos países centrais, para os países latino-americanos e aponta a eclosão de rebeliões e atos de grande violência popular como um dos produtos de sua implementação.⁴⁵

Certamente, o mundo atual vive uma crise de propostas políticas sustentáveis. A derrocada do socialismo real enterrou a utopia do paraíso na Terra e o surgimento de

um novo homem. A tentativa do estabelecimento de um Estado igualitário, humano, isento da opressão das diferenças geradas pela posse dos meios de produção redundou em sistemas políticos extremamente opressivos e discriminatórios, que não conseguiram se sustentar e foram derrubados por aquele que deve deter o poder — o povo.

Os sistemas políticos modernos tiveram sempre que conviver com o dilema de dosar liberdade e igualdade. A tentativa de exponenciar a igualdade praticada pelos regimes políticos totalitários de esquerda geraram uma extrema desigualdade. E o que vemos na atualidade com a exponenciação da liberdade? Os mercados livres da interferência estatal e altamente integrados em amplos sistemas de trocas serão capazes de gerar liberdade para todos, que não seja a liberdade de morrer de fome, inanição ou de doenças endêmicas?

Politicamente, querer não é poder; o poder fazer, muitas vezes, independe da vontade de líderes políticos ou da capacidade de implementar mudanças em uma sociedade. O mundo é cada vez mais uma aldeia global, onde as influências dentro do sistema internacional são ditadas pelo *quantum* de poder político, econômico, militar e tecnológico de cada um de seus componentes. Assim, o quadro mexicano é fruto de conjunturas internacionais passadas e presentes, onde não houve e não há a convivência harmônica e sim a busca da dominação. Interessante ressaltar as formas com que os "civilizadores" legitimam suas metas. A ação da Igreja Católica no México é bem ilustrativa.

O Evangelho de Jesus Cristo, que prega em seus dois únicos mandamentos o amor a Deus e ao próximo, foi o motivo para justificar o massacre da população indígena mexicana pelo conquistador espanhol. A

45. Pombo, María Dolores Paris. *Crisis e Identidades Colectivas en América Latina*, p. 143/4.

Teologia da Libertação, muito criticada principalmente por imiscuir a autoridade espiritual do sacerdote com questões temporais, pode ser vista de um outro pôlo — como uma tentativa de expiar os pecados do passado, quando os padres dominaram as populações indígenas também em razão de sua autoridade espiritual. Busca, ainda, redimir a Igreja do passado, aliada ao poder político opressor, que fornecia a justificativa teológica e moral para que a espada pudesse implementar os interesses espanhóis na América. Atualmente, quase como um exercício de penitência, os religiosos da Teologia da Libertação centram suas atenções nos desassistidos, em especial nas populações indígenas e camponesas e, em muitas oportunidades, radicalizam suas posições, sem a ponderação devida de quem tem responsabilidades pastorais.

Ainda analisando instituições seculares, o papel do Exército mexicano também é ilustrativo do mundo de incoerências em que vivemos. Uma das prerrogativas distintivas dos Estados modernos é o monopólio do uso legal da coerção física. Em última instância, cabe às Forças Armadas o exercício dessa atribuição estatal. Essa ação pode dar-se na afirmação do poder do Estado externa e internamente. Ambas as situações — as de guerra contra um outro Estado ou de operações para a manutenção da segurança interna — são circunstâncias de violência física em que se busca impor a vontade estatal pela força das armas. Se nas situações de guerra externa a justificativa do emprego militar é problemática e sempre questionável, internamente o quadro torna-se mais difícil. O caráter distintivo do poder militar é o cumprimento de suas missões até às últimas consequências. Em confrontos externos, essa peculiaridade da atuação militar apóia-se na

sobrevivência do Estado Nacional ou na defesa incondicional dos nacionais; porém, em situações de conflito interno, torna-se politicamente impraticável, nos dias atuais, o emprego militar nessas condições.

O Exército mexicano, por suas peculiaridades históricas e funcionais, desenvolve e constrói o mito do Exército da Paz e de base popular. Oriundo de um Exército Revolucionário, a cultura da identificação popular é muito forte, sendo uma de suas missões a execução do "labor social".⁴⁶ Portém, é o responsável, em última instância, pela manutenção do Estado mexicano. Apesar do quadro de exclusão da população de Chiapas, reconhecido, publicamente, pelo Presidente Zedillo, do grande apoio popular que possui o EZLN e do suporte oferecido aos revoltosos por segmentos significativos da sociedade civil, o Exército é o braço armado do Estado a quem compete a execução da política de segurança estatal. As estimativas de Roderic Al Camp de que, em futuro próximo, poderá haver problemas disciplinares no Exército são um risco que corre qualquer Exército empregado em operações de segurança interna, principalmente quando reprime movimentos que possuem respaldos consideráveis na opinião pública.

Então, quais seriam as alternativas para o Exército? Aceitar o desafio e o desrespeito à autoridade estatal? Insurgir-se contra o poder político? Manter uma situação de dominação política considerada injusta? Em passado recente, países latino-americanos adotaram como modelo a condução do processo político pelos "soldados salvadores". Apesar

46. Labor Social são ações que visam a apoiar a população carente, através da construção de escolas e habitações, fazendo atendimento médico, obras de saneamento, enfim, realizando atividades de cunho social.

de, em alguns casos, os governos militares terem conseguido promover um significativo progresso material e um alavancamento da capacidade gerencial do Estado, a questão social não foi resolvida. Assim, o papel do Exército em ações como a de Chiapas é extremamente desgastante, cabendo ao poder político procurar solucionar os conflitos com o emprego mínimo da ação militar.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional, constituído, em sua grande maioria, por indígenas, quer ser a voz de todos os excluídos da sociedade mexicana. Liderado por um filósofo e não por um estrategista militar, o EZLN é um exército *sui generis*. Em um de seus comunicados reforça a importância da consciência popular da situação de injustiça a que é submetida, para, junto com a espada, conseguirem realizar as mudanças. O EZLN não desencadeou um movimento guerrilheiro clássico, onde os combatentes submergem em meio à população e somente atacam quando possuem o fator surpresa ao seu lado. Realizaram operações em que tiveram a postura de um exército regular, confrontando abertamente o Exército mexicano, sem que tivessem poder militar para tal, como nas ocupações de prefeituras, bloqueios de estrada etc., aparecendo à luz do dia semi-uniformizados e encapuzados. Conforme admitem os próprios revoltosos, a solução militar não lhes é favorável pois não possuem as mínimas condições para conduzir uma campanha militar com alguma possibilidade de sucesso. É, na verdade, um exército virtual por julgar estar em todo México, através dos meios de comunicações, por conseguir que parcela significativa da população se identifique com suas proposições e, fundamentalmente, por, em um mundo desprovido de utopias e centrado no consumismo material desenfreado, reviver as

odisséias dos Dom Quixotes e dos Robin Hoods.

A única saída para o movimento é política e a estratégia dos EZLN é clara. Nenhuma capacidade de vencer militarmente, que faz é buscar impor um novo regime de "justiça e dignidade" através da mobilização da sociedade. Sua tática é a conquista da opinião pública nacional e internacional, buscando apoios, e a ampliação do conflito para outros setores da sociedade mexicana.⁴⁷ EZLN atribui à sociedade civil mexicana, para não confiar nas estruturas estatais e nos mecanismos de consulta popular existentes na atualidade, a tarefa de reestruturar a vida política do México. Pleiteiam, também, o reconhecimento do estado de beligerância que traria mais dificuldades para o emprego do Exército mexicano e poderia, de alguma maneira, internacionalizar o conflito.

O EZLN não quer reformas graduais que postergariam a solução final das razões históricas que deflagraram o conflito. Em decorrência dessa postura, surge o diálogo de surdos travado com o governo federal. Para aceitar as reformas graduais, que procurariam resolver parcela dos problemas estruturais da região de Chiapas, conduziria o movimento para a arena da normalidade política mexicana. Não são reformas pontuais que pretendem os insurretos. O que buscam é a abertura de uma ampla discussão acerca da forma com que o Estado Mexicano exerce a dominação política. Assim, questões como a da posse da terra, da representatividade política da população indígena e do reconhecimento das autoridades tradicionais indígenas pelo sistema legal implicam profundas mudanças estruturais.

47. Correa, Fernando Perez. Chiapas: La hora de la razón. *Vuelta* nº 220, México, março de 1995.

de, em alguns casos, os governos militares terem conseguido promover um significativo progresso material e um alavancamento da capacidade gerencial do Estado, a questão social não foi resolvida. Assim, o papel do Exército em ações como a de Chiapas é extremamente desgastante, cabendo ao poder político procurar solucionar os conflitos com o emprego mínimo da ação militar.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional, constituído, em sua grande maioria, por indígenas, quer ser a voz de todos os excluídos da sociedade mexicana. Liderado por um filósofo e não por um estrategista militar, o EZLN é um exército *sui generis*. Em um de seus comunicados reforça a importância da consciência popular da situação de injustiça a que é submetida, para, junto com a espada, conseguirem realizar as mudanças. O EZLN não desencadeou um movimento guerrilheiro clássico, onde os combatentes submergem em meio à população e somente atacam quando possuem o fator surpresa ao seu lado. Realizaram operações em que tiveram a postura de um exército regular, confrontando abertamente o Exército mexicano, sem que tivessem poder militar para tal, como nas ocupações de prefeituras, bloqueios de estrada etc., aparecendo à luz do dia semi-uniformizados e encapuzados. Conforme admitem os próprios revoltosos, a solução militar não lhes é favorável pois não possuem as mínimas condições para conduzir uma campanha militar com alguma possibilidade de sucesso. É, na verdade, um exército virtual por julgar estar em todo México, através dos meios de comunicações, por conseguir que parcela significativa da população se identifique com suas proposições e, fundamentalmente, por, em um mundo desprovido de utopias e centrado no consumismo material desenfreado, reviver as

odisséias dos Dom Quixotes e dos Robin Hoods.

A única saída para o movimento é política e a estratégia dos EZLN é clara. Não tendo capacidade de vencer militarmente, o que faz é buscar impor um novo regime de "justiça e dignidade" através da mobilização da sociedade. Sua tática é a conquista da opinião pública nacional e internacional, buscando apoios, e a ampliação do conflito para outros setores da sociedade mexicana.⁴⁷ O EZLN atribui à sociedade civil mexicana, por não confiar nas estruturas estatais e nos mecanismos de consulta popular existentes na atualidade, a tarefa de reestruturar a vida política do México. Pleiteiam, também, o reconhecimento do estado de beligerância que traria mais dificuldades para o emprego do Exército mexicano e poderia, de alguma maneira, internacionalizar o conflito.

O EZLN não quer reformas graduais que postergariam a solução final das razões históricas que deflagraram o conflito. Em decorrência dessa postura, surge o diálogo de surdos travado com o governo federal. O aceitar as reformas graduais, que procurariam resolver parcela dos problemas estruturais da região de Chiapas, conduziria o movimento para a arena da normalidade política mexicana. Não são reformas pontuais que pretendem os insurretos. O que buscam é a abertura de uma ampla discussão acerca da forma com que o Estado Mexicano exerce a dominação política. Assim, questões como a da posse da terra, da representatividade política da população indígena e do reconhecimento das autoridades tradicionais indígenas pelo sistema legal implicam profundas mudanças estruturais.

47. Correa, Fernando Perez. Chiapas: La hora de la razón, *Vuelta* nº 220, México, março de 1995.

Ao lado de propostas de uma nova inserção da comunidade indígena no processo político mexicano, persiste a visão tradicional da incorporação dessas comunidades no quadro vigente. Para Sáenz,⁴⁸ a saída para a situação é uma mobilização da economia pública e privada para, junto com uma solução política, resolver a questão da miséria. O TLC seria um meio de ter-se investimento, e seria necessário "*lograr cierta uniformidad cultural e no exarcebar las diferencias étnicas e lingüísticas*".

Grande parte das reivindicações e das propostas para uma nova sociedade mexicana, feitas pelos zapatistas, está elencada no trabalho de Bonfil.⁴⁹ Interessante é como o autor propõe o desmonte do sistema vigente e o surgimento de uma nova civilização. "*La cuestión tal vez deba plantearse en estos términos: debemos aprender a ver occidente desde México en vez de seguir viendo a México desde occidente.*"⁵⁰ É uma nova proposta que prioriza o nacional, a cultura autóctone e a maioria da população. Fácil de ser implementada? Certamente que não, por necessitar um intenso esforço para a criação de um modelo político próprio e não "macaqueado" dos "civilizados". Os referenciais democráticos modernos são de países que não tiveram os problemas mexicanos e, consequentemente, não desenvolveram mecanismos e instrumentos políticos para conciliar os confrontos existentes nessa sociedade.

Entre o autogoverno, o comunitarismo indígena e popular e as práticas democráticas modernas há grandes contradições.⁵¹ Dentre essas contradições, poderíamos citar a representação política étnica, a convivência das

autoridades tradicionais indígenas com o sistema já instalado nas comunidades que não fossem somente compostas por indígenas, a conciliação das normas de direito com os costumes tribais, enfim, muitos seriam os conflitos entre as duas culturas quando colocadas em pé de igualdade.

Os zapatistas têm contra si o tempo. O Estado possui uma estrutura que possibilita durar na ação com muito mais eficiência que o EZLN. Contra o governo há parcelas da opinião pública internacional e nacional que não aceitariam uma ação militar violenta para equacionar o conflito. A esperança é de que o bom senso e a tolerância de todas as partes envolvidas prevaleçam.

Finalmente, poderíamos considerar que todos nós, latino-americanos, somos o México. O que foi acima exposto sobre a situação mexicana, com pequenas adaptações nos quadros político, econômico, militar e social, poderia ser útil para a compreensão da maioria dos países da América Latina. O quadro mexicano tem a peculiaridade de, em razão da existência de uma cultura milenar, marcada pela resistência, conseguir explicitar o conflito, fugindo à anomia existente em grande parte dos países da região.

As explosões de violência, o quadro de miséria estrutural, a ampliação da atuação do crime organizado, as crises econômicas, a inexistência de projetos políticos sustentáveis que resgatem a secular situação das extremas diferenças sociais, o quadro de graves injustiças sociais, a descrença nos sistemas políticos vigentes caracterizada pelo alheamento da maior parte da população da vida política, os baixos níveis dos indicadores de desenvolvimento social são evidê-

48. Saénz, Josué. *Crecimiento y modernidad para avanzar en Chiapas*, Examen, nº 58, México, pp. 5 e 6.

49. Batalla, Guilhermo Bonfil. *Op. Cit.*, p 217 a 246.

50. *Idem*, p. 235.

51. Mergier, Anne Marie. *Op. Cit.*

cias, na sofrida América Latina, de que Chiapas não é um problema somente mexicano.

No relacionamento externo, o convívio com a extrema dependência do sistema financeiro internacional, as elevadas taxas de juros das dívidas externas, a falta de investimento externo, o bloqueio ao acesso às tecnologias de ponta e, principalmente, o aviltamento das relações de trocas entre os países do Norte e do Sul também não são privilégio mexicano.

Ao sentar à mesa de negociações dos organismos internacionais, dominados por interesses excludentes, os países latino-americanos poderiam dizer: "Somos todos Chiapas." O que resta é evitar-se a repetição do fenômeno Chiapas em outras plagas, pela conscientização de que mudanças têm que ocorrer, preferencialmente pelo processo político, pois a realidade latino-americana merece soluções próprias e peculiares. □

BIBLIOGRAFIA

- ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1988.
- BATALLA, Guilhermo Bonfil. *México Profundo — Una Civilización Negada*. Secretaria de Educación Pública, México, 1987.
- BAZÁN, Antonio Rivello. Lealdade de las Fuerzas Armadas. *Tiempo*, México, março de 1994.
- BENJUMEA, Torcuato Luca de Tena. El juguete de Samuel. *Siempre* nº 2187, México.
- BOLIVAR, Simon. Discurso pronunciado pelo Libertador no Congresso de Angostura, em 15 de fevereiro de 1819, dia de sua instalação. *Escritos Selectos*.
- COMISIÓN NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. *Informe Especial de la Comisión Nacional de Derechos Humanos sobre sus Acciones realizadas en el marco del Transtorno Interior del Estado de Chiapas, entre el 9 y el 19 de febrero de 1995*, mimeografado, México, 20 de fevereiro de 1995.
- CORREA, Fernando Perez. Chiapas: La Hora de la razón, *Vuelta* nº 220, México março de 1995.
- EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL. Declaração de Guerra do Exército Zapatista de Libertação Nacional, *El País*, México.
- . "No le creemos", dice el subcomandante Marcos a Zedillo, *El País*, México, 7 de dezembro de 1994.
- . No podemos aceptar una paz indigna, *El País*, México, 12 de junho de 1994.
- . Espejo primero, *El País*, México, 10 de junho de 1994.
- . Retorno de todos los expulsados, petición rebelde, *El País*, México, 20 de fevereiro de 1994.
- . Segunda declaración de la Selva Lacandona, *El País*, México, 17 de março de 1994.
- . Justicia, democracia y libertad "para todos", pedirán los zapatistas, *El País*, México, 20 de fevereiro de 1994.
- . Chiapas el sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía, *Perfil de la Jornada*, México, 27 de janeiro de 1994.
- JARAMILLO, Uribe Jaime. *Frecuencias Temáticas de la Historiografía Latinoamericana* In: Zea. Leopoldo. *La América Latina en sus Ideas*, Siglo Veintiuno, México, 1986.
- MAZA, Enrique. Alemán politizó al Ejército, Salinas lo lleva a determinar comicios, *Processo* nº 810, México, 11 de maio de 1992.
- . Juntas, la acción política y la acción pastoral concientizaron a los indígenas en la búsqueda de su redención, *Processo* nº 901, México, 7 de fevereiro de 1994.
- MERGIER, Anne Marie. Se mantiene viva en Europa la simpatia por Marcos y el movimiento zapatista, *Processo* nº 956, México, 27 de fevereiro de 1995.

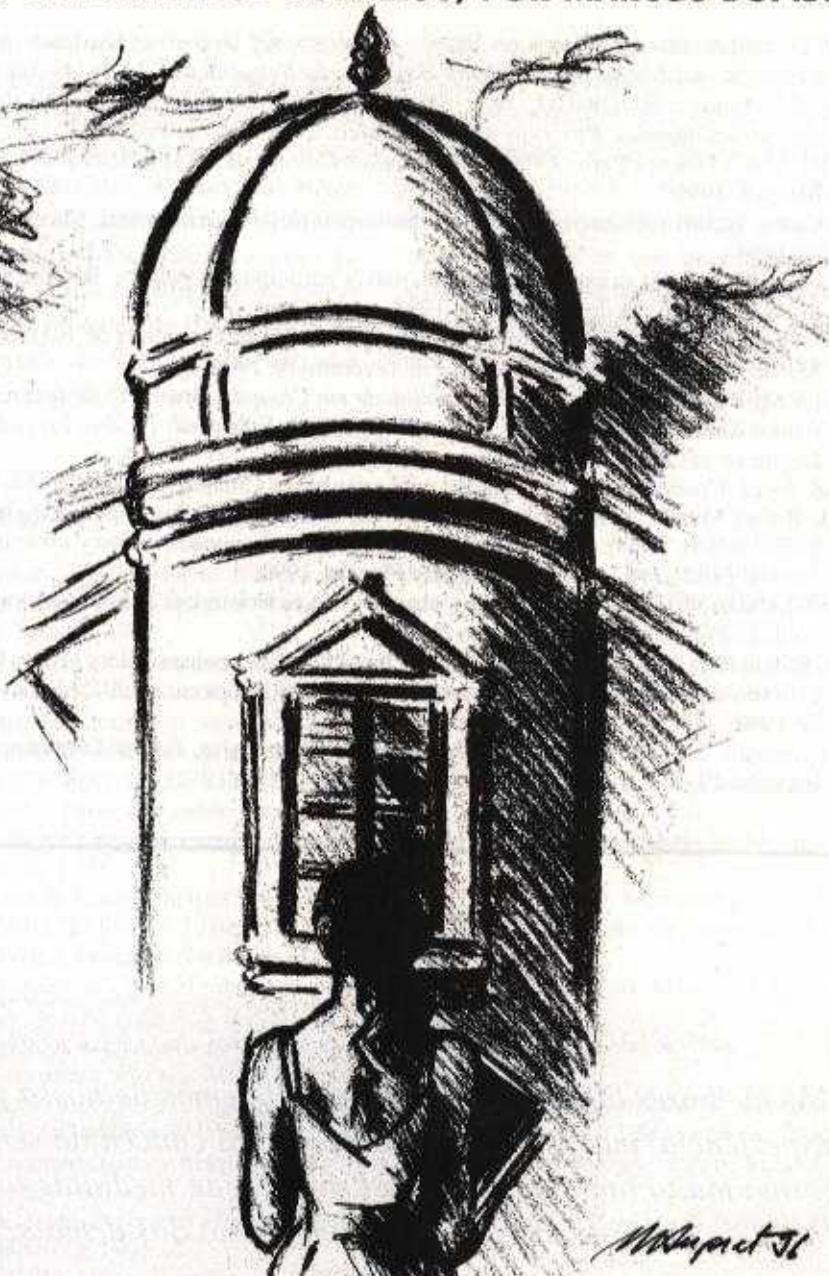
- MÉXICO. Embaixada do México no Brasil; *Esfuerzos del Gobierno Mexicano por Resolver el Conflicto en Chiapas por la Vía del Dialogo y la Negociacion*, 24 de fevereiro de 1995.
- MORALES, Sonia e RODRIGO, Vera. Samuel Ruiz ha resistido, desde 1960, hostigamentos, agresões, injurias. *Processo nº 956*, México, 27 de fevereiro de 1995.
- POMBO, Maria Dolores Paris. *Crisis e Identidades Colectivas en America Latina*, Plaza y Valdez, México, 1990.
- PUIG, Carlos. Incurrió el Ejercito en actos inconstitucionales, *Processo nº 902*, México, 14 de fevereiro de 1994.
- . El Ejercito se la va a cobrar exigiendo mayor participacion política: Roderic Camp, *Processo nº 902*, México, 14 de fevereiro de 1994.
- . Depués de Chiapas, desconcierto, decepción y endurecimiento de Estados Unidos hacia México, *Processo nº 901*, México, 7 de fevereiro de 1994.
- GAZETA MERCANTIL. *Alerta com instabilidade em Chiapas*, Brasil, 13 de fevereiro de 1995.
- ROIG, Arturo Andrés. Interrogaciones sobre el Pensamiento Filosófico. In: *Zea, Leopoldo, La America Latina en sus Ideas*, Siglo Veintiuno, México, 1986.
- SÁENZ, Josué. Crecimiento y modernidad para avanzar en Chiapas, *Examen*, nº 58, México.
- SELVA, Rafael Murilo. 1990: La Nacionalidad, las culturas llamadas populares y la Identidad. In: DIETERICH, Heinz, ed. *La Interminable Conquista: emancipacion y identidad de America Latina, 1492-1992*, México, Mortiz y Planeta, 1990.
- SUBCOMANDANTE MARCOS. Marcos: nuestro ciclo ya terminó; el asunto es ahora de la sociedad civil, *El País*, México, 4 de marzo de 1994.
- VERA, RODRIGO. En Chiapas o sondequiera, hasta la Iglesia conservadora acepta la guerra contra el tirano si no hay otra opción: Lorscheider e Araujo, *Processo*, nº 901, México, 7 de fevereiro de 1994.
- ZEA, Leopoldo. *Discurso desde la Marginación y la Barbarie*, Editorial Anthropos, Barcelona, Espanha, 1988.

“As melhores lições para o futuro as teremos de nossa própria experiência, mas como esta não nos será concedida senão em forma muito limitada, é necessário utilizar, mediante o estudo da história da guerra, a experiência dos demais.”

Moltke

ESPAÇO CULTURAL DOS CORREIOS, POR MARCOS DUPRAT.

DESENHOS MARCOS DUPRAT



Marcos Duprat '91

Você está vendo como o artista plástico Marcos Duprat vê o prédio do Espaço Cultural dos Correios. Agora, se você quer ver como pintores naïfs, escultores, grupos teatrais, produtores de vídeo, criadores de cinema de animação, artistas performáticos e muitos

outros vêem a realidade, é só visitar um dos prédios mais bonitos do Rio de Janeiro. Faça um passeio pelo Espaço Cultural dos Correios. Você vai conhecer o que há de melhor em arte.



CORREIOS
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES





O Conselho de Justificação e a Representação para Declaração de Indignidade

Everaldo de Oliveira Reis*

A matéria, de natureza jurídica, debate a perda de posto e a perda de patente do oficial, à luz da legislação que rege a Justiça Militar.

"Para um juízo perfeito requerem-se três coisas: ciência para examinar, justiça para julgar e poder para executar."

Padre Antônio Vieira, *Sermão do Segundo Domingo do Advento*

O POSTO E A PATENTE

Uma das mais penosas, se não a mais de todas, das atribuições do Superior Tribunal Militar (STM) é aquela que lhe é determinada pela Constituição, como tribunal permanente que é, de julgar, nos casos previstos em lei, se o oficial possui dignidade e compatibilidade, condições *sine qua non* para assegurar-lhe o posto, e,

por via de consequência, garantir-lhe a posse da respectiva patente.

O direito ao posto e à patente tem sido uma constante ao longo das Constituições do Estado Brasileiro. Assim, já encontramos na Constituição de 1937:

"Artigo 160:

b — As patentes e postos são garantidos em toda plenitude aos oficiais da ativa, da reserva e aos reformados do Exército e da Marinha.

Parágrafo único. O oficial das forças

* General-de-Exército, ex-Ministro do Superior Tribunal Militar.

armadas ... só perderá o posto e a patente por condenação passada em julgado, a pena restritiva de liberdade por tempo superior a dois anos, ou quando, por tribunal militar competente, for, nos casos definidos em lei, declarado **indigno do oficialato ou com ele incompatível.**" (destaque nosso)

A Constituição de 1934 é um marco nessa caminhada: "Além de incorporar a Justiça Militar no âmbito do Poder Judiciário (arts. 63 e 84 a 87)... passou a estabelecer que, fora dos casos de condenação à pena restritiva de liberdade individual, por mais de dois anos, o oficial só perderia o posto e a patente quando fosse declarado indigno para o oficialato ou com ele incompatível, por tribunal militar competente e de caráter permanente"¹ (novamente o destaque é nosso)

A Constituição de 1988 não inovou, portanto, ao assim tratar a matéria:

"Artigo 42:

Parágrafo 1º — As patentes com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes são asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformado das Forças Armadas... sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares."

E, mais adiante, como as Constituições anteriores fizeram, admite, porém, que o oficial pode ser privado dessa patente, e o faz no mesmo artigo 42:

"Parágrafo 7º — O oficial das Forças Armadas só perdem o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar permanente em tempo de paz..."

O parágrafo 8º do mesmo artigo prevê o outro caso de perda do posto e da patente

(e são só estes dois!): "O militar condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior."

A INDIGNIDADE E A INCOMPATIBILIDADE PARA O OFICIALATO

Surge, desde logo, a necessidade de conceituar-se, ou de, pelo menos, entender-se o que significa indignidade para o oficialato, ou incapacidade.

O Código Penal Militar (CPM) em vigor adianta-se na matéria, em seus artigos 100 e 101, como se vê:

"Artigo 100 — Fica sujeito a declaração de indignidade para o oficialato o militar condenado, qualquer que seja a pena, nos crimes de traição, espionagem ou covardia, ou em qualquer dos definidos nos artigos: 161 — Desrespeito aos símbolos nacionais; 235 — Pederastia ou outro ato libidinoso; 240 — Furto; 242 — Roubo; 243 — Extorsão; 244 — Extorsão mediante sequestro; 245 — Chantagem; 251 — Estelionato; 252 — Abuso de pessoa; 303 — Peculato; 304 — Peculato mediante aproveitamento de erro de outrem; 311 — Falsificação de documentos; 312 — Falsidade ideológica.

Artigo 101 — Fica sujeito a declaração de incompatibilidade com o oficialato o militar condenado nos crimes dos artigos:

141 — Entendimento para gerar conflitos ou divergência com o Brasil;

142 — Tentativa contra a soberania do Brasil."

Sem dúvida, a fonte primeira para o tratado da matéria deverá ser o Estatuto dos Mili-

1. FRAGOSO, Augusto. *Os Conselhos de Justificação e o Superior Tribunal Militar*. Revista do STM, Jul 76/Jun 77.

tares, que “regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das Forças Armadas” e, conseqüentemente, dos oficiais.

No capítulo das “Obrigações e dos deveres dos militares”, sob o título “Da Ética Militar”, o artigo 28 assim reza:

“Artigo 28 — O sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe imponem, a cada um dos integrantes das Forças Armadas, conduta moral e profissional irrepreensíveis, com a observância dos seguintes preceitos de ética militar:

I — amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal;

II — exercer, com autoridade, eficiência e probidade, as funções que lhe couberem em decorrência do cargo;

III — respeitar a dignidade da pessoa humana;

IV — cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;

V — ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados;

VI — zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum;

VII — empregar todas as suas energias em benefício do serviço;

VIII — praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação;

IX — ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada;

X — abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de matéria sigilosa de qualquer natureza;

XI — acatar as autoridades civis;

XII — cumprir seus deveres de cidadão;

XIII — proceder de maneira ilibada na vida pública e particular;

XIV — observar as normas de boa educação;

XV — garantir assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar;

XVI — conduzir-se, mesmo fora de serviço ou quando já na inatividade, de modo a que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro militar;

XVII — abster-se de fazer uso do posto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros;

XVIII — abster-se, na inatividade, do uso das designações hierárquicas:

a) em atividade político-partidários;

b) em atividades comerciais;

c) em atividades industriais;

d) para discutir ou provocar discussões pela imprensa a respeito de assuntos políticos ou militares, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, se devidamente autorizado;

e) no exercício de cargo ou função de natureza civil, mesmo que seja de Administração Pública;

XIX — zelar pelo bom nome das Forças Armadas e de cada um dos seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer os preceitos da ética militar.”

Augusto Fragoso, no nunca suficientemente louvado *Os Conselhos de Justificação e o Superior Tribunal Militar*, em nota de rodapé, assim aborda a matéria:

“(9) — Essas duas declarações de indignidade e de incompatibilidade para o oficiado introduzidas pela Carta de 1934 perduram até hoje no texto constitucional (...).”

Pontes de Miranda, ao estudar na Constituição vigente o artigo que trata das decla-

rações de indignidade e de incompatibilidade, pondera que "não há conceito *a priori* de indignidade". O vocabulário jurídico de Plácido e Silva conceitua os dois vocábulos: "Incompatibilidade é ali referida como discordância entre coisas ou funções, com sentido oposto à conexidade ou analogia, e indignidade, além da significação comum de falta de dignidade ou de demérito, é considerada, na acepção jurídica, de pessoa excluída da sucessão. No entendimento comum, no tocante à aplicação das penas no âmbito militar, admite-se que todo oficial declarado indigno é incompatível com o oficialato, mas nem todo oficial considerado incompatível com o oficialato será um oficial indigno..."

Ao nosso ver, o que caracteriza a indignidade? O que caracteriza a incompatibilidade?

Não será indignidade, simplesmente, a violação do dever militar. Esta, na sua expressão mais simples, é a transgressão disciplinar; na forma mais complexa, caracteriza o crime. E a prática do crime, como reconhece a própria Constituição, por si só, não configura indignidade. Em suma, indignidade não será sinônimo de crime, embora dele possa decorrer. Será, sem dúvida, uma posição mais tranquila situar-se a indignidade como consequência daquelas atitudes que ferem o pundonor militar, o decoro da classe e a ética militar. Pundonor, decoro e ética que se materializam na maioria dos preceitos contidos no artigo 28 do Estatuto dos Militares.

O oficial indigno perderá, sem dúvida, o posto e a patente.

E a incompatibilidade? Teria o legislador usado o termo como sinônimo de indignidade? Não nos parece. Mais justo será considerar incompatível aquele que se mostra

sem condição técnico-profissional — ultrapassada a transgressão disciplinar — para o exercício de chefia e do comando, inerentes ao oficialato.

O incompatível, por incompetente, perde a condição de permanecer na ativa, ou a ela reverter; mas, necessariamente, não será o caso de perder o posto e a patente. Deverá ser reformado.

A LEI N° 5.836, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1972

A Lei nº 5.836 é a que regula a instalação e o funcionamento do Conselho de Justificação. O artigo 1º define a finalidade do Conselho e o tipo do Processo. Assim:

"Artigo 1º — O Conselho de Justificação é destinado a julgar, através de processo especial, da incapacidade do oficial das Forças Armadas, militar de carreira, para permanecer na ativa, concedendo-lhe ao mesmo tempo condições para se justificar.

Parágrafo único — O Conselho de Justificação pode, também, ser aplicado ao oficial da reserva remunerada ou reformado, presumivelmente incapaz de permanecer na situação de inatividade em que se encontra." (mais uma vez, os destaques são nossos).

Na realidade, o texto da lei ordinária não se coaduna, perfeitamente, com o texto constitucional. Este último fala em perda de posto e patente; e todos os oficiais, mesmo os da Reserva não remunerada, têm posto e patente. Logo, poderão, dentro de determinadas circunstâncias, ser submetidos a Conselho de Justificação.

De outra forma, a Constituição, atente-se, fala em perda de posto e patente e não em transferência para a Reserva ou Reforma.

A Lei nº 5.836/72 conceitua o Conselho como um *processo especial*; tal classificação, sem definição em nenhum diploma, tem gerado problemas da maior relevância como veremos mais adiante.

Finalmente, há que se analisar a consideração (artigo 14 da referida lei) do STM como *instância única* dos Conselhos, consideração que se associa, indiscutivelmente, a outra (artigo 16 parágrafo 2º): que “*tão logo se torne pública a decisão do Tribunal, os atos administrativos decorrentes — a reforma ou perda do posto e da patente — serão efetivados pelo Poder Executivo*”.

O PROCESSO ESPECIAL

O artigo 1º da Lei nº 5.836/72, como já vimos, define o Conselho de Justificação como *um processo especial*. E o que se entende como tal?

O Supremo Tribunal Federal vem firmando Jurisprudência, no sentido de que o Conselho de Justificação é *um processo administrativo*. O Superior Tribunal Militar, como não podia deixar de ser, vem acompanhando tal posição. Mas é importante que se proclame que, no STM, não foi unânime tal entendimento. Notabilizou-se na oportunidade, com brilhante voto em separado, o Ministro Almirante Andersen, ao proclamar que o Conselho era um processo especial, por ser conduzido, em sua fase inicial, como processo administrativo; mas, ao chegar ao STM, adquiria, até por força das características deste e da vitaliciedade do posto e da patente, as características de um processo penal.

Que o Conselho de Justificação é um processo especial não padece dúvida. Até por exclusão se chega a tal resultado.

Mais uma vez, há que se citar Augusto

Fragoso — *Os Conselhos de Justificação e o Superior Tribunal Militar* — quando, em nota de rodapé, nos traz a posição de Oliveira S. Ferreira, em artigo publicado no *Estado de São Paulo*, em 3 de setembro de 1977: “*O Conselho de Justificação é, assim, não um tribunal ordinário, mas um tribunal de honra, e é em nome da honra que se declara a conduta do oficial compatível, ou não, com a ética militar.*”

Acrescentarmos outra posição, diferente desta, significa, sem dúvida, para o Conselho, um autêntico *capitis diminutis*.

A LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

É basicamente composta pelo Estatuto dos Militares, pela Lei da Organização da Justiça Militar da União (Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992) e pelo Regimento Interno do Superior Tribunal Militar (aprovado em outubro de 1994).

O Estatuto guarda, inicialmente, coerência com a Constituição. Assim, o artigo 48 prescreve:

“*Artigo 48 — O oficial presumivelmente incapaz de permanecer como militar da ativa será, na forma da legislação específica, submetido a Conselho de Justificação.*”

E, mais adiante:

“*Parágrafo 3º — A Conselho de Justificação poderá também ser submetido o oficial da Reserva remunerada ou reformado, presumivelmente incapaz de permanecer na situação de inatividade em que se encontra.*”

Todavia, ao tratar da Reforma, o Estatuto vai além da Constituição. Assim, vemos:

“*Artigo 106 — A Reforma, ex-ofício, será aplicada ao militar que:*

“*V — sendo oficial, a tiver determinado em julgamento do Superior Tribunal Mili-*

tar, efetuado em consequência a Conselho de Justificação a que for submetido."

O Estatuto complementa a Constituição em dois outros aspectos: define qual é o Conselho previsto no parágrafo 7º, do artigo 42, da Constituição e fixa o rito do Conselho:

"Artigo 48 —

Parágrafo 2º — Compete ao Superior Tribunal Militar em tempo de paz... julgar, em instância única, os processos oriundos dos Conselhos de Justificação, nos casos previstos em lei específica."

Permite, também, o Estatuto, que se possa inferir a possibilidade de revisão de um julgado de Conselho de Justificação ao prescrever:

"Art. 106...

Parágrafo único — O militar reformado na forma do item V... só poderá readquirir a situação militar anterior —

a) no caso do item V (ou seja, sendo oficial), por outra sentença do Superior Tribunal Militar e nas condições nela estabelecidas..."

A Lei da Organização da Justiça Militar da União soma-se ao Estatuto para definir qual é o Tribunal Militar de caráter permanente previsto no artigo 42, parágrafo 7º, da Constituição. Assim, ao definir as competências do Superior Tribunal Militar, regula:

"Artigo 6º — Compete ao Superior Tribunal Militar:

II - Julgar

f) Os fatos originários dos Conselhos de Justificação..."

O Regimento Interno do STM, como não poderia deixar de ser, é mais abrangente no trato da matéria. Inicialmente, também, põe-se de acordo com a Constituição, como se vê no artigo 122.

"Artigo 122 — A declaração de indignidade ou de incompatibilidade com o oficialato, e a consequente perda do posto e da patente, nos casos previstos em lei, será proferida pelo Tribunal:

I — No ato de julgamento, nos processos oriundos do Conselho de Justificação..."

Mais adiante, porém, remete à Lei nº 5.836/72:

"Artigo 128 — Decidido pelo Tribunal que o justificante é incapaz de permanecer na ativa, deverá, conforme o caso:

I — declará-lo indigno para o oficialato ou com ele incompatível, determinando a perda de seu posto e patente; ou

II — determinar sua reforma (Lei nº 5.836/72)."

OS RECURSOS ADMISSÍVEIS

O Supremo Tribunal Federal firmou Jurisprudência no sentido de que não é possível admitir-se recurso contra decisão em processo de Conselho de Justificação, como se vê em Acórdão recente, datado de 27 de setembro de 1993.

Agravo de Instrumento nº 151.637-2 — Minas Gerais

"Akte.: Marcos Flávio de Castro Vale (Adv.: Virgílio Antônio Amaral de Melo Castro). Agdo.: Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.

Despacho: *Vistos. Assim a ementa do acórdão proferido em processo de justificação que decretou a reforma do ora agravante:*

Ementa:

— A prática reiterativa de faltas disciplinares, o desrespeito e a irreverência em pedidos de reconsideração, com margem a

novas punições, a emissão, em expedientes administrativos ou em documento destinado à publicidade, de juízos de concepção da própria e particular da disciplina e do ordenamento jurídico-militar, contrariando o entendimento usual e do comando, reflete em antagonismo aos valores básicos corporativos e inadaptação à carreira militar, e revela a inconveniência de o militar continuar em situação de atividade."

Daí o RE, que a decisão do eminente Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais inadmitiu.

É de ser mantida a decisão. Consoante decidiu o Supremo Tribunal Federal, por ambas as suas Turmas, o processo de justificação militar tem caráter administrativo, não comportando, pois, recurso extraordinário (RE 88.161-MG, Rel. Min. Rafael Mayer, RTJ 94/1188; RE 96.053-SP, Rel. Min. Décio Miranda, RTJ 102/440; RE 114.310-SP, Rel. Min. Célio Borja, RTJ 127/669 e Ag. 110.182 (AgRg) — RJ, Rel. Min. Francisco Rezek, DJ de 13.06.86)."

"Nego seguimento ao agravo."

Nesse entendimento, como não podia deixar de ser, fixou-se o Superior Tribunal Militar, balizado por dois parâmetros: o da instância única e o da urgência da execução dos resultados do julgamento dos processos decorrentes de Conselho.

Instância única, no dizer de Pedro Nunes, significa que o STM é o "juízo exclusivo onde o feito tem origem e fim, porque nenhum Recurso lhe é oponível". É, aliás, o que proclama o artigo 14 da Lei nº 5.836/72. Ao seu turno, o parágrafo 2º do artigo 16 da já citada lei determina: que "tão logo se torne pública a decisão do Tribunal, os atos administrativos porventura decorrentes — a reforma ou a perda do posto e da patente —, serão efetivadas pelo Poder Executivo".

Ilustres Ministros do STM, em ponderáveis opiniões têm demonstrado inconformismo com tal posição. Assim, além do já citado Roberto Andersen Cavalcante:²

• Augusto Fragoso: "A legislação atual é inteiramente omissa quanto aos recursos facultados aos oficiais declarados pelo STM indignos do oficialato ou com ele incompatíveis, convindo que essa omissão seja ponderadamente examinada por quem de direito, na primeira oportunidade, inclusive para que, evitando a procrastinação de decisões, seja possível dar cumprimento à hipótese de reaquisição da situação militar anterior, por outra decisão do STM, consoante está previsto no parágrafo único do artigo 123 do Estatuto dos Militares;"³

• Haroldo Erichsen da Fonseca: "Alguna coisa não está correta. O erro, a meu sentir, está em considerar-se administrativo o processo de Justificação da Lei nº 5.836/72, não se dando ao mesmo o correspondente tratamento administrativo."

Diz Hely Lopes Meirelles em *Direito Administrativo Brasileiro*:⁴ "...Incluir a possibilidade de interposição de recursos administrativos (Pedido de Reconsideração e Revisão Administrativa no Âmbito do STM)."⁵

Sem sombra de dúvida, a Jurisprudência formada pelo Excelso Pretório vem ao encontro do que as Forças Armadas buscam com os Conselhos de Justificação.

Merecem, no caso, uma análise, em par-

2. ANDERSEN, Roberto. Voto em separado no CJ. 122 - 4/DF.

3. FRAGOSO, Augusto. Os Conselhos de Justificação e o Superior Tribunal Militar. Revista do STM, Jul 76/ Jun 77.

4. FONSECA, Haroldo Erichsen. O Conselho de Justificação. Revista do STM, vol. 14/15 — 92/93.

5. Idem. O Conselho de Justificação — estudo não publicado; trabalho não publicado e Revista do STM, vol. 14/15 - 92/93.

ticular, os Embargos de Declaração pela destinação específica de esclarecerem pontos ambíguos, omissões ou contradições, algumas vezes, até, conseqüentes a erros materiais despercebidos. Sem dúvida, será justo admiti-los.

O CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO PARA DECLARAÇÃO DE INDIGNIDADE

O parágrafo 8º do artigo 42 da Constituição Federal determina: "O oficial condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior."

Vê-se, assim, que o oficial deverá ser, como no caso do parágrafo 7º, submetido a julgamento por tribunal militar de caráter permanente (STM), para que seja julgado indigno ou incompatível com o oficialato; no que, em sendo considerado, perderá o posto e a patente.

Nesse caso, o STM apreciará Representação do Ministério Público, como prevê o Capítulo IV do Regimento Interno em vigor:

"Capítulo IV — Da Declaração da Perda do Posto e da Patente.

Artigo 122 — A declaração de indignidade ou de incompatibilidade para o oficialato, e a conseqüente perda do posto e da patente, nos casos previstos em lei, será proferida pelo Tribunal:

I — no ato do julgamento, nos processos oriundos do Conselho de Justificação...

II — mediante representação do Ministério Público, nos casos previstos na Constituição Federal (artigo 42 — Parágrafo 8º)."

Paradoxalmente, *data venia*, no caso da Representação que a própria Constituição determina que terá o julgamento previsto no item anterior, ou seja, o mesmo julgamento conseqüente a um Conselho de Justificação, o Supremo adota uma posição diferente da que mantém em relação a este último, quanto à admissibilidade de Recurso. Mais uma vez citando Haroldo Erichsen da Fonseca:⁵ "Interessante notar que o Excelso Pretório entende que a Representação para Indignidade possui natureza de processo pelo simples fato de haver uma Representação do Chefe do Ministério Público Militar. Os arrestos não justificam porque a Representação tem o condão de transformar um 'processo administrativo' em judicial..."

E ainda Haroldo Erichsen em trabalho publicado na *Revista do Superior Tribunal Militar*, volumes 14/15 — 1992/1993 (já várias vezes citado neste trabalho), ao comentar o Acórdão em RE 104.387.3 (RS), de 28 de abril de 1988, que vem formando jurisprudência no que concerne à Representação: "Evidentemente são dois pesos e duas medidas."

Na realidade, a posição mais tranquila será a de admitir-se para os dois casos (parágrafos 7º e 8º do artigo 42, da Constituição Federal) o mesmo rito.

CONCLUSÕES

"O Conselho de Justificação é, assim, não um tribunal ordinário, mas um tribunal de honra; e é em nome da honra que se declara a conduta do oficial compatível ou não com a ética militar." (Oliveiros S. Ferreira, Estado de São Paulo — 03 de setembro de 1977).

Com todo respeito às posições dos que de mim diferem, somos da opinião que a Lei

nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972, velha de mais de 20 anos, precisa ser atualizada. Na ocasião, dar-se-ia ao artigo primeiro uma redação consentânea com a Constituição em vigor; na oportunidade, definir-se-ia o Conselho, não mais apenas como um processo especial, mas, sim, como um processo de natureza ética. Também toda legislação complementar seria adequada, suprimindo-se do CPM os artigos 100 e 101.

Os considerados indignos para o ofício lato sofreriam a perda do posto e da patente; a nova lei preveria a Reforma para os comprovadamente incapazes profissionalmente.

A lei não cogitaria de transferência para a Reserva.

Estabelecer-se-ia que, tanto para os casos previstos no parágrafo 7º, como no 8º do artigo 42 da Constituição, o rito seria o mes-

mo, preservando-se para o STM a característica de instância única.

No que tange a Recurso, ficaria esclarecido que seria admissível, apenas, os Embargos de Declaração.

O Conselho de Justificação é o principal instituto que assegura ao segmento armado do poder nacional conduta ilibada indispensável àqueles que recebem armas da Nação para defender o Estado.

Daí porque as características peculiares da lei que o define de há muito se justificam.

Já o vate português proclamava:

"A disciplina militar prestante não se aprende, Senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, tratando e pelejando." (Lusíadas — Conto X — 153). □

BIBLIOGRAFIA

Constituição de 10 de novembro de 1937.

Constituição de 18 de setembro de 1946.

Constituição de 24 de janeiro de 1967.

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1964.

Constituição de 5 de outubro de 1988.

Código Penal Militar em vigor.

Estatuto dos Militares em vigor.

Lei nº 5.836, de 5 de setembro de 1972.

Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992.

Regimento Interno do Superior Tribunal Militar em vigor.

FRAGOSO, Augusto. *Os Conselhos de Justificação e o Superior Tribunal Militar*. Revista do STM.

Jul 76/Jun 77.

"Quanto mais escassa for a um exército a experiência de guerra, mais importa recorrer a história como base dessa instrução."

Peucker



Segurança é fundamental. É fator de economia
e de redução de custos.

Quer em operação, em avaliações, em vistorias, em projetos
e nas áreas de seguros e reseguros.

Empresas que fazem do avião ou do helicóptero uma de suas principais ferramentas
de trabalho sabem disso e confiam nos serviços do nosso grupo há mais de 20 anos.

Segurança não é luxo. Você precisa!

INTER ASSESSORIA AERONÁUTICA Ltda.

SEGURANÇA DE VÔO ATRAVÉS DA PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS

Objetivando só reduzir ao mínimo a frequência de incidentes e
acidentes, como também buscar a verdadeira Doutrina de Prevenção
preconizada mundialmente pelos setores responsáveis pela segurança de
vôo.

AVALIAÇÃO DE AERONAVES E SEUS MOTORES

Serviço efetuado dentro da mesma sistemática e parâmetros
internacionais, visando a complementar processos de compra, venda,
arrendamento, financiamento, seguro e CVM (Comissão de Valores
Mobiliários).

SETORES DE OPERAÇÕES E MANUTENÇÃO DE EMPRESAS

Estudos de viabilidade, criação, desenvolvimento e racionalização para
uma eficiente e segura operação.

ESTUDOS OPERACIONAIS PARA QUALQUER TIPO DE AERONAVES

Englobando todos os tipos de operação, seu custo, análise
comparativa, etc.

INTER CORRETORES INTERNACIONAIS DE SEGUROS Ltda.

ESPECIALISTAS em Seguro e Reseguro Aeronáuticos há mais de 10 anos.

REPRESENTANTES, no Brasil, de "Berkers" do Llyd's de Londres.

SERVÍCIOS DE GESTÃO DE RISCOS (Risk Management) voltados
também para o ramo aeronáutico, dentro das mais modernas técnicas e
com pessoal especificamente treinado no exterior
e mais...

CONSULTORIA e ADMINISTRAÇÃO de qualquer ramo de seguro.



GRUPO INTER



A DEFESA NACIONAL

Cenário ESG¹

Mário Rotberg*

O artigo examina aspectos dos cenários nacional e internacional, visando à formulação do cenário instrumental da Escola Superior de Guerra para um período letivo.

A formulação do presente cenário para o espaço temporal de um ano leva em conta a prática de intuições como técnica, aproveitando as considerações decorrentes da análise da conjuntura realizada, valendo-se substancialmente da sensibilidade para ocorrências de desenvolvimento que têm por suporte o rastreamento dos fatos ocorridos, sua retrospecção e suas linhas tendenciais nas diferentes áreas, regiões e países, numa correlação dinâmica do curso dos acontecimentos para o futuro.

Procura, dentro de um quadro de racionalidade, operar a criatividade no laboratório da imaginação, oferecendo, à base do conhecimento firmado, a especulação advinda das últimas manifestações na política, na economia, na ciência e tecnologia, na área psicossocial e na área militar. Visa, também, sua conformação didática, a abrir um racio-

cínio evidentemente abstrato dessa amplitude social, densamente relacionada, em que se admite a convivência com a incerteza, condição sem a qual se estaria diante de uma dedutibilidade lógico-matemática inexequível para abordagem dos fenômenos que envolvem a complexa problemática do desenvolvimento, mormente quando se considera o conjunto interativo da situação internacional e nacional, com prejuízo, portanto, de formulações alternativas não só de uma *Concepção Política Nacional* como, por consequência, da *Concepção Estratégica* que lhe está afeta.

CENÁRIO INTERNACIONAL

Os eventos que estão desenhando a paisagem mundial deste momento indicam, por um lado, a vontade manifesta do estabele-

*Economista, Professor e Conferencista. Integra o Corpo Permanente da ESG.

1. Selecionado pelo PADECME.

cimento de um poder hegemônico por parte da atual maior potência militar do planeta, os Estados Unidos, que se vê obrigado à redução dos seus efetivos numéricos, concentrando sua atenção militar para um novo tipo de operacionalidade, calcada fundamentalmente nos ganhos científico-tecnológicos que podem decidir o destino dos conflitos guerreiros.

Por outro lado, esse sentido conversivo em sua orientação está preso não só à rapidez na consecução do êxito militar, como, também, às imensas dificuldades internas que apresentam desde a extrema dificuldade financeira, com uma dívida interna que está iniciando a geração de desconfiança nos portadores de títulos do tesouro americano que sustentam a própria estabilidade econômica e financeira dos Estados Unidos, ao que se acopla o enfraquecimento do seu sistema previdenciário, diante da insustentabilidade de seus gastos, bem como das resistências que se oferecem ao reconhecimento do poder aquisitivo do dólar internacionalmente, diante do déficit de suas contas externas, motivando, por parte de outros países, o surgimento de novos caminhos e de pressões expressivas para assegurar a estabilidade no relacionamento monetário internacional.

Não é por acaso que a Europa se apressa no sentido de levar a efeito a união monetária, acenando, como consequência da última e recente reunião dos participantes de Maastricht,² para a antecipação do estabelecimento do Euro como moeda do seu interrelacionamento comercial, e projetando sua extensão como moeda de curso internacional para os demais países. Se essas são algumas

variáveis tendenciais que, inevitavelmente, influenciarão o curso dos acontecimentos do estrito ponto de vista econômico-financeiro, não se pode desconsiderar, em seu reflexo, os efeitos psicológicos em outros países, particularmente nos Estados Unidos, que estão começando a afetar a mentalidade, antes sobranceira, de sua gente, que hoje reconhece que outros países os estão sobrepujando no elenco de realizações que antes lhe empregavam o orgulho nacional.

Deve-se considerar, ainda, que a velocidade e a instantaneidade das comunicações no sentido da globalização da economia mundial, hoje irreversível, vêm beneficiando países que apresentavam maior dinamismo de suas economias, com um retrato relativamente consolidado de estruturas que permitem elevados índices de formação do Produto Interno Bruto. Em termos percentuais, vêm, esses países, superando índices praticamente estacionários de países desenvolvidos, numa corrida que projeta um excedente de capital nas relações internacionais, que passa a preocupar, pela sua mobilidade, a economia mundial. Tal fato distorce fortemente o papel condutor do Estado Político como Estado Nação, pela ação compressora de fortes organizações multinacionais e transnacionais da economia mundial, ao que se soma as ONGs, que ingerem, ostensivamente, em todos os aspectos da vida dos diferentes povos, com arrogância de direitos que afetam soberanias de Estados Nação, à base de defesa de princípios que julgam lícitos e legítimos.

Para os Estados Unidos, a miná-los, ainda, como paradoxo à hegemonia pretendida, estão as profundas resistências que o

2. Apesar de todas as vicissitudes acarretadas pelo processo de formação da União Europeia que afetam internamente a Inglaterra e a França, que está a braços

com uma política interna de extrema dificuldade para sua solução.

povo americano apresenta para esse sentido de gendarmeria internacional, face aos desastres refletidos pelo memorial de seus mortos no Vietnã, pelo contravapor recebido em Mogadíscio, pela dificuldade do desembarque de tropas no Haiti, que refletem, para o seu povo, mais do que as operações militares, como medidas insubstituíveis, exigências diplomáticas conjugadas sob o manto da ONU, que podem refletir resultados mais concretos no estabelecimento da paz e do conserto de inúmeros desavisos e conflitos, localizados nas diferentes regiões e países do globo.

Cresce, nos Estados Unidos, o clamor contra aventuras militares que significam, além do sacrifício de vidas, gastos que comprometem o panorama de bem-estar de que antes o seu povo desfrutava e que exige seja reconstituído mesmo com pressões de isolacionismo a obstaculizar ingerências de sua política externa que afetam o seu *modus vivendi*.

Hoje, desaparecido o temor do fantasma comunista, apesar dos arranhões inexpressivos que, ainda em seu nome, se cometem, desapareceu, também, o filão alimentador da insegurança que permeava o estilo de vida da civilização ocidental, onde a propriedade e a espiritualidade de sua gente, não mais ameaçados, fazem repensar o problema da guerra.

Nesse sentido, deformações viciadas por um processo impositivo de reconhecimento da existência de um novo *Big Brother* comprometem os sentimentos e a materialidade da soberania dos Estados que querem decidir sobre o domínio do seu nicho, levantando resistências de toda ordem a tal desiderato.

Fica afetada, por consequência, a pretensão de uma "Nova Ordem Internacional", que se proclamava solidificada após a Guerra

do Golfo e que, diante do quadro mundial que se desenvolve, desenha uma multipolaridade na diversidade de conflitos, resultantes não só de exigências materiais prevalentes, como, também, do ressurgimento de um nacionalismo cultural expressivo. Tais conflitos, com foros de desordem mundial, estão, sobrepostos pela escalada de sentido étnico nacionalista e, também, pela exacerbada fundamentalismo religioso, à qual não foge sua variante brasileira, e do terrorismo político internacional.

Não bastasse tal quadro, o globo vê-se, hoje, diante de um crescente e ameaçador desemprego, que abrange países desenvolvidos com taxas elevadas, particularmente na Europa, trazendo sinais de ebulação social, fenômeno que se espalha pelos países em desenvolvimento, cuja população, ainda não radicalizada pela tradicionalidade profissional, encontra, embora parcialmente, na economia informal, marginalmente estruturada, seus meios de subsistência. Esse pano de fundo é afetado pela síndrome da violência nos grandes aglomerados urbanos, com acentuação do crime organizado, que tem, no narcotráfico, um coadjuvante insubestimável para o desacerto geral da convivência humana, com o agravamento da patologia social, que vitima praticamente todos os países do globo.

A antiga União Soviética, como pólo da anterior bipolaridade, cedeu à sua desagregação, que continua incontida, onde minorias raciais ensaiam resistências à Rússia, como país líder da Comunidade de Estados Independentes, dentro do calidoscópio de mais de 100 etnias em seu interior que querem respirar o nacionalismo e suas tradições, como sua maneira de viver. Esse quadro se agrava com a difícil situação econômica, herdada dos desmandos do totalitarismo estatista, projetando um acentuado

cenário de efervescência e instabilidade política.

Mesmo no Velho Mundo, onde os acontecimentos indicam o sentido tendencial do pan-europeísmo, dificuldades para a sua concretização emergem por resistências ao desaparecimento da proteção americana, que se entranhou após a Segunda Guerra Mundial e ao ressurgimento de um comando econômico e financeiro da Alemanha, contra o que a soma de resistências, nesse sentido, se expressa nas reuniões entre os diferentes governos europeus, obrigando à correção de medidas unilateralmente tomadas pela Alemanha, em função de seu exclusivo interesse.

O pan-europeísmo transcende de sua visão regional do antigamente, para plasmar-se numa rede profundamente complexa de interdependência, a que querem se associar os diferentes países de seu continente, apesar da grande assimetria entre eles existente e que tem sido lentamente corrigida, embora não linearmente, mas com tendência inequívoca para a consolidação do objetivo, estabelecido em suas conferências, de unificação européia.

A Ásia vive, em concomitância com um profundo processo de ampliação educacional e de fortalecimento de higidez de seus povos, um período de ascenso, que repousa na construção de uma estrutura econômica onde a liderança vem sendo exercida pelo Japão, que expande seus interesses, fundamentalmente no continente, com particularidade na China continental, a nova menina dos olhos da economia de mercado, face ao resgate que sua política está promovendo, com relação à pobreza de sua população, onde já desponta uma formação de classe média econômica, em rápido crescimento e que supera a casa de 150 milhões de pessoas.

Aos investimentos japoneses, na Ásia,

soma-se uma teia de inversões entre os diferentes países que compõe os Tigres Asiáticos-Taiwan, Hong-Kong, Cingapura e Coréia do Sul, a que aderem, com uma expansão veloz em suas economias, Tailândia, Malásia, Indonésia e, agora, Brunei e o Vietnam, considerados, estes, já os Novos Tigres.

Especificamente, cabe uma consideração sobre a China Popular, que desponta, em termos de poder paritário de aquisição, como a terceira economia mundial na mensuração de nova metodologia de Produto Interno Bruto, ameaçando, bem de perto, a segunda posição ostentada pelo Japão. A China tem sido, por excelência, o maior receptáculo de recursos financeiros mundiais, diante do quadro tendencial, inevitável, de expansão de sua economia interna, à base do alcance — como seu mercado — de toda uma população que, ainda excluída, se incorpora *pari-pássu* ao processo econômico, gerando gigantescas inversões de capital, cujas aplicações refletem ser, a China atual, o maior canteiro de obras do mundo.

Importante, ainda, para ser considerado, é a grande atenção que se dá ao interrelacionamento de todas as diferentes economias do sudeste asiático que têm, na Asian, o seu organismo coordenador que, em conjunto com os demais países, componentes da orla do Pacífico, trabalham no sentido da solidificação de um sistema mais abrangente de comércio de produtos e serviços, através da APEC.³ Essa organização envolverá todos os demais países do outro lado do oceano, onde sobressaem Estados Unidos, Canadá, México e Chile, embora existam resistências que serão vencidas diante da monumentalidade do mercado asiático.

3. Asian Pacific Economic Community.

É necessário considerar, também, o estreitamento de relações que se estão estabelecendo com os demais países do sul da Ásia, onde a Índia e seus fronteiriços intensificam relações comerciais, que se espargem pelos demais países onde, também, desponta a Austrália, cujo relacionamento com o Japão e, agora, com a China, especificamente, cresce, formando uma rede de interdependência de produtos e de serviços que indicam a consolidação de um novo mercado.

No continente americano, onde são gritantes as assimetrias econômicas, assiste-se a um panorama de pobreza latente que envolve a latino-americanidade, cujo conserto exige um equacionamento de políticas e estratégias que devem contar com a colaboração dos dois países mais desenvolvidos do hemisfério, sem subjugação, num quadro de interesses mútuos compreendidos pela economia de mercado, com princípios de programas e de planejamento destinados a resgatar da pobreza a maioria de sua população. Tal fenômeno apresenta urgência para certos bolsões, no México, no Caribe e em outros países da América Central e do Sul, a que o Brasil também não escapa.

No continente americano, duas grandes macrorregiões se fortalecem, sem linearidade, em seu próprio relacionamento interno, como o Nafta, envolvendo Estados Unidos, Canadá e México, e o Mercosul, compreendendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, dois mercados para o qual acena o Chile, também com perspectivas de integração. Desenvolve-se, também, indicando uma marcha tendencial de unificação, a estruturação de um Merconorte, compreendendo a Venezuela e os demais países do norte do hemisfério sul, na borda do Pacífico, o que aponta, como visão de futuro, para uma estrutura que já tem organismos atuantes para

sua sustentação, como condição capaz de promover o equacionamento total da integração do continente americano.

No Oriente Médio, a neutralização do Iraque, e as resistências internas ao sentido ofensivo dos fundamentalistas iranianos em seu país, permitiram o esmaecimento da instabilidade e das tensões nessa área do mundo, proporcionando progressos nas negociações de paz, envolvendo Israel e Jordânia, com o caminho traçado para o mesmo desfecho com relação à Síria e demais países da área, cuja precedência, nesse sentido, coube ao Tratado de Amizade entre Egito e Israel. Inicia-se, nessa área, apesar de um estado fortemente residual de desconfiança, sedimentado por ódios não desfeitos, os primeiros laços de um relacionamento econômico com programas de enfrentamento de problemas comuns destinados a prover segurança e bem-estar aos seus povos.

A África, com exceção dos bolsões de riqueza da África do Sul e de enclaves estrangeiros dentro de seu continente, apresenta-se como resultado do fracionamento de suas nações, devido a interesses do colonialismo, como uma caldeira de conflitos étnico-tribais, que não conseguem encontrar o denominador comum de seus interesses, cujo vetor é a emancipação político-econômica, especialmente na África Sub-Saárica, onde os índices de miséria e pobreza indicam um quadro sem perspectivas de equacionamento de uma saída para tal situação. Encontram-se comprometidos por tal quadro os esforços desenvolvidos pelos países pertencentes ao cone sul do continente africano, que chegaram a programar o equacionamento conjunto do desenvolvimento de suas economias, que, até hoje, não vingou, com repercussões desastrosas sobre o estado educacional e de

saúde que afeta praticamente, também, todo o continente africano.

SITUAÇÃO NACIONAL

A preocupação essencial, refletida nos objetivos atuais do governo, prende-se à luta ingente pela estabilização. Esta tem seu fundamento radicado no conserto da economia, cuja deformação, pelos exageros de sentido paternalista na sua condução pela ação do Estado, deixou um resíduo de resistências profundamente entranhado na consciência da população, que dificulta o processo de normalização da economia.

O grande vilão, nesse sentido, é a permanente ameaça de recrudescimento da inflação, com todos os males da ilegitimidade e da ilicitude do comportamento, não só dos agentes econômicos como também dos investidos de autoridade pública, o que exige do governo um gigantesco esforço, de acentuada pertinácia, para dirimir obstáculos que se apresentam na viciosa dação da ação econômica, nas diferentes esferas governamentais, na representação política das casas parlamentares e nos estamentos de sentido corporativo, que se antepõem às medidas de racionalidade na economia.

É marcante toda sorte de arranjos proteladores, dentro do quadro da democracia representativa, que se deseja mantida, para a postergação de reformas urgentes que possam levar a economia ao leito de sua estabilidade, como a reforma administrativa, fiscal-tributária, previdenciária, no âmbito propriamente econômico, e pelas reformas do judiciário e da própria organização política do Estado, capazes de sedimentar o desenvolvimento e a segurança do país.

Na particularização da economia, as

medidas projetadas para o seu equilíbrio, compreendendo um mais elevado índice de emprego, o válido equacionamento da oferta e da procura de bens e serviços e, com especialidade, o equilíbrio da oferta e da procura monetárias, revelam uma preocupação da complexidade sistêmica que o governo enfrenta para o alcance da desejada estabilidade.

Em seu bojo está a redução da taxa de juros, internamente, capaz de diminuir os custos operacionais na esfera produtiva, cujos reflexos se esparramam, com a redução da taxa de inflação, por todo tecido da economia nacional, estimulando o consumo, ampliando a capacidade de importação, permitindo a redução de custos portuários para expandir a exportação competitiva, necessária para o sólido equilíbrio das contas externas dentro da nova figura de ampliação de laços de interdependência econômica mundial e, com maior densidade, os agora trazidos pela participação do país no Mercosul.

Tal situação tem, na política de privatização, apesar de todas as suas vicissitudes, um coadjuvante essencial para o estímulo da competição que, envolvendo dispositivos de maiores coeficientes científico-tecnológicos, poderão corroborar para a diminuição dos custos da produção trazendo, como contrapartida, reduções de preços que possam estimular o consumo e contrabalançar, por esse aumento, a ocorrência de desemprego surgido, pela inserção de mecanismos substitutores da mão-de-obra.

São consideráveis as estimativas de aumento dos investimentos externos que se processarão com um ritmo mais acentuado de sua realização. Anima-os não só o quadro político favorável, como, também, a incorporação ao mercado de grandes massas antes

excluídas do processo econômico e, hoje, excitadas pelos efeitos da comunicação. É visível a tendência para uma maior propensão a consumir, no seio da população, embora restrições de renda sejam um obstáculo que deve ser transposto com o processo de estabilização da economia, cujo caminho, confirmando a experiência histórica, apresenta, inicialmente, enormes dificuldades.

Os passos estruturais para vencê-las reposam na redefinição do papel do Banco Central, que deve exercê-lo como guardião da segurança implícita do valor da moeda, elemento fundamental da estabilidade e do equilíbrio econômicos, o que implica a questão de sua independência e de sua sobreposição a todas as pressões políticas que contra o seu papel são exercidas.

Ainda no quadro das reformas estruturais da economia, ressalta o equacionamento da previdência social, que está sendo vitimada pela ampliação dos favores e benefícios concedidos sem ter, em contrapartida, a base contributiva correspondente. Tal situação está ensaiando a adoção e expansão do regime de capitalização da previdência social pela ampliação do tempo de contribuição e dilatação da aposentadoria por tempo de serviço. Nesse contexto, estão as considerações relativas ao limite etário para a aposentadoria, bem como a extinção de aposentadorias especiais em concomitância com o aumento dos níveis da captação das receitas pela criação de uma previdência complementar privada, comum e universalizada, e pela extinção da corrupção, indispensável à melhoria geral do sistema.

Envolvendo a perspectiva da energia e do transporte, apresenta-se a retomada da construção de usinas de geração de energia elétrica, compreendendo, também, pequenas centrais hidroelétricas de aproveitamento de

potencialidades locais e regionais, para atender à demanda crescente que acompanha o desenvolvimento da atividade econômica do País. É relevante a participação do capital privado nesse tipo de investimento, com a outorga de concessões pelo Estado, que deve regular e controlar o aumento da oferta de energia dentro de um programa de prioridades diante das pressões do consumo.

O quadro do relacionamento energia e transportes está revelando a tendência para o atendimento integral da demanda por combustíveis líquidos e pelo aumento do consumo de gás para veículos de combustão interna, no equacionamento devido da relação carga-consumo, pela integralidade do transporte modal através do melhor aproveitamento fluvial, da cabotagem, das ferrovias, das rodovias e dos dutos de transporte específico.

Na área política, a reforma do Estado está apontando para a necessidade da criação do voto distrital misto, com mutação do critério de representatividade dos Estados na Câmara Federal e no Senado, em concordância com a informatização do processo eleitoral. Aponta, ainda, para a necessidade de aprovação da lei de fidelidade partidária e observância dos princípios e programas apresentados pelos diferentes partidos, cujo número, por consequência, deve ser reduzido.

Ainda na área política, a reforma do judiciário, embora com resistências, caminha para a sua implantação, devido a pressões contra a morosidade das decisões, levantando a problemática do controle externo do judiciário, por corregedoria especial, bem como a adoção do princípio de vinculação nas decisões judiciais para agilizá-las. Ao seu lado, caminha, também, o processo de informatização, hoje indispensável para

acelerar a solução de um gigantesco número de processos, que torna impossível, por tratamento clássico, obter sua ultimação.

No complexo da saúde e da educação, apresentam-se ganhos relativos no combate à morbidade, por ampliação de investimentos no saneamento básico, resultando na diminuição da taxa de mortalidade infantil, com a redução de doenças infectocontagiosas e combate a carências nutritivas à criança e à gestante. Ao seu lado, está a intensificação das ações antiepidemiológicas e da redução das cáries na população de baixa renda. Esse processo, acompanhado pela pressão do controle dos recursos destinados à saúde pelas autoridades responsáveis, está apresentando, como consequência, o aumento da expectativa de vida da população. O SUS indica o aumento da qualificação em seu gerenciamento e o sistema da saúde está vivendo um processo de fortalecimento, pela concentração na ampliação da formação dos seus recursos humanos.

Quando à educação, os traços indicam a valorização do ensino básico, médio e do ensino médio profissionalizante, utilizando, também, os recursos de sua difusão a distância, simultaneamente à expansão do incremento da parceria universidade/empresa. Os objetivos da política educacional voltam-se, também, para a redução da evasão escolar, através de técnicas de ensino cativas, com utilização de dispositivos pedagógicos e didáticos modernos, complementados pela assistência alimentar. A melhoria do sistema educacional, além da reforma de sua estrutura, apresenta a necessidade da qualificação dos profissionais em seu sistema administrativo, bem como dos professores pela constante atualização e reciclagem.

Quanto à ciência e tecnologia, evoluem os ganhos da pesquisa científica nos dife-

rentes campos do conhecimento, especificamente quanto à miniaturização. Sua ampliação e profundidade avançam, com uma dinâmica pronunciada nas áreas da biologia, da física dos sólidos, da química dos materiais e da eletrônica, nos campos universitários e laboratórios especializados. Eleva-se o número de cientistas e pesquisadores dedicados a essas áreas, que estão permitindo maior domínio de aspectos da biodiversidade na universalidade dos recursos de nosso território, bem como de novas implementações tecnológicas para a construção de satélites de sensoreamento remoto, e seus veículos lançadores, vencendo restrições e coações anteriormente impostas por países com o domínio de tecnologias sensíveis.

Na expressão militar, opera-se a modernização de seu equipamento, apesar das restrições financeiras impostas pelo seu orçamento e a crise gerada com o projeto Sipam-Sivam, onde não falta o dedo da vindita motivada pela incompetência competitiva, e evolui o Projeto Especial Brasileiro, tendo em vista cobrir, com segurança e indicações de desenvolvimento, o nosso país. Particularmente, é a Amazônia, com seus problemas relativos ao narcotráfico, à garimpeira a às reservas indígenas, o alvo preferido para as manifestações de ingerência em nossa soberania, onde se conjugam, em vingança, interesses econômicos espúrios, com a ação de organizações não-governamentais, as ONGs, que se prestam à defesa da internacionalização da Amazônia. A Marinha avança com a planta experimental de propulsão do submarino nuclear e com o programa de desenvolvimento de tecnologias sensíveis, ampliando seu quadro de cientistas e pesquisadores, como, também, o fazem o Exército e a Aeronáutica. Em um trabalho

conjunto, Exército e Aeronáutica aprimoram a técnica de lançadores balísticos e aperfeiçoam a pesquisa, no sentido da instrumentação da guerra eletroeletrônica com a incorporação de dispositivos ultramodernos em suas forças. Melhoram os recursos humanos das três Forças, embora se reconheça a necessidade de aperfeiçoamento da seleção dos seus quadros na conscrição.

Embora estejam traçadas as linhas

tendenciais que se aproximam da análise conjuntural, em face da pequena dilatação do espaço temporal da prospectiva, o cenário apresentado presta-se para quantificações alternativas de recorrência, certamente com estabelecimento de taxas de evolução conservadoras, diante do regime de acionamento de suas estruturas que progridem, sem saltos espetaculares, na composição do sistema de segurança e desenvolvimento nacionais. □

NOTA DA REDAÇÃO — Matéria recebida no decorrer de 1995. A apreciação dos cenários, tanto internacional como nacional, pelo leitor, deve ajustar-se a novos dados surgidos, característicos da velocidade com que se processam as mutações da conjuntura em nossos dias.



A DEFESA NACIONAL



50 Anos
1946-1996

**Faça agora o seu
pedido de assinatura
e receba em seu
endereço os
quatro números
anuais da Revista
A Defesa Nacional
para 1996**

Valor da assinatura anual: R\$ 15,00

NOME

MILITAR

Ativa
 Reserva

Organização Militar (OM)

CIVIL
Profissão

ENDERECO:

Rua

Bairro

Cidade

Complemento

UF

CEP

Remeta cheque ou vale postal no valor da assinatura anual em nome de *A Defesa Nacional*, constando no verso sua finalidade.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Praça Duque de Caxias
Palácio Duque de Caxias, 25 – Ala Mário Dias – 3º andar
Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20221-260

REPASSE DE RECURSOS DIRETO PARA AS ESCOLAS

OMinistério da Educação e do Desporto está incentivando a participação cada vez maior da comunidade na vida das escolas públicas. Com este objetivo, no ano passado, o Ministro Paulo Renato Souza lançou o programa de repasse direto de recursos. O programa permite que os recursos do salário educação sejam depositados diretamente na conta bancária da escola que tem Associação de Pais e Mestres, Conselho ou Caixa Escolar.

Com isso, o MEC eliminou intermediários, acabou com a demora nos repasses da Prefeitura ou da Secretaria Estadual de Educação. Cada escola recebe um valor proporcional ao número de alunos e à região onde está localizada.

O menor valor é de R\$ 500 para as escolas de até 50 alunos nas regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal. O maior pode chegar até R\$ 15 mil, nas escolas com mais de dois mil alunos, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O repasse é feito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, através de convênios com Prefeituras e Secretarias de Educação. Mais de 27 milhões de alunos estão sendo beneficiados.

Para receber os recursos, as escolas precisam ter unidades gestoras como um Conselho Escolar, uma Caixa Escolar ou Associação de Pais e Mestres. As escolas que não têm algumas dessas entidades ou estão localizadas em regiões carentes, onde não há agências ban-

cárias, o repasse é feito para as Secretarias de Educação ou Prefeituras Municipais. Quem deseja organizar uma unidade gestora na sua escola deve procurar orientações nas Delegacias do MEC nos Estados.

As unidades gestoras devem acompanhar e analisar como a escola está gastando o dinheiro que o FNDE repassa para os gastos de manutenção. Para assegurar o controle dos recursos, o MEC divulga, diariamente, a relação dos municípios que estão recebendo a verba da escola. Assim, qualquer pessoa pode ajudar o governo a fiscalizar se o dinheiro está chegando mesmo à escola. As listas das escolas beneficiadas e do valor liberado ficam exposta, também, nas agências dos Correios.

Livro Didático e Merenda Escolar

O repasse direto de recursos para as escolas abriu caminho para outros programas. Desde o ano passado, a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE vem desenvolvendo um projeto-piloto de repasse de verbas para a compra do livro didático. A experiência abrange o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rondônia, Tocantins, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Nesses Estados, cerca de 10 escolas receberam diretamente da FAE, os recursos para a aquisição dos livros didáticos deste ano. O dinheiro foi repassado, também, para as Associações de Pais e Menores, Caixa ou Conselho Escolar. A FAE, investiu R\$ 911 mil para a execução do projeto.

As escolas que não participam da experiência recebem os livros didáticos diretamente da FAE. Os processos de aquisição

e distribuição estão descentralizados apenas nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, as Secretarias de Educação escolhem e negociam a aquisição, mas a compra e a entrega são realizadas pela FAE.

No caso da merenda escolar, a FAE trabalha num programa de escolarização, que permite o repasse dos recursos diretamente para as escolas que têm unidade gestora. A experiência vem sendo desenvolvida há um ano em alguns Estados. É o caso de Goiás, Minas Gerais e Maranhão. Além disso, diversos municípios têm manifestado interesse pelo repasse direto.

O programa de alimentação escolar já é totalmente descentralizado. A FAE repassa os recursos para as Prefeituras e Secretarias de Educação, que se responsabilizam pela compra e distribuição dos gêneros para as escolas.



A DEFESA NACIONAL

Batalhão Angola — Preparação e Embarque¹

Racine Bezerra Lima Filho, Manoel Lopes de Lima Neto e
Francisco Augusto Pereira Neto*

Neste artigo, oficiais da 3^a, 1^a e 4^a Seções do Estado-Maior da 10^a Brigada de Infantaria Motorizada registram suas experiências em relação ao preparo e ao embarque do primeiro contingente brasileiro enviado a Angola. Reúnem ensinamentos "úteis para todos aqueles que vierem a se envolver em missões desse tipo, direta ou indiretamente, de maneira eventual ou em caráter permanente, seja qual for o escalão considerado".

Em meados de 1994, a 10^a Brigada de Infantaria Motorizada (10^a Bda Inf Mtz) recebeu a missão de preparar o 72^o Batalhão de Infantaria Motorizado (72^o BIMtz) para o emprego em uma missão de paz. Àquela época, outros batalhões também iniciaram idêntica preparação, visando à seleção de apenas um para o emprego provável no Continente Africano ou no Haiti.

Naquele mesmo ano, após uma concentração de cerca de um mês no Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti

(CIMNC), o batalhão constituído com base no 72^o BIMtz foi avaliado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) e escolhido dentre os demais para aquela missão internacional.

Entre fevereiro e outubro de 1995, a 10^a Bda Inf Mtz viveu, paralelamente com suas demais atividades, o período do preparo do batalhão, agora já com a missão definida para Angola. Foram realizadas duas concentrações: uma em Petrolina, sede do 72^o BIMtz, em fevereiro de 1995, e outra no CIMNC, em agosto do mesmo

fantaria e Estado-Maior, respectivamente.

1. Selecionado pelo PADECCEME.

* Tenente-Coronel de Infantaria e Estado-Maior, Major de Artilharia e Estado-Maior e Major de In-

ano, seguindo-se o embarque em Recife.

É sobre esse período que os então, respectivamente, E1, E3 e E4 da Brigada, se propõem a apresentar uma análise sucinta, através da ótica de quem viveu a experiência na ponta da linha, com o único objetivo de servir de subsídio a futuras missões desse tipo.

Ao longo das fases que se sucederam, abrangendo as concentrações e os meses que preencheram o intervalo entre as mesmas, serão abordados: a instrução e o adestramento; as atividades de pessoal afetas à 1^a seção; e as atividades afetas à 4^a seção.

FASEAMENTO

A primeira fase teve início em agosto de 1994 e encerrou-se no final de dezembro do mesmo ano. Caracterizou-se pela seleção dos integrantes do Batalhão, sua primeira concentração, bem como a execução de um programa intensivo de instrução individual e de adestramento.

A segunda fase desenvolveu-se de janeiro a março de 1995. A tropa foi novamente reunida, visando a intensificar sua preparação, ao mesmo tempo em que tiveram início as primeiras medidas administrativas com vista ao embarque da Força.

As expectativas de embarque da tropa no final de março não se confirmaram. A demora na liberação dos recursos necessários para o aprestamento e deslocamento do Batalhão, associada às dificuldades de implementação de um acordo de paz entre as facções litigantes em Angola, acarretaram sensível diminuição no ritmo dos trabalhos, os quais ficaram reduzidos à realização de alguns estágios de instrução e promoção de substituições de pessoal, situação essa que

perdurou até o final de julho, constituindo a terceira fase.

A definição das datas de liberação dos recursos e a vontade política dos dois partidos atores no cumprimento dos acordos de paz em Angola, a partir do começo de agosto de 1995, acarretaram a entrada em uma nova fase de trabalhos. Concentrar o Batalhão, reciclar sua instrução individual e seu adestramento, providenciar a documentação individual do pessoal e agilizar o carregamento do material foram as tarefas que caracterizaram esse período, concluído em 24 de outubro de 1995, com o embarque da última subunidade do Batalhão Angola. Essa foi a fase que encerra o período focalizado por este trabalho.

Após o embarque do último escalão do Batalhão, verificou-se a participação da 10^a Bda Inf Mtz nas medidas de apoio aos familiares de militares integrantes da Força de Paz (F Paz), nos quatro repatriamentos havidos, na recepção e sepultamento de dois soldados e no acolhimento da tropa por ocasião de seu regresso, a partir da segunda quinzena de fevereiro de 1996, assim como na transmissão, à 4^a Brigada de Infantaria Motorizada (4^a Bda Inf Mtz), grande unidade (GU) responsável pela preparação do novo contingente enviado ao Continente Africano, em substituição ao antigo, dos ensinamentos colhidos ao longo de 13 meses de trabalho.

O intervalo de 13 meses entre a constituição inicial do Batalhão e o embarque do seu primeiro escalão — por circunstâncias alheias à esfera do Ministério do Exército e até mesmo do governo federal — sobrelevou as dificuldades da Brigada na preparação da F Paz, pois contribuiu para gerar incertezas no pessoal acerca da confirmação da missão, levando vários militares a solicitar exclusão do Batalhão, ao mesmo tempo em que

acarretou o esmaecimento dos reflexos e ensinamentos obtidos durante as duas concentrações iniciais, o que obrigou a GU a prever um novo período de adestramento para a tropa em sua reunião final no CIMNC.

A INSTRUÇÃO E O ADESTRAMENTO

Para a concentração a ser realizada em fevereiro de 1995, foram previstas duas sub-fases, sendo a primeira dedicada à instrução e a segunda a um exercício de adestramento. Foram ministradas instruções importantes, particularmente com as intervenções de elementos de Inteligência, Comunicação Social e da Cruz Vermelha Internacional. Quanto às instruções de tiro com armamento até então desconhecido, ficaram prejudicadas pela ausência de componentes fundamentais, como o simulador para os mísseis AT-4, por exemplo.

Sabia-se que, na primeira concentração no CIMNC, havia sido detectada a necessidade de reduzir a agressividade da tropa, vez que se tratava de uma missão de manutenção de paz — *peace keeping* —, distinta da missão de estabelecimento da paz — *peace making*. Não havia necessidade de camuflagem individual para lidar com a população. Era sentida, porém, a ausência de Normas de Engajamento — *Rules of Engagement* — traduzidas para o Português. Caso fossem fornecidas à Brigada, certamente orientariam melhor a montagem e a condução do exercício de adestramento e a instrução.

Este foi, portanto, o saldo dessa concentração em Petrolina: a constatação da necessidade de contar com as normas de engaja-

mento em Português, o quanto antes, mesmo que de outras missões anteriores à de Angola; a necessidade de realizar o tiro com armamento novo para a tropa; a necessidade, ainda, de reduzir a agressividade da tropa e o aspecto policial-repressivo no comportamento, grande dificuldade em função dos hábitos adquiridos nas instruções de segurança interna; e adequado trabalho de estado-maior evidenciado pelo Batalhão, em face das situações apresentadas durante o exercício.

Terminada essa segunda concentração, foi esperado ansiosamente o embarque imediato, o que não ocorreu. Surgiram então os inevitáveis boatos e algumas desistências. Essa foi a pior fase, pois: a Brigada continuava sendo solicitada nas outras frentes de suas atribuições normais; o próprio 72º BIMtz era instado a cumprir seu programa de Organização Militar (OM) de Pronto Emprego pelo COTER; e as iniciativas da Brigada no sentido de realizar palestras através de oficiais com experiência em Angola e preencher as lacunas na instrução individual eram prejudicadas pela dispersão dos integrantes do Batalhão da F Paz (B F Paz) por mais de vinte OM e três Regiões Militares. Enquanto isso, o comandante do Batalhão recebia pressões em todos os planos e de todas as direções, e os homens viam-se às voltas com a incerteza que minava seus projetos individuais e familiares.

Foram então envidados esforços no sentido de fazer frente aos obstáculos que se apresentavam, constituindo-se uma biblioteca do B F Paz na 3ª Seção da Brigada, recuperando-se os *déficits* na instrução e buscando-se manter elevado o moral da tropa, através de informações tanto precisas quanto possível.

Nesse intervalo, foi realizado, em Petrolina, um estágio por uma comitiva de mili-

tares ingleses especializados em operações de manutenção da paz. Esse estágio foi um ponto de corte no preparo do batalhão. Os ingleses trouxeram idéias atualizadas acerca de procedimentos simples de pequenas frações, até então ignorados. Dessas podem ser destacadas as relativas aos cuidados com minas — principal problema em uma região que acaba de sair de uma guerra civil —, aos procedimentos em Pontos de Bloqueio e Controle de Estradas (PBCE), nos quais só pode ser apreendido material com mandado da ONU, e as missões de patrulhas motorizadas (Patr Mtz), onde cresce de importância a habilidade para negociar, mesmo nos pequenos escalões.

A distribuição das cartilhas de instrução utilizadas pelos ingleses, ou outras similares, a uma GU encarregada de preparar uma Força de Paz em muito facilitaria e direcionaria o seu trabalho.

Lamentavelmente, as notícias sobre o apoio logístico a ser prestado por um Batalhão Logístico (B Log) inglês tornaram-se inócuas, pois o embarque, previsto para março, só veio a ocorrer em setembro, quando tal B Log já havia sido substituído.

Em julho de 1995, a perspectiva do embarque voltou a ganhar força. Foi decidida a realização de mais uma concentração no CIMNC a ser desenvolvida com uma fase de instrução, para retomar os índices anteriormente atingidos e outra com mais um exercício de adestramento, agora com a dotação de material prevista para o embarque.

Dessa última concentração podem ser destacados os seguintes aspectos:

“Lamentavelmente, as notícias sobre o apoio logístico a ser prestado por um Batalhão Logístico (B Log) inglês tornaram-se inócuas, pois o embarque, previsto para março, só veio a ocorrer em setembro, quando tal B Log já havia sido substituído.”

- foram realizados os tiros com todo o armamento a ser conduzido para a missão, inclusive com a obtenção da alça de combate por todos os militares dotados de FAL — fuzis novos;

- foram atingidos os níveis desejados, no tocante às atitudes a serem corrigidas, em função dos ensinamentos colhidos com os oficiais ingleses;

- o, agora, Batalhão Angola adquiriu espírito-de-corpo, fruto de um período de concentração com a Unidade definitivamente constituída através de uma situação hipotética que simulava sua chegada a Angola, com um consequente período de instrução e adestramento de frações;

- foi estabelecido o contato com o material de comunicações a ser utilizado em Angola;

- foi estabelecido um circuito, pelo qual passaram todas as frações,

explorando todas as atividades possíveis de serem desempenhadas na missão de manutenção da paz, o que, juntamente com a perspectiva real do embarque, elevou o moral da tropa;

- foi montada, por uma OM da Brigada, uma Base de Companhia de Fuzileiros (Cia Fzo) tipo ONU, o que permitiu, a todos, a perfeita noção das dimensões dessa instalação no terreno;

- como havia ocorrido com as concentrações anteriores, todas as OM da Brigada foram envolvidas, sem prejuízo de suas atividades normais.

Terminada essa concentração, as subunidades do Batalhão foram distribuídas por OM da Brigada sediadas em Recife, onde

cumpriram um programa de manutenção de padrões, até o embarque do primeiro escalão, em 19 de setembro.

Precedendo o embarque, foi conduzida, pela Brigada, uma formatura no porto do Recife, com a presença do Presidente da República em exercício e dos oficiais generais do Alto Comando do Exército. A montagem e condução dessa formatura em área sujeita à fiscalização da Marinha exigiu estreita coordenação da Brigada com a Capitania dos Portos.

Nessas atividades finais, chamou a atenção da Brigada, escalão executante, o excessivo número de ordens, contra-ordens e informações, nem sempre recebidas pelo canal de comando, o que era natural pela exigüidade dos prazos. Talvez a definição de tarefas pelos diversos órgãos que integram o Sistema Exército, em situações como essa, viesse a minorar tal dificuldade.

No final de 1995, compareceu à 10ª Bda Inf Mtz uma equipe da GU enquadrante da OM destinada a substituir o Batalhão Angola. A essa equipe foram repassadas todas as informações disponíveis, inclusive com a documentação de todos os exercícios gravada em discos flexíveis.

No momento, sabe-se que está prevista a implantação de um Centro de Treinamento para Forças de Paz. Ainda estão vivos os arquivos da 10ª Bda Inf Mtz e da 4ª Bda Inf Mtz, os quais serão enriquecidos com o retorno dos seus batalhões. Como é sabido que é grande a probabilidade de o Brasil continuar a enviar contingentes para essas missões e que, para isso, haverá certamente um sistema de rodízio, a destinação de um local ou órgão para constituir um arquivo atualizado dessas atividades, até que se concretize a implantação de Centro de Treinamento, iria assegurar a preservação da

memória, no que toca à instrução e ao adestramento.

ATIVIDADES AFETAS À 1ª SEÇÃO

O Comando Militar do Nordeste (CMNE) recebeu, por meio da Portaria Ministerial Nr 001-Res, de 04 de janeiro de 1995, que confirmava diretrizes anteriores, o encargo de mobiliar os efetivos do Estado-Maior, da Companhia de Comando e Apoio e de três Companhias de Fuzileiros, totalizando 503 homens. Uma quarta Cia Fzo e mais uma Companhia de Serviços, que completavam a estrutura do Batalhão, ficaram a cargo da Marinha do Brasil e do Comando Militar do Leste (CML), respectivamente.

As vagas acima previstas foram inicialmente preenchidas pelo 72º BIMtz que forneceu 319 militares para a F Paz. As demais Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS) à 10ª Bda Inf Mtz completaram mais 85 claros. Dos 99 claros restantes, 02 foram ocupados por efetivos de outros Comandos Militares de Área e os outros 97 o foram por 29 OM espalhadas pela área do CMNE.

Fornecer os recursos humanos necessários à F Paz foi, então, o objetivo do trabalho da 1ª Seção da Brigada (1ª Seção Bda). Para isso, e ao longo das fases já citadas, a mesma teve de realizar ações como: adaptar sua estrutura; selecionar e reunir pessoal; acionar as OM que possuíam militares no Batalhão; e encaminhar documentos e informações aos escalões competentes, conforme será mostrado a seguir.

O trato de todos assuntos relacionados ao BF Paz foi confiado ao chefe da Seção,

auxiliado por um sargento, assim como foi aberto um arquivo específico para essa nova carteira, vigorando tal estrutura durante as três primeiras fases de preparação do contingente.

O aumento do volume de trabalho durante a 4^a fase determinou uma nova modificação na 1^a Seção, com a criação de três novas carteiras: controle de efetivos; saúde e direitos do pessoal. A referida organização revelou-se adequada e manteve-se até o final da missão com o regresso da tropa, sendo que a Seção não recebeu nenhum reforço pessoal para desempenhar suas tarefas, valendo-se, apenas, dos quadros já existentes.

A seleção de pessoal obedeceu os requisitos estabelecidos pelo Estado-Maior do Exército (EME): ser voluntário; estar no comportamento "Bom", no mínimo, para praças; não possuir nenhum problema social ou familiar; e, preferencialmente, ser de carreira (oficial e sargento).

Após o levantamento dos voluntários existentes no âmbito da Brigada, houve a seleção propriamente dita com base nos critérios acima citados. Como a procura foi, inicialmente, menor que o número de vagas, tornou-se necessário utilizar militares — oficiais e sargentos na maioria — de fora da GU.

Durante a 2^a fase, houve um incremento na quantidade de interessados em compor a F Paz, o que levou a 1^a Seção/Bda a montar um banco de dados de voluntários, sendo essa providência de muita utilidade quando diversas substituições tiveram de ser efetuadas nas 3^a e 4^a fases.

As trocas de pessoal foram motivadas por quatro grupos de causas: oito alterações no Quadro de Efetivos do Batalhão (QDE/Btl) ao longo das quatro fases; desistências (principalmente na 3^a fase); incapacidade

física (menos de 3% do efetivo); e disciplinares (dois casos, o último a três semanas do embarque).

As convocações do pessoal foram feitas mediante expediente às respectivas OM. Os convocados deslocaram-se pelos próprios meios, recebendo, posteriormente, uma diária e a indenização do gasto com passagem. Para a última reunião no CIMNC, os efetivos do 72º BIMtz deslocaram-se em ônibus contratados.

As OM também foram acionadas no sentido de encaminhar seus militares às Organizações Militares de Saúde (OMS), com vistas à realização de exames, tais como: hemograma, MIF, EAS, VDRL, H3SAG, ELISA, e imunologia para a doença de Chagas. Outra providência, na área de saúde, a cargo das OM foi dar sequência à vacinação contra difteria-tétano, antiamarílica, contra hepatite B, antitifóidica e BCG, iniciada na primeira concentração do Batalhão.

Finalmente, as OM foram orientadas a organizar pastas individuais para seus militares contendo, dentre outros, os seguintes documentos: certificados de vacinação; cópias de contracheques; título de eleitor; CPF; declaração de voluntariado; fotografias; e dados bancários, inclusive de pensionistas judiciais.

O trâmite da documentação e informações sobre pessoal nas 1^a, 2^a e 3^a fases resumiu-se a encaminhar à 7^a Região Militar dados de militares que ingressaram no B F Paz por motivo de substituição ou criação de vaga.

Com o advento da 4^a fase, o fluxo de documentos e informações experimentou significativo aumento. A documentação organizada pelas OM teve de ser recolhida, conferida e endereçada, em prazos curtos, ao CML e ao Gabinete do Ministro (Gab

Min), para a emissão de passaportes e cadastramento no sistema de pagamento de pessoal em missão no exterior, respectivamente.

Após o embarque do contingente, o trabalho ficou reduzido à tramitação de expedientes acerca de prorrogação de tempo de serviço militar. Ao mesmo tempo, houve a necessidade de intensificação de contatos com o Gab Min, buscando resolver problemas decorrentes de retardo no recebimento (por parte de familiares dos militares) de importâncias que lhes foram consignadas, sendo que as referidas dificuldades apenas ocorreram nos meses de outubro e novembro de 1995.

A organização de um arquivo específico e a estruturação de novos setores para conduzir assuntos relacionados a pessoal permitiram, à 10ª Bda Inf Mtz, dispor de informações com oportunidade de formar uma memória que instrumentalizará quem estiver encarregado dessa área no futuro.

Por outro lado, a montagem de um banco de dados, contendo uma reserva de elementos aptos a integrar a F Paz, conferiu agilidade às permutas de pessoal.

O resultado de tudo isso foi que o Batalhão embarcou para Angola com os efetivos completos e em perfeito estado de higidez, com a documentação individual emitida, as ajudas-de-custo pagas e o cadastramento para remuneração no exterior concluído, colimando-se assim o objetivo de fornecer recursos humanos para a Força de Paz.

escalões, foi precedido por duas etapas distintas: as atividades voltadas para o adestramento e as atividades voltadas para o embarque.

Para cada um dos exercícios de adestramento realizados, foram executadas concentrações de material diferenciadas.

Para a reunião do material destinado à primeira concentração, a 7ª Região Militar / 7ª Divisão de Exército (7ª RM/7ª DE) nomeou uma comissão composta por um presidente (Oficial do 14º Batalhão Logístico — 14º B Log) e elementos auxiliares das diversas gestões. Essa comissão funcionou de um período pré-exercício a um período pós-exercício.

Os principais óbices verificados foram: a precariedade do estado de alguns materiais, especialmente os de acampamento, e as alterações do material que, por ocasião de sua devolução às OM de origem, não conferiam com as existentes por ocasião da entrega, gerando ônus administrativo (sindâncias, descargas etc.) para os envolvidos.

Dentre os principais ensinamentos obtidos, podem ser destacados: a realização de concentração em uma área que propicie condições favoráveis de acantonamento, como foi o caso do CIMNC, atenua, em parte, as deficiências oriundas do mau estado do material de acampamento; a possibilidade de facultar, à comissão de material, proceder à apuração imediata, bem como as medidas administrativas cabíveis, decorrentes de avaria de material, permitiu soluções mais ágeis e precisas no tocante aos danos produzidos nos diversos equipamentos; e a elaboração de quadro, contendo a data/hora da entrega e da devolução de material — por OM — no local de concentração, disciplinou e reduziu o acúmulo de pessoal e viaturas em locais críticos.

ATIVIDADES AFETAS À 4ª SEÇÃO

Na área da 4ª Seção, o embarque do Batalhão para Angola, realizado em três

Para a segunda concentração, realizada em fevereiro de 1995, em Petrolina, foi reunido apenas o material para o adestramento. A 7^a RM/7^a DE complementou as necessidades que não puderam ser supridas pela 10^a Bda Inf Mtz. Foi organizado um comboio, com cerca de quarenta viaturas, que se deslocou de Recife para Petrolina, transportando o mínimo de material necessário à consecução do Exercício.

Os principais óbices foram: a precariedade do estado de alguns materiais, especialmente os de acampamento; a inoperância do sistema de comunicações durante o exercício (os melhores equipamentos haviam sido recolhidos para manutenção), visando a dotar a Força de Paz; e os riscos pertinentes a um deslocamento de 1.600km (ida e volta) com viaturas, nem sempre nas melhores condições.

Dentre os principais ensinamentos obtidos, destacam-se os seguintes: é de grande importância para o sucesso da missão a confiabilidade e o bom desempenho dos equipamentos de comunicações (principalmente, do material rádio); as medidas de segurança, coordenação e controle são primordiais para os deslocamentos de comboios, especialmente a longas distâncias; e, em regiões quentes, marcadas pela escassez de recursos hídricos, há que se ter cuidados especiais com o suprimento e ressuprimento de água.

Para a terceira concentração, realizada em agosto/setembro de 1995, no CIMNC, foi reunido o material para o adestramento e para o embarque. A 7^a RM/7^a DE complementou as necessidades que não puderam ser supridas pela Brigada, elaborou um quadro data/hora para entrega e devolução do material e nomeou uma comissão presidida por um oficial do 14^o B Log e composta por elementos auxiliares das diversas gestões.

Participaram, também, da referida comissão oficiais e graduados do 72^o B I Mtz, haja visto a maior parte de o material ser pertencente àquela OM. Esses militares conduziram, após o adestramento, o referido material de volta à Petrolina.

Os principais óbices foram: o curto espaço de tempo compreendido entre a comunicação de que o Batalhão realmente seria enviado para Angola, o último adestramento e o preparo do material que foi embarcado, e o estado precário de alguns materiais que foram encaminhados para o embarque, função da conjuntura atual.

Dentre os principais ensinamentos obtidos, destacam-se os seguintes: a necessidade de locais distintos, na área da concentração, para o acondicionamento do material destinado ao embarque e para a redistribuição do material a ser utilizado no adestramento; a necessidade do rigoroso controle por parte da comissão recebedora do material, bem como de sua documentação (guias de remessa, de recolhimento, cautelas etc.); e a necessidade de uma perfeita integração Bda-RM/DE a fim de minimizar os desgastes impostos pela exiguidade dos prazos.

Após o término do terceiro exercício de adestramento, realizado no CIMNC, as diversas subunidades do Batalhão Angola foram alojados em Recife, pelas mesmas OM que as haviam apoiado naquele apronto final. Dessa forma, foi equacionada a concentração do pessoal imediatamente anterior ao embarque, posto que, quando da reunião para o último adestramento, os integrantes do Batalhão Angola já conduziam todo o seu material individual.

Quanto ao material para o embarque, o trabalho foi desenvolvido pela 7^a RM/7^a DE. As principais tarefas podem ser sintetizadas

na definição do Quadro de Distribuição de Material do Batalhão Angola; a aquisição de material; na colocação do material em *containers* (ovação); nos contatos com a Marinha e a Capitania dos Portos de Recife; e na definição das datas relativas ao embarque.

Os principais óbices verificados foram: a demora nas definições (número de escalões, previsão de datas para o carregamento e para o suspender); as modificações de última hora introduzidas no QDM; o retardo na liberação de recursos para a aquisição de material no comércio local; a mudança de local para aquisição de determinados materiais (inicialmente, seriam adquiridos no RJ); a ordem, recebida já próximo ao carregamento, para transportar uma ponte Bailey; a falta de um relacionamento mais estreito e permanente do Exército com a Marinha, no tocante à operacionalização de procedimentos em atividades conjuntas.

Dentre os principais aspectos observados destacam-se: a necessidade de definições mais oportunas no que diz respeito às datas, à liberação de recursos e aos locais de aquisição de materiais; o trabalho diligente e meticuloso do 7º Depósito de Suprimento (7º D Sup), possibilitando o sucesso nas tarefas de aquisição do material, na ovação, no transporte e no seu carregamento; a confecção do plano de carregamento e embarque, na prática, posterior à execução do mesmo;² a importância de se estreitar os

relacionamentos com as demais Forças; a necessidade de, em operações dessa natureza, contar-se com um porto que possua infraestrutura para auxílio no carregamento (guindastes, pranchas, empilhadeiras, etc); o apoio irrestrito das OM da área, contribuindo para o êxito do trabalho, e a integração em todos os níveis (OM — Bda — RM/DE), muitas vezes informal, aspecto fundamental para o sucesso nas atividades logísticas.

CONCLUSÃO

A tarefa atribuída à 10ª Bda Inf Mtz constituiu um desafio para todos os seus integrantes. Sua consecução, em meio às atividades normais e enfrentando os óbices inerentes à conjuntura, enche de orgulho a todos os que contribuíram com sua parcela de esforço.

A sistematização do preparo de tropas para missões similares no futuro requer a concentração de esforços em um centro de preparação específico.

Há que ser documentado, em uma Organização desse tipo, todas as experiências anteriores, seja no tocante ao preparo ou no que concerne às ricas experiências trazidas pelos integrantes dos Batalhões Angola e pelos militares brasileiros que participaram de outras missões de paz.

Em tais centros, os Estados-Maiores de GU encarregadas do preparo de OM para integrar Forças de Paz poderiam estagiar ou colher subsídios para os seus planejamentos.

De igual forma, não se podem olvidar as experiências adquiridas no tocante à logística voltada para o preparo, em particular as atividades de suprimento, de pessoal e de transporte.

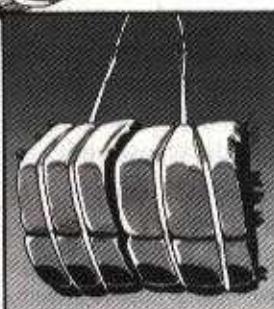
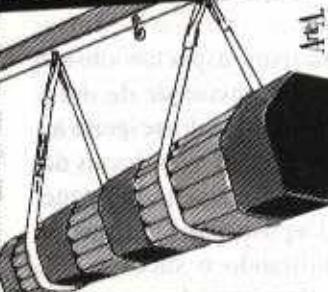
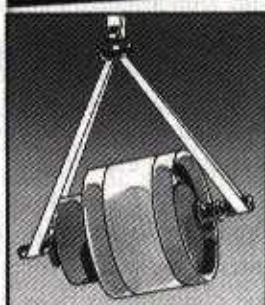
2. Foi montada, pelo 7º D Sup, em suas instalações, uma linha de containers, numerados por subunidade. Em um galpão, frontal a essa linha, os materiais foram lotados por companhia, conforme previsto em QDM. Encaminhado ao *container*, o material foi relacionado e pesado. Completado o peso máximo (6.500kg), o container recebeu o lacre. A preocupação não se restringiu ao peso mas, também, ao volume e tipo do material que foi "ovado", a fim de evitar-se quebras. Assim, após o carregamento é que se teve o plano pronto.

A estatura do Brasil no concerto das nações, suas expectativas em relação à ONU e as gloriosas tradições do Exército Brasileiro justificam qualquer esforço no sentido de proporcionar o melhor nível possível às tropas destinadas a missões externas.

Esse foi o farol que iluminou o Es-

tado-Maior da 10ª Bda Inf Mtz nos trabalhos de preparação do primeiro contingente enviado a Angola. Certamente continuará a guiar todos aqueles que vierem a se envolver em missões desse tipo, direta ou indiretamente, de maneira eventual ou em caráter permanente, seja qual for o escalão considerado. □

A SOLUÇÃO PARA QUEM PEGA NO PESADO "CORREIAS HUZI"



As correias Huzi oferecem resistência, durabilidade e segurança no transporte e movimentação de carga que são feitas com a mais alta tecnologia. Em nylon ou poliéster, com formato antideslizante, mantém a carga sempre firme e segura. Huzi Sling e Huzi Estropo. A solução definitiva para quem pega no pesado.

HUZIMET ACOS ESPECIAIS LTDA.

Rua Alvaro Gomes, 127 - Alto do Mandaqui - CEP 02421 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 298-7022 PABX - Telex - 11-21016 - HUZI BR



A DEFESA NACIONAL

A Europa das Regiões¹

Vasco Mariz*

Matéria extraída de palestra proferida, em 09.03.1995, na Confederação Nacional do Comércio e publicada na Carta Mensal — 41(431):47-67, abril de 1995 — revista mensal dessa entidade.²

Ao escolher como tema deste ensaio a "Europa das Regiões", não pensei em analisar as atuais associações de Estados, já em funcionamento ou em formação, com vistas a uma integração comercial. No entanto, parece-me oportuno recordar, em linhas gerais, essas aglomerações de Estados, antes de entrar nos pormenores que mais podem nos interessar em relação à Europa.

Em primeiro lugar, a mais ambiciosa e mais amadurecida dessas organizações, a União Européia, que agora engloba 15 Estados, com a recente admissão da Áustria, Suécia e Finlândia. Da antiga Associação Européia de Livre Comércio, a EFTA, saíram

os três países acima mencionados, restando apenas a Noruega, a Suíça, a Islândia e o Lichtenstein.

Em 1994, tivemos a formação do NAFTA, a área de livre comércio da América do Norte, que acaba de tropeçar espacialmente na presente crise mexicana. Também em 1994, foi criada, na Indonésia, a APEC, outra ambiciosa organização de livre comércio, reunindo numerosos países de ambos os lados do Oceano Pacífico, mas que só deverá formalizar-se dentro de 25 anos. Ainda em 1994, foi esboçada a AFTA, durante reunião de dezembro dos presidentes das Américas, em Miami. A Associação de Livre Comércio das Américas deverá con-

Diplomata, ex-embaixador do Brasil na República Democrática da Alemanha e em Israel — Chipre cumulativamente).

1. Selecionado pelo PADECENE.

2. O leitor deve levar em consideração as mudanças corridas no Quadro das nações consideradas no artigo, a partir da data em que o mesmo foi produzido.

cretizar-se dentro de 11 anos. Já em janeiro do ano corrente, foi criada a CEA (*Chinese Economic Area*), abrangendo China, Taiwan e Hong Kong, que, no momento, atingiu o expressivo índice de terceiro parceiro comercial dos Estados Unidos da América. Finalmente, entrou em vigor, em janeiro de 1995, o MERCOSUL, havendo o Chile e a Bolívia postulado formalmente suas candidaturas. O Peru e a Colômbia manifestaram desejo de associar-se também ao MERCOSUL, a médio prazo.

Verifica-se, assim, um claro consenso mundial em favor das associações de Estados, mais ou menos frouxas, e limitadas inicialmente apenas ao livre comércio. A instalação da Organização Mundial do Comércio, em substituição ao GATT, é a evidente confirmação dessa tendência. Parece-me pouco provável, no entanto, que algumas dessas associações venham a progredir substancialmente. Acredito mais em outras tendências que começam a esboçar-se menos ambiciosas e mais imediatas, que serão objetivo deste ensaio, no que se refere à Europa.

Antes de tudo, uma observação global: meus comentários foram quase todos elaborados à sombra da grande ameaça que paira sobre as nações industriais — o desemprego crescente, o fenômeno que aflige o mundo neste final de século. Na recente conferência econômica de Davos, na Suíça, as personalidades mais altas da economia e das finanças da OCDE chegaram a algumas dramáticas conclusões: 1) a estabilidade nos empregos, durante toda a vida do trabalhador, é hoje exclusivamente uma exceção japonesa; 2) o emprego fixo está se tornando uma relíquia da revolução industrial, que não fará parte da realidade econômica do século XXI; 3) a privatização das estatais deve ser acelerada;

4) o seguro-desemprego deve ser reduzido ao mínimo possível, de tal modo que a sua exigüidade force o desempregado a aceitar empregos menos bem remunerados; 5) os desempregados devem ser encorajados a freqüentar cursos de reciclagem, ou aperfeiçoamento em atividades afins ao seu antigo emprego. Na Europa, o país que está num estágio mais adiantado na aceitação dessas realidades é a Alemanha, e o país mais avesso a mudanças é a França, cujo legislação é extremamente rígida em matéria de trabalho. Lá, os jovens que nunca trabalharam têm direito aos benefícios dos desempregados.

Há tempos foi-me sugerida uma palestra sobre a "Europa das Minorias". O tema era complexo e, ao tentar coligir dados e classificar minhas recordações, acabei evoluindo para um problema afim, que se sobrepõe às minorias e está ganhando atualidade — a "Europa das Regiões". Os países independentes do continente europeu já atingiram, no inicio de 1995, a espantosa cifra de 43 Estados, desde a enorme Rússia à pequenina Andorra. Nos anos 60, quando os novos Estados independentes da África superaram o número de 30, foi um espanto geral. Eis que, pouco após a queda do Muro de Berlim, a Europa já deixou longe os índices africanos. Nessa pulverização política observa-se uma tendência centrífuga aos governos centrais e às grandes burocracias estatais, que esmagavam as minorias e as províncias mais remotas, vítimas de discriminações por vezes odiosas. Minha tese para este ensaio é que prevejo uma outra tendência oposta a essa atomização de Estados, isto é, um movimento que começa a esboçar-se pela regionalização político-econômica. Essa tendência poderia solucionar melhor a questão das minorias e evitar outros conflitos. A presente crise na Iugoslávia tem feito muita gente na Europa

meditar sobre o assunto. Outras forças, desta vez centrípetas, possibilitam a aglutinação de vários países vizinhos de menor viabilidade econômica.

Recentemente, temos lido opiniões de importantes jornalistas, economistas e cientistas políticos, em artigos da imprensa internacional e até em livros que obtiveram considerável repercussão no Primeiro Mundo, sobre o possível fim de alguns Estados-nações. Esses autores estão percebendo sensível evolução do mundo atual no sentido de uma regionalização mais acentuada, em detrimento das fronteiras políticas e em favor de uma integração progressiva de frágeis Estados vizinhos. Um dos fatores que parecem acelerar essa globalização econômico-financeira foi a extinção do conflito ideológico, e o mundo parece caminhar em direção de associações políticas mais flexíveis, com fronteiras menos rígidas, em consequência do desgaste de muitos Estados-nações. Ao chegar a essas conclusões, alguns autores têm coincidido em vários de seus argumentos. Os japoneses são talvez os mais audaciosos em suas previsões, e até eminentes escritores norte-americanos, como Patrick Moynihan e Paul Kennedy, não os contradizem e utilizam razões acadêmicas semelhantes. O controvertido jornalista japonês Kenichi Ohmae, ao analisar a regionalização das economias do Sudeste Asiático, afirma que as províncias tendem a se afastar das capitais nacionais para se filiarem diretamente aos núcleos econômicos vizinhos, supranacionais. Suas observações têm obtido repercussão internacional, pois parecem oferecer, às empresas transnacionais, um novo cami-

nho seguro para a sua expansão. Na mesma linha de pensamento, convém assinalar a crescente regionalização do sul do Brasil com suas também crescentes conexões com a grande Buenos Aires, onde centenas de empresários brasileiros já se instalaram. Empresas transnacionais estão estudando as possibilidades e conveniências de investirem em melhores condições no Uruguai e Paraguai, com vistas aos grandes mercados do Brasil e da Argentina.

Comecemos, porém, por avaliar como se chegaria à Europa das Regiões, à luz dos preconceitos políticos e raciais existentes, e dos desequilíbrios econômico-financeiros atuais. A primeira pergunta é: como poderia ser finan-

ciada essa possível Europa das Regiões? O recente fracasso do México levanta uma série de questões e ainda não estão claras as tendências dos capitais especulativos, assustados com a instabilidade dos mercados dos países emergentes. Na Europa Oriental, os investimentos têm sido bastante modestos porque a conjuntura política, em quase todos os países da região, ainda não inspira confiança. Tanto os grandes quanto os pequenos investidores têm tido algumas experiências desanimadoras, não só pelo endividamento enorme das empresas estatais (por vezes mascarados a esses investidores), como também pela frequente desonestade dos parceiros da região. Na Europa Oriental organizou-se uma poderosa máfia que tem atraído investidores ingênuos e, no momento de as empresas se tornarem produtivas, os parceiros estrangeiros são expulsos sem que os governos locais tomem providências para protegê-los. Na Rússia, isso tem acontecido

"As províncias tendem a se afastar das capitais nacionais para se filiarem diretamente aos núcleos econômicos vizinhos, supranacionais."

com alguma freqüência. Por outro lado, em certos casos, esses investidores e executivos estrangeiros não eram honestos nem competentes, daf resultando uma desconfiança recíproca que tem até impedido promissoras associações. Em verdade, parece que os homens de negócios ocidentais superestimam a sua habilidade de negociar e operar na Europa Oriental, cujos métodos de trabalho são bem diferentes daqueles a que estão habituados. A República Tcheca teve recentemente experiências amargas com parcerias iniciadas com as importantes empresas Skoda e Tatra.

Por outro lado, muitos estudiosos admitem hoje que as províncias não suportam mais ficar submetidas à ditadura de burocracias por vezes preconceituosas e até incompetentes. Preferem comerciar entre si e com o resto do mundo, sem os entraves que os governos centrais costumam impor. Um exemplo dessas tendências é o Canadá, que só poderá salvar-se da partilha graças ao NAFTA e à concessão de ainda maior autonomia à província de Quebec que, em 1995, deixou de tornar-se independente por margem insignificante em plebiscito.

Na Europa, um exemplo positivo dessas forças centrífugas foi a autonomia quase completa que o Estado espanhol concedeu à província da Catalunha, que hoje em dia atingiu notável prosperidade, graças ao seu novo poder de comerciar livre e diretamente com o resto da Europa, sem passar pela tentacular burocracia de Madrid. Exemplo inverso nos proporciona a Suíça, que sucessivamente decidiu manter sua completa autonomia sem se atrelar às Nações Unidas, ao Espaço Europeu e à União Européia, numa categórica repulsa às burocracias da ONU e da Comunidade Européia. Esse horror às capitais distantes poderá levar a Europa

ainda a uma maior pulverização política. As Nações Unidas têm agora mais de 180 Estados-membros, mas dentro de uma geração o número poderá aumentar ainda. Recordo que, por ocasião da fundação da ONU, a América Latina era o bloco regional mais numeroso e gozava de significativo peso político nas votações, o que hoje perdeu sensivelmente.

Não desejo afirmar, porém, que a nova Europa do século XXI vai ser uma "Europa das Minorias", mas certamente as minorias mais importantes e mais bem organizadas vão se tornar mais autônomas dos Estados-nações. Só nos últimos cinco anos, depois da derrubada do Muro de Berlim, numerosos novos Estados foram criados. Outros divórcios estão se delineando e alguns Estados, que já se separaram, como os da antiga União Soviética, ainda poderão voltar a se unir pela imperiosa necessidade geoeconômica e financeira.

O mundo soviético foi o primeiro Estado-nação a espatifar-se espetacularmente, produzindo, primeiro, os três Estados bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia) e, depois, a Bielorrússia (ou Belarus), a Ucrânia, a Moldávia, o Casaquistão, a Armênia, a Geórgia etc., como novos Estados independentes. Não é aqui o momento de examinar as causas dessas rupturas, que todos conhecemos, e sim estudar o que aconteceu depois. Felizmente, não ocorreu o êxodo maciço de 10 milhões de russos em direção ao Ocidente, como tanto se temia. As novas repúblicas se embriagaram com a liberdade recém-conseguida, mas não se organizaram adequadamente. A primeira etapa das negociações bilaterais com Moscou empacou nas relações comerciais, enquanto persistem divergências como o estacionamento e a propriedade dos armamentos nucleares, a partilha da marinha

militar, a retirada progressiva das tropas soviéticas, o *status* das minorias russas.

A Ucrânia é um bom exemplo do que aconteceu nestes tumultuados últimos seis anos. Apesar de o país ser bastante rico, a produção industrial caiu 40% e o processo de privatização mal começou. O PIB recuou 10% e a inflação chegou a 1.600%. A nova moeda, os *karbovánets*, criada como símbolo da tão ansiada independência, não conseguiu alcançar credibilidade e vale menos do que o rublo tão depreciado. Ao contrário do que se poderia esperar, o Ocidente não veio em apoio à Ucrânia e, nas eleições presidenciais de julho de 1994, Leonid Kuchma elegeu-se com uma plataforma realista, que recomendava a reaproximação com Moscou. O desemprego continua alto (14%) e só não é maior porque as privatizações não progredem. A Belarus, ou Bielorrússia, tem problemas parecidos com os da Ucrânia e já vai se reaproximando de Moscou. Sua renda *per capita* é melhor, e se mantém quase igual à do Brasil.

Os Estados bálticos têm sofrido muito com uma recém-obtida independência, mas talvez, pela sua exígua dimensão territorial estão conseguindo receber pequenas ajudas, para eles valiosas, dos Estados Unidos, da Suécia e da Finlândia. Embora esse auxílio seja a conta-gotas, estão se organizando melhor do que outras novas repúblicas. Apesar dos interesses comerciais com a Rússia, não é viável uma reaproximação com Moscou, cujo domínio de 50 anos deixou cicatrizes profundas. A Estônia impressionou-me bem, em rápida visita que fiz a Tallin, em junho último. Ela cresceu 6% em 1994, com inflação só de 40%. Sua renda *per capita* é superior a US\$ 3.000,00, portanto, maior do que a do Brasil. Já a Lituânia não tem tido a mesma sorte. Foi a primeira a

voltar às mãos dos ex-comunistas, nas eleições de 1992, que levaram ao poder o novo Partido Democrático do Trabalho. Os progressos foram poucos até agora.

Parece-me oportuno citar recente entrevista de Gorbachev sobre o presente impasse econômico da Rússia com suas ex-províncias. Dizia ele à revista *Newsweek*, em 31 de outubro de 1994: “*O império russo não poderá jamais renascer, mas uma razoável cooperação econômica é possível e será até essencial a ambas as partes. No entanto, muita gente na Rússia não deseja essa nova união com as antigas províncias, porque nossos recursos são limitados. Eu mesmo (diz Gorbachev) gostaria de ver uma nova união com a Bielorrússia, o Casaquistão e mesmo a Ucrânia, embora acredite que a Ucrânia deva mesmo ficar independente, apesar de integrada na nossa zona comercial. Se isso acontecer, temo até que outras partilhas possam vir a ocorrer nessas novas repúblicas.*” Quando estive na Rússia, em 1994, deu-me impressão penosa a visivelmente decadente São Petersburgo. Em conversa com nosso guia, soube que diversas fábricas na região da antiga Leningrado estão paralisadas, porque os insumos não lhes chegam mais das outras províncias, hoje independentes, que estão a exigir pagamento em moeda forte pelas suas matérias-primas. Portanto, o desconforto é recíproco: a mãe-pátria russa e suas antigas províncias não estão conseguindo viver separadas. Aliás, o PIB da Rússia caiu 16%, em 1993, e sua renda *per capita* é inferior à do Brasil — em torno de US\$ 2.300,00.

A recente guerra civil na Chechênia deve estar fazendo meditar alguns chefes de Estados pelo mundo afora. Durante três anos, o governo separatista da Chechênia tentou a secessão por meios pacíficos e legais, sem

resultados. Embora seja uma pequena província, ela é rica em jazidas minerais e petróleo, e seria um dos locais de estocagem de mísseis nucleares soviéticos, em virtude de sua topografia. Por isso, o governo de Grozny nunca poderia obter o assentimento de Moscou para sua independência total. Portanto, mesmo com o risco de desgastar-se interna e externamente, o presidente Yeltsin não podia ter adotado outra decisão do que impor pela força os interesses políticos e militares da Rússia. O Ocidente compreendeu o dilema e não lhe criou dificuldades internacionais, apesar da incitação irresponsável da imprensa. Por outro lado, é necessário recordar que os chechenos são muçulmanos e estavam sendo ajudados pelos turcos e iranianos. Se os chechenos houvessem repassado ao Irã o material atômico soviético de que seriam guardiões, as consequências no Oriente Médio seriam incalculáveis.

No dia 19 de janeiro último, o jornalista Caio Blinder publicou, em *O Globo*, um artigo intitulado "Chechênia nos Estados Unidos?" e lembrou que as cinzas da guerra da secessão ainda estão quentes, mencionou movimentos separatistas na Califórnia, Texas, Idaho e até no pequenino estado de Vermont, na Nova Inglaterra, que aliás tem o direito à secessão inscrito em sua constituição estadual, em casos de seus cidadãos "se sentirem prejudicados por calamidades à sua volta". Recordou o jornalista brasileiro que a cidade de Seattle, no noroeste dos Estados Unidos, tem muito mais afinidades com Vancouver, no Canadá, do que com Washington ou Nova York. Citou o sociólogo americano, Thomas Naylor, que propõe "o enxugamento dos Estados Unidos" e afirmou que "os Estados Unidos carecem de um senso de comunidade bem definido que vincule

nossos 50 Estados tão desconjuntados". Infelizmente, há muita gente no Brasil que também pensa assim: existem associações separatistas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e, até, no Nordeste.

Destarte, se as nações bálticas parecem no bom caminho da criação de zonas de cooperação comercial com seus vizinhos (Suécia, Dinamarca e Finlândia), ainda têm um longo percurso até se sustentarem melhor. Até mesmo a Ucrânia, a terceira potência nuclear mundial e dona de terras fertilíssimas, que tradicionalmente foram o celeiro da Rússia, tem ainda um futuro bastante incerto, que dificilmente se poderá consolidar sem restabelecer estreito contato com Moscou. Parece-me inevitável a regionalização da Europa com urgente ofensiva internacional em busca de novos mercados e novas parcerias. Isso deveria interessar ao Brasil, já que a Argentina está em adiantadas negociações com a República tcheca.

Ao deslocarmo-nos para o centro europeu, os problemas melhoraram um pouco, pois a Polônia já é o primeiro país a sair da recessão desde 1989, talvez por haver recebido razoável auxílio de americanos de origem polonesa. Seu PIB cresceu 2%, em 1992, e 4%, em 1993. As empresas privadas já são responsáveis por mais de 50% do PIB nacional. Em 1989, a inflação andava pelos 700%, mas em 1994 já estava controlada em torno de 30% anuais, o que é muito meritório. O desemprego é dos mais altos da Europa Oriental (17%), justamente porque foram feitas muitas privatizações. No entanto, apesar desses índices favoráveis, em recente pesquisa de opinião, apenas 33% dos poloneses estão otimistas em relação ao futuro do seu país, embora só 22% se tenham declarado pessimistas. A História lembra a

aproximação da Polônia com a Lituânia e isso já está ocorrendo novamente. Aí vemos nova regionalização surgindo. Persistem, no entanto, problemas de fronteiras da Polônia com a Alemanha e a Rússia, apesar de os limites atuais haverem sido solenemente reafirmados pelos líderes alemães e russos. Felizmente, todos parecem evitar reabrir, pelo menos por ora, as velhas feridas que já fizeram correr tanto sangue.

Seja como for, mesmo a promissora Polônia não conseguiu evitar cair na demagogia ideológica dos neocomunistas. Em 1993, aconteceu a vitória nas eleições gerais da chamada Aliança Democrática de Esquerda, que concorreu com a plataforma híbrida de desilusão com as políticas econômicas de choque. Porém, continuam a aprovar novas privatizações e reformas, desde que mantidas as conquistas sociais dos trabalhadores. Lech Walesa, que acabava de visitar o Brasil, estava enfrentando com firmeza as hesitações de seu 1º ministro, mas recentes eleições levaram ao poder, em 1995, o partido comunista com aparente cara nova.

Infelizmente, os novos ventos não convenceram ainda os dirigentes de dois dos países mais atrasados da Europa Oriental, a Romênia e a Bulgária, que continuam às voltas com as velhas oligarquias comunistas, agarradas às desgastadas normas do *ancien régime*. Na Romênia, a crise permanece fortíssima. Ion Iliescu, antigo colaborador do sangrento ditador Ceausescu, foi eleito em 1992 e cercou-se de muitos comunistas como ele e, por isso, não houve privatizações significativas e a corrupção continua a imperar. A mortalidade infantil é enorme e 1/5 da população vive abaixo do nível de pobreza. O PIB da Romênia caiu 13%, em 1991, 15% em 1992, e 5%, em 1993; a inflação continua em 200% e o desemprego atinge 16%, índice

altíssimo em país onde praticamente não houve privatizações. Logo após a morte de Ceausescu, em 1989, houve a evasão de milhares de romenos para o Ocidente, sobretudo ciganos, que foram mendigar na Kurfürstendam, de Berlim, "poluindo" uma das mais belas avenidas da Europa. A Romênia tem problemas com a minoria húngara, muito importante e bem organizada, e conflitos poderão eclodir a qualquer momento. Aliás, o futuro da pequena república da Moldávia, a antiga Bessarábia, não me parece nada claro, e tudo indica que, ao se formarem Estados-regiões, ela pode juntar-se à Romênia ou, ainda mais provavelmente, à Ucrânia, em razão de suas tradicionais relações com a antiga União Soviética. No momento, a Romênia está envidando esforços por reorganizar o turismo para suas belas praias do Mar Negro, onde as antigas elites comunistas iam descansar.

Sua vizinha Bulgária é outra nação que não aproveitou o último quinquênio de relativa liberdade, apesar de haver eleito, em 1992, Zhelyn Zhelev, líder anticomunista. Entretanto, ele não conseguiu realizar amplas reformas e o país vem sofrendo prejuízos com a guerra civil na Iugoslávia, importante parceiro comercial. As relações comerciais com a Rússia estão em um impasse, já que o governo de Sófia insiste em se fazer pagar em divisas fortes por Moscou, pelas suas exportações agrícolas. Em dezembro de 1994, novas eleições derrubaram o governo da União das Forças Democráticas e deram maioria ao Partido Socialista do jovem líder Zhan Videnov. De qualquer modo, a Bulgária parece mais próxima de decolar do que a Romênia, e em 1994 deve ter saído do vermelho. Sua inflação foi de 55%, a taxa de desemprego está em 20% e, em 1993, seu PIB recuou 3%.

Tem a Bulgária problemas de minorias com a Turquia, que já quase deflagraram uma guerra. É evidente que só a regionalização econômica será a solução para um melhor entendimento com a hoje poderosa Turquia. A grande verdade é que, se a Europa Oriental quiser participar da chamada "quarta onda" de crescimento que se vislumbra neste fim de século, ela terá de se modernizar. Como disse, Roberto Campos, "estamos numa época em que a velocidade na absorção da educação e da tecnologia será o fator determinante da pobreza ou da riqueza das nações".

Chegamos, então, a dois países cuja performance nestes últimos seis anos faz crer que, nessa região, poderá haver prosperidade até o fim do século: a Hungria e a República Tcheca. Aliás, tudo indica que esses dois países serão os primeiros do Leste Europeu a ingressar na União Européia, tavez nos próximos anos. Creio que se pode atribuir à cultura avançada desses dois povos, à significativa indústria existente desde antes da Segunda Guerra Mundial e à sua mão-de-obra experimentada grande parte da agilidade contra a estagnação provocada por 50 anos de opressor domínio nazista e depois soviético. Afinal, Budapeste e Praga eram duas capitais altamente sofisticadas e civilizadas, dirigidas por elites esclarecidas e cultas.

A Hungria foi o primeiro país do antigo mundo socialista a empreender reformas de estrutura, mas nem por isso elas avançaram muito. O PIB só apresentou índice positivo em 1994, com 2% apenas. As privatizações vão devagar e o desemprego continua alto (12%), índice do qual, aliás, é a média do mundo ocidental. A inflação foi bem controlada e anda pelos 25%, apenas. No entanto, a Hungria ainda não saiu da recessão, o que

ensejou aos neocomunistas explorar o descontentamento popular com os modestos resultados da política de transição para a economia de mercado. O resultado foi que, em maio de 1994, os neo-socialistas conseguiram vencer com facilidade as eleições nacionais. No inicio de 1995, o ministro das Finanças decidiu renunciar, em protesto ao ritmo lento das privatizações, obstaculizadas pelo parlamento. Apesar disso, a Hungria vem atraindo investimentos norte-americanos e europeus e obtendo índices promissores de recuperação, embora ainda lentos. Em recente pesquisa de opinião, 44% dos húngaros estão otimistas com o futuro, em relação a apenas 14% que continuam pessimistas. Persistem, porém, problemas com a minoria húngara na Romênia, o que, periodicamente, provoca tensões com o país vizinho. Tudo indica que, num processo mais adiantado de regionalização, a Hungria poderá aproximar-se da Romênia para tentar solucionar seus interesses étnicos, unindo assim um Estado industrial a outro agrário.

A República Tcheca é, sem dúvida, o melhor exemplo de recuperação econômica nestes últimos cinco anos, e tem atraído importantes investimentos alemães e norte-americanos. A pacífica separação da Eslováquia parece haver sido uma lição tomada da guerra civil da Iugoslávia. O desnível entre as duas partes era evidente e os eslovacos não escondiam sua retulância em abandonar as normas socialistas. A República Tcheca conseguiu baixar sua inflação para 13% anuais, em 1994, enquanto no momento da separação ela ainda era superior a 20%. O desemprego também é o mais baixo da região (6%) e o povo tcheco é o mais otimista: 56% têm confiança em futuro melhor. Os comunistas ainda fazem parte da elite do país, mas já estão engrossando as fileiras das centenas

e novos ricos. A indústria tcheca está procurando parceiros com muita cautela, pois não tem muita experiência malograda. Está sondando os Estados bálticos, e isso sem esquecer que o primeiro-ministro tcheco esteve em Buenos Aires para propor, aos argentinos, a criação de uma zona de livre comércio entre os dois países. Espera-se que, até o ano 2000, a República Tcheca alcance renda *per capita* da Espanha.

A Eslováquia ficou para trás, e seus habitantes estão olhando para os irmãos checos com inveja e, talvez, com arrependimento. A lição vai ser dura, mas prevejo para os eslovacos a solução pela regionalização. Vão acabar por decidir-se pela amarga estrada das privatizações e das medidas drásticas para conter a inflação elevada. A Eslováquia era a parte rural e mais pobre da antiga Tchecoslováquia. Em 1993, seu PIB caiu 6,5% e, em 1994, deve ter perdido mais de 3%. O desemprego é de 16% com poucas privatizações, mas a inflação já está em sólido 18%, o que aliás seria muito satisfatório para nós no Brasil. Terão os eslovacos três alternativas, no século XXI, que a geografia lhe oferece: unir-se à Áustria, à Hungria ou, até mesmo, reatar os laços com República Tcheca.

E chegamos então ao penoso exemplo da Iugoslávia, onde vivi dois anos, no início dos anos 50. Conhecendo melhor o país e seus dramas raciais e religiosos, previ que em dia ocorreria a explosão de ódios, contida com dificuldade pela hábil política do Marechal Tito e com a disciplina férrea dos antigos Estados socialistas. Aquela infeliz bolha de retalhos montada pela França e pela Inglaterra após a Primeira Guerra Mundial não poderia mesmo ir muito longe, depois das atrocidades que ocorreram durante a Segunda Guerra Mundial, não tanto

pelos alemães, mas, sobretudo, entre croatas e sérvios. Na atual guerra civil já surgiram cinco novos Estados independentes: a Sérvia, que conseguiu conter em sua órbita o Montenegro, a Voivodina e o Kosovo, e mais as repúblicas da Macedônia, a Bósnia (que continua presa de ferozes lutas étnicas e religiosas), a Croácia e a Eslovênia. A Sérvia tem sido apoiada pela Rússia nessa luta inglória, primeiro para conter a partilha da Iugoslávia e, depois, para defender os interesses racistas e religiosos dos sérvios-bósnios, em luta de morte com os bósnios-muçulmanos, em risco de extinção ou expulsão de suas terras. Se a Europa se livrou, por ora, da invasão dos russos famintos que se aguardava em 1989, ganhou, em troca, a invasão de cerca de 2 milhões de iugoslavos de várias origens das antigas províncias. Felizmente, quase todos foram bem acolhidos, e muitos já estão empregados e enviam auxílio financeiro a seus familiares nas províncias de origem.

Até agora o papel da União Européia no conflito iugoslavo tem sido lamentável, revelando claramente as profundas divergências que separam as políticas externas dos grandes países europeus. E a conjuntura iugoslava pode complicar-se mais, já que, após a vitória republicana nas últimas eleições norte-americanas, o líder da maioria no Congresso já declarou peremptoriamente que o problema da Iugoslávia é assunto da Comunidade Européia, com o qual os Estados Unidos da América nada têm a ver. Ora, a Iugoslávia sempre foi uma zona de influência franco-inglesa. Diante do impasse, a União Européia pediu a Yeltsin para deter os sérvios, eslavos do sul com os quais os russos sentem tanta afinidade de raça, língua e religião. Pode ter sido um grave erro, e temos agora o maior *imbroglio* militar depois da

Segunda Guerra Mundial, em plena Europa Central. A intervenção militar da ONU produziu uma paz temporária de futuro duvidoso. A situação da Sérvia é caótica e não há estatísticas fiáveis a reportar.

De qualquer maneira, já estão consolidadas, e oficialmente reconhecidas e entronizadas como novos membros da ONU, as repúblicas da Eslovênia, da Croácia e da Macedônia, e inclusive a própria Bósnia, que ninguém sabe como vai terminar e pode até cessar de existir. A Eslovênia apresenta boas possibilidades de sucesso, pois nada sofreu com a guerra civil graças ao apoio que teve imediatamente da Áustria e da Alemanha. Sua estrutura econômica é boa, as reformas vão sendo feitas, incentivadas por Viena, e tudo indica que a Eslovênia, tão pequenina, mas homogênea, já entrou na órbita austriaca, à qual, aliás, sempre esteve ligada, histórica e culturalmente, desde a época do império austro-húngaro. Em 1993, seu PIB ainda caiu 1%, mas, em 1994, deve ter subido 2%. A inflação estava em 20%, em 1994, embora o desemprego ainda continue alto (18%) depois de feitas as principais privatizações.

A Croácia é outro país relativamente rico que também já faz parte do império austro-húngaro e tem uma tradição católica e nitidamente ocidental. Por ora, é difícil avaliar sua recuperação, já que está participando indiretamente na guerra civil da Bósnia, com gastos militares consideráveis. Os velhos ódios contra a Sérvia estão bem vivos e não auguram nada de bom, mas tem sido também ajudada pela Áustria e pela Alemanha. Logo que terminar a guerra civil, certamente a Croácia vai ser um país viável, e até já solicitou sua adesão à União Européia. A Sérvia está marcada pelo seu inaceitável comportamento impiedoso e racista, e provavel-

mente vai pagar um alto preço por isso. É bom lembrar as diferenças marcantes da velha Iugoslávia: se a Eslovênia e a Croácia são países católicos e utilizam a escrita romana, a Sérvia é cristã-ortodoxa, escreve em caracteres cirílicos, como na Rússia, e carrega o considerável peso psicológico de sete séculos de domínio otomano, que só terminou ao final da Primeira Guerra Mundial. São, portanto, mundos diferentes que nunca deveriam haver sido justapostos para formar a Iugoslávia. Na Bósnia e no Montenegro prevaleceram os muçulmanos, e no Kosovo, os albaneses, herança otomana que nada tem a ver com o mundo civilizado austro-húngaro. Arrisco-me a fazer uma tímida futurologia, ao lembrar que a Sérvia é a nação mais populosa e mais agressiva da velha Iugoslávia e vai, talvez, aproximar-se de sua vizinha Bulgária, que sempre foi boa parceria comercial e tem idênticas raízes eslavas e otomanas. Eis aí um possível Estado-região a médio prazo.

A República da Macedônia, com herança greco-otomana, já nasceu mal, pois feriu as susceptibilidades da Grécia, que se recusa a reconhecê-la. Atenas não aceita nem sequer o seu nome, que é o mesmo de sua província do norte, e a considera como uma extensão natural da histórica província grega. É previsível também que, cedo ou tarde, a sua união econômica com a Grécia venha a se concretizar, formando outro Estado-região. A alternativa seria a anexação pura e simples da Macedônia pela Grécia.

Finalmente, chegamos à pequenina Albânia, o país mais atrasado da Europa, e que, por muito tempo, foi talvez a nação mais fechada do mundo, na época do sinistro Enver Hoxa. Querendo defender-se das pressões de Moscou e de Belgrado, a Albânia aliou-se à distante China comunista, dando-

lhe curiosas vantagens portuárias em pleno Mediterrâneo. Depois de 1989, os *boat people* albaneses ganharam as manchetes da televisão internacional ao tentarem invadir a Itália e foram firmemente repelidos pelo governo italiano. Mas, por incrível que pareça, a Albânia é hoje um dos países que mais rapidamente vem fazendo reformas estruturais, a caminho da economia de mercado. O crescimento da Albânia nos últimos três anos surpreendeu a todos, e foi superior ao da Europa Ocidental. Segundo relatório da União Européia, a Albânia obteve nítido sucesso na queda da inflação e nos cortes dos gastos públicos. Está, porém, com dificuldades para aumentar suas exportações para o mercado ocidental, o que lhe permitiria obter divisas indispensáveis para pagar pelas matérias-primas e petróleo. Sua economia deve ter crescido 5%, em 1994, mas o desemprego continua alto (19%), no que pesa uma bem-sucedida reforma agrícola. Por isso, a Albânia poderia ser o país que mais teria progredido em 1995, com uma projeção imbatível na Europa de 11%. Devemos, no entanto, levar em conta que a Albânia partiu de índices baixíssimos, quase do zero.

Em poucas palavras, gostaria de arrematar tudo o que disse sobre esses países do Leste Europeu, aproveitando observações do Sr. Rutger Wissels, autor do recente relatório da União Européia sobre a região. Considera ele que, de um modo geral, desemprego elevado significa mudanças e reformas. No entanto, o ritmo das privatizações tem sido, de modo geral, bastante lento e limitado a pequenas empresas. Já a privatização do comércio foi quase imediata: hoje, impressiona bem entrar numa loja, ser bem atendido e lá encontrar novos produtos. A volta dos comunistas à direção de muitos países não

está causando preocupação maior à União Européia. Significa que o poder está sendo alternado de forma democrática e que as reformas econômicas, apesar das mudanças políticas, continuam a ser feitas. Essa é a opinião do grupo de especialistas na região, e Wissels conclui afirmando que os altos índices de desemprego não vão cair já, só porque o PIB aumentou. Será necessário um crescimento sustentado do PIB por vários anos para acabar com o desemprego, que, aliás, é uma grave doença crônica na Europa Ocidental: a França está com 13% e a Espanha com 22% de desemprego e não conseguem diminuir esses índices. Pela primeira vez, depois de seis anos de reformas econômicas no Leste Europeu, elas estão começando a dar frutos. Espera-se que, em menos de 10 anos, vários países da região alcancem os países mais pobres da União Européia.

Apesar disso, o preço a pagar por esses países foi mais alto do que se esperava em 1989. Hábitos de trabalho adquiridos em 40 anos de comunismo permanecem enraizados até hoje, mesmo após seis anos de liberdade. Nas empresas privadas bem-sucedidas há uma luta surda entre patrões e empregados, que, por exemplo, se recusam a fazer horas-extras, impedindo ganhos certos da empresa, que trariam benefícios para todos. Em muitos países do Leste Europeu, a sociedade está se estruturando em duas classes: os invejados, que se beneficiam das mudanças, e uma maioria ressentida e irritada, por não haver progredido como esperava. Essa esmagadora maioria acha que um emprego seguro é mais importante do que a liberdade para viajar, ou a variedade de produtos que agora enchem as prateleiras e que raramente podem adquirir. Esse sentimento talvez seja uma explicação para a vitória dos neocomunistas nas

eleições em quase todos os países da área. Até na antiga Alemanha Oriental, que tinha elevado índice de vida em relação a seus vizinhos, ocorreu o mesmo. Lá o PDS (os neo-socialistas) recebeu elevada votação nas recentes eleições alemãs, e isso apesar da inegável generosidade do governo de Bonn. É possível, e até provável, que a formação de Estados-regiões seja a solução apropriada para acelerar o desenvolvimento das áreas menos favorecidas, ou menos dispostas a modernizar-se. Seja como for, parece claro que a população da antiga Europa Oriental não quer o velho comunismo de volta, ou, pelo menos, recusam a maneira pela qual eram governados. Aliás, hoje os comunistas preferem ser chamados de socialistas e, mesmo no Brasil, o "partidão" passou a chamar-se Partido Popular Socialista, o PPS — aliás, tão mal votado nas últimas eleições.

Em resumo, Rutger Wissels afirmou que os governos dos dois lados da Europa cometem o mesmo erro: todos achavam que a transição seria rápida, que os investimentos estrangeiros seriam enormes e não tardariam, e que as pessoas ficariam ricas da noite para o dia no Leste Europeu. Aconteceu exatamente o contrário: a recessão tomou conta de toda a Europa, os investimentos foram modestos, e ocorreu na Europa Oriental uma queda brutal do PIB, com aumento espetacular do desemprego. Agora parece que estamos entrando numa fase de otimismo realista, os gastos públicos foram reduzidos e o PIB voltou a crescer.

Na segunda parte deste ensaio, vou referir-me rapidamente à Europa Ocidental, já que os fatos alusivos aos países que a integram são mais bem conhecidos e facilmente disponíveis. Portugal saiu da modéstia em que sempre esteve mergulhado, graças à ajuda maciça da Comunidade Européia, que

injetou vultosas somas em todos os setores da sociedade e da economia portuguesa. O país deu um salto, mas a alegria já acabou, ou arrefeceu, pois as injeções de dinheiro comunitário diminuíram sensivelmente, e agora Portugal tem que andar com suas pernas. O resultado dessa crise foi que os socialistas obtiveram maioria nas últimas eleições. Seja como for, nossa mãe-pátria ganhou mais estrutura e respeito mundial, sua qualidade de vida melhorou sensivelmente, mas nem por isso deixou de ser um país pobre. A rivalidade e os ressentimentos em relação à Espanha cresceram, com a limitação das ambições portuguesas. Portugal já cresceu o que podia crescer com a ajuda da União Européia, agora vai entrar em outra etapa porque a competição dentro da comunidade está aumentando. O caminho será, talvez, o Estado-região, e prevejo que, mais cedo ou mais tarde, Portugal vai digerir seus despeitos em relação à Espanha e estabelecer uma união especial com ela.

A Espanha, sentindo as pressões centrífugas da Catalunha, Andaluzia, Galícia e região basca, optou pela bandeira da *España de las nacionalidades*. Concedeu plena autonomia à Catalunha e esfriou a onda de separatismo que imperava no país. O rei Juan Carlos desempenhou importante papel nessa política esclarecida, e está conseguindo salvar a unidade de seu país, que está reduzindo ao mínimo a burocracia estatal madri- lenha. Felipe Gonzalez tem sido hábil executor dessa política das nacionalidades, afrouxando o controle sobre as províncias. Infelizmente, o desemprego continua altíssimo, acima de 20%. Mesmo assim, o progresso material da Espanha é evidente e o nível de vida, antes tão modesto, já atingiu patamares louváveis, embora as injeções de verbas da União Européia tenham diminuído.

ampliação da comunidade poderá, entretanto, criar outras dificuldades à Espanha e Portugal e, por isso, Madrid tem feito hábil lobby em Bruxelas para defender seus interesses. É possível que a Espanha venha a ser a cabeça de um novo espaço econômico interno na União Européia, continuando a dar ideias soltas à Catalunha e aproximando-se de Portugal em busca de melhor coordenação regional. Aliás, recentemente, Espanha e Portugal foram obrigados a desvalorizar suas moedas em 7% e 3,5%, confirmado assim que as economias das duas nações já estão diretamente vinculadas.

Já a Itália, antes tão próspera e promissora com sua eficiente economia submersa, está no meio da maior crise do após-guerra. É muito louvável seu esforço de combater a corrupção com seu bem sucedido programa "Mãos Limpas" e está tentando reduzir os monstruosos gastos estatais. O curto governo de Berlusconi tentou dar um passo avante, mas o parlamento não lhe deu apoio. Urge diminuir sensivelmente as despesas com a reivindicação social, onde hoje existe a impossível proporção de um trabalhador contribuinte para um aposentado. Os riscos da exploração política são consideráveis: a rica e eficiente região norte do país está farta de arregar nas costas o dispendioso e retrógrado sul. A ameaça concreta é a *Lega Nord*, de Umberto Rossi, que derrubou o frágil gabinete Berlusconi. Os sonhos de secessão estão amplamente enunciados, e neles figuram as pretensões de autonomia da região do Tirol, com seus interesses especiais quanto às fronteiras da Suíça e da Áustria. Os destinos da Itália não estão nada claros e a partilha do país não pode ser excluída, já que os dois pólos de Milão e Roma estão ficando cada vez mais afastados um do outro, alimentados por velhos ressentimentos e desníveis

econômicos. Malta é uma ilha estratégica, base naval que controla o Mediterrâneo. Conhecido foco de espionagem, mantém-se próspera graças ao intenso turismo que desfrutam suas praias e edifícios medievais.

A Grécia é outro país pobre do Mediterrâneo, um pouco menos talvez do que Portugal, mas com dificuldades políticas maiores. As teorias de mercado lá não deram ainda resultados concretos e a situação só não é muito pior graças às injeções financeiras da União Européia. O primeiro sintoma preocupante foi a recente vitória dos neo-socialistas nas eleições gerais, que felizmente estão procurando manter-se, bem ou mal, dentro dos parâmetros da Comunidade, embora com agravantes sociais esquerdistas. Alguns elementos extremados tentaram até afastar a Grécia da União Européia, mas isso seria demasiado perigoso, já que deixaria o país a mercê de seu arquiinimigo, a hoje poderosa Turquia. Afinal de contas, a Grécia perderia o apoio ocidental e não poderia mais contar com o auxílio de Moscou, antes tão pressurosa em estimular as tolices comunistas gregas. Prevejo que a Grécia deverá aproximar-se da Bulgária com o fim da Guerra Fria, pois a produção agrícola desse país vizinho lhe interessa. Deverá também apertar o cerco político e econômico à nova república da Macedônia, uma extensão de sua própria província norte do mesmo nome. Tampouco se deverá excluir uma natural aproximação com a Albânia, hoje em plena recuperação. Infelizmente, a questão de Chipre continua em suspenso com a Turquia, apesar de todos os esforços de mediação das Nações Unidas, dos quais até o Brasil já participou diretamente, na pessoa do embaixador Carlos Alfredo Bernardes. Dividida em dois mini-Estados, a estratégica e encantadora ilha de Chipre vem apresen-

tando crescente prosperidade graças ao intenso turismo europeu. O setor greco-cipriota tem hoje excelente qualidade de vida, superior mesmo ao da Grécia continental.

Outro grande país, de enormes tradições culturais e históricas, a França, parece estar entrando na pior crise depois da Segunda Guerra Mundial. Embora ela continue a ser a nação que tem talvez o melhor nível de vida da Europa, as perspectivas a curto prazo são sombrias. Apesar do êxito de recentes privatizações, a recessão é brutal: o desemprego entre os jovens é de 25% e de cada 10 jovens, que terminam a universidade, só três conseguem emprego. A dívida interna nacional aumentou 40% nos últimos três anos e superou US\$ 500 bilhões, o que está afigindo seriamente os economistas. O custo da previdência já atingiu 45% do PIB e é uma das mais altas percentagens do mundo ocidental. Ademais, o governo francês tem sido obrigado a auxiliar fortemente importantes empresas estatais em dificuldades: o Crédit Lyonnais e a Air France obtiveram enormes subsídios, talvez a fundo perdido. Reivindicações setoriais ou sindicais têm sido atendidas inexplicavelmente, atestando a fraqueza do governo Balladur. Tudo isso tem retirado substância à França, que será forçada, inelutavelmente, a contentar-se com posições secundárias na nova ordem de decisões continentais e mundiais. A *grandeur* está acabando e isso fere profundamente o amor próprio dos franceses, que se revoltam contra a inevitável austeridade imposta por Chirac.

Os países de Benelux, no entanto, vão muito bem e estão entre os mais avançados da União Européia. É verdade que na Bélgica conspira-se à luz do dia para, em área tão pequena, criar três regiões com maior autonomia: a Valônia, Flandres e Bruxelas. Essa

tendência é perigosa, pois poderá levar a uma ruptura final, estimulada por velhos antagonismos de religião e língua. Essas três áreas não poderiam sobreviver sozinhas e, obviamente, a Valônia iria terminar por juntar-se à França, e Flandres à Holanda. No entanto, a Bélgica tem economia sólida, dirigida por fortes cartéis de capitais, que ainda estão atuando no Zaire com muito proveito. A Holanda, ou Países Baixos, tem altíssimo nível de vida também e seus homens de negócios estão entre os mais hábeis da Europa. Sua economia é mais forte ainda do que a da Bélgica e o país certamente está no pelotão de vanguarda da Europa. O pequeno Luxemburgo, com apenas 400 mil habitantes, continua sendo um dos principais centros bancários do continente e goza de sólida posição financeira, com seus 229 bancos e 10 mil *holdings* bem protegidas pelo sigilo bancário.

Apesar de a União Européia ter entrado em vigor a 1º de novembro de 1993, as reservas inglesas e dinamarquesas ao Tratado de Maastricht atrapalharam o sonho imediato de uma Europa sem fronteiras e com moeda única. O pesadelo de tentar outra vez foi adiado para 1996 e 1999, utilizando já o novo sistema de decisões por maioria simples. No interim, Alemanha e França tomaram a iniciativa de trilhar uma estrada com várias pistas, isto é, com várias velocidades. É o esforço de encontrar o mesmo ritmo para todos na caminhada. A Inglaterra não desgosta da idéia, mas não pode aceitar liderança franco-alemã. Por isso, Londres não quer reconhecer os países que tomariam essa diana e, sim, limita-se a sugerir prioridades de percurso.

E por falar na Grã-Bretanha, ela também está atravessando um período feliz, já que a recessão europeia não poupará a ilha.

Os inconvenientes de sua indústria antiquada e pouco competitiva estão sendo superados lentamente. A austeridade imposta pelos conservadores não atraiu investimentos importantes e o desemprego continua elevado, embora inferior ao da França. O bom entendimento com os Estados Unidos é uma garantia razoável para o futuro, mas tudo indica que as devastações da recente recessão venham a derrubar o governo conservador nas eleições de 1996. Embora o novo trabalhismo inglês não chegue a assustar, é previsível que eventual reviravolta política possa acarretar outros atrasos ao Tratado de Maastricht. Recentes pesquisas de opinião pública dizem-nos que apenas 33% dos britânicos apoiam permanecer na União Européia com política externa unificada e moeda comum. Seja como for, a Reino Unido parece mais bem habilitado a entrar no século XXI do que países como a França ou a Itália. Nem por isso os separatistas da Escócia e do país de Gales se aquietaram. No entanto, o atual governo conservador está talvez em vésperas de terminar a longa disputa política na Irlanda do Norte, o que seria um fator de estabilidade no país e melhoraria nas suas finanças. Tampouco se deve subestimar outro fato positivo, mais de caráter psicológico: a recente inauguração do Eurotúnel, que finalmente ligou a ilha ao continente. Por outro lado, a Irlanda, um dos países mais pobres da União Européia, com taxa de desemprego de 16%, tem recebido amplo auxílio financeiro da Comunidade e dos Estados Unidos e deverá beneficiar-se com a pacificação da Irlanda do Norte. As perspectivas para o futuro são boas, embora persista a drenagem de forte emigração.

Chegamos então à locomotiva européia, a grande Alemanha unificada, com mais de 80 milhões de habitantes altamente qualifi-

cados. A reunificação está custando caríssimo (DM 500 bilhões), pois não se tinha a idéia de quanto uma parte da Alemanha se distanciara da outra, em 40 anos de separação. Em termos econômicos, tudo melhorou nestes cinco anos após a queda do muro de Berlim, mas muita gente perdeu o emprego e não tem possibilidade de encontrar outro. O desemprego na antiga RDA ainda é de 15% e, em todo o país reunificado, há mais de 4 milhões de desempregados. Nas eleições de 1994, Helmut Kohl escapou por pouco e agora tem de governar com a magra maioria de 10 votos. A indústria alemã reorganizou-se bem e o país vem recebendo importantes investimentos em consequência da queda do dólar. O reverso da medalha é que a hiper-valorização do marco poderá ter efeito avassalador em seu comércio exterior, já onerado pelos elevados custos de produção na Alemanha. O muro invisível que continua a separar as duas partes do país deverá desaparecer até a virada do século, graças aos enormes investimentos, realizados, aliás, com grande generosidade, embora com orientação por vezes discutível e, até agora, bastante injusta. Outro Estado-região, dentro da Comunidade, poderá surgir, pois vários dos vizinhos da Alemanha estão estreitamente vinculados a ela comercialmente, com suas moedas amarradas ao marco alemão, e só tenderão a aproximar-se ainda mais. O único risco que pode ser assinalado é a possível separação da Baviera, que já goza de relativa autonomia. Província riquíssima e conservadora, tem dado sinais de impaciência política e econômica em momentos de crise. Uma futura vitória eleitoral dos trabalhistas do SPD poderá reviver sonhos separatistas de independência da Baviera.

As possibilidades de expansão da União Européia já são concretas e a ela já se junta-

ram, em 1995, três importantes países neutros: a Áustria, a Suécia e a Finlândia. A Suécia, que tinha uma das mais altas rendas *per capita*, fez demasiadas concessões securitárias a seus cidadãos, por isso teve de taxá-los brutalmente e acabou à beira da falência. Mudou o governo três vezes em cinco anos e só lhes restou a opção da União Européia. A Finlândia, economia-mirim muito bem administrada, está sendo vítima da imensa crise russa, que era seu principal parceiro comercial. A União Européia deverá dar-lhe mais serenidade para gozar seu alto padrão de vida (US\$ 23,000). É provável que se aproxime ainda mais de seu vizinho sueco, com o qual tem ligações históricas, e com a Estônia, onde poderá dar lições de tecnologia e administração. Já a Dinamarca tem problemas previdenciários semelhantes aos da Suécia, pela extrema generosidade de seus últimos governos. Mantém relações comerciais muito estreitas com a Grã-Bretanha, seu melhor cliente, e, embora persistam ressentimentos históricos contra a Suécia, a Dinamarca vai buscar uma ainda maior associação com ela, com a Noruega e com a Finlândia, com vistas a um novo Estado-região escandinavo.

O caso da Noruega é bem diferente, pois está se tornando, nas devidas proporções, a Arábia Saudita da Europa. Aliás, é compreensível que um país riquíssimo, com pequena população, seja cioso de sua completa independência. Com uma renda *per capita* de US\$ 27,000 proveniente da exploração do petróleo e do gás do Mar do Norte, não teria quase nada a ganhar na União Européia, onde seria um grande pagador. Seus argumentos em conta da adesão são parecidos com os dos suíços: terão que pagar pelos países mais pobres e perderão sua autonomia de agir como melhor lhes aprouver. Mesmo assim,

a Noruega já aderiu ao Espaço Econômico Europeu como etapa intermediária. Finalmente, a 28 de novembro de 1994, tomou a grande decisão: por 52% a 48% os noruegueses recusaram integrar a União Européia. Os cidadãos esclarecidos das cidades norueguesas apoiavam a adesão, mas uma maioria de camponeses e habitantes de lugares remotos votaram contra, talvez temerosos da burocracia de Bruxelas.

Não poderia terminar este ensaio sem me referir diretamente a duas importantes organizações européias sediadas em Bruxelas: a União Européia e a NATO. A primeira reunião dos 15 ministros das Finanças da União Européia, em fevereiro de 1995, demonstrou que a criação da moeda única está mais longe do que nunca. Na Alemanha, França e Grã-Bretanha tem aumentado a desilusão com o futuro da União Européia, que pode ficar reduzida no século XXI a apenas a uma zona de livre comércio bastante eficiente. A guerra civil na Bósnia já comprovou também que há condições para unificar uma política externa comum. Por outro lado, a admissão de alguns países do Leste Europeu custaria muito caro aos atuais 15 Estados-membros: cerca de US\$ 3 bilhões por país a ser incorporado. Os Estados menos ricos da União Européia (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) serão prejudicados se isso vier a ocorrer e tudo farão para impedir a entrada de outros países pobres, que serão apenas recipientes das benesses da Comunidade.

No que se refere à NATO, outro impasse vem dificultando a ampliação da organização, em virtude da hesitação política dos Estados Unidos da América. A princípio Washington favorecia a incorporação da Rússia *antes* dos demais países do Leste Europeu. Agora, depois do caos econômico

quele país e a guerra da Chechênia, a Casa Branca já prefere dar prioridade à admissão da NATO de alguns países da Europa Oriental, como a Polônia, a Hungria e a República Tcheca, ficando para mais tarde a entrada da Rússia. Essa mudança de orientação política está irritando os russos, que têm se manifestando abertamente em contrário. Em verdade, se isso viesse a ocorrer, Rússia ficaria virtualmente cercada pela NATO. O impasse já está gerando considerável frustração entre os antigos aliados da Rússia, que temem voltar a ser considerados como zona de influência russa. Os últimos anos deste século deverão ser decisivos quanto ao futuro da União Européia e da NATO.

Recapitulando o mapa da Europa, em 1995, temos nada menos de 43 países independentes, inclusive os mini-Estados de Andorra, Mônaco, São Marinho e Liechtenstein. São poucos os Estados que se encontram em situação tranquila e sólida, ao saírem da presente recessão; alguns outros apresentam conjunturas razoáveis ou promissoras e, finalmente, uma maioria considerável de países que ainda se debatem com problemas graves, de difícil solução a curto prazo. O elevado número de 43 nações demonstra mesmo que estamos em um período de pulverização política, de paixões nacionalistas exacerbadas, de minorias recalcitrantes. Devemos pensar que, se excluirmos a Rússia, toda a Europa é menor do que o Brasil. Como encaixar tantos Estados independentes dentro do território brasileiro? Fazendo essa comparação, é lícito avaliar que a atual composição política europeia não pode ir

muito longe. As forças centrífugas já estão começando a ser substituídas por outras forças, desta vez aglutinadoras, baseadas menos nos desejos de nacionalidades e minorias, e mais nas realidades comerciais, econômicas e financeiras. Acredito que na próxima década vão se produzir vários tipos de uniões, fusões e associações de Estados ora independentes. Poderão manter sua autonomia, mas confiariam várias de suas funções a governos centrais de mera coordenação, como, por exemplo, defesa e relações exteriores, a fim de aliviar os pesados orçamentos desses pequenos Estados. Destarte, enquanto algumas entidades ainda se separam, outras vão se unir para poder sobreviver — forças centrí-

“Enquanto algumas entidades ainda se separam, outras vão unir-se para poder sobreviver — forças centrífugas e forças centrípetas a se exercerem na ânsia de realizar sonhos de prosperidade para seus povos.”

fugas e forças centrípetas a se exercerem na ânsia de realizar sonhos de prosperidade para seus povos. Que tudo isso possa realizar-se sem tanques e mísseis, pois a Europa já sofreu demais — a Europa das minorias e das nacionalidades, dos Estados-nações e dos Estados-regiões — em busca da paz, de suas aspirações remotas e modernas, de sua felicidade.

Uma nota final, também pouco otimista, nos chega da Rússia, onde a repercussão da guerra na Chechênia, o crescente poder da máfia, a série de assassinatos de homens de negócios, parlamentares e jornalistas está trazendo graves preocupações. Tudo parece indicar que a frágil democracia russa, a primeira em sua história secular, está em perigo. Um governo forte, com muito maior autoridade, parece inevitável a curto prazo. Se o líder desse novo governo autoritário for Boris Yeltsin, ainda pode haver esperanças

de alguma moderação. Se o poder vier a cair em mãos radicais, como as de Jirinovsky, então o pior poderá acontecer. Por outro lado, em compensação à anarquia que está assolando a Rússia, chega-nos uma notícia positiva do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD). Após longa fase de organização e instalação, acaba de ser anunciado intenso programa de financiamento ao setor privado na Europa Oriental e Rússia. O valor a ser aplicado até o fim do ano corrente é de US\$ 13 bilhões. O novo presidente do EBRD, o francês Jacques de Larosière, ex-dirigente do FMI, tem sido mais atuante do que seu antecessor, e o banco, finalmente, poderá desempenhar papel relevante na recuperação e desenvolvimento da região.

Em suma, a perspectiva para o primeiro quartel do século XXI nada tem de brilhante. No momento, espera-se para aquela época, já tão próxima, uma desenfreada automação e informatização, e em consequência disso, um altíssimo índice de desemprego não só no Primeiro Mundo, mas também em países emergentes como o Brasil. Ora, tais ingredientes, aliados à violência e ao terrorismo crescentes e o uso de drogas, parecem-me pouco compatíveis com a democracia. George Orwell havia previsto a chegada do *Big Brother* com seu aparato policial informatizado e robotizado para 1984. Equivocou-se até agora em mais de 10 anos, mas não se

deve excluir venha a acertar um dia. Não invejo o mundo de meus netos.

Espero que estas considerações e modestos exercícios de futurologia sejam de alguma utilidade para melhor avaliar o futuro próximo da maravilhosa Europa que tanto admiramos.

PAÍSES DA EUROPA EM 1995

- *Antiga União Soviética*: Rússia; Estônia; Letônia; Lituânia; Belarús (ou Bielorrússia); Ucrânia e Moldávia.

- *Antigo Leste Europeu*: Polônia; Romênia; Bulgária; República Tcheca; Eslováquia; Hungria; Eslovênia; Croácia; Bósnia (possível partilha); Iugoslávia (Sérvia); Montenegro, Voivodina e Kossovô; Macedônia e Albânia.

- *Escandinávia*: Noruega (++); Suécia (+); Dinamarca (+); Islândia (+ +) e Finlândia (+).

- *Europa Ocidental*: Áustria (+); Suíça (++) Lichtenstein (++) Grã-Bretanha (com Irlanda do Norte) (+); Eire (+); Alemanha (reunificada) (+); Países Baixos (Holanda) (+); Bélgica (+); Luxemburgo (+); França (+); Mônaco; Itália (+); São Marinho; Malta; Espanha (+); Andorra; Portugal (+); Grécia (+) e Chipre (dividida em duas partes: grega e turca, esta com independência somente reconhecida pela Turquia). □

NOTA: A Turquia européia tem seu governo em Ancara, na Ásia Menor, e por isso não foi relacionada. Tampouco inclui o Azerbaijão, a Geórgia, o Casquistão e a Armênia independentes, que se situam também na Ásia Menor.

+ País da União Europeia

++ País membro da EFTA



A DEFESA NACIONAL

A Aplicação do Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) Estímulo à Mentalidade Prática

Carlos Alberto da Costa Gomes*

Matéria extraída de monografia elaborada pelo autor como exigência curricular para a obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

“Há 10 anos atrás, todo conhecimento humano dobrava a cada quinze; hoje, dobra a cada três anos.”¹

A segunda metade do século XX é caracterizada, pela maioria dos pensadores, como a era da tecnologia, produzindo, como consequência imediata, a rápida substituição de equipamentos, materiais, técnicas de emprego e doutrina relacionados com a arte da guerra.

A aptidão de assimilar continuadamente novas informações e técnicas de trabalho está diretamente relacionada com a mentalidade do indivíduo, que aqui será abordada se-

gundo seu significado natural: qualidade mental.

Essa disposição ou propriedade intelectual orientada para a transformação da teoria em ação, da utilização de novos conhecimentos de forma prática, será a idéia relacionada neste ensaio com a expressão “mentalidade prática”.

Nosso objetivo é apresentar a aplicação do Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) nas Escolas de Formação como instrumento capaz de cooperar na formação de militares, estimulando a

* Tenente-Coronel de Artilharia e Estado-Maior.

1. General Synesio Scofano Fernandes.

mentalidade prática necessária no atual e futuro cenário de transformação deste fim de milênio.

Para demonstrar a viabilidade dessa proposição, serão analisados os fundamentos científicos do Aprendizado e da Avaliação, a estrutura de Ensino do Exército, o funcionamento da formação profissional das escolas da Força e da instrução individual do SIMEB, visto que a educação é peculiar a cada pessoa, além dos fatores que os afetam e que justificam a asserção apresentada.

FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS DO APRENDIZADO E DA AVALIAÇÃO

*"O ensino consiste no processo pelo qual o ambiente de um indivíduo é deliberadamente manipulado para torná-lo capaz de aprender a emitir ou engajarse em comportamento específico sob condições específicas, ou a responder a situações específicas."*²

A Inteligência³

A formação da inteligência é resultado de inúmeros fatores, dentre os quais podem-se distinguir os mais genéricos: a saúde, a estabilidade emocional, o ambiente no qual ocorrem e ocorreram as suas experiências e o tipo de experiências a que foi submetido.

Os dois primeiros estão inclusos na faixa

2. Penteado, Wilma Millan Alves. *Psicologia e Ensino*. Cap. 2, p. 28.

3. Encyclopédia Barsa. V.9, p. 307. Capacidade de resolver problemas, capacidade pela qual se aprendem relações novas. Dotti, Sotero. *Psicologia da Adolescência*. Cap. 3, p. 314. Capacidade de adquirir capacidade.

da normalidade prevista nas condições de acesso do indivíduo ao Exército Brasileiro (seleção de saúde e testes).

Genericamente, a adaptação do homem ao meio social em que vive é traduzida pelo comportamento coerente e oportuno demonstrado frente às situações normais daquele ambiente.⁴

O aprendizado das formas de adaptação ao meio processa-se por imitação desde a mais tenra idade, tornando-se, na prática, um procedimento dedutivo subconsciente, reconhecidamente eficaz na assimilação de novos conhecimentos e habilidades.⁵

O tipo de experiência a que o indivíduo é submetido permite não só o aprendizado da solução de uma situação, como de outras semelhantes e, principalmente, dependendo da forma como é apresentada, agregar o mecanismo mental da busca da solução — aprender a aprender.⁶

Esses dois fatores — o ambiente e a experiência — podem ser totalmente controlados no meio militar, através dos mecanismos legais, aceitos e inerentes às Forças Armadas.

As Teorias da Aprendizagem

As teorias gerais da aprendizagem podem ser, *grosso modo*, divididas em duas espécies: as que se denominam teorias da resposta ao estímulo e as que se chamam cognitivas.

As da resposta ao estímulo atribuem importância às associações entre o estímulo

4. Telford, Charles W. e Sawrey, James M. *Psicologia — Uma Introdução aos Princípios Fundamentais do Comportamento*. Cap. 16, p. 479-480.

5. *Ibidem*, cap. 7, p. 239 a 244.

6. Penteado, Wilma Millan Alves. *Psicologia e Ensino*. Cap. 8, p. 152.

e a resposta provocada pelo mesmo, como fulcro da aprendizagem ou como sendo o próprio ato ou efeito do aprender. Em decorrência dessa concepção geral, existe a tendência de reduzir todo o sistema que envolve a apreensão de conhecimento a pequenos elementos e simplificá-los, a fim de se entenderem os problemas mais complexos.

As teorias cognitivas procuram explicar o processo da aprendizagem como um todo complexo que, se dividido em excesso, pode perder a sua essência.

No universo das concepções para o estudo do fenômeno da aquisição da educação, a mais aceita e que, dedutivamente, influenciou a evolução do ensino no Exército, é a da divisão do aprendizado, entre o cognitivo (o que é puramente mental), o afetivo (relacionado ao comportamento na coletividade ou grupo social) e o psicomotor (relativo às mudanças comportamentais a nível de destrezas e habilidades).

Hoje, essa segmentação tende a ser reavaliada, sendo que a teoria mais aceitada é a da decomposição dos objetivos gerais em menores, nos quais a aprendizagem ocorre envolvendo e interagindo todas as áreas do conhecimento — teoria miniaturais.⁷

Os resultados ou domínios da aprendizagem variam de autor para autor; porém, uma das mais aceitas⁸ é a divisão de Gagné: informação verbal e conhecimento, habilidades intelectuais, estratégicas cognitivas, atitudes e habilidades motoras. Segundo a *Taxonomia dos Objetivos Educacionais* de Bloom, os três primeiros pertencem à área

cognitiva; a atitude pertence à área afetiva, e as habilidades motoras, à área psicomotora.

A informação verbal ou conhecimento é o objetivo mais enfatizado na educação escolar das últimas décadas, considerando a visão desejável de que o acúmulo do saber em conjuntos maiores e organizados permite o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas, objetivo último do ensino.

É importante ressaltar, para fins de ultimar o entendimento do processo que envolve o ato de aprender, a hierarquia das habilidades humanas. Elas evoluem da mais simples reação ao estímulo, passando pela associação verbal, discriminação, conceituação, adoção de princípios e, finalmente, a solução de problemas. No dizer de Gagné: "Aprender essas habilidades implica a capacidade de o aprendiz estabelecer associações entre estímulos ou entre estímulos e respostas, identificar semelhanças e diferenças entre estímulos, formular conceitos, demonstrar princípios e solucionar problemas. Assim, por exemplo, o indivíduo torna-se capaz de comparar, ordenar, classificar, descobrir, pensar... ou, se preferir utilizar a taxonomia de Bloom, ele se torna capaz de compreender (traduzir, interpretar, extrapolar), analisar (elementos, relação e princípios), aplicar, sintetizar e avaliar."

A capacidade do indivíduo em solucionar problemas constitui-se em uma estratégia mental adquirida, uma habilidade internamente organizada que seleciona e guia os processos envolvidos na solução de uma situação, ou seja, é a capacidade de dirigir adequadamente seu próprio modo de pensar, de se autodirigir, de se tornar autoaprendiz ou, em última análise, de aprender a aprender.

A contribuição da psicologia aplicada ao estudo da questão ensino-aprendizagem, modernamente, pode ser traduzida pelo texto

7. Telford, Charles W. e Sawrey, James M. *Psicologia — Uma Introdução aos Princípios Fundamentais do Comportamento*. Cap. 7, p. 248.

8. Penteado, Wilma Millan Alves. *Psicologia e Ensino*. Cap. 8, p. 137.

abaixo, retirado do livro *Psicologia e Ensino*, organizado por Wilma Penteado.

"Hoje em dia, com o avanço da ciência e a contribuição de descobertas novas a cada dia, o que é verdade agora, amanhã pode não ser mais. Então, para que insistir, na escola, em sobreregar o aluno com tantas informações? Será que o tempo despendido na aquisição de grandes montanhas de informações desnecessárias e, muitas vezes, inúteis não poderia ser mais bem empregado na aprendizagem de outras capacidades como as habilidades intelectuais e as estratégias cognitivas, por exemplo, ou mesmo a realização de outras atividades mais interessantes para o aprendiz? (É preciso que a escola deixe de ser um lugar de sofrimento, onde as pessoas quase sempre são obrigadas a fazer aquilo que não querem e não gostam, sem interesse algum e, pior, para nada...)."

A Avaliação da Aprendizagem

Dentre as diversas definições de avaliação da aprendizagem encontradas, a que mais se adapta à situação atual do conhecimento e desenvolvimento humano é a de Bloom, Hasting e Madaus: "é um sistema de controle de qualidade, pelo qual pode ser apurado, etapa por etapa do ensino-aprendizagem, se o processo está ou não sendo efetivo e, em caso negativo, que mudanças devem ser introduzidas."⁹

A avaliação, para atingir as suas funções, utiliza três tipos básicos: a *diagnóstica*; a *formativa* e a *somativa*, que diferem entre si pela finalidade, sendo os meios utilizados semelhantes.

9. Penteado, Wilma Milian Alves. *Psicologia e Ensino*. Cap. 17, p. 325.

A avaliação diagnóstica é caracterizada por determinar até que ponto o aluno atingiu os objetivos, identificar interesses, possibilidades, necessidades de cada aluno, a fim de administrar um ensino "sob medida", e descobrir insuficiências ou dificuldades a fim de superá-las.

A avaliação formativa indica como o aluno se modifica na direção dos objetivos propostos, buscando impedir efeitos indesejáveis, tais como: frustração, perda de motivação e diminuição da autoestima.

A avaliação somativa é o próprio processo classificatório que ocorre ao final da unidade didática, de um semestre, de um ano ou de um curso. Sua finalidade é a obtenção de um resultado para informação do sistema.

Os três tipos de avaliação — *diagnóstica, formativa e somativa* — estão intimamente ligadas e completam-se, diferindo na ênfase com que é buscado determinado resultado. A primeira aponta as falhas, a segunda procura a correção e a terceira indica se os objetivos foram alcançados, através da comparação.

Para avaliar (atribuir valor) é necessária a adoção de uma regra para a medida. Na avaliação da aprendizagem existem duas medidas principais: a medida baseada em norma e a baseada em critério.

A medida baseada em norma é a comparação do resultado (escore) de determinado aluno com o conjunto de seus companheiros (que constituem o grupo normal).

A medida baseada em critério reside na comparação de resultado de determinado aluno com algum objetivo ou conjunto de objetivos estabelecidos como padrão de proficiência (que será o critério comportamental desejado).

Como exemplo da distinção entre os

dois tipos de medida transcreve-se o exemplo citado por Renato T. Di Dio, em seu trabalho *Avaliação*,¹⁰ no qual apresenta o caso de um aluno hipotético que obteve um escore 90% em uma determinada avaliação:

"Se quiser saber em que posto de percentil situa-se João ou, o que é a mesma coisa, qual a classificação de João em seu grupo, a medida é normativa. Nesse caso, ficar-se-á sabendo que João está acima de 90% de sua classe. Se contudo quisermos apurar até que ponto João atingiu os objetivos instrucionais prefixados, estar-se-á recorrendo à medida baseada em critério. E, nessa hipótese, dir-se-á, por exemplo, que João acertou 70% dos itens num teste de operações aritmética. Observa-se que as duas medidas são independentes. Com efeito, um aluno pode estar acima de 90% de seu grupo e, não obstante, não ter atingido o objetivo. Isto ocorre quando a maioria da turma não atinge o rendimento mínimo desejado, podendo ocorrer, por outro lado, o caso em que um aluno que tenha superado apenas 10% de seus companheiros e, no entanto, ter atingido integralmente os objetivos instrucionais prefixados. É o caso de uma turma em que pelo menos 90% tenham também atingido o padrão desejado."

Atualmente, a medida baseada em critério tem assumido a posição de procedimento comum na maioria das escolas. Isso se deve à ênfase atual em objetivos comportamentais, à individualização da instrução, à constatação de que qualquer indivíduo saudável pode aprender quase tudo, existindo o tempo disponível¹¹ e, principalmente, devido à constatação de que a classificação ba-

seada na comparação de rendimento entre indivíduos cria um clima de antagonismo dentro do grupo.

Conclusão Parcial

O ensino evolui na direção do "aprendizado do aprender", ao invés do "aprendizado dos conteúdos".

O método de ensino pelo qual o indivíduo é instruído está diretamente relacionado com a concepção do conhecimento que ele possuirá.

O acúmulo de experiências diretamente vinculadas com a prática deverá ligar a estratégia mental adquirida pelo aluno permanentemente à realidade.

Nesse contexto, a verificação mais adequada ao controle de qualidade da instrução deverá ser realizada através da execução de uma tarefa semelhante à que irá desempenhar no futuro, diretamente relacionada com seu cargo e medida com base em critério.

O SISTEMA DE ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A expressão *ensino* militar confunde-se com o significado de *instrução* militar, como de fato são sinônimos; no entanto, o significado da última tem a seguinte definição legal: "a instrução militar é, no sentido mais genérico, a parte do preparo militar de caráter predominantemente prático que visa ao adestramento dos Quadros e da Tropa, englobando-se no ensino profissional."¹²

educação.

12. Lei de Ensino no Exército.

10. Penteado, Wilma Millan Alves. *Psicologia e Ensino*. Cap. 17, p. 329.

11. Conceito comum à maioria dos profissionais de

Premissas Básicas do Sistema de Ensino do Exército

*"A principal meta do ensino no Exército Brasileiro é formar quadros competentes, capazes de administrá-lo e de conduzir com eficiência a Força Terrestre em Operação, bem como proporcionar pessoal habilitado para compor seus efetivos."*¹³

Para atingir tal meta, o Sistema de Ensino do Exército Brasileiro (SEEB), entre outras premissas que não interferem e não afetam o objetivo deste trabalho, deverá:¹⁴

- desenvolver o ensino militar buscando o aperfeiçoamento, a atualização e a racionalização no emprego operacional e na administração da Força;
- manter cursos de formação, extensão, especialização e aperfeiçoamento, para oficiais e sargentos, no Sistema de Ensino Militar;
- manter os cursos de formação de oficial da reserva e de preparação de oficiais temporários, visando a completar os efetivos das Organizações Militares do Exército em tempo de paz, ou a mobilização, em caso de guerra;
- preparar quadros complementares, aproveitando recursos humanos habilitados pelo Sistema Federal de Ensino, em áreas de interesse do Exército, através de seus Estabelecimentos de Ensino (EE);

• preservar, sob a forma da lei, a seguinte equivalência de titulação acadêmica: formação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) — graduação universitária; aperfeiçoamento de oficiais — Pós-Graduação *strictu-sensu*, nível Mestrado; altos estudos militares da Escola de Comando e

Estado-Maior do Exército — Pós-Graduação *strictu-sensu*, nível Doutorado.

Características do Sistema de Ensino do Exército

Destacam-se as seguintes:

- estruturas e métodos próprios, bem como objetivos específicos, sistemas integrantes dirigidos por órgãos específicos;
- atendimento à preparação de todo efetivo militar do Exército, através de diferentes cursos e estágios, seqüência estruturada para atender à continuidade funcional da carreira militar;
- processo de ensino-aprendizagem dinâmico, pela fixação de metas, constantes avaliações e oportunas correções;
- intercâmbio escolar com as Forças Armadas das nações amigas.

Estrutura Organizacional

O Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) é o órgão diretor do Sistema de Ensino Militar e também encarregado de orientar técnico-pedagogicamente o Sistema de InSTRUÇÃO MILITAR e de prestar cooperação ao Sistema de Ensino Científico-Tecnológico. Possui, como órgãos de apoio, as Diretorias de Formação e Aperfeiçoamento, e de Especialização e Extensão, além da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) é o órgão diretor do Sistema de Ensino Científico-Tecnológico, contando com a cooperação do DEP nos assuntos técnico-pedagógicos. O Instituto Militar de Engenharia, o Centro Tecnológico do Exército e o Centro de Avaliação do Exército são seus órgãos de apoio.

O Comando de Operações Terrestres

13. Lei nº 6265, de 19 de novembro de 1975 — Lei do Ensino no Exército.

14. Diretriz Estratégica de Ensino no Exército.

COTer) é o órgão diretor do Sistema de Instrução Militar, cabendo-lhe a orientação do sistema, em particular do subsistema de instrução militar de tropa. O DEP coopera na área técnico-pedagógica. Os Comandos Militares de Área são seus órgãos de apoio.

Áreas de Ensino

O SEEB abrange as áreas do ensino fundamental e profissional.

O ensino fundamental destina-se a assegurar a base humanística, filosófica, científica e tecnológica ao preparo militar e ao desenvolvimento da cultura geral dos alunos. Obrigatoriamente, seguirá a legislação que regula o ensino no País.

O ensino profissional é destinado a preparar e a treinar o pessoal para ocupar cargos e funções militares da estrutura de emprego da Força Terrestre e adestrar os agrupamentos que a compõe. A instrução militar é parte constitutiva do ensino profissional.¹⁵

Conclusão Parcial

A longa evolução do ensino profissional militar no Brasil legou, ao Exército atual, uma estrutura organizacional completa, com objetivos claros e definidos.

Cada sistema possui sua delimitação e área de atuação, permitindo desenvolver o preparo profissional adequado ao respectivo campo de atividade.

Os princípios que norteiam a formação dos recursos humanos necessários à Força estão voltados para a eficiência profissional, ao final do curso.

Existe a previsão de adequação constante de todos os sistemas às necessidades atualizadas da Força. No entanto, a própria diferenciação desses sistemas, e de suas estruturas, permitem concluir que poderão ocorrer dificuldades na velocidade de ajustamento, principalmente se ocorrerem modificações em ritmo crescente das habilitações indispensáveis aos profissionais militares.

FUNCIONAMENTO DO ENSINO NO EXÉRCITO

*"O ensino militar obedecerá a um processo contínuo e progressivo, constantemente atualizado e aprimorado, de educação sistemática, que se estenderá através da sucessão de fases de estudos e práticas de exigências sempre crescente, desde a iniciação até os padrões mais apurados de cultura profissional e geral."*¹⁶

O Ensino Militar nas Escolas de Formação

Para ministrar o ensino militar, tanto o fundamental como o profissional, em seus diversos graus, o Exército mantém uma rede de Estabelecimentos de Ensino, os quais possuem um ou mais cursos.

Cada curso de um Estabelecimento de Ensino Militar tem nome, objetivos e currículo¹⁷ perfeitamente definidos, com previsão de revisão plurianual.

O currículo de cada curso contém, além da duração e dos objetivos gerais do curso, o rol de matérias e os objetos de cada maté-

15. A Lei do Ensino no Exército não obriga o funcionamento do ensino profissional nos moldes do ensino fundamental.

16. Lei do Ensino no Exército.

17. Baseado, por definição, em uma análise ocupacional das futuras funções a que se destina o militar.

ria a ser ministrada. Baseados nesses currículos, são organizados Programas de Matérias, Planos de Matérias, e de Unidades Didáticas, que indicam os assuntos que deverão ser ministrados durante o curso.

Cabe ao Diretor de Ensino planejar, orientar e controlar todas as atividades em uma Organização Militar (OM). Para isso, ele elabora o Plano Geral de Ensino (PGE) que regula a execução do ano escolar, bem como as medidas de apoio administrativo.

No PGE são incluídos estágios em OM diversas, para complementação do ensino nos setores peculiares de cada especialidade.

O Planejamento é elaborado à luz das diretrizes baixadas pelas Diretorias ou por órgão normativo a que o estabelecimento estiver subordinado.

Toda escola militar possui uma estrutura que lhe permite planejar e acompanhar o desenvolvimento dos cursos. Normalmente enquadra uma Divisão de Ensino que é composta por Seções de Planejamento, Estatística, Medidas de Aprendizagem, Psicotécnica e Orientação Educacional.

A metodologia aplicada para consecução dos objetivos de ensino é a tradicional, depurada e aperfeiçoada pelos muitos anos de evolução do sistema.

Os processos de ensino profissional preconizados pelo sistema, constantes do *Manual Técnico do Instrutor* (T21-250), são: palestra, demonstração, exercício individual, interrogatório, estudo dirigido, método de caso, trabalho em grupo, discussão dirigida e exercícios táticos.

A Instrução Militar Individual do SIMEB

"A concepção de preparação da Força Terrestre Brasileira, consubstanciada nos programas-padrão, pode ser resumida em

*apenas uma sentença: a partir de uma visão ideal e adequada de preparação individual e coletiva, o Sistema de Instrução do Exército Brasileiro (SIMEB) procura promover a execução dessa atividade com absoluta flexibilidade, para que possam ser absorvidas as condições, peculiaridades e restrições conjunturais em cada comando de área, em cada grande unidade e em cada unidade, sem perdas substanciais nos resultados e com garantia da consecução dos objetivos a que se propõe."*¹⁸

Para ministrar a instrução militar, tanto na formação dos quadros temporários quanto no adestramento das diversas organizações constitutivas da Força Terrestre, o Exército utiliza sua estrutura de comando, suas Grandes Unidades, Grandes Comandos e Unidades.

Assim como na preparação dos currículos das escolas de formação, cada função,¹⁹ e sua respectiva qualificação, é minuciosamente decomposta em atividades individuais relativas ao desempenho do cargo.

Através de especialistas, é procedido o levantamento do universo de conhecimentos indispensáveis ao cargo, sendo os assuntos ordenados em matérias.

Cada matéria é decomposta em tarefas claras e definidas que caracterizam o desempenho individual adequado ao cargo que o militar irá ocupar.

Cada tarefa é, por sua vez, decomposta em objetivos individuais de instrução que possuem um padrão mínimo para sua consecução, perfeitamente mensurável (passível de ser observado), que indica a aprovação do aluno naquele objetivo.

Esses objetivos individuais de instrução são organizados e grupados em um progra-

18. Programa-padrão, nº 1.

19. Formação de Sargento Temporário, Cabos e Soldados.

ma-padrão específico de cada qualificação militar.

Em função das restrições conjunturais, principalmente, da necessidade da força de determinada operação, ou de modificação de determinadas tarefas em decorrência da evolução do material, ou da estrutura organizacional de qualquer OM, essas tarefas podem ser modificadas, complementadas ou suprimidas, sem que se perca o cerne da formação.

A seleção de tarefas consideradas essenciais para aquela Unidade, Grande Unidade ou Grande Comando é função da direção de instrução do respectivo escalão, orientado por diretrizes anuais de instrução, consubstanciadas no Plano Básico de Instrução Militar baixado, anualmente, pelo Comando de Operações Terrestres — COTer.

Esse órgão é, também, o responsável pela atualização das hipóteses de conflito existentes, previstas no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX).

Os objetivos selecionados compõem o programa de instrução da Unidade, organizados conforme sua complexidade e interdependência.

A base do sistema é, portanto, o rol de objetivos constantes dos programas-padrão (PP), possíveis de atualização e modificações necessárias.

Cada PP referente a uma qualificação possui uma relação de objetivos individuais da área afetiva, visando à manutenção ou à criação de hábitos saudáveis e características comportamentais do caráter militar, e uma relativa à formação técnica e tática de seu futuro cargo militar.

Os objetivos são módulos individuais de instrução, com seu planejamento específico e sua própria orientação metodológica. Assim, são preconizadas técnicas específicas

para determinados conjuntos de tarefas (*objetivos parciais*) grupadas por sua finalidade comum.

O caráter prático da instrução é, talvez, o cerne de toda metodologia do sistema de instrução. Consiste no entendimento de que o combatente é um executante de tarefas e deve aprender a fazê-las bem e com desembaraço. Essa preocupação conduz à utilização de demonstrações iniciais e à apresentação, ao instruendo, de situações em que ele possa "aprender fazendo".²⁰

O "aprender fazendo" é plenamente adequado à assimilação das peculiaridades inerentes a cada cargo ou função, permitindo ao instrutor dedicar-se integralmente ao acompanhamento dos instruendos.²¹

O ambiente em que se desenvolve a sessão de instrução deve buscar semelhança com aquele que será encontrado no desempenho da tarefa relativa ao cargo.

Cada sessão de instrução não deve se constituir em uma atividade estanque, devendo ser um elo de conhecimentos e destrezas adquiridas anteriormente, permitindo a integração de objetivos e consolidação da aprendizagem.

O desenvolvimento da mentalidade coletiva militar é obtida atuando-se na área afetiva, buscando a formação do espírito de Arma, Quadro ou Serviço.²²

O emprego do tempo disponível está concebido na necessidade do instruendo em relação à extensão e complexidade do assunto, já decomposto em objetivos individuais de instrução.

20. PPB/1 Planejamento, Execução e Controle da Instrução Militar, p. 52.

21. PPB/1 Planejamento, Execução e Controle da Instrução Militar, p. 52.

22. Denominações das especialidades gerais das OM dedicadas ao combate, apoio ao combate e apoio logístico.

Vale ressaltar que essa concepção antagoniza-se com a instrução convencional que distribui o tempo em função da capacidade do instrutor em apresentar determinado assunto em um período, dentro de padrões aceitáveis de rendimento coletivo, normalmente baseado em estimativas.²³

O tempo gasto pelo instruendo no processo ensino-aprendizagem não é fator de avaliação do rendimento para o sistema.

A preservação dos agrupamentos constituidos é uma tentativa de se adaptar a estrutura necessária da instrução àquela existente em uma unidade de tropa, buscando organizar a estrutura de instrução sobre a estrutura operacional da OM, evitando a descaracterização das suas frações.²⁴

Comparação entre o SEEB e o SIMEB

Como já foi visto, ambos buscam o objetivo comum de formar o militar para o desempenho de um cargo previsto na estrutura das OM.

A base para a formação é o levantamento realizado, através de análise ocupacional das tarefas relativas ao cargo e o seu tratamento científico, que redonda em um rol de conhecimentos, habilidades e destrezas necessários ao desempenho da função.

A partir desse levantamento, os sistemas diferenciam-se, seja pela forma, seja como essa informação é empregada.

O SEEB formula currículos, normalmente com previsão de revisão plurianual, e planos de matérias que fornecem elementos para o planejamento, englobando aí a ins-

trução militar como ensino profissional.

A previsão das atividades é consubstancializada em um Programa Geral de Ensino específico de cada Escola Militar (PGE).

O PGE distribui o tempo, os meios e regula estágios necessários à complementação das especialidades existentes naquele Órgão de Formação.

O SIMEB formula programas-padrão de instrução com as próprias tarefas desmembradas em objetivos individuais de instrução.

O sistema regula as atividades anuais, da formação individual a seu cargo, adequando-as aos objetivos anuais de adestramento de cada Grande Comando, Grande Unidade ou Unidade, de acordo com a missão explícita no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) para as hipóteses de conflito existentes, através do Plano Básico de Instrução Militar (PBIM).

A metodologia aplicada não difere quanto às técnicas existentes, uma vez que ambos utilizam as previstas no manual T21-250, *Manual do Instrutor*, mas quanto ao fundamento da instrução.

O SEEB busca, de todas as formas, transmitir o conhecimento do assunto, enquanto o SIMEB define, como fundamento da instrução, a busca, pelo aluno, do conhecimento prático — “aprender fazendo”.

Conclusão Parcial

O Sistema de Ensino do Exército Brasileiro está estruturado organizacional e metodologicamente para a formação de profissionais baseada na aquisição de conhecimentos e habilidades inerentes às especialidades existentes. Para tanto, utiliza a instrução con-

23. Caderno de Instrução 21-5/2, p. 22.

24. As OM operacionais são organizadas em Subunidades e estas em Pelotões ou Seções.

vencional, que tem a palestra como seu principal instrumento, e a avaliação da aprendizagem baseada em graus, ou em conceitos, mais ou menos abstratos.

Essa estrutura permite tecnicamente a formação de militares aptos ao desempenho de suas futuras funções, porém supõe que o indivíduo aprovado em testes, com determinado número de escores, poderá realizar as tarefas de seu cargo, além, da alta probabilidade de desatualização dos conhecimentos adquiridos durante o curso.

O Sistema de InSTRUÇÃO MILITAR do Exército Brasileiro possui estrutura ágil, que permite a formação individual constantemente adaptada às mudanças que as hipóteses de emprego impuserem e com elevado grau de confiabilidade no desempenho do cargo de destino, visto que a avaliação foi realizada utilizando-se as próprias tarefas decompostas em objetivos individuais.

Os fundamentos do SIMEB, particularmente o "aprender fazendo", permitem agregar, juntamente com cada objetivo alcançado, o processo pelo qual foi alcançado. Esse conhecimento (estratégia cognitiva) redonda em uma facilidade crescente no trato da solução de questões práticas. É o "aprender a aprender" a prática.

FATORES QUE AFETAM O ENSINO NO EXÉRCITO

"O ensino dos Quadros será desenvolvido em função de perfis profissionais atualizados, ditados pela evolução tecnológica e do emprego da força."
(Diretriz Estratégica de Ensino do EB)

Concepção Geral de Emprego do Exército

O Sistema de Ensino do EB, como componente da FT, depende dos demais sistemas que a integram e das diretrizes estratégicas emanadas pelo Estado para sua Força Terrestre, consubstanciadas nos objetivos da Política Militar Terrestre, do Plano de Estruturação do Exército, e diretrizes setoriais específicas.²⁵

A visão ideal do sistema aponta para o preparo, adestramento do pessoal e manutenção de material moderno em toda a FT, no entanto, a conjuntura atual, particularmente nos campos político, econômico e da ciência e tecnologia, afastam a realidade desse ponto de vista.

O Exército Brasileiro, para cumprir sua missão constitucional de Defesa da Pátria, mantém uma Estratégia de Preparo e Evolução, constantemente atualizada, com base em cenários prospectivos gerais e regionais, como também os meios e informações disponíveis.

Dentro desse contexto, foi instituída a Força de Pronto Emprego (FPrEmp) e mantida a articulação atual do Exército.

A diretriz para sua implantação ressalta, como definição, que as unidades que a comporão serão completas em material e pessoal e, ainda, possuirão o mais alto nível de adestramento.

Essa situação conferirá às OM da FPrEmp a capacidade de operar na defesa interna, na externa e nas operações internacionais ditadas pelos compromissos diplomáticos do Brasil.²⁶ As hipóteses de empre-

25. SIPLEX — Sistema de Planejamento do Exército.

26. Diretriz para a implantação da Força de Pronto Emprego — EME.

go de tropa compõe uma Força Internacional, hoje, estão condicionadas a um elevado nível tecnológico dos equipamentos e armamentos,²⁷ o qual deverá ser constantemente atualizado.

A previsão de OM com características distintas de emprego, devido à necessidade de planejar operações especiais, ou sob condições especiais, também diferencia equipamentos e técnicas de operação individuais e coletivas.

O conjunto das situações que distinguem emprego, material e doutrina dessas unidades dificulta a formação adequada dos quadros nas Escolas de Formação.

O Aluno das Escolas Militares

As Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão e Matrícula (IRCAM) às principais Escolas do Exército, assim como a própria Lei do Serviço Militar, permitem uma faixa etária que varia dos 16 (dezesseis) aos 24 (vinte e quatro) anos de idade.²⁸

Essa faixa etária se enquadra, majoritariamente, na definida como Adolescência Maior,²⁹ perfodo do desenvolvimento físico e mental com características especiais, das quais se destacam: a adoção de valores inerentes a grupos sociais, a complementação do desenvolvimento físico, a ultimação da formação da personalidade e do desenvolvimento da inteligência, conforme afirmação de Sotero Dotti, de quem transcrevemos o texto abaixo:

"Nessa fase definem-se as diferenças individuais, em parte proporcionadas pela disposição natural e em parte pelo exercício intelectual diferenciado, como seja o tipo de curso que realiza (técnico, clássico, ci-

*entífico), o tipo de trabalho que executa (es-critório, braçal...) e o tipo de experiências (pobreza, agrícola...). Daqui podem surgir indivíduos com inteligência prática, outros com inteligência teórica etc."*³⁰

Um Cenário Prospectivo

A sexta década deste século viu o emprego de máquinas elétricas gigantescas capazes de executar operações aritméticas simples, na seguinte existiam calculadoras de bolso e, na posterior, o computador, a leitura óptica, o sensor infravermelho, os satélites, o laser, o radar, o fax, a comunicação portátil e direta com satélites...

A década de 1980 terminou com a probabilidade de um conflito mundial e legou a certeza de luta armada étnica, religiosa, nacionalista, tribal e regional...

O crescimento vertiginoso da população criou regiões de pobreza endêmica, conturbadas pela batalha ideológica entre o capitalismo e o comunismo, que as deixou órfãs, após o fim do embate Leste-Oeste.

Os organismos multinacionais cresceram de importância e, referendados por potências mundiais, adquiriram a capacidade de intervir em territórios soberanos.

O meio ambiente assumiu a importância de condicionante de projetos industriais e relações internacionais.

As reservas minerais e biológicas ocupam lugar de destaque no planejamento de políticas estratégicas de países exauridos pelo progresso desenfreado do passado recente, desencadeando a cobiça sobre regiões inexploradas, quer nacionais quer internacionais.

Escudados no poder ocioso oriundo do

27. À luz dos ensinamentos da Guerra do Golfo.

28. IRCAM a AMAN, IME e ESA.

29. Dotti, Sotero. *Psicologia da Adolescência*. Pági-

nas 138-143.

30. Dotti, Sotero. *Psicologia da Adolescência*. Cap. 3, p. 330. *Grifo nosso*.

fim do conflito Leste-Oeste, as principais potências bélicas do Planeta passam a defender seus interesses travestidos de "dever de ingerência", necessidade de "soberania limitada" e outras aberrações confrontantes com o Direito Internacional, como tão bem resume o General Meira Mattos: "Tem sido anunciado, até por chefes de governo do G-7, que a autoridade internacional (deles) deve se imiscuir em questões consideradas de 'interesse da humanidade' — preservação ambiental, problemas de populações nativas, controle de natalidade etc., e que, nas áreas em que esses problemas do 'interesse da humanidade' ocorrerem, a soberania nacional deve ser limitada, a fim de que a autoridade internacional possa intervir."³¹

Dentro dessas linhas mestras, é lícido supor como necessário o aumento da capacidade de dissuasão das nossas Forças Armadas, escorada em um estudo profundo das vulnerabilidades das potências com capacidade de intervenção.

A Força Terrestre deverá ser constituída de proporções adequadas de rusticidade para um combate prolongado sob condições adversas de suprimento internacional de toda ordem, mesclada com forças de rápido emprego e tecnologicamente atualizadas, capazes de tornar não compensatório uma "intervenção" em nosso território, e evitar uma "aventura" em nível regional.

Conclusão Parcial

O aluno das escolas de formação pertence a uma faixa etária que enquadra a fase do desenvolvimento humano no qual se ultima a formação da inteligência.

O tipo de processo instrucional a que o indivíduo é submetido, nessa fase, determinará sua aptidão intelectual futura. Poderá ser um prático ou teórico.

A visão prospectiva e a concepção de emprego do Exército permitem concluir que, para o desenvolvimento de unidades de pronto emprego, será necessária a incorporação de material de tecnologia avançada, continuamente atualizado.³²

Para manutenção de forças com capacidade de desenvolver um conflito prolongado, visando a alcançar a usura moral, a lasitude³³ do adversário, será imprescindível a preparação de OM com características adequadas a cada hipótese de conflito levantada.

Desse conjunto, deduz-se que haverá uma crescente diversidade de tipos de OM adaptadas a suas possibilidades de emprego e, consequentemente, um aumento das qualificações e especialidades dentro da Força.

CONCLUSÃO

As transformações deste fim de século apontam para uma nova era. A evolução tecnológica alcançou tal velocidade que um homem considerado normal pode, em um curto lapso de tempo, tornar-se ineficiente frente a novos equipamentos e técnicas relativas ao cargo que ocupa.

As teorias da aprendizagem evoluem para a aceitação de que o conhecimento, o conteúdo do assunto, não é tão importante como a assimilação do processo, do mecanismo, da inferência que leva ao aprendizado do citado assunto.

O Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro, concebido e implantado em sólidas e modernas bases científicas, ade-

1. Revista da Escola Superior de Guerra. Nº 27/1994, 73.

2. Diretriz para Implantação da Força de Pronto Em-

prego do Exército Brasileiro.

33. Perda da vontade pelo adversário em função de desgaste real e político.

quou o processo de ensino-aprendizagem ao objetivo da Força, sem perda substancial de conteúdo dos assuntos.

O sistema está embasado no princípio metodológico do caráter prático da instrução, resumido em "aprender-fazendo".

Esse princípio traz consigo o "aprender a aprender" vinculado à prática, e desenvolvido a cada novo objetivo alcançado.

O "aprender a aprender" cria condições de adaptar o formando ao cenário previsível do próximo milênio, de constante e veloz mudança de procedimentos, rotina, equipamentos e técnicas de execução das tarefas humanas em qualquer campo de atividade.

A introdução desse princípio como objetivo das instruções modificará a rotina de trabalho do instrutor de escolas de formação. Ele acenderá seus esforços na criação de situações de aprendizado *do método* de aquisição do conhecimento e não na aquisição do conhecimento propriamente dito.

A partir de um conjunto de equipamentos e materiais adequados, que não serão, obrigatoriamente, os mesmos existentes nos corpos de tropa, mas conveniente à elaboração das situações necessárias ao desenvolvimento do "aprender a aprender", poderá ser formado o militar apto à aquisição de novos conhecimentos e habilidades, até independente de cursos e estágios peculiares.

A demanda de tempo presumivelmente maior, advinda do período necessário à procura, pelo instruendo, da solução à situação apresentada, pode ser equacionada por uma criteriosa escolha dos objetivos, economizando-se o tempo necessário em atividades de aquisição de conhecimento e de técnicas peculiares a determinados equipamentos e materiais de valor secundário ou desatualizadas.

Exemplificando a transformação do

método em um módulo simples, pode-se visualizar a instrução de instalação de determinado equipamento de comunicações. Não será o objetivo aprender como se instala e sim como se *aprende a instalar*. O conhecimento adquirido poderá ser utilizado em outros materiais, diferentes do apresentado na instrução *no futuro*.

A adoção dessa modificação na metodologia aplicada nas escolas militares acarretará uma óbvia dificuldade de avaliação segundo os critérios atuais.

Cada instruendo poderá ter um ritmo diferente de aprendizado, influenciando a avaliação coletiva do desempenho, implicando a adoção de métodos individuais de acompanhamento.

Em termos práticos, o aluno será apto, porque já demonstrou capacidade de executar a tarefa futura por tê-la cumprido, atingindo um desempenho mínimo. Ao passo que, na sistemática em uso, supõe-se que o aluno poderá executar uma determinada tarefa por ter atingido um determinado número de escores nas verificações das unidades didáticas que compõem a matéria relacionada com a tarefa. *É a eliminação da suposição*.

A avaliação passará a ser realizada através da medida baseada em critério, ou seja, em relação a um "gabarito" das tarefas relativas ao cargo, refletindo em um diagnóstico seguro do processo ensino-aprendizagem.

Esse diagnóstico permitirá a consecução real dos objetivos previstos nos currículos.

O militar formado saberá executar as tarefas previstas pertinentes à sua especialidade e, principalmente, saberá aprender as modificações e novas tarefas que a modernização constante dos equipamentos e procedimentos impuserem, sempre sob a ótica da *mentalidade prática*. □



Suíça: Cantonismo Geopolítico¹

Therezinha de Castro*

O artigo apresenta uma síntese dos aspectos geohistóricos e da formação geopolítica da Suíça e conclui sobre o risco do separatismo que a Confederação Suíça enfrenta, no momento em que o continente europeu se propõe à federalização, via União Européia.

Festejou a Suíça, em 1991, os seus 700 anos de existência como entidade geopolítica, dando, com outros países da AELC (Associação Européia de Livre Comércio), o primeiro passo para sua entrada na União Européia, no contexto do Espaço Econômico Europeu, que instaurou, a partir de 1993, a livre circulação de bens, de pessoas, de serviços e de capitais.

Não parava por aí o fim do *isolacionismo* ou, como afirmam alguns, do neutralismo suíço, com a entrada para o FMI e o Banco Mundial, aprovada por plebiscito, órgão de consulta popular, que, no entanto vetou, em 1986, a adesão do país à ONU.

País de contrastes, todas essas instituições são combatidas por seus cidadãos neu-

tralistas. Enquanto rejeitam a União Européia, acatam a defesa presente em campos de treinamento militar, concordando com a participação de seus soldados nas Forças de Paz da ONU. Opiniões contrastantes, demonstrando que, nessa chamada "ilha de tranquilidade" da Europa, começam a se impor os antineutralistas, gerando para o pequeno país, em consequência, o *vírus do separatismo*.

ASPECTOS GEOHISTÓRICOS

Depois de San Marino, um enclave geopolítico na Península Itálica, a Suíça é a mais antiga república européia. Seu pequeno território com 41.293km² (menor que o nosso Estado do Rio de Janeiro — 44.278km²), é cortado pelos Alpes (58%), possuindo cerca de 12% dos Montes Jura,

* Professora, conferencista de Geopolítica na ECEMAR e na ECUME.

1. Selecionado pelo PADECUME.

aos quais se juntam os vales profundos do Ródano e do Reno (*Mapa 1*).

Entre os Alpes e o Jura se encontra o *Mittelland* (região do meio), impropriamente chamada de *Planalto Suíço*. Trata-se de uma depressão entre os *Lagos Constança* e *o de Genebra, ou Leman*, formando um corredor subalpino centrado no Lago de Zurique e de Lucerna, alongando-se de Valence (França) até Viena. Estão aí as colinas férteis servidas por numerosos lagos.

Suas principais cidades — *Genebra/Lausanne*, de um lado, e *Basiléia/Zurique* do outro, envolvem *Berna*, a capital do país posicionado no centro da Europa, no entrocamento das vias de circulação entre o norte/sul e leste/oeste.

Politicamente, a Suíça está dividida em 26 cantões e subcantões que, em seus respectivos isolamentos culturais, cunharam no separatismo administrativo o termo *cantonalismo geopolítico*. Inexistem aí analfabetos e, a despeito da exigüidade de seus recursos naturais, é um dos países mais ricos do mundo, com US\$ 33.150 por habitante.

Geograficamente, a Suíça está ligada à Europa: no oeste e norte, pelo Reno, abrindo-se, pela Porta de Borgonha, para o Mediterrâneo, através do Vale do Ródano e das passagens alpinas — S. Bernardo/Simplon,² além dos mais interiorizados S. Gotardo/S. Bernardino (*Mapa 1*). Contactando com países atravessados pelo Danúbio, a Suíça soube tirar partido de sua função entrocamento,

2. O Simplon é a importante passagem nos Alpes freqüentada desde a Antigüidade e a primeira a ser provada de estrada carroçável face às necessidades geoestratégicas de Napoleão para invadir, em 1807, a Itália. Em 1906, era dotado de um túnel ligando Itália/Suíça através dos Vales do Toce e Ródano, onde uma ferrovia de dupla galeria de via única, a uma distância de 17 metros uma da outra, estende-se, paralelamente,

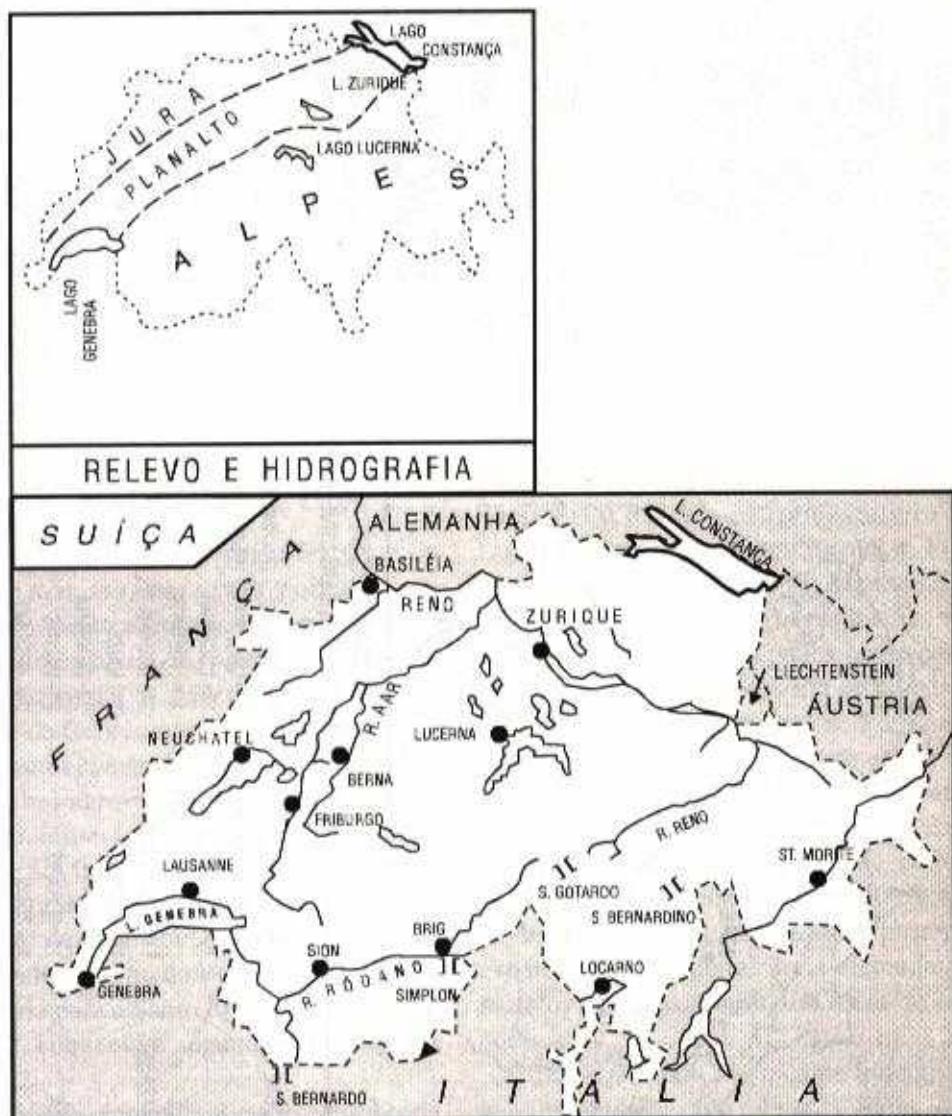
transformando-se num dos primeiros Estados comerciantes do mundo e potência industrial, a despeito de lhe faltarem matérias-primas.

Contando apenas com 10,8% de seu solo cultivável, tem pequena produção de alimentos. No entanto, a extensão razoável de suas pastagens permitiria o desenvolvimento da pecuária ligada às indústrias alimentícias do leite em pó, leite condensado, chocolates, queijos e manteiga.

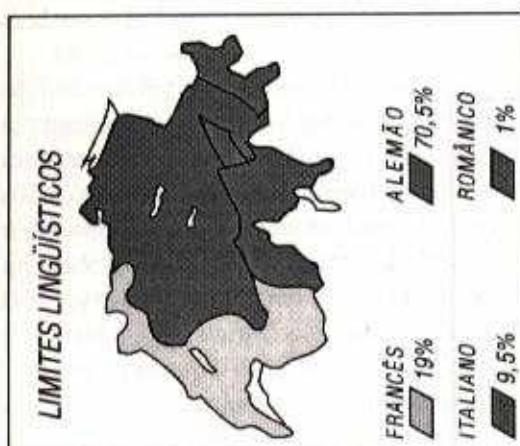
Com as condições naturais favorecendo-lhe a energia elétrica, mantém sua indústria química consagrada ao setor farmacêutico e de adubos azotados, desenvolvendo a de equipamentos especiais, de aparelhos eletrodomésticos e de instalações fabris. Tendo em vista as barreiras alfandegárias dificultando a venda de seus famosos relógios, especializou-se na exportação de peças avulsas.

Internamente, é país de grande complexidade, definindo-se pelo equilibrado nos desequilíbrios. Possui três idiomas oficiais — o Alemão, o Francês e o Italiano, falados ao lado do Romântico. Sua população, avaliada, em 1991, em 6,820 milhões de pessoas, conta com 70,5% falando o Alemão, usando o dialeto Schwyzerdüch no setor voltado para a Áustria/Alemanha. Os de idioma Francês estão representados por 19%, em área voltada para a França. Vivendo no Tessino, em especial, os de língua italiana perfazem 9,5%, nas vizinhanças do Cantão de Grisons, onde cerca de 50 mil pessoas falam o Romântico (*Mapa 2*).

te, entre a cidade suíça de Brig e a italiana de Iselle. O túnel do Simplon se encontra a 700 metros de altitude média e o *Simplon Orient Express* é o trem internacional que por aí trafega, desde Londres até Zagreb, passando por Calais, Paris, Lausanne, Milão e Veneza. Já o S. Bernardo é o Passo que une o cantão de Valais ao vale italiano de Aosta. Também foi utilizado por Napoleão e conta, hoje, com um túnel com 5.826 metros.

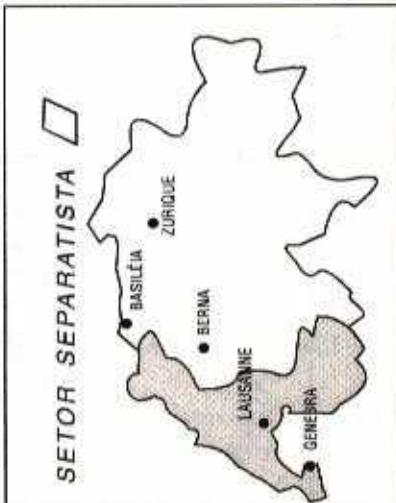


MAPA 1



SUIÇA

Org. por THEREZINHA DE CASTRO



20 CANTÕES (SUBLINHADOS) 6 SUBCANTÕES (SUBLINHADOS)

- 16- UNTEWALD (NIDWALD)
- 17- UNTEWALD (OBWALD)
- 18- LUCERNA
- 19- FRIBURGO
- 20- NEUCHÂTEL
- 21- VAUX
- 22- GENEbra
- 23- VALAIS
- 24- TESSINO
- 25- GRISSONS
- 26- JURA



- 1- SCHAFFHOUSE
- 2- BERN
- 3- SOLEURE
- 4- BALE-VILLE
- 5- BALE CHAMPAGNE
- 6- ARGÓVIA
- 7- ZURIQUE
- 8- THURGOVIA
- 9- APPENZELL (RHODES - EXT)
- 10- APPENZELL (RHODES - INT.)
- 11- SAINT GALL
- 12- GLARIS
- 13- URI
- 14- SCHWYZ
- 15- ZOUG

ORG. POR
THEREZINHA DE CASTRO

Na linha de divergência idiomática segue-se a desordenada distribuição de católicos (47,6%) e protestantes (44,3%). Daí a existência de enclaves católicos em cantões majoritariamente protestantes e vice-versa, onde são também encontradas minorias judaicas (0,3%).

Dando ainda maior reforço aos contrastes, subsistem as grandes diferenças territoriais entre os cantões. O menor, o de Bâle Ville, tem somente 37km², sendo pouco maior que o nosso Arquipélago de Fernando de Noronha (26km²), enquanto o mais vasto, o de Grissons, com 7.106km², excede o nosso Distrito Federal (Brasília), com 5.814km².

FORMAÇÃO GEOPOLÍTICA

O espaço territorial suíço fez parte do Império Romano conquistado por Cesar, em 58 a.C. e, como a Europa em geral, enfrentou a ação invasora dos bárbaros, no século V. Foi então que os burgúndios latinizados fizeram de Genebra a sua capital, enquanto os alamanos convertidos pelos monges celtas se estabeleceram além do Aar, antigo Obringa, afluente do Reno pela margem esquerda. Em função desses invasores, se impunha, em 843, a Suíça Alemãica, incluída no Reino da Germânia, e a Suíça Francesa, integrando o Reino de Borgonha. A primeira entraria para o Santo Império Germânico, em 962, enquanto a segunda seria incluída em 1032.

Além do elemento invasor, contribuiria para a cantonalização geopolítica a feição montanhosa do território isolando as populações locais, muito embora, em contraste, os cantões fossem, aos poucos, se unindo politicamente para melhor enfrentarem o domínio dos Habsburgos. Em consequência, a

Confederação tem início, em 1291, com o Pacto Perpétuo entre os cantões de Uri, Schwyz, Unterwald (Nidwald e Obwald), terminando esse processo bem recentemente, em 1979, quando o Jura, na fronteira francesa, se uniu ao conjunto.

A História da Suíça girou sempre em torno dos acontecimentos europeus, pois só em 1815 o Congresso de Viena concedeu-lhe neutralidade perpétua e fronteiras estáveis. Justifica-se assim o fato de ter sido lenta e difícil a sua formação geopolítica e haver sido iniciada por cantões montanhosos, florestais e pobres em torno do Lago Lucerna, transformados no núcleo geohistórico da Suíça, por se posicionarem na rota de acesso do Passo de S. Gotardo, ligação estratégica entre a Bacia Renana, na Alemanha, e a Bacia do Pô, na Itália — a primeira, área das Ligas de Comércio no continente, e, a segunda, centro de conexão do Mediterrâneo via Gênova e Veneza com as especiarias vindas da Ásia. Os tributos pagos nesse ponto suíço de passagem obrigatória no comércio com o Oriente fizeram a opulência dos montanheses, que concediam segurança aos comerciantes medievais. A atividade lucrativa desenvolveria o desejo de união de Bâle, Berna e Zurique com o núcleo central geohistórico, propiciando que, em 1499, fosse instituída a Confederação. A posterior expansão das fronteiras seria efetuada por motivos políticos e militares, além do econômico.

Tendo o Salmo Suíço como hino nacional, limitando-se com a França, Itália, Áustria, Liechtenstein e Alemanha, a Confederação Suíça é bem mais caracterizada que a da União Européia, que o Tratado de Maastricht pretende transformar numa Federação. A Suíça é uma Confederação, na qual os cantões gozam, cada qual, de auto-

nomia interna e têm Constituição própria, com Parlamentos locais decretando impostos, organizando a saúde, o ensino, a polícia e a justiça. Tudo isso torna bem real o *cantonalismo geopolítico afeito ao espaço montanhoso*, contributo geográfico das formações humanas particularistas.

Em consequência, a autonomia fiscal irá gerar dificuldades nessa Confederação Helvética,³ onde os mais ricos oferecem os melhores serviços e com melhor desenvolvimento, atraindo emigrados de outros cantões, nem sempre bem recebidos por ameaçarem a "nacionalidade" local. Digase de passagem, "nacionalidade" nem sempre forte, quando entra em cena o fator religião católica e protestante — causa da divisão do Unterwald em Nidwald e Obswald, do Appenzell em Rhodes Exterior e Rhodes Interior, e do Bâle em Ville e Champagne, transformados todos os seis em *subcantões* (Mapa 2).

A despeito do dinamismo que a *democracia plurilingüística e religiosa* imprime ao cantonalismo geopolítico, só em 1971 conseguiu-se estabelecer no país o processo de representatividade que concedeu o direito de voto às mulheres.

Na Suíça, o *legislativo* é bicameral. Nele, o *Conselho dos Estados* tem 46 Membros, sendo dois para cada cantão e um para cada subcantão, com mandatos de um a quatro anos, de acordo com a Constituição local, enquanto o *Conselho Nacional* conta com 200 membros eleitos por voto direto

3. Nome dado à parte oriental da Gália dos romanos, compreendendo o atual território suíço, ocupado então pelos helvéticos e depois conquistado por Cesar. O termo seria ressuscitado durante o governo aí estabelecido pelo Diretório Francês (1798) e abolido em 1803 por Napoleão. Hoje, o termo helvetismo se liga à maneira de falar o Francês pelos nacionais da Suíça Francesa.

para mandatos de quatro anos. A fórmula mágica para a manutenção do "milagre suíço" parece estar ligada aos grandes partidos políticos Radical Democrático, Social Democrático, Cristão Democrático do Povo e o Verde, cooperando entre si tanto no interior das assembléias legislativas e executivas cantonais, quanto em nível federal. Torna-se assim difícil falar de maioria ou de oposição, já que esses *quatro partidos no poder* detêm mais de 3/4 partes dos 200 assentos no Conselho Nacional. E, como os partidos são organizados sob bases cantonais e não federais, os grandes líderes, na maioria das vezes, são desconhecidos nos cantões a que não pertencem.

Os eleitores, por sua vez, também se distribuem segundo a geografia cantonalista. A população católica ou protestante dos cantões rurais centrais é conservadora, declaradamente contrária ao aborto e ao feminismo. Já os cantões periféricos, notadamente os de língua francesa (Genebra, Vaud e Valais) são mais abertos, acatando o voto feminino desde o primeiro *referendum*, em 1959.

O *referendum* e a *iniciativa popular* dão aspecto semidireto à democracia. No entanto, nos direitos de iniciativa exigindo de mil a 5 mil assinaturas ou de *referendum* com mais de 5 mil, a abstenção é, normalmente, grande, chegando por vezes a 60%.

CONCLUSÃO

No momento em que o continente se propõe a uma federalização via União Europeia, a *Confederação Suíça enfrenta o risco do separatismo*. A fronteira política que envolve seu espaço vital, mantém diferentes fronteiras geohistóricas, fronteiras essas internas, desdenhosamente chamadas de

rostigraben, aludindo-se a uma especialidade culinária suíça-alemã, separando os *liberais francófonos* dos *conservadores isolacionistas germânicos*, e pondo, frente a frente, a diferença de comportamento e de cultura cada vez mais acentuada entre os dois povos, mesmo que cidadãos suíços.

A diferença político-cultural e também econômica é marcante entre a *Suíça francesa*, com crescimento estagnado e maior índice de desemprego, contrastando com o setor germânico, onde a prosperidade induz a um "nacionalismo xenófobo", tanto de rejeição ao Espaço Econômico Europeu, como de recusa à naturalização dos filhos de imigrantes suíços de outros cantões, e ainda de oposição ao envio de soldados para integrarem o contingente dos "capacetes azuis" da ONU.

Os alemães suíços são maioria e, como a Constituição Geral exige dois tipos de maioria — a de eleitores e a de cantões, os suíços franceses são levados, à semelhança do que ocorre no Canadá de Quebec, ao instinto separatista. E, na Suíça, liderados pelo cantão de Vaud, procuram obter maior autonomia, pelo menos por enquanto, como único meio de escapar da supremacia dos suíços alemães.

Cansado do que costuma chamar de "colonialismo e paternalismo dos germanófilos", Jacques Martin, Conselheiro de Estado do cantão de Vaud, afirmava, em 1995, que "uma minoria minorizada não pode continuar no país". Tudo em função de desacordos quanto a entrada da Suíça na União Européia, já que o fascínio dos francófonos pela UE, mesmo que ilusória, se liga à esperança da reativação da economia local. E, sem poder consegui-la, se impõe, sobremodo, o perigo da secessão antevista pelo Professor Christian Lutz, que chegou

mesmo a declarar que os jovens desejosos da integração com a UE pelo voto popular agiriam melhor "se fizessem a tentativa para o cantão de Genebra deixar a Suíça e, como República Independente, aderir à UE".

Por sua vez, para os líderes separatistas de Lausanne — Jean Philipe Maitre e Simon Epiney — é inegável que, no espaço suíço, coexistem dois países, levando os menos radicais a pregar, em vez da separação, maior autonomia para combater o mal pela raiz. Nesse caso, cada cantão passaria a ter margem maior de manobra, sem depender da autorização do conjunto para a tomada de decisões vitais. Seria uma espécie de *união livre*, como definem vulgarmente alguns francófonos. É o caso em que, quando um casal não se suporta mais e não lhes convém a separação pública, cada cônjuge deve dormir em quartos separados.

Daí apontarem alguns para a *revisão da Constituição de 1848*,⁴ a fim de reforçar o poder central, acabando com a obrigatoriedade de se submeterem todas as leis e iniciativas populares à dupla maioria — de eleitores e de cantões. Foi essa Constituição que, há mais de um século, instituiu esse princípio, procurando evitar que alguns cantões se desvissem da Confederação para se unirem à Alemanha ou à Itália. Hoje, esse princípio é justamente a causa da insatisfação dos suíços franceses.

4. Em 1848, de simples união aduaneira, o Zollverein, dirigido pela Prússia dentro do Santo Império Romano Germânico, indicava que com a Dieta de Frankfurt transformada em Parlamento eleito, levaria os associados econômicos à unificação política. O mesmo ocorria na Península Itálica, onde o Piemonte começara a agir para unificar o país. Naquele momento, pois, a atual Constituição da Suíça era necessária para manter na sua Confederação os cantões de língua alemã e italiana, evitando que se integrassem nos futuros países que se implantariam, em 1870, como entidades geopolíticas.

A Suíça, a exemplo do que ocorre entre os franco-ingleses no Canadá e os valões-flamengos na Bélgica, tem, sem dúvida, que se prevenir. Demonstra a Geopolítica que, num espaço montanhoso como o da Suíça, o núcleo geohistórico adota variadas modalidades de desenvolvimento, sem condicionar aquele núcleo

ao futuro território estatal. Trata-se, na realidade, de simples fenômeno de acomodação no espaço e, no caso suíço, sua evolução histórico-política formou sociedades montanhosas mais ou menos afins, separadas, porém, por fronteiras geohistóricas e mantendo sempre presente a manifestação clara do cantonalismo geopolítico. □

BIBLIOGRAFIA

- BEHAR, Pierre. *Une Géopolitique pour l'Europe*. Desjonquères, Paris, 1992.
- CHAPUIS, Alfred. *La Suisse dans le Monde*. Librairie Payot, Lausanne, 1939.
- DOMINIQUE, David. *Le Continent Européen en Danger de Décomposition*. Le Monde Diplomatique, dezembro de 1992.
- MICHAUD, Georges. *Histoire de la Suisse*. Librairie Payot, Lausanne, 1947.
- PEREIRA, Martins. "Francófonos Querem mais Autonomia". *O Público — Jornal de Portugal*, 11 de julho de 1995.
- WALSER, Hermann. *Geografía de la Suiza*. Collección Labor, Barcelona, 1929.
- ZORGIBIBE, Charles. *L'Apres Guerre Frois en Europe*. Presses Universitaires de France, Paris, 1993.

PRADA — 115 Anos

**Tradicional Fornecedor de Boinas e Chapéus
Para as Forças Armadas**

COMPANHIA PRADA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rua Dr. Alberto Ferreira, 179 – Limeira-SP – Tel.: (0194) 51-2210 – C.P. 46 – CEP 13480



Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira (1740 — 1795)

Claudio Moreira Bento*

Resumo biográfico do terceiro brasileiro a atingir o generalato no Exército de Portugal. Reverencia o bicentenário de sua morte.

Transcorreu, em 9 de janeiro de 1995, o bicentenário de morte do lendário e bravo gaúcho Rafael Pinto Bandeira, na Vila de Rio Grande, seu torrão natal. Ele foi o terceiro brasileiro a atingir o generalato no Exército de Portugal e o primeiro filho do Rio Grande do Sul a conquistar tal distinção. Dos 14 anos aos 54, fez brilhante carreira, de Soldado Dragão do Rio Grande a Brigadeiro Comandante da Legião de Cavalaria Ligeira, tendo sido o primeiro gaúcho a comandar todas as forças do Rio Grande do Sul, como Comandante-geral e a governá-lo, interinamente, por 8 anos e 4 meses.

Pinto Bandeira distinguiu-se sobremodo na Guerra do Sul (1763-1777), em que os

espanhóis, após duas invasões (1763 e 1774), chegaram a dominar cerca de dois terços do território do maior estado sulino. Sua atuação, no comando das forças que conduziram a guerra de guerrilhas contra o invasor, ordenada pelo governo no Rio de Janeiro, contribuiu decisivamente para definir, como brasileiro, o destino do seu torrão natal. Foi ele o primeiro herói militar marcante da província meridional no decorrer do século XVIII, e sua trajetória foi seguida, entre outros, pelos generais José de Abreu e Manoel Luiz Osório, no século XIX.

Até o presente, o Brigadeiro Pinto Bandeira não mereceu a homenagem que o Brasil e, especialmente, o Rio Grande do Sul lhe devem, mercê dos seus méritos militares. O desenvolvimento de uma doutrina militar genuína, "a guerra à gaúcha", praticada na Região Sul, ao que se sabe até 1926, pelos

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Sócio benemerito do IGHMB.

revolucionários de 1924-1926. Em que pese haver feito carreira no Exército Colonial do Brasil e a sua Legião de Cavalaria Ligeira haver sido absorvida pelo Exército Brasileiro, em 1824, até hoje nenhuma organização do Exército possui seu lendário e legendário nome como denominação histórica.

Foi ele, sem dúvida, a "maior espada continental do século XVIII, guerreiro de prodigiosa memória que conhecia todos os recantos do Continente (atual RGS), descrevendo com exatidão todos os arroios e rios, a direção das serras, o rumo das estradas e encruzilhadas, quando não se dispunham de mapas". Homem lendário, "que mesmo em noites escuras e tormentosas jamais se desviava do caminho a seguir", foi personagem do romance *O Tempo e o Vento*, de Erico Veríssimo, que o imortalizou, circunstância que a TV Globo ampliou, ao levar parte da célebre trilogia referente a Rafael em duas novelas.

NASCIMENTO, FILIAÇÃO E ASCENDÊNCIA

Rafael Pinto Bandeira nasceu no Presídio Jesus-Maria-José (atual cidade de Rio Grande), em 16 de dezembro de 1740, decorridos quase 4 anos da fundação portuguesa do Rio Grande do Sul, com o desembarque naquele local, em 17 de fevereiro de 1737, de uma expedição ao mando do Brigadeiro José da Silva Paes. Era filho do Capitão Francisco Pinto Bandeira e de D^a Clara Maria de Oliveira. O pai, lagunense, escolhido para comandar a 1^a Companhia do Regimento de Dragões do Rio Grande, organizada por Silva Paes após desembarcar, constituiu-se no primeiro comandante de tropa de linha, denominação na

época de um integrante do Exército na área do atual Comando Militar do Sul. Rafael foi batizado no dia seguinte ao seu nascimento, na modesta capela do Forte Jesus-Maria-José,¹ da Fortaleza de Santana e do Estreito,² que fechava o acesso terrestre ao Presídio do Forte, ainda incipiente.³

O pai de Rafael subcomandava as tropas de Ordenanças ao comando do Coronel de Ordenanças Cristóvão Pereira de Abreu, constituída de tropeiros e estancieiros estabelecidos, desde cerca de 1730, na região de Viamão.⁴

Sua mãe migrara, com pais e irmãos, da Colônia do Sacramento para o nascente povoado de Rio Grande. Era neta do Capitão Mór de Laguna, Domingos Brito Peixoto, que, por sua vez, era bisavô de Rafael. Pelo lado paterno, Rafael era neto de um português do Valongo, que chegou ao Brasil, em 1696 e se estabeleceu na região de Mampituba, SC, com estância de bovinos e ovinos.

Foram padrinhos de Rafael o Coronel de Dragões Diogo Osório Cardoso, solteiro, Comandante do Regimento de Dragões do Rio Grande e Comandante Militar do Continente, subordinado ao Rio de Janeiro (5 de março de 1739 a 28 de junho de 1752). Sua madrinha foi sua tia, Eufrásia Maria, de 14 anos de idade.

RAFAEL EM VIAMÃO EM 1741

Em 1741, Rafael mudou-se, com o pai Tenente de Dragões Francisco Pinto

1. Errido junto ao canal, sangradouro, da Lagoa dos Patos.
2. Atual hidráulica do município.
3. O batismo de Rafael constou do Livro 1 de Batismos da Capela citada, à folha 16 verso.
4. Área geográfica ampla, em torno da atual Porto Alegre.

Bandeira, para Viamão.

Seu pai ia cuidar da sesmaria recebida, em 15 de maio de 1740, na região atual de Sapucaia do Sul onde, em 1730, cuidava do seu povoamento, com mais de 10 mil cabeças de gado (vacuns e eqüinos) e com benfeitorias constantes de casa, currais e lavoura.

Rafael, aos 13 anos, acompanhou o pai até Rio Pardo (atual), para fundar o Forte Jesus-Maria-José (2º), no contexto da Guerra Guaranítica (1752-1756). Em Rio Pardo, Rafael sentou praça, com 14 anos incompletos, no Regimento de Dragões do Rio Grande, e, ao comando do pai, participou do combate de Monte Grande, próximo a Santa Maria (atual) em 2 de janeiro de 1762.

Os Dragões do Rio Pardo haviam se deslocado para fundar a Fortaleza de Santa Tereza, no atual Uruguai, na iminência de uma invasão do general Ceballos, deixando um pugilo de Dragões em Rio Pardo, para liderarem civis, visando à condução de uma guerra de guerrilhas contra os invasores castelhanos. Entre eles estavam os Dragões Francisco e Rafael, pai e filho.

Em 24 de abril de 1763, após invadido o Rio Grande, a Vila do Rio Grande, berço de Rafael, foi conquistada pelo general D. Pedro Ceballos, governador de Buenos Aires. O domínio espanhol foi exercido por 13 anos sobre cerca de dois terços do atual estado do Rio Grande do Sul, como referido anteriormente.

A GUERRA DE GUERRILHAS CONTRA O INVASOR E SUAS BASES

Aos Dragões Francisco e Rafael Pinto Bandeira, que permaneceram na área de Rio Pardo, coube a liderança da guerra de guerrilhas contra o invasor, assim definida,

em 6 de junho de 1763, pela Junta Governativa no Rio de Janeiro, que substituiu o falecido General Gomes Freire de Andrade:

"A guerra contra o invasor será feita com pequenas patrulhas atuando dispersas, localizadas em matas e nos passos dos rios e arroios. Destes locais sairão ao encontro dos invasores para surpreendê-los, causar-lhes baixas, arruinar-lhes gados, cavalhadas e suprimentos e ainda trazer-lhes a constante e persistente inquietação."

Os executores dessa guerrilha inicialmente foram o Capitão Francisco Bandeira (até 1772), com zona-de-ação ao norte do rio Camaquã, e seu filho, Tenente Rafael, ao sul do rio Camaquã. O papel relevante desempenhado por essas guerrilhas na definição do destino (brasileiro) do Rio Grande não tem sido abordado em toda a sua projeção e significação estratégica.

Em 2 de janeiro de 1765, após 12 anos de serviços no Regimento de Dragões, já alferes, Rafael foi promovido a Tenente de Dragões da companhia do Regimento dos Dragões, ao comando de seu pai.

Nessa época, fazia um ano que Rafael integrava a guarnição do Forte São Caetano do Estreito, ao comando do pai, que barrou a via de acesso São José do Norte (espanhol) — Viamão.

Aí impediram o avanço espanhol até Porto Alegre e Viamão.

As bases dessas guerrilhas situavam-se em Encruzilhada do Duro (Coxilha-do-Fogo, Canguçu), ao sul do rio Camaquã e Guardas de Encruzilhada (Eneruzilhada do Sul), ao sul, ao comando de Rafael, e ao norte, ao comando de seu pai que, após falecer, em 1772, foi substituído pelo heróico paulista Cipriano Cardoso Barros Leme.

Ao assumir o governo do Rio Grande, o Coronel José Custódio Faria implementou

as guerrilhas para cobrir Rio Pardo face às seguintes direções: Missões-Rio Pardo; Bagé (atual)-Rio Pardo e Rio Grande (espanhol)-Rio Pardo. Para executar essas missões, foram destacados os Dragões Francisco e Rafael.

Em 28/29 de maio de 1766, houve um fracassado ataque a Rio Grande, compensado pela recuperação de São José do Norte (atual), havia três anos em poder da Espanha. Esses dois eventos tiveram negativa repercussão em Portugal e contrariaram o Marquês de Pombal, interessado no apoio da Espanha para pressionar o Papa e extinguir os jesuítas que puseram por terra o Tratado de Madrid, em 1750.

Passaram-se sete anos, período em que as guerrilhas, agora sob a liderança de Rafael, causaram imenso prejuízo aos espanhóis. Foi quando o governador, D. Vertiz y Salcedo, de Buenos Aires, invadiu o Rio Grande, pela campanha, em novembro de 1773, para neutralizar as guerrilhas portuguesas, as quais, segundo ele, em sua visão de inimigo, estavam lhe causando os seguintes prejuízos:⁵

"Viamão, Rio Pardo, sul da Vila do Rio Grande e o sul do rio Jacuí (serras dos Tapes e Herval) têm sido refúgio de delinqüentes que atuam nos campos de Montevidéu, Maldonado, Soriano, Bacas, Santa Fé, Correntes e Missões. Tudo com o fim de roubar cavalhadas das nossas estâncias do oeste dos rios da Prata, Uruguai e Paraná. Meus governados, atingidos por tão continuados e incessantes ações, sofrem os maiores prejuízos ao verem suas fazendas destruídas."

Era a guerra de guerrilhas, a estratégia do "fraco contra o forte", executada pelo Capitão de Dragões Rafael secundado por

Cypriano Cardoso e um pugilo de bravos civis então estancieiros que, em maioria, chegaram ao Rio Grande em 1752 com o Exército Demarcador, como integrantes de Companhias de Aventureiros.

O NASCIMENTO DE UMA DOUTRINA MILITAR — A GUERRA À GAÚCHA

A "guerra à gaúcha" consistia, basicamente, em retirar, dos possíveis caminhos de invasão ao Rio Grande, todo o gado vacum e cavalar e as instalações estancieiras espanholas, para que nelas os invasores não pudessem se apoiar, já que, no Prata, um Exército caminhava à base do cavalo, como montaria, e do boi, como alimento autotransportável e tração de cargas mais pesadas.⁶

A invasão de Vertiz y Salcedo, batida por partes por Rafael em Tabantigai, em 10 de janeiro de 1774, e em Santa Barbara, em 11 de janeiro de 1774, obrigou o mexicano a retirar-se rápido para Rio Grande, deixando nele plantadas duas barreiras às incursões guerrilheiras além da Fortaleza de Santa Tereza: a Fortaleza de Santa Tecla e o Forte de São Martinho. O atual Passo da Armada, no rio Camaquã, entre Canguçu e Encruzilhada, leva esse nome pelas dificuldades encontradas pela Real Armada de Espanha (Exército de Vertiz y Salcedo) embarcadas por Rafael. Nesse local, ele possuiria uma estância.

Essa invasão repercutiu em Portugal, e o Marquês de Pombal decidiu, em 1774, expulsar os espanhóis do Rio Grande, enviando para o local uma poderosa força, o Exército do Sul, ao comando do Tenente-

5. O que atesta sua repercussão estratégica.

6. Essa operação chamava-se "arreada".

dade de gado bovino e cavalos dos possíveis caminhos de invasão ao Rio Grande, e os depositou em Canguçu, na costa do rio Camaguã; e descobriu e explorou uma nova via-de-acesso ao atual Uruguai, para diblar os bloqueios das vias-de-acesso em Santa Tereza, Santa Tecla e São Martinho. Foi a via-de-acesso balizada, atualmente, por Canguçu-Piratini, Herval do Sul-Passo Centurion no Rio Jaguarão-Cerro Largo (Mello, atualmente). Em 1801, os espanhóis bloquearam-na com o Forte de Cerro Largo. E os portugueses, cerca de 1800, com as fundações de Piratini e Canguçu, como preparativos para a vitoriosa Guerra de 1801.

O VALOR MILITAR DE RAFAEL

Um contemporâneo cronista de Rafael assim o viu:

"Tornou-se uma tradição os elogios às qualidades guerreiras de Rafael. Era tão hábil em prevenir ciladas como em surpreender o inimigo, que lhe atribuía possuir incorporado um espírito benfazejo, de um nome familiar que prevenia e guiava."

Esta era a impressão que seu nome causava em Colônia, segundo um sargento espanhol que ali chegou em 1778:

"Desembarcamos em Colônia. Apenas acabamos de acampar, recebemos ordens de marchar contra um fidalgo tremendo que vinha arrear cavalhadas. Esse fidalgo de Portugal era o coronel Rafael Pinto Bandeira. Ele trazia sempre consigo, segundo vários testemunhos, enorme contingente de negros valentes que desconheciam o medo."

Até em Buenos Aires seu nome era uma ameaça para aquietar crianças rebeldes: *"Quieto mui querido hijo, que aí viene el temeroso Rafael Bandeira."* Era, portanto, uma espécie de bicho papão.

RAFAEL PINTO BANDEIRA (1778-1789)

Rafael desentendeu-se com o governador Marcelino de Figueiredo, que o prendeu e o enviou ao Rio. Rafael pediu um conselho de Guerra do qual foi absolvido e mereceu a seguinte solução da Rainha, D. Maria I:

"Tendo sido presente a S. Majestade Rainha D. Maria I, acha-se no Rio de Janeiro o coronel Rafael Pinto Bandeira, remetido sob prisão pelo governador Marcelino de Figueiredo e estando gravado na lembrança da Real Senhora o distinto comportamento do referido Coronel em todo o tempo que durou a Guerra do Sul (1763-76). Hé a mesma Real Soberana servida em ordenar-lhe que mande de imediato restituí-lo livre ao Rio Grande e ao posto militar que dignamente ocupa. Determina a V.S. que depois de fazer ler esta no Conselho de Guerra, façam o encerramento dos trabalhos mandando-nos a juntada dos Autos..."

O governador do Rio Grande, Veiga Cabral, publicou a seguinte proclamação às tropas do atual Rio Grande do Sul:

"Em virtude da real resolução de S. M. Católica, foi reconduzido ao Continente e restituído ao cargo que dignamente ocupava o Coronel Rafael Pinto Bandeira, que antes fora preso e levado ao Rio de Janeiro, por exclusivo arbítrio do ex-governador José Marcelino de Figueiredo."

Em 1784, Rafael, comandante da Legião de Cavalaria Ligeira, em Pelotas (atual), transferiu sua residência principal para Porto Alegre para assumir, em 25 de janeiro de 1784, o governo do Rio Grande, cargo que exerceu descontínua e interinamente por cerca de 8 anos e 4 meses, substituindo o governador Veiga Cabral, demarcador do

Tratado de Santo Ildefonso de 1777 no Rio Grande.

VIAGEM À CORTE EM PORTUGAL

Nesse período, Rafael viajou a Portugal.

A *Gazeta de Lisboa*, de 22 de fevereiro de 1789, assim noticiou sua chegada:

"Em 22 de janeiro, chegou, da América, a Lisboa o sr Rafael Pinto Bandeira, Coronel da Legião do Continente, que comprehende o governo da Praça do Rio Grande de São Pedro, onde deu bastante prova de seu grande valor, como foi notório nesta Corte nos anos de 1774 a 1777..."

Em Lisboa, Rafael foi recebido como herói, retratado, promovido a Brigadeiro da Legião de Cavalaria Ligeira do Rio Grande de São Pedro e confirmado em seu comando, por Decreto Real de 30 de outubro de 1789.

Foi o terceiro brasileiro a ser elevado a oficial general do Real Exército de Portugal. O primeiro fora Matias de Albuquerque Maranhão e, o segundo, Salvador Correia de Sá e Benevides, heróis das Guerras Holandesas do Nordeste.

Segundo a tradição, Rafael recusou os títulos de nobreza de Barão de São Martinho e Visconde de Santa Tecla. Preferiu a graça de ser abonado no valor correspondente ao sustento de dois cavalos em Cocheiras, para ficar em condições de deslocar-se em qualquer caso de urgência, rapidamente, para qualquer lugar do Continente. Consta que foi atendido, com a ressalva "de que em tempo algum outro oficial pudesse requerer semelhante graça".

Rafael, em sua estada em Portugal, engordou bastante. E a partir dos 50 anos começou, em 1790, a ter dificuldade de montar sem recorrer a um banquinho. Até então

fora um cavaleiro excepcional. Criara-se nos lombos de cavalos. Certo dia, quando ia montar, ao aproximar-se do cavalo, este deu forte coice no banco que voou e o atingiu seriamente na canela direita. Os tratamentos nada resolveram. O ferimento agravou-se, a partir de seu 54º aniversário. Mudou-se, com a família, de Porto Alegre para o Rio Grande, em fevereiro de 1795, desesperançado de cura de sua perna atingida por gangrena.

Em 6 de abril de 1795, nasceu sua segunda filha. Falecera cerca de três meses antes, aos 55 anos, aquele que foi, "a maior espada do Continente", o primeiro gaúcho a galgar o generalato, o terceiro brasileiro a receber essa distinção, o primeiro gaúcho a governar o Rio Grande do Sul e o primeiro oficial general brasileiro nascido na área do atual Comando Militar do Sul.

Nasceu e morreu no Rio Grande, onde repousam seus restos mortais, na Igreja São Pedro.

Sem haver freqüentado escola, lia e escrevia bem. Possuía prodigiosa memória e tinha escrito, de cabeça, o mapa do Rio Grande, cujo território ele devassou, assim como o do Uruguai.

O Marquês do Lavradio assim se referiu a Rafael, ao seu substituto no Vice-Reino, D. Luiz de Vasconcelos:

"O Brigadeiro Rafael possuía gravado em sua memória, e com exatidão, um grande mapa de todo o Continente de São Pedro (atual RGS)."

DESCENDÊNCIA E PATRIMÔNIO DE RAFAEL

O pai de Rafael faleceu em Rio Pardo, como Coronel, em 1772, com cerca de 75 anos.

Rafael havia se casado, pelo ritual

minuano, em 1761, com a mestiça Bárbara Vitória, filha do cacique mestiço (branco-indio) D. Miguel de Caraf, que fora capataz do seu pai. Da união, nasceu Bibiana Maria Bandeira, criada pelo pai em razão da morte, após o parto, de Bárbara Vitória. Bibiana casou, em 1784, em Rio Grande, com o Alferes de Milícias Antonio Rodrigues Nivola, cuja descendência é desconhecida.

Rafael casou em primeiras núpcias, aos 33 anos, em Rio Pardo, com a viúva D. Maria Magdalena Pereira, com 30 anos, nascida na missão São Lourenço em 1743, e falecida em Rio Pardo, sem descendentes, em 1787, aos 44 anos. Após um ano de viudez, casou em Rio Grande, em 6 de abril de 1788, com Josefa Eulália de Azevedo, ela com 25 anos, ele com 48. Ela era natural de Colônia de Sacramento. Desse consórcio nasceram Rafaela Pinto Bandeira, em Porto Alegre, em 30 de novembro de 1792 e falecida ali, aos 96 anos, em 1º de outubro de 1888. Ela foi casada com o baiano de Salvador, Coronel Vicente Ferrer da Silveira, assassinado, junto com o filho Diogo, em uma estância da família, no início da Revolução Farroupilha. A Rua Coronel Vicente é homenagem ao genro de Rafael. Sua filha passou a ser conhecida, em Porto Alegre, por "Briga-

deira" e a sua chácara, nas imediações da Santa Casa, de "Chácara da Brigadeira". Ela e o coronel Vicente tiveram dois filhos homens, Diogo e Vicente, e cinco filhas, as "5 Marias" (Maria Josefa, Maria Rafaela, Maria Sofia, Maria Luiza e Maria Amália).

A segunda filha de Rafael, Maria Josefa Pinto Bandeira, nasceu em Rio Grande em 6 de abril de 1795, cerca de três meses após a morte do pai. Casou em Porto Alegre com um oficial do Exército de Portugal. E para Portugal foi com o marido, perdendo o contato com a irmã, a mãe e com descendentes não conhecidos.

Rafael acumulou apreciável patrimônio em cinco estâncias: Pavão, junto ao canal São Gonçalo; Estância do Passo da Armada, no rio Camaquã/sul; uma junto ao rio Capivari, abaixo de Viamão; outra junto ao rio Gravatai (herança do pai); e a das Pombas, em Rio Pardo. Nelas, acumulou cerca de 30 mil reses, 10 mil bois mansos, 4 mil cavalos e éguas, milhares de ovelhas, fora o gado alçado, além de casas em Rio Grande e Porto Alegre. Rafael era Cavaleiro da Ordem de Cristo e dominava o Tupi-Guarani. Deixou à família muita riqueza. Na época em que viveu, era considerado o mais forte estancieiro do Rio Grande. □

FONTES

- A presente interpretação baseou-se na pesquisa das seguintes fontes, que remetem o leitor e pesquisador a outras:
- BENTO, Claudio Moreira, Coronel. "A Guerra do Sul 1763-77." In: *História da 3ª RM e Antecedentes 1808-89*. Palegr, SENAI, 1995, v. 1 pp. 102-131.
- _____. *A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul 1774-77* (no prelo na Biblioteca do Exército). (Possui dados inéditos sobre Rafael visto pelo General Bohn).
- _____. "O Negro na Guerra do Sul 1763-77." In: *O Negro e Descendentes na Sociedade do RGS*. Palegr. IEL, 1975, pp.76-92.
- _____. "O Exército e a Abolição." *A Defesa Nacional*, nº 243, maio/junho de 1989.
- _____. "Bicentenário da Conquista de São Martinho." *A Defesa Nacional*, nº 663, 1975 e *Revista do Exército*, v. 108, 1975.

—, "Bicentenário da Conquista de Santa Tecla." *RIGHMB*, nº 72 e 73, 1976, *Diário Popular*, Pelotas 28 de março de 1976 e *Correio do Sul*, Bagé, 25 de março de 1976.

—, "Atuação de Rafael Pinto Bandeira na Conquista do Forte Santa Tecla." *Correio do Sul*, Bagé, 24 de março de 1970.

CRUZ, Alcides. *Vida de Rafael Pinto Bandeira*. Palegre, Liv. Americana, 1906.

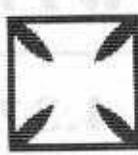
NEVES, Décio Vignoli das. "Rafael Pinto Bandeira: O Terror dos Espanhóis." In: *Vultos do Rio Grande Cidade e do Município*. Santa Maria, Ed. Pallotti, 1891, pp. 17-40.
Revista do Museu e Arquivo Público RGS, nº 23, junho de 1930 (publica o Conselho de Guerra pedido e respondido por Rafael com absolução).

NOTA: O Presídio Jesus-Maria-José (atual Rio Grande) tinha o sentido de Guarnição Militar, Praça de Guerra e local fortificado defendido por gente de guerra. Aventureiros eram tropas voluntárias, no caso formadas para lutar contra os espanhóis e para guarnecer as fronteiras. Uma Companhia de Aventureiros, ao comando do pai de Rafael, apoiou a subida do Exército Demarcador, de Porto Alegre a Passo São Lourenço. Não se constituiu de gente desqualificada. Só foram extintas em 1815, por Provisão de 15 de dezembro de 1819. Figuram entre os primeiros estancielos do Rio Grande.

Reparando bem a Renave é a maior.



markmen



RENAVE

em reparos navais, o maior é também o melhor.

Há muito tempo a Renave conquistou o primeiro lugar como maior estaleiro especializado em reparos navais da América Latina, na área da iniciativa privada. Criando e desenvolvendo novos métodos de trabalho, a Renave visa sempre uma maior racionalização de serviços e elevação dos níveis de produtividade. Por isso vem conseguindo uma expressiva redução dos prazos e dos custos de seus serviços.

**RENAVE — EMPRESA BRASILEIRA
DE REPAROS NAVAIS S.A.**

PRAÇA PILO X, 15 - 10º ANDAR - CENTRO
RIO DE JANEIRO - RJ - TELS.: (021) 261-5111
263-8114 / 263-8001 - FAX.: (021) 261-5992
TELEX: (11) 20991 PBAN BR

ESTALEIRO: ILHA DO VIANA - NITERÓI, RJ

DROGARIA 24 HORAS

Tels.: 201-3607
(021) 581-6175

ABERTA DIA E NOITE

ENTREGAMOS A DOMICÍLIO
PELO PREÇO DE BALCÃO

*ACEITAMOS TODOS
OS CARTÕES DE CRÉDITO*

O MELHOR PREÇO
DO BAIRRO

Agradecemos a Preferência

**AV. SUBURBANA, 4.370 LOJAS A/B
- DEL CASTILHO -**



COMENTÁRIOS

SOBRE AS RESERVAS INDÍGENAS

Taunay Drummond Coelho Reis*

Já em 1959, em artigo publicado no número 153 da *Revista do Clube Militar*, manifestava minha preocupação em assegurar a soberania do Brasil sobre a Amazônia Brasileira nos seguintes termos:

"É possível que Belém seja, no momento, o ponto chave mais importante da integridade territorial brasileira. Nossa direito de posse sobre os 5 milhões de km² da Bacia Amazônica, abrangidos por nossas fronteiras, é incontestável. Convém, no entanto, que, através de uma ação positiva de construção, tornemos esse direito incontestável a quem quer que seja. Não temos dúvidas de que a montagem de uma central atômica em Belém contribuirá de maneira decisiva para concretização desse objetivo."

Transcorridas mais de três décadas, minhas preocupações, em vez de diminuírem, aumentaram e me levaram a procurar pessoas, colher dados, participar de debates, proferir palestras e publicar, em 1992 e 1994, artigos sobre o assunto.

A desaforada decisão do Parlamento Europeu de condenar o Brasil pela revogação do Decreto 22/91, noticiada pelo *Jornal do Brasil* de 17 de fevereiro de 1996, contribuiu para este comentário.

Embora numerosos trabalhos publicados, entre outros, pela *Revista do Clube Militar*, por

A Defesa Nacional e pelo *Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos*, CEBRES, comprovem, sobejamente, a inconveniência e o absurdo da maior parte das atuais reservas indígenas brasileiras, chamo a atenção para o trecho transcrito a seguir, que contém dados numéricos suficientes para comprovar, matematicamente, de maneira incontestável, a gigantesca exorbitância de nossas reservas indígenas.

"Quando as pessoas são informadas sobre as verdadeiras dimensões das nossas reservas indígenas reagem, primeiro com incredulidade, depois com estarrecimento e indignação.

"Para se conseguir a correção das exorbitâncias, torna-se indispensável e conveniente divulgar os dados que põem a nu os exageros. Esses dados são auto-explicativos e mais convincentes do que os adjetivos e as subjetividades.

"Os 793 mil km² reservados pelo Brasil para 240 mil índios são: 26 vezes maiores do que a Bélgica; maiores do que a soma dos territórios da Grã-Bretanha e da França; 4.800 vezes maiores do que a superfície reservada pelos Estados Unidos, 165 km², para 800 mil índios!"

"Em média, enquanto cada índio americano tem reservados 207 m², cada índio brasileiro tem 3.304.166 m², isto é, 15.960 vezes mais!"

As exorbitâncias são tão óbvias e tão vergonhosas que é difícil entender como elas podem estar durando tanto.

* General-de-Brigada

DISCIPLINA VERSUS OBEDIÊNCIA

Nelson do O' de Almeida*

Disciplina não parece ser adjetivável; obediência, sim. Pode-se falar de obediência imposta, obediência espontânea, recalcitrante, obediência devida etc. Nada disso caberia falar sobre disciplina.

Disciplina é, de fato, a obediência espontânea a princípios, regras, costumes etc. Ela é sempre geral, globalizadora; não se pode ser disciplinado para tais regras e não para outras tantas... Disciplina pode ser definida como o grau em que são obedecidos os princípios, as regras, os costumes vigentes. Quem é disciplinado o é em todos os campos de atividade; quando não é obediente em dadas situações, seu grau de disciplina é abaixo do desejado (ou desejável).

Há duas "obediências" famosas: a "obediência devida" e a "obediência intelectual", mais conhecida, erroneamente, como "disciplina intelectual". A primeira refere-se ao cumprimento de ordens, mesmo quando não se concorde com elas; a segunda trata de implementar-se uma solução decidida (não por consenso), mesmo quando não se acredita nela.

A primeira é mandatária e desejável nos escalões operacionais; entende-se não ser cabível discutir-se uma ordem recebida, nesse escalão. Já nos escalões mais altos (de EM, de planejamento) a obediência devida implica na cumplicidade do obediente (e também pode levá-lo a Nuremberg, junto com o chefe!).

A segunda aplica-se, inicialmente, aos escalões mais altos (especialmente aos estados-maiores), onde se deva implementar uma decisão não "acreditada", contrária ao ponto de vista do obediente; também implica a cumplicidade e também pode levar à Nuremberg. Aí entra o que se chama de "liderança", definida como o fazer acreditar, o conduzir pessoas ou grupos a uma ação não desejada (ou repudiada) inicialmente. O líder, quando errado, vai e leva seus seguidores à Nuremberg.

A obediência devida continuada, nos altos escalões, implica conivência...

A obediência intelectual, sem críticas ou divergências, idem...

A falsa idéia prevalente sobre "disciplina intelectual" criou a idéia de "concordância automática" com o chefe; eliminou a crítica construtiva, a discordância técnica, a assessoria intelectual...

Após discutido e decidido, é lógico que apenas disciplina (grau de obediência...) faz o milagre e dispensa qualificativos.

* Coronel-Aviador. Conferencista do CEP — Centro de Estudos de Pessoal.

POR UM PODER JUDICIÁRIO EFICIENTE

Reis Friede*

A missão de construir um *Poder Judiciário* verdadeiramente eficiente constitui-se, na atualidade contemporânea, em um objetivo fundamental e em uma responsabilidade permanente, que necessariamente tem que ser suportada por toda a sociedade civil organizada e, em especial, pelos parlamentares aos quais incumbe a tarefa constitucional de legislar e, por efeito, de criar a quase totalidade do ordenamento jurídico infraconstitucional, com ênfase na lei processual civil e penal nacionais.

Eficiência (do latim *efficientia*) modernamente traduz-se restritivamente com a ação, força ou virtude de produzir-se um determinado resultado eficaz (e, portanto, efetivo), através do emprego racional dos recursos disponíveis. É, por consequência, uma expressão que comporta um forte componente de economicidade, visando não

a um simples resultado, mas sempre ao melhor resultado.

É exatamente, portanto, a eficiência (e não a simples eficácia) o valor que deve ser perseguido, de forma contínua e permanente, pelo *Poder Judiciário*, objetivando, em última análise, a excelência (traduzida pela qualidade e rapidez) da prestação jurisdicional ampla e irrestrita a todos os brasileiros.

O primeiro passo para a implantação desse desejado grau de operacionalidade nos serviços afetos ao Judiciário, entretanto, necessariamente passa pela absoluta compreensão de sua própria complexidade e, em particular, pelo profundo conhecimento do funcionamento da atual máquina judiciária *vis-a-vis* com os reais anseios dos jurisdicionados.

Nesse contexto, a principal constatação tática é que — diferente do pensamento dominante — não existe a tão propalada carência de Magistrados e, certamente, a falta ou obsoléncia dos principais meios materiais à disposição do Judiciário não é tão grave quanto se tem noticiado.

Muito pelo contrário, no primeiro caso, os Juízes, por imposição de uma legislação processual arcaica e absolutamente divorciada da realidade atual (não obstante a recente reforma procedida no Código de Processo Civil), são constantemente desviados de sua função primordial (que é a de julgar, através da prolação de sentenças e decisões incidentes) para desempenhar tarefas tipicamente administrativas (de gerenciamento cartorial) ou mesmo processuais padronizadas, em princípio totalmente estranhas à sua função precípua e que melhor (e a um custo *lato sensu* menor para toda a coletividade) poderiam ser exercidas por outro tipo de funcionário (uma espécie de assistente do Juiz), permitindo, em última análise, que os Magistrados reservassem a totalidade de seu tempo de trabalho, efetivamente, à missão constitucional que lhe foi reservada.

Já, no que tange aos serviços de apoio e infraestrutura do *Judiciário*, há um visível desperdício de capacidade efetiva da serventia do Juiz (em face de idênticas determinações ultrapassa-

das presentes nas atuais leis processuais) que, por esse motivo, encontra-se virtualmente paralisada, em meio a um autêntico "carnaval" de procedimentos judiciais obrigatórios, de cunho excessivamente burocratizantes e, em grande parte, de utilidade duvidosa e, por consequência, simplesmente dispensáveis.

É conveniente lembrar, para efeitos de necessária ilustração, que o Código de Processo Civil e a legislação complementar em vigor — aliados às regras de organização judiciária (mas com efeitos processuais) insista na atual Constituição Federal —, por exemplo, permitem o absurdo de que um simples processo contendo uma lide de tradução econômica inferior ao valor atual do salário mínimo possa percorrer mais de três diferentes instâncias, passando a mesma causa pelas mãos de vários Juízes, ocupando a burocracia de várias secretarias e chegando até mesmo à Suprema Corte, depois, naturalmente, do decurso de alguns (ou, eventualmente, de muitos) anos.

Ao mesmo tempo — em face da ausência de previsão do instituto da *afinidade* em nossa lei processual, ao lado da conexão e da continência, como motivos ensejadores da reunião de processos no mesmo Juiz para o julgamento comum — esse mesmo *codex* processual simplesmente obriga a que várias *causas afins* (cujo pedido meritório é idêntico, embora as partes e a causa de pedir eventualmente sejam diversas), por mais inacreditável que possa parecer, sejam decididas por Julgadores diferentes, permitindo não só a indesejável repetição de julgamentos (com a consequente perda de eficiência do sistema como um todo) como ainda a desmoralizante multiplicação de decisões conflitantes, que tanto contribuem para o próprio desprestígio institucional do Poder Judiciário.

Não é por outra razão, em face desta sorte de equívocos de ordem processual-legal, que várias demandas judiciais simplesmente se transformam em verdadeiras "novelas", onde indiscutivelmente, tanto para protagonistas como para coadjuvantes, em princípio, tudo é permitido por debaixo dos complexos (e quase sempre confusos) me-

andros da lei processual, em flagrante prejuízo não só do conjunto da sociedade, como também dos denominados autênticos jurisdicionados, desejosos, de forma sincera, de uma prestação jurisdicional rápida e realmente efetiva.

Nesse sentido, resta absolutamente vital compreender, em especial, os nossos representantes no Congresso Nacional, que uma *ampla, profunda e corajosa reforma na legislação processual*, transcendente ao próprio Código, nesse momento, faz-se mister, simplificando o máximo os procedimentos judiciais, reduzindo ou mesmo suprimindo instâncias, obrigando a distribuição automática para o mesmo Juiz de causas afins (e, nesse diapasão, até mesmo restringindo o número de juízes), viabilizando novas funções no Judiciário (inclusive de assessoria ao Juiz), propiciando o acesso de estagiários (estudantes dos últimos anos do Curso de Ciências Jurídicas) nas funções judiciais, enfim, implantando a necessária e *imprescindível eficiência* nos serviços afetos ao Poder Judiciário, permitindo que este Poder Constitucional cumpra, em sua plenitude (e sem desperdício de recursos nacionais escassos), a importante e fundamental missão que lhe foi confiada pela sociedade.

* Mestre e doutor em Direito Público,
Magistrado Federal e professor da UniRio.

de parte dos brasileiros desconhece episódios que encerram preciosos pensamentos.

É o caso, por exemplo, daqueles que não tiveram a oportunidade de compulsar um documento intitulado "Conselhos à Princesa Isabel de como melhor governar", da autoria de D. Pedro II.

Como está relatado no prefácio, da autoria de Ruy Vieira da Cunha, o manuscrito desse documento, custodiado no Arquivo Grão-Pará (Petrópolis, RJ), teve uma edição fac-similar em 1956, graças ao Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança e, no milésimo imediato, uma transcrição, prefaciada e anotada por João Camilo de Oliveira Torres que, pensador monárquico, o situou de modo admirável.

Posteriormente, o Príncipe D. Pedro autorizou uma reedição, sendo utilizado para tal fim o exemplar que ofertara a José Antônio Soares de Souza, historiador descendente de estadistas maiores do Império.

Consideramos a leitura desse documento simplesmente fascinante. Se, por um lado, evidencia o bom senso e objetividade de D. Pedro II na difícil arte de governar, por outro, relaciona fatos que mantêm uma impressionante atualidade e que caracterizam como ainda muito se impõe adotar procedimentos que conformem um regime democrático estável e responsável.

Situemo-nos no tempo. Esse documento foi entregue à Princesa Isabel quando a mesma se encontrava prestes a investir-se da Regência, em 1871, em virtude da primeira viagem que D. Pedro II faria à Europa.

Não iremos analisar todos os conselhos dados por D. Pedro II e sim ressaltar alguns pontos que nos parecem de grande interesse.

Sobre o pensamento do Imperador com relação ao sistema político então vigente e a opinião pública, assim se expressou D. Pedro II:

"O sistema político do Brasil funda-se na opinião nacional, que, muitas vezes, não é manifestada pela opinião que se apregoa como pública. Cumpre ao imperador estudar constantemente aquela para obedecer-lhe. Difícil é estudo, com efeito, por causa do modo porque se

OS CONSELHOS DE D. PEDRO II À PRINCESA ISABEL

Sebastião José Ramos de Castro *

O estudo da História proporciona valiosos ensinamentos. Porém, nem sempre os fatos históricos são estudados e analisados como seria conveniente e, infelizmente, gran-

andros da lei processual, em flagrante prejuízo não só do conjunto da sociedade, como também dos denominados autênticos jurisdicionados, desejosos, de forma sincera, de uma prestação jurisdicional rápida e realmente efetiva.

Nesse sentido, resta absolutamente vital compreender, em especial, os nossos representantes no Congresso Nacional, que uma *ampla, profunda e corajosa reforma na legislação processual*, transcendente ao próprio Código, nesse momento, faz-se mister, simplificando o máximo os procedimentos judiciais, reduzindo ou mesmo suprimindo instâncias, obrigando a distribuição automática para o mesmo Juiz de causas afins (e, nesse diapasão, até mesmo restringindo o número de júizes), viabilizando novas funções no Judiciário (inclusive de assessoria ao Juiz), propiciando o acesso de estagiários (estudantes dos últimos anos do Curso de Ciências Jurídicas) nas funções judiciais, enfim, implantando a necessária e imprescindível *eficiência* nos serviços afetos ao Poder Judiciário, permitindo que este Poder Constitucional cumpra, em sua plenitude (e sem desperdício de recursos nacionais escassos), a importante e fundamental missão que lhe foi confiada pela sociedade.

* Mestre e doutor em Direito Público,
Magistrado Federal e professor da UniRio.

OS CONSELHOS DE D. PEDRO II À PRINCESA ISABEL

Sebastião José Ramos de Castro *

O estudo da História proporciona valiosos ensinamentos. Porém, nem sempre os fatos históricos são estudados e analisados como seria conveniente e, infelizmente, gran-

de parte dos brasileiros desconhece episódios que encerram preciosos pensamentos.

É o caso, por exemplo, daqueles que não tiveram a oportunidade de compulsar um documento intitulado "Conselhos à Princesa Isabel de como melhor governar", da autoria de D. Pedro II.

Como está relatado no prefácio, da autoria de Ruy Vieira da Cunha, o manuscrito desse documento, custodiado no Arquivo Grão-Pará (Petrópolis, RJ), teve uma edição fac-similar em 1956, graças ao Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança e, no milésimo imediato, uma transcrição, prefaciada e anotada por João Camilo de Oliveira Torres que, pensador monárquico, o situou de modo admirável.

Posteriormente, o Príncipe D. Pedro autorizou uma reedição, sendo utilizado para tal fim o exemplar que ofertara a José Antônio Soares de Souza, historiador descendente de estadistas maiores do Império.

Consideramos a leitura desse documento simplesmente fascinante. Se, por um lado, evidencia o bom senso e objetividade de D. Pedro II na difícil arte de governar, por outro, relaciona fatos que mantêm uma impressionante atualidade e que caracterizam como ainda muito se impõe adotar procedimentos que conformem um regime democrático estável e responsável.

Situemo-nos no tempo. Esse documento foi entregue à Princesa Isabel quando a mesma se encontrava prestes a investir-se da Regência, em 1871, em virtude da primeira viagem que D. Pedro II faria à Europa.

Não iremos analisar todos os conselhos dados por D. Pedro II e sim ressaltar alguns pontos que nos parecem de grande interesse.

Sobre o pensamento do Imperador com relação ao sistema político então vigente e a opinião pública, assim se expressou D. Pedro II:

"O sistema político do Brasil funda-se na opinião nacional, que, muitas vezes, não é manifestada pela opinião que se apregoa como pública. Cumpre ao imperador estudar constantemente aquela para obedecer-lhe. Difícil é estudo, com efeito, por causa do modo por que se

fazem as eleições, mas, enquanto estas não lhe indicão seu procedimento político, já conseguirá muito, se puder attender com firmeza ao que exponho sobre as principais questões, mormente no ponto-de-vista pratico. Para ajuizar bem d'ellas, segundo os casos correntes, é indispensável que o imperador, mantendo-se livre de prevenções partidárias, e portanto não considerando também como excessos as aspirações naturaes e justas dos partidos, procure ouvir, mas com discreta reserva das opiniões próprias, às pessoas honestas e mais intelligentes de todos os partidos; e informar-se cabalmente de tudo o que se disser na imprensa de todo o Brazil e nas Camaras legislativas d'Assembléia-geral e provincias. Não é prudente provocar qualquer outro meio de informação, e cumpre aceitá-lo cautelosamente."

Ao analisarmos esse conselho constatamos, não apenas a sabedoria nele contida, mas, também, sua objetividade e atualidade. Evidencia, ainda, o espírito democrático do Imperador, a preocupação em saber a opinião das pessoas honestas e mais inteligentes de todos os partidos e o reconhecimento da importância da imprensa de todo o país e do pensamento das câmaras legislativas.

E como se manifestava o Imperador, na época, com relação à eleições e reforma da Constituição? Valemo-nos, novamente, do manuscrito, e a respeito desse assunto destacamos o seguinte:

"Instão alguns pelas diretas, com maior ou menor franqueza; porém nada há mais grave do que uma reforma constitucional, sem a qual não se poderá fazer essa mudança do sistema de eleições, embora conservem os eleitores indiretos a par dos directos. Nada há com tudo inmutável entre os homens, e a constituição previu sabiamente a possibilidade da reforma de algumas de suas disposições. Além disto sem bastante educação popular não haverá eleições como todos, e sobretudo o imperador, primeiro representante da Nação, e por isso, primeiro interessado em que ella seja legitimamente representada, devemos querer, e não convém arriscar uma reforma, para assim dizer definitiva, como a das eleições directas, à influencia tão deleteria da falta de suficiente educação popular."

Como sabemos, o Brasil viveu intensamente o dilema de eleições indiretas ou diretas, assunto apaixonante e que mobilizou grandes massas populares. Mas o problema que o imperador ressaltou, com grande realismo, persiste: a educação popular como meio essencial para que se possa contar com um eleitorado realmente consciente e esclarecido. Embora, recentemente, note-se uma maior capacitação do eleitor brasileiro, o problema ainda permanece. Assinale-se, também, a preocupação do imperador com a reforma da constituição. Por isso é que aconselhou que fosse procedida uma reforma limitada, e que apresentava, como pontos essenciais os seguintes:

- reforma da lei judiciária, para distinguir a ação dos juízes da ação das autoridades policiais, para abolir a prisão preventiva antes da sentença do juiz, ou para reduzir esse tipo de prisão sem prejuízo da punição dos crimes;

- a da Guarda Nacional, para estatuir que a mesma só possa ser convocada em casos extraordinários fixados por lei e por ato do poder legislativo, quando as câmaras estejam em funcionamento, ou por decreto do governo, o qual deverá ser submetido à aprovação das câmaras tão logo estejam em funcionamento;

- do recrutamento e a lei eleitoral, sendo que, nessa última, eram preocupações suas estabelecer garantias contra os falsos votantes e meios de sua eficaz punição, e regular a votação de modo a que o partido em minoria nunca deixasse de ter representantes na Câmara dos Deputados.

Outro assunto que merece ser destacado é o que diz respeito aos conselhos relativos à Administração. Segundo D. Pedro II, a Administração "depende sobretudo da nomeação de empregados honestos e aptos para os empregos. Os interesses eleitorais contrariarão, no estado actual, directa ou indirectamente o acerto d'essa nomeação. Cumpre procurar conhecer os individuos, o que é muito difícil, e de não precipitar a anuência; mas sempre attendendo a urgência da medida, às propostas de individuos, sobretudo para ocuparem lugares, e procedendo de modo a que os Ministros não pensem que há falta de confiança n'elles para a melhor nomeação".

Como é fácil concluir, a preocupação do imperador é a mesma até os dias de hoje. Procurar

homens honestos e capazes para cargos públicos e livres das influências político-eleitorais é um problema que merece a máxima atenção dos governantes.

De acordo com a seleção que foi feita, examinaremos, a seguir, os conselhos de D. Pedro II com relação às Forças Armadas da época, constituídas pela Marinha e pelo Exército. Assim escreveu o Imperador:

"Convém que seu pessoal permanente não seja avultado; porém devem em circunstâncias normas fazer unicamente o serviço e exercício militar, em circunscrições bem situadas, a que não deverão permanecer por muito tempo os mesmos corpos, e navios. O material cumpre que seja do melhor, em número suficiente para o que de pronto se exija. A armada carece de lei de promoção que já se tem discutido nas Camaras. A principal recompensa dos militares é a promoção; portanto reclama o maior escrupulo. Prefiro também às condecorações, que tanto arbitrio admitem em geral, as medalhas militares conferidas, logo depois dos serviços, que tiverem justificado sua concessão."

"Direi aqui que sou contrario a graças concedidas muito depois dos serviços prestados, e que é preciso ir escasseando-as."

"Pela dificuldade de apreciar serviços, sobretudo em relação uns aos outros, inclino-me a que prevaleça o princípio da antiguidade, que desejaria fosse exclusivamente o da promoção na magistratura."

Ao examinarmos o pensamento de D. Pedro II com relação às Forças Armadas, certos pontos chamam a atenção. Ao considerar que as mesmas não devem ser numerosas, preocupa-se, por outro lado, com o rodízio de seu pessoal, com seu dever profissional e com o material com que se deve contar que, além de ser o melhor, deve permitir que possa enfrentar qualquer eventualidade. Denotando grande sensibilidade com os aspectos da profissão militar, considera que a promoção é a maior recompensa dos militares, e chega ao extremo de considerar que o critério da antiguidade seria preferível, por evitar avaliações de mérito que são sempre muito difíceis. Tam-

bém considerou que as medalhas militares por serviços prestados têm maior valor que as condecorações, em que há arbitrio em sua concessão, acrescentando a importância de serem dadas as recompensas logo depois dos serviços prestados.

A importância do documento, do qual analisaram-se alguns pontos, está no fato não somente dos conceitos nele contidos, como também, como apontou o eminentíssimo professor Américo L. Jacobina Lacombe em sua obra *O Mordomo do Imperador*, pelo fato de não ser o Imperador D. Pedro II "um grande epistológrafo". De sua correspondência dirigida a Paulo Barbosa da Silva, o Mordomo do Imperador, extraímos o texto abaixo transscrito.

"Senhor Paulo,

"No Campo de S. Christovão depois d'amanhã às 4 horas da tarde começará um exercício das três armas, ao qual nós tres assistiremos: Eu a cavalo, e as Manas se quizerem em carruagem descoberta. O Ministro da Guerra disse-me que a tropa viria de manhã para o Campo de S. Christovão. Para que os soldados com mais gosto trabalhem, quero n'este dia, dar-lhes vinho. D. Pedro 2^o"

"Marcelino Ferreira d'Azevedo

"Sentou praça na Cavallaria do Exercito, 2^o Companhia

"Snr Paulo,

"Hade mandar fardar o segundo cadete cujo nome se acha acima escripto. He graça que concedi ao Sta Anna.¹ Este rapaz, he filho d'um capitão antigo, pobre e que tem prestado bons serviços. D. Pedro 2^o"

Com este breve comentário, objetivamos destacar, para o leitor, alguns pontos talvez pouco conhecidos de nossa História, e ressaltar que o aprimoramento de nosso regime republicano e democrático também deve levar em conta os ensinamentos do passado.

* General-de-Exército

1. José Manuel de Sta Anna, empregado do paço.



INFORMAÇÕES

LIÇÕES QUE A MARINHA NOS DÁ

Durante a campanha da Itália, em 1804, o futuro Imperador Napoleão I viu-se com um sério problema para resolver: como alimentar um numeroso exército, sem pilhar as populações locais? Buscando uma solução, um produtor de champanha experimentou cozinhar durante muitas horas uma sopa de carne e legumes em garrafas hermeticamente arrolhadas, iguais às da famosa bebida. Assim, inventou a *comida em conserva*, algo hoje em dia corriqueiro e absolutamente indispensável à vida moderna.

No auge da Guerra Fria, nos anos 50, o governo norte-americano apavorou-se quando os soviéticos saíram na frente da corrida espacial, lançando o primeiro *Sputnik*. Para reverter a vantagem, investiu milhões de dólares no desenvolvimento de um componente eletrônico miniaturizado que servisse para guiar e operar remotamente foguetes militares. Nasceu daí uma pecinha de silício que rapidamente também viria a tornar-se corriqueira e absolutamente indispensável à vida moderna: o *chip*.

Estes são dois de muitos exemplos de *demandas militares que geraram soluções tecnológicas hoje completamente integradas à vida quotidiana de qualquer um*. Nos países ditos de Primeiro Mundo, chega a ser um papel reconhecido das suas Forças Armadas promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico. Importantes avanços nas tecnologias aeronáuticas, radares, computadores, muitos novos materiais, a Internet (sim! a Internet) e, claro, a energia nuclear foram desenvolvidos ou inventados, inicialmente, com fins militares. Pos-

teriormente, adaptaram-se e se demonstraram valiosos à vida civil.

Como qualquer outra Nação que se queira digna deste nome, o Brasil também conta com Forças Armadas capazes de promover e apoiar o nosso desenvolvimento científico e tecnológico. É o que acaba de nos mostrar a Marinha brasileira, ao abrir para a imprensa e para o Congresso Nacional as instalações de Aramar e da Copesp. Revelou ao grande público que o Brasil encontra-se entre os dez ou 12 países do mundo que dominam completamente o ciclo do combustível nuclear.

Nenhum país chega a essa situação facilmente. As pressões internacionais para impedir a conquista de tecnologias sensíveis são enormes — e os instrumentos utilizados pelas grandes potências para o exercício dessas pressões, esmagadores. Justifica-se, assim, a prudência da Marinha em revelar o que vinha fazendo em Aramar. Justifica-se, agora, que mostre à sociedade a sua magnífica obra e conclame-nos todos, não somente em apoá-la, como a dela tirar cruciais lições. São estes os temas das duas principais reportagens da edição de *Brasil Nuclear*, uma minuciosa visita a Aramar e à Copesp e uma esclarecedora entrevista com o professor Marcello Damy, verdadeira história viva do desenvolvimento nuclear brasileiro.

A Marinha brasileira, ao mobilizar cientistas e engenheiros para um projeto que já dura uma década e ainda vai durar outra até estar plenamente concluído, demonstrou que podemos e devemos resolver os nossos problemas estratégicos, mobilizando basicamente os nossos recursos materiais e humanos para um trabalho de longo prazo. A demanda futura por energia nuclear

no Brasil é um problema estratégico para o qual estamos, no devido tempo e com a necessária antecedência, nos preparando para enfrentar. Somente uma Força Militar, cujas decisões de investir não consideram as possíveis taxas imediatas de retorno, poderia nos proporcionar essa antevista. Aramar é um exemplo que a sociedade e o conjunto das Forças Armadas brasileiras haverão de tomar em consideração para decidir sobre outras questões igualmente estratégicas. A defesa e o desenvolvimento da Amazônia, por exemplo, que devemos começar a cuidar através da mobilização e do trabalho dos nossos próprios cientistas e engenheiros.

Transcrita de *Brasil Nuclear*, publicação trimestral da Associação Brasileira de Energia Nuclear —

ABEN.

UMA CURIOSIDADE HISTÓRICA DA GUERRA DO PARAGUAI

Na segunda metade do século passado, pelo atraso da região sul do atual estado de Mato Grosso do Sul e pela carência de estabelecimentos bancários, era comum fazendeiros amealharem quantias em libras ouro esterlinas, que eram guardadas dentro da casa principal das fazendas.

Com o tempo, o vulto da quantia amealhada passava a preocupar o fazendeiro, temeroso de ser roubado por estranhos ou pelos próprios familiares, cobiçosos estes de partilharem da sua riqueza. A solução para proteger seu tesouro era enterrá-lo em local de seu exclusivo conhecimento.

Em função da Guerra do Paraguai, com a aproximação das tropas invasoras, vendo-se ele obrigado a abandonar suas terras, diante da dificuldade de levar consigo suas libras e jóias e do perigo redobrado de ser roubado, a prática tornou-se mais intensa.

A técnica dos *enterros*, nome dado pelos

habitantes locais aos tesouros enterrados, consistia na colocação dos valores em vasos de barro ou de bronze que, por sua vez, eram depositados em escavações, devidamente acolchoadas com carvão vegetal, para preservá-los da ação da umidade do solo. Geralmente eram feitos em locais devidamente balizados pela natureza (árvores, rochas etc.) ou por marcos apropriados e significativos, construídos pelo próprio homem.

Muitas vezes, porém, com o passar do tempo, enquanto o fazendeiro aguardava melhores dias para desenterrar sua riqueza, a fisionomia do terreno se modificava, ou os marcos eram destruídos. Outras vezes, o fazendeiro vinha a falecer, perdendo-se a indicação do local exato na memória do falecido, embora ficasse uma idéia aproximada de onde procurá-lo.

Em março de 1947, quando comandava o 9º Batalhão de Engenharia de Combate, sediado em Aquidauana (MS), tomei conhecimento de que teria sido encontrado, pelo Sr Orestes Rocha Flores, então vice-prefeito do município, em terras da antiga Fazenda Bonito, atual Fazenda Capanema, de propriedade de Heitor Pagott, um desses *enterros*.

O local do achado ficava, aproximadamente, a 200 metros de uma estrada velha carroçável que ligava Bonito a Nioaque e o material encontrado pesava 27kg. Continha uma peça que tudo indicava ser um badalo de sino, várias outras com formato de prisma trapezoidal e triangular (vide foto), todas de metal dourado, tendo gravadas, em uma das faces, as iniciais F.S.L. Posteriormente, foi constatado tratar-se de peças de cobre e o Sr Orestes presenteou algumas delas, principalmente a viajantes.

Sobre o fato, formulei o raciocínio que passo a relatar.

Se o material encontrado tivesse sido enterrado por algum fazendeiro, forçosamente haveria de ter, junto às peças de metal encontradas, moedas em libras ouro esterlinas, jóias etc. Parecia, assim, que alguém o tivesse retirado de algum lugar, onde ele existisse em grande quantidade.

Tudo levava a crer que as tropas paraguaias que invadiram o sul do então Mato Grosso du-



Foto de algumas das peças do singular "enterro"

rante a Guerra do Paraguai (1864-1870) pagavam as mercadorias que adquiriam para a satisfação de suas necessidades logísticas — gado, em particular, para alimentação — com essas peças metálicas. Se a requisição do gado fosse feita à força, os fazendeiros da região certamente reagiriam, recorrendo à guerrilha e escondendo seus rebanhos. Os paraguaios conheciam a verdadeira natureza do metal, por isso fizeram gravar as iniciais F.S.L., de Francisco Solano Lopes, para dar credibilidade à moeda que passaram a usar nas suas operações comerciais.

A imitação de ouro das peças metálicas, àquela época e no interior do sertão matogrossense, era difícil de ser contestada. É possível que algum fazendeiro constatasse o engodo, *a posteriori*, mas preferisse ficar calado a passar por bobo ou, até mesmo, por colaborador do inimigo.

Quanto à peça que se assemelha a um batalho de sino, pode ter pertencido ao sino da igreja matriz de Miranda, saqueada pelos paraguaios em fevereiro de 1865, ou da igreja de Nioaque, saqueada também pelo inimigo por duas vezes — em 2 de agosto de 1866 e em 2 de junho de 1867. Na fuga de Nioaque, pela dificuldade de carregar o sino de bronze de grande peso, o inimigo jogou-o no rio que banha a cidade de uma ponte hoje ainda existente.

A interpretação acima relatada foi encaixada ao Estado-Maior do Exército e julgada pertinente pela sua extinta Seção de História e Geografia.

Paulo Mendes Fernandes

Coronel de Engenharia e Estado-Maior

MARCAS DE PORTUGAL EM CINCO CONTINENTES NUMA EXPOSIÇÃO

História da evangelização portuguesa é contada no Vaticano

Onde foi parar a cruz usada na primeira missa celebrada no Brasil no Descobrimento? Na Diocese de Braga, em Portugal. Mas, atualmente, ela está no Vaticano na exposição *Encontro de Cultura — Oito Séculos de Evangelização Portuguesa*. A mostra reúne 300 peças, entre obras de arte e de ciência e objetos de catequese provenientes dos cinco continentes onde os portugueses lançaram âncora e puseram os pés.

Os objetos podem ser divididos em três grupos: aqueles usados na evangelização portuguesa e hoje espalhados em museus de todo o mundo; os que fazem parte de coleções nacionais dos países em questão; e aqueles desconhecidos, de menor qualidade estética e de valor artístico. Em comum, as peças têm o grande mérito de contar como os portugueses influenciaram outras culturas e foram influenciados.

A exposição, que poderá ser vista até 30 de junho no Braccio Carlo Magno da Piazza di San Pietro, além de ser um interessante e significativo testemunho do encontro da cultura portuguesa com outras terras e povos, através do trabalho dos missionários, encerra as comemorações do oitavo centenário do nascimento de Santo Antônio, o mais antigo missionário português canonizado, que passou da Ordem de Santo Agostinho para a dos franciscanos.

A primeira diocese portuguesa no exterior foi a de Fez, no Marrocos, estabelecida em 1220. A segunda, também na África, foi criada em Ceuta, em 1420. De lá para cá, as dioceses se multiplicaram até chegar a 57, espalhadas nos cinco continentes.

Destaque para o resto da bota de São Francisco Xavier

A pequena cruz usada na primeira missa, feita em ferro batido e medindo 38 por 19 centímetros, é de uma simplicidade franciscana. Sem

a imagem de Cristo, foi emprestada pela Diocese de Braga para a exposição. Os itens relativos ao Brasil são vários e há desde cópias de cartas enviadas do Brasil aos colegas em Portugal, pelo padre Manuel da Nóbrega e pelos jesuítas, no período de 1532 a 1597, até uma imagem de Nossa Senhora oferecida ao Papa João Paulo II.

Um testemunho muito antigo de que entre Brasil e Portugal existe realmente a barreira da língua são os documentos dos jesuítas no Brasil intitulados: *Catequismo em Língua Brasileira*, escrito em 1618; *Arte da Língua Brasileira*, datada de 1621; e a *Arte Gramática da Língua mais Usada no Litoral do Brasil*, escrita em 1595, pelo padre José de Anchieta. De menor valor artístico é a escultura de madeira com manto em veludo bordado da Nossa Senhora de Aparecida, padroeira do Brasil, dada ao Papa João Paulo II durante sua visita ao País.

Uma peça muito interessante é o que sobra de um par de botas de couro, do século XVI, que pertenceu ao jesuíta São Francisco Xavier. A bota

virou sandália — além da sola, sobraram algumas poucas tiras do peito do pé — depois de três séculos de existência e de resistência ao fervor dos devotos que cometem o *peccado* de tirar lasquinhas do couro da bota como relíquia.

Entre crucifixos, documentos, bustos de chefes de tribos africanas convertidos ao cristianismo, hostiários, presépios, imagens da madona e outros objetos, vale a pena destacar duas peças: a escultura de marfim de 50 centímetros de altura chamada *Jesus Menino Bom Pastor*, uma obra de origem indo-portuguesa do século XVII; e o oratório japonês que retrata a madona com Menino Jesus no colo e foi feito no fim do século XVI, todo em madeira de laca preta, decorado com pó de ouro, prata e cobre e incrustado de madrepérolas.

Transcrita de *O Globo*, edição de 27.05.96.

Materia assinada por sua correspondente em Roma, Gláucia da Matta.

O que é IMBEL?

A Indústria de Materiais Bélicos do Brasil - IMBEL é uma empresa vinculada ao Ministério da Defesa, que comanda a área e é administrada um complexo fabril responsável pela produção de diversos tipos de equipamentos militares e armamentos.

Justificando o seu sucesso empresarial, a IMBEL mantém as suas fortes produções em armamento pesado e desarmamento de produtos, utilizando tecnologia moderna, aprimorando tecnologia avançada, promovendo o intercâmbio com forças armadas e os desenvolvimentos de materiais bélicos, recorrendo a outras empresas associadas e, principalmente, prestando serviços ao mercado campesino no Brasil e exterior.

Como resultado, a IMBEL oferece produtos de nível e competividade internacionais.

Na linha móvel da IMBEL constam explosivos, acessórios e artifícios, cabos de guerra para todos os tipos de munições, propelentes para mísseis e foguetes, armamento esportivo de ponta e portátil, aparelhos eletrofônicos de comunicação em campo, aparelhos de alcance e medida de desempenho de balanço, novas portátils programáveis para cálculo de dados armados de infaria de contingentes de batalhas ou disputas e outros itens.

A área de produção química compreende TNT, RDX, NITROPENTA, NMX, tem implementos e suas combinações, Nitrociclohexo e Linier Pentitudo, Pólvora de Base Simples e Quina, Dinamites, Espalhais, Cordão e demais produtos correlatos.

A IMBEL é uma antiga indústria de material bélico da Autonomia Latina e a maior fornecedora de armamentos leves para as Forças Armadas do Brasil. Por sua tecnologia e capacitação técnica, tem contribuído para a manutenção do País entre os maiores fornecedores mundiais de material de armamento militar.

Dentre os produtos citados anteriormente, a Fuzil Automático Leve (FAL), que recentemente com o Projeto Fervor 69/73, sólo fornecendo para as Forças Armadas do Brasil e das nações aliadas, e exportando para o mercado civil, em especial dos Estados Unidos da América.

A tradição e experiência da IMBEL na fabricação de produtos militares, resultou no desenvolvimento de várias gerações de produtos civis de tecnologia moderna. Dada a sua ampliação de produção, a IMBEL oferece produtos de qualidade aeronáutica, o pará de telecomunicações e matérias primas de sua produção.

A operação de oficinas e laboratórios de campo fornecem tecnologias útil e aplicável às necessidades entre canteiros de obras, redes de riego, unidades rurais, unidades de instalação e outras situações.

Armas de caza e cauteria, de tratamento metalúrgico especial, são produtos em que a experiência de fabricação de armas militares resultou em produtos semelhantes.



Indústria de Materiais Bélicos do Brasil - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa

Av. das Núpcias Unidas, 13.797 - Bloco III - 1º andar - CEP 04294
Tel.: (011) 531.5085 - Tele. (011) 37.487 IMBEL BR
Caixa Postal 21167 - São Paulo - SP - Brasil



LIVROS

UMA HISTÓRIA DA GUERRA

A tradição do pensamento britânico mais uma vez nos brinda com uma obra de referência. *Uma História da Guerra*, do inglês John Keegan, é o mais novo lançamento nessa área de estudos tão atual que é a História Militar.

É interessante lembrarmos que os ingleses não se destacaram internacionalmente nas artes, particularmente na filosofia, na música ou na psicologia, ao contrário dos alemães, austriacos e franceses. No entanto, acumularam, ao longo de sua vasta experiência colonial, um conhecimento sociológico e antropológico inigualável a respeito das sociedades primitivas que aculturaram. Percebe-se no trabalho de Keegan a influência do pensamento de Toynbee e um sólido apoio em estudos a respeito de sociedades antigas que só a vivência imperial britânica poderia ter produzido. Essas origens culturais da obra a tornam singular.

Os aspectos mais interessantes do livro são decorrentes da ampla base de pesquisa a que recorreu o autor e da ousadia de sua tese, que remete o leitor, logo de inicio, à inusitada hipótese de ser a guerra uma cultura. Essas duas faculdades permitem que o autor desfie uma impressionante seqüência de causas e efeitos bélicos ao longo dos tempos que dão à História Militar a condição de mola propulsora da própria História, uma tese defendida exaustivamente por um outro inglês que as praticou sobejamente, Winston Churchill.

Além de analisar com propriedade as origens militares dos grandes movimentos da humanidade, o autor estuda, com vigor de uma lógica incontestável, a atividade bélica e seu de-

sempenho por um grupo social distinto de todos os outros — o soldado profissional. Encontramos ali imagens caras ao soldado brasileiro, ao identificarmos as origens antropológicas da guerra à gaúcha, ao compreendermos o amálgama da consciência militar com o sentimento de territorialismo e, finalmente, ao constatarmos que os valores do soldado profissional desde os tempos de Roma continuam basicamente inalterados.

No entanto, ao dar continuidade à tradição também britânica de polemizar com os filósofos alemães, Keegan ritualiza a guerra até o ponto de ela se tornar uma atividade humana autônoma. A partir desse ponto-de-vista, Keegan ataca sistematicamente a fórmula clausewitziana, segundo a qual a *"guerra seria a continuação da política por outros meios"*.

Raymond Aron já se ocupara, com a autoridade de filósofo consagrado, à difícil tarefa de adequar o pensamento clausewitziano às realidades do poder internacional do século XX, concluindo que a arma atômica invertera a fórmula, passando *"a política a ser a continuação da guerra por outros meios"*, uma conclusão sagaz do observador engajado na Guerra Fria.

Nesse aspecto, o livro de Keegan pouco acrescenta à densa elaboração de filósofos contemporâneos sobre a obra de Clausewitz. O autor inglês parece se esquecer que a ritualização da guerra é justamente um produto deliberado da vontade das sociedades que estudou. Todo o esforço de regulação da violência sempre foi e será uma ação direcionada da elite governante em prol de objetivos muito bem estabelecidos. Desaguamos, portanto, na Política. Deixa o autor ainda de concluir na sua brilhante obra que foi justamente a capacidade do Ocidente de travar batalhas decisivas, desde Maratona, segundo um ob-

jetivo racional e definido, que o levou ao atual estágio de superioridade mundial. Em suma, existe tanta argúcia política nos pré-combates polinésios quanto nas fintas e escaramuças da Guerra do Golfo, como o mesmo grau de insanidade nos morticínios nas trincheiras da JGM e nos genocídios da Ilha de Páscoa.

Mas a polêmica que o autor trava com Clausewitz pode ser vista como a moldura de um

quadro. Sustenta-o sem o ser. A obra de John Keegan é preciosa pela erudição advinda de uma cultura que conviveu com muitas outras e que, como poucas, o fez através de seus soldados. Um livro singular que permite ao soldado profissional vislumbrar, na poeira dos tempos, a sua história.

Sérgio Paulo Muniz Costa
Tenente-Coronel de Artilharia e Estado-Maior

DROGARIA 24 HORAS

Tels.: 201-3607
(021) 581-6175

ABERTA DIA E NOITE

FAZEMOS CONVÊNIOS COM
EMPRESAS E INSTITUIÇÕES

ACEITAMOS TODOS OS
CARTÕES DE CRÉDITO
O MELHOR PREÇO
DO BAIRRO
Agradecemos a Preferência
AV. SUBURBANA, 4.370
LOJAS A/B - DEL CASTILHO
RIO DE JANEIRO - RJ



DESTAQUES DA IMPRENSA

REFORMA POLÍTICA

"A política é a arte de fazer hoje os erros de amanhã, sem esquecer os erros de ontem."

DO DIÁRIO DE UM DIPLOMATA.

Desde pelo menos a República Velha, a reforma dos costumes políticos é um tema que reaparece sempre, das conversas de café aos discursos solenes. Incontáveis vezes são ladaínhas de boas intenções, repletas de aspirações morais genéricas. Não é, aliás, um vexo só brasileiro. Pode ser universal. E é compreensível, porque as pessoas, quando não vêem saída para as suas insatisfações e dúvidas difusas com o que acontece no seu mundo, recorrem ao imaginário, atrás de alguma espécie de mágica escapista.

Mas o tema das reformas políticas é especialmente habitual no Brasil, sociedade feita de camadas históricas superpostas a de elementos que não se interpenetram bem. Nossas contradições são digeridas devagar, sem nunca levarem a explosões, é verdade, mas reduzindo muito a eficiência do sistema para responder às necessidades emergentes.

A modorra da oligarquia de antes de 30, com que o País conseguiu subtrair-se à instabilidade dos "pronunciamentos" militares típicos (de que a violência de Floriano parecia uma espécie de "prévia") foi garantida pelas eleições a "bico-de-pena", pelas "degolas" no "reconhecimento dos eleitos" e pelas "intervenções." Mas era uma solução ilusória, que servia para uma economia agrária de baixa produtividade, com ilhas urbanas consumidoras — comerciantes, funcionários, bacharéis, e a "ralé". Essa sociedade era desestabilizada por rivalidades tradicionais, levantes armados e, mais tarde, pelo "tenentismo",

quando os militares, que depois da Guerra do Paraguai tinham desenvolvido uma identidade ideológica modernizadora com o positivismo, se tornaram outra vez turbulentos num caldo de cultura de aceleradas mudanças econômicas e sociais.

Não há mistério algum em que a Revolução de 30 houvesse coincidido exatamente com a grande Depressão, a maior crise econômica mundial jamais registrada, quando nossa exportação de café e outros produtos agrícolas se viu fortemente atingida. Falava-se, é claro, contra os "car-comidos". Mas a explosão das forças que fermentavam só foi possível quando o sistema, como um todo, bambeou. E como a situação mundial se agravou ainda mais sem que o Governo Provisional de Vargas pudesse fazer alguma coisa a respeito, reivindicações urbanas legítimas, misturadas com os interesses da oligarquia do café, conseguiram se juntar na Revolução Constitucional de 1932, em São Paulo. Não paramos por aí. O Brasil teve a originalidade de duas tentativas disciplinadamente ideológicas de mudar a ordem das coisas; a dos comunistas, em 1935, e a dos integralistas, em 1938. Acabou entrando numa ditadura de verdade, conscientemente assumida por Vargas. Não foi coincidência, tampouco, que o fim da ditadura fosse logo depois da Guerra e do retorno da FEB.

Desde 1945, já tivemos quatro Constituições, com inúmeras emendas, golpes e contragolpes, várias moedas, a maior inflação do mundo, e não sei quantos pacotes e planos econômicos. Para quê?

Na verdade, não conseguimos ainda chegar a um equacionamento estável político-institucional para uma sociedade e uma economia em rápida modernização. Depois da Guerra, embarcamos num acelerado crescimento por substituição de importações, sob a liderança do Estado.

Foi razoavelmente bem-sucedido — tão bem que logo precipitou suas contradições implícitas. Estas, canalizadas em parte para uma solução populista por João Goulart, geraram uma reação de autopreservação das classes médias e das forças modernas do País, em 1964. Tudo isso num quadro muito turvo, quando a instalação de mísseis nucleares soviéticos em Cuba e a organização da intervenção subversiva com guerrilheiros treinados nesse país e no Bloco Socialista Leste Europeu estavam provocando uma polarização reativa. Esta só afrouxaria com as crises dos anos 70.

Coube-me por acaso participar intensamente, em 1964, da tarefa de modernização econômica que se tinha iniciado nos anos 60. Tratava-se de uma modernização capitalista, pois já àquela época eu pressagiai a inviabilidade do modelo socialista. O País devia preparar-se institucionalmente para tornar-se um protagonista ativo no palco econômico internacional, superando as limitações inerentes da fase da industrialização por substituição de importações. Tínhamos todas as condições para fazer aquilo que os países da orla asiática iriam fazer mais tarde — crescendo, em renda *per capita*, de duas a seis vezes mais do que nós. O projeto político de Castello Branco, que previa uma rápida normalização democrática, não pôde, porém, ser levado adiante por causa da densa reação ideológica dos meios militares. Tivemos um período de enorme expansão econômica até 1974. Mas, subsequentemente, a crise iniciada com os preços do petróleo nos levou, por uma leitura equivocada do cenário mundial, a uma política hiperprotecionista de substituição de importações, num modelo francamente autárquico, como o dos regimes ditoriais da Alemanha, da Itália e do Japão na década de 30. Chegamos ao extremo da busca de auto-suficiência em bens de capital e tecnologia, um óbvio erro que geraria a jusante, por toda a cadeia de produção, durante quase dois decênios, as ineficiências resultantes da inferioridade inicial dos equipamentos e processos.

As distorções então criadas continuam ainda a perturbar nossa situação, apesar dos esplêndidos gestos modernizadores de Collor, e do mais discreto projeto de Fernando Henrique, que já conseguiu, com bom senso, conter a inflação e abalar nossa "cultura inflacionária". Mas ainda muito pouco se fez sob o ponto de vista da democratização econômica. Continuamos classificados entre os países "menos livres" do mundo. E não é só isso. Nem sequer ao elementar direito, o de saber qual é a lei do seu país, o cidadão brasileiro tem acesso garantido. Ao contrário dos países civilizados, no Brasil as interpretações dos tribunais superiores não vinculam as instâncias inferiores. Há tantas normas quantos são os intérpretes. Há ano e meio, um Tribunal Eleitoral anulou, por meras suposições da sua própria cabeça, os resultados de uma eleição — 10 milhões de votos perdidos — para, ano e meio depois, o Tribunal Superior inverter o julgado. Onde, no mundo civilizado, isso poderia acontecer?

Tudo isso são sintomas de que continua a existir um profundo desacerto político e institucional. Pouco antes de desaparecer, Ulysses Guimarães — que embora incapaz de entender as questões econômicas modernas, e avesso ao pensamento quantitativo, era um político decente — havia desfraldado a bandeira do "Parlamentarismo já", depois de desiludido com as "Diretas já" do presidencialismo. Compreendera que se tornara necessário mexer na estrutura, para que não se reproduzissem indefinidamente os mesmos vícios do sistema eleitoral.

Parlamentarismo, naturalmente, não é panacéia. Mas, se combinado com eleições distritais mistas, com a exigência de fidelidade partidária e alguns contrapesos às instabilidades ocasionais, tem uma grande vantagem. Põe o foco do processo político nos partidos, e os fortalece como canais de expressão da sociedade, porque quem faz a lei é quem irá cumpri-la; e o partido ou coligação no poder, ao perder o apoio necessário, cai sem os traumas que o *impeachment*, por exemplo, provoca. O regime presidencialista é, na re-

alidade, uma semiditadura temporária, instavelmente equacionada numa complicada interação de conflitos com os outros poderes. No Brasil, esses conflitos viram fisiologismo ou tetraplegia política, com custos cada vez menos toleráveis.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 27.04.1996, e assinada pelo Deputado Roberto Campos.)

GASTO COM SERVIDOR É ARMA RETÓRICA

Concordando-se ou não com a tese de que tudo o que é estatal merece o fogo dos infernos, deve-se ao menos reconhecer um mérito nessa ideologia contemporânea.

É que, em nome da crítica ao Estado, os próprios dados, informações e análises sobre as máquinas públicas ganham mais evidência.

Curiosamente, muitas vezes até para mostrar a enorme distância entre o discurso e a realidade.

É o que parece acontecer com a questão do "enxugamento" da máquina estatal — leia-se contenção de gastos com funcionalismo.

Uma análise cobrindo 99 países no período 1980-90, auge do que se costuma chamar de políticas neoliberais, mostra que os gastos com salários do funcionalismo público crescem com a renda *per capita*.

Ou seja, não é fato que o desenvolvimento traga o "enxugamento" do funcionalismo.

O estudo não foi preparado pela CUT, mas por Daniel Hewitt e Caroline van Rijckeghem e publicado em janeiro de 1995 pelo Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional.

Em relação ao PIB, entre 1980 e 1990, a média dos gastos dos governos com salários foi de 4,6% no mundo, ficando em 3,9% nos países

pesadamente endividados e em 4,5% nos países de baixa renda.

No conjunto dos países em desenvolvimento, a média dos gastos chegou a 5,2% do PIB, o que talvez sugira que, na transição entre miséria e riqueza, os gastos com funcionalismo tendem a crescer (exatamente o oposto do que normalmente se propaga).

Outro dado interessante é a estabilidade dos gastos dos governos com salários ao longo dos anos 80.

Mas esses dados referem-se às esferas federais em cada país, não aos gastos públicos totais com salários.

É nesse recorte mais amplo que surge outra informação curiosa: nos países industriais chega-se a gastar quase o dobro do que se gastava nos países em desenvolvimento (como porcentagem do PIB), sendo os gastos com salários dos governos estaduais e locais mais do que o triplo nos países desenvolvidos frente aos mais pobres!

O estudo mostra, portanto, que desenvolvimento é sinônimo de descentralização administrativa.

No Terceiro Mundo, entretanto, no Brasil em particular, é comum a crença de que o corte de despesas com funcionalismo é o caminho para o saneamento orçamentário e para o desenvolvimento.

Mas é curioso ver o que realmente se praticou num caso exemplar dos últimos anos: o México.

Lá, enquanto se repetia à exaustão o discurso da reforma do Estado, as despesas com funcionalismo como proporção dos gastos públicos aumentaram de 13,6%, em 1988, para 18,4% em 1994.

Nesse período, as transferências federais (que incluem dinheiro para Estados e municípios) saltaram de 5,2% para 20,1% do Orçamento.

O que se pode dizer, diante dos dados, é que, seja qual for a reforma do Estado desejada, o corte de funcionários não ocorre na prática.

Ainda que seja quase sempre o alvo preferencial da retórica de dois em cada três defensores da modernização das economias.

Indicadores econômicos

		Inflação (%) 12 meses	Desemprego em %	Balança Comercial US\$ bilhões*	Cotação do US\$ na moeda local
Grupo dos Sete					
Estados Unidos	Out	2,8	5,8 (jan)	-84,50	—
Japão	Out	-0,6	3,4 (dez)	+105,06	107,01 ienes
Alemanha	Out	1,8	10,8 (jan)	+21,00	1,4797 marco
França	Nov	1,9	11,5 (out)	+21,00	5,0625 francos
Itália	Jan	5,5	11,3 (set)	-10,00	1.561,00 liras
Reino Unido	Jan	2,9	8,3 (jan)	-24,62	0,6515 libra
Canadá	Out	2,4	9,4 (nov)	+9,50	1,3618 dólar
Mercosul/América Latina					
Brasil	Fev	14,83	5,26 (jan)	-3,3	0,9870 real
Argentina	Jan	0,7	16,4 (out)	+0,9	1,00 peso
Uruguai	Jan	33,87	10,4 (dez)	-0,59	7,47 pesos
Paraguai	Out	12,6	2,1 (dez)	n/d	n/d
Chile	Out	8,8	5,7 (set)	+1,3	411,25 pesos
México	Dez	49,9	6,4 (jan)	+7,4	7,555 pesos
Venezuela	Out	51,1	11,4 (jun)	n/d	492,00 bolívares

Entenda os indicadores: 1) A **inflação** é medida pela variação % dos preços ao consumidor; 2) O **desemprego** é calculado em porcentagem da população economicamente ativa. (1) A taxa, do IBGE, refere-se ao desemprego nas seis maiores cidades do Brasil; 3) **Balança comercial** é o total de exportações menos o total de importações. *Superávit* (+) ou *déficit* (-). 4) A cotação das **moedas estrangeiras** é o fechamento para compra do mercado de câmbio de Nova York. Fontes: *Folha*, FMI, Banco Mundial, OCDE, agências internacionais, BC, IBGE, *The Economist*.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 24.03.1996, e assinada por Gilson Schwartz, da equipe de articulações desse jornal.)

GLOBALIZAÇÃO, ESTADO E SOBERANIA

As tecnologias da computação e das comunicações adquiriram, nos últimos tempos, desenvolvimento vertiginosamente acelerado, não acompanhado pelos processos decisórios de grande parte das burocracias estatais. Já as empresas multinacionais, hoje supranacionais, adaptaram métodos e procedimentos *pari-passu* com a evolução tecnológica.

As consequências aí estão, na globalização. A rapidez imposta aos processos de planejamento estratégico, transmissão de decisões e implementação de projetos e programas estimulou a multiplicação de investimentos pelas supranacionais, em número crescente de países. Na verdade, ela iniciou após 1945 e acelerou-se na década de 60, batizada de "interdependência". Dois fatores fizem com que não fosse reconhecida mundialmente na época: o ritmo de sua evolução, não perceptível quanto hoje; e o estigma ideológico

de haver sido adotada como idéia-força pelas associações de empresários supranacionais.

Os Estados que perceberam o fenômeno anteciparam-se à "inevitável colisão" e preparam-se estruturalmente para a inelutável partilha do poder, reavaliando suas funções executiva, legislativa e judiciária. A parceria Estado-empresa privada resultou eficaz e aumentou o fosso entre os países capitalistas que, assim agindo, ingressaram na era pós-industrial, e os de economia estatizada ou excessivamente regulamentada.

Nos países em que o Estado não se reformou ocorreu a colisão. Grande responsável foi a ideologia do nacionalismo distorcido, "doença infantil" não só do comunismo, mas também do conservadorismo. Usando argumentos válidos apenas para a conjuntura de então, colocou Estados no contrafluxo da tendência, reservando mercados; monopolizando serviços, estatizando empresas privadas estrangeiras; criando estatais; protegendo as nacionais, que se viciaram sob esse manto.

Por seu turno, as supranacionais, aproveitando brechas na legislação, reforçaram a capacidade de influir nas economias nacionais, investindo nesses países, com visão estratégica. Passaram a ter poder também internamente e a colidir com o Estado, contando com a pressão daquelas parcerias oficiosas estrangeiras, fortalecidas com o aceleração da globalização. O Estado que não se adaptou foi perdendo poder interna e externamente, sem se dar conta.

Na ausência de poder para validá-la, soberania é apenas conceito abstrato, que não se pode concretizar em ação, quando o Estado detentor se vir diante de confrontação. Embora a teoria apregoe o princípio da igualdade entre os países, sempre a soberania do mais fraco dependeu da vontade e da liberdade de ação do mais forte.

As relações exteriores eram exercidas predominantemente pelo Estado. A globalização vem gerando atores supranacionais com capacidade de protagonistas. Além das empresas, a expansão de ONGs e de religiões por todo o mundo está estabelecendo canais de relacionamento internacional, que fogem do domínio dos Estados

por duas razões principais: interesses nem sempre coincidentes com os das nações e dinamismo superior.

Ademais, há uma arma tornada cotidiana pela globalização da informação, que serve a certos beneficiários da mídia internacional. O *soft-power* invade os lares via satélites e redes a cabo e conquista as mentes pelo bombardeamento de informações massificantes do pensamento, formando a opinião mundial. Incute uma não-realidade, que, em pouco tempo, será a realidade mental. As mentes assim violadas crerão numa *verdade* criada por elas a partir de pistas irreais, tornados verossímeis pela massificação da desinformação.

Essa engenharia da opinião pública mundial pode gerar a liberdade de ação necessária para questionar a soberania de um país *endemonizado* pelo processo. O fator tempo, outra variável da equação, será totalizado pelo prazo necessário para completar o forjamento da opinião e a oportunidade ótima para intervenção na soberania.

A globalização tende, pois, a enfraquecer o Estado na confrontação dos poderes. Cabe a ele ocupar vigorosamente um espaço que se valorizou: o de sintetizador da vontade nacional e indutor de atividades nas áreas em que não lhe diz respeito ser executor. E afirmar-se onde o monopólio tem de ser seu, como na defesa nacional e na diplomacia, que permaneceram exclusivas do Estado. São dois dos vetores com que conta para a participação soberana na mecânica internacional.

Exacerbação da interdependência, a globalização não se limitou a questionar o Estado. Ela mudou a natureza das relações de poder e a abrangência do conceito de soberania, quer isso agrade, quer não.

É difícil aceitar restrições ao valor soberania como patrimônio excluente, entranhado na cultura da humanidade desde o surgimento dos Estados nacionais no séc. XVI. Todavia, tirante o território, o compartilhamento voluntário é fato corriqueiro no mundo atual. Políticas econômicas nacionais, por exemplo, têm amplos setores que já são patrimônio dos agregados de soberania em que se transformaram os blocos regionais

ou continentais. Forças de paz, alianças militares, uniões políticas também são modelos.

Cada nação tem seu núcleo intocável de soberania material e espiritual. A arte do estadista consiste em interpretar a vontade nacional acerca desse centro de gravidade, expressá-la em termos de objetivos nacionais, e estabelecer conceitos estratégicos e políticas para sua consecução, a despeito de pressões externas, sem marginalizar o país no mundo globalizado.

Tomemos a idéia *integridade do território*, expressiva vontade de qualquer povo. O objetivo nacional correspondente poderia ser: manter a *integridade do território*. O conceito estratégico seria: *desenvolver políticas de defesa, proteção ambiental, relações exteriores, transportes e comunicações, que propiciem, respectivamente, a capacitação para a dissuasão, a neutralização da propaganda adversa sobre a destruição de florestas, a manobra diplomática e a integração dos anexúmenos ao restante do país*. Ele conteria hipóteses de conflito, sobre as quais trabalhariam os elaboradores dessas políticas setoriais. Da integração dos vários conceitos estratégicos parciais resultaria o Conceito Estratégico Nacional, atendendo aos objetivos nacionais em todas as áreas — segurança, desenvolvimento, educação, saúde, ciência e tecnologia etc.

Esse esboço de metodologia não é oficial. Trata-se de incursão pessoal, ao correr da pena, que visa a mostrar em quantos níveis de concepção e planejamento podem ocorrer desvios graves, se a mente não estiver harmonizada com a realidade mundial e suas tendências.

À guisa de exercício intelectual, imagine o leitor que o exemplo delineado acima seja o Brasil, tentando inserir-se na globalização, e alinhá-lo às idéias gerais para uma Política de Defesa Nacional. É tema em que a sociedade deve se envolver.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 05.04.1996, e assinada pelo General-de-Brigada Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar da Presidência da República.)

QUEREM AFUNDAR O SUBMARINO

Durante a crise russa do final de 1993, quando tanques bombardeavam o Parlamento em Moscou, a comunidade política internacional pressionou organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, para que repensassem o "modelo de reformas econômicas" imposto à Rússia, em função da grave crise econômica e social que se prenunciava.

Inicialmente, os economistas burocratas dessas instituições resistiram à mudança do seu "receptáculo tradicional". Mais tarde, porém, acabaram cedendo às pressões.

Um graduado funcionário do Banco Mundial declarou ao correspondente do jornal *O Globo* (05.10.1993), naquela ocasião: "Ninguém quer jogar dinheiro fora, lá. Mas, se a Rússia não tivesse armas nucleares, a comunidade mundial a estaria tratando como trata o Brasil, dizendo: estamos aqui, quando precisar nos procure."

Esse fato ilustra bem a correlação direta entre economia e defesa nacionais em dias conturbados como os que vivemos nesta nova ordem mundial.

Essa correlação já era conhecida dos economistas — das mais diferentes escolas — há mais de 200 anos. Adam Smith, o principal apóstolo do ceticismo liberal inglês, já afirmava que a única coisa mais importante do que a riqueza é a defesa (*the one thing more important than opulence is defense*). O economista alemão Friedrich List, um dos mentores do chamado Sistema Americano de Economia, implantado após a independência dos Estados Unidos, afirmou, em 1841:

"Numa época em que todas as operações militares dependem tanto da condição da renda nacional, numa época em que o êxito da defesa nacional depende em grande parte de saber se a massa da nação é rica ou pobre, inteligente ou obtusa, ativa ou apática (...) — numa época como essa, é preciso que o valor do desenvolvimento industrial e manufatureiro seja avaliado de um ponto de vista político."

List pode ser considerado — mais do que Marx — o principal opositor da escola clássica liberal inglesa de Adam Smith. Entretanto, ambos concordavam que sem desenvolvimento econômico não há segurança nacional possível. Da mesma forma, sem Forças Armadas adequadamente treinadas e equipadas não poderá haver desenvolvimento econômico.

No Brasil de hoje, entretanto, alguns economistas "de esquerda", outros "de direita" — neoliberais ou protecionistas — acham que a nação pode abdicar de suas Forças Armadas.

O submarino nuclear brasileiro é um exemplar estudo de caso. Em um país com 8.000km de litoral, com 70% de sua população concentrada numa faixa costeira com apenas 200km de largura, com todo o nosso petróleo situado na plataforma continental, alguns desses economistas acham que o Brasil pode prescindir do submarino nuclear e adquirir (provavelmente no exterior) lanchas e helicópteros para impedir o contrabando e o narcotráfico. Em outras palavras: o Brasil não precisa de uma Marinha de Guerra — basta uma simples e trivial guarda costeira.

Sim, porquanto dadas as circunstâncias geográficas e geopolíticas que caracterizam a imensidão deste País, uma Marinha sem submarino nuclear equivaleria a uma artilharia sem mísseis ou a uma brigada de cavalaria motorizada por velhos pangarés e não por modernos tanques e helicópteros.

Dessa forma, a questão que se põe não é se devemos ou não ter um submarino nuclear e sim se devemos ter uma Marinha de Guerra.

Para esses apologistas do "fim da História", com o colapso da União Soviética, não há inimigo à vista, ou seja, não há estrategicamente uma "hipótese de guerra". Como corolário desse axioma pré-fabricado, a segurança continental poderia nos ser garantida por nossos amigos e parceiros do Norte — os Estados Unidos.

Vamos dizer claramente: esses que defendem o afundamento do submarino nuclear brasileiro

estão apenas repetindo velhas teses de alguns scholars norte-americanos — como o prof. Marvin Miller do MIT, que afirmou em seminário internacional realizado em Montevidéu, em outubro de 1898, que *"os establishents militares e de não-proliferação dos Estados Unidos se opõem ao surgimento de quaisquer novas nações possuidoras de submarinos nucleares, pois isso poderia limitar a liberdade de ação da marinha norte-americana"*. Diga-se, de passagem, que inexistem quaisquer acordos ou tratados internacionais que proíbam as nações de possuírem submarinos com propulsão nuclear. Destaque-se, também, que o conflito das Malvinas, em 1982, evidenciou a importância vital dos submarinos nucleares (que só os ingleses possuíam) tanto para a defesa quanto para o ataque, em mares do Atlântico Sul.

Questões estratégicas à parte, são impressionantes as conquistas industriais e tecnológicas que o programa do submarino nuclear brasileiro alcançou. O Presidente Fernando Henrique, ao visitar o Centro Tecnológico de Aramar, pôde testemunhar pessoalmente essas conquistas. Esperamos que essa visita signifique um apoio efetivo ao programa e não uma iniciativa apenas cordial, para agradar militares.

Como consequência desse conflito entre economistas neoliberais e técnicos comprometidos com a produção, pelo menos uma pessoa já foi vitimada: o superintendente técnico de Aramar, Sérgio Garcia, que foi demitido por afirmar que os "recursos necessários para concluir o submarino nuclear representam apenas 5% do que o governo está gastando com o Proer (sic, jornais de 05.04.1996). (...)"

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 02.05.1996, e assinada pelo engenheiro Guilherme Camargo, do CEBRES — Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos.)

AVVENTURA DE ALTO RISCO

Os rios Paraná e Paraguai foram presença constante nos quatro e meio séculos da História do cone sul. A navegação do Prata ao Mato Grosso produziu ocupação territorial, desenvolvimento econômico e conflitos (a gota d'água do início da Guerra do Paraguai foi a restrição ao acesso fluvial brasileiro ao Mato Grosso).

Depois de ver sua importância relativa reduzida devido às ferrovias e rodovias, a navegação naqueles rios volta a despertar interesse no âmbito do Mercosul, principalmente da parte da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, beneficiários automáticos do fluxo N-S: Argentina e Uruguai, inclusive, porque lhe cabe a vantagem geopolítica da foz, traço de união da bacia com o além-mar (vantagem que Rosas usou para consolidar o forte supremacia de Buenos Aires sobre as demais províncias confederadas).

Vejamos a inserção do Brasil no problema. Superada a servidão aos rios, passamos a enfatizar as ligações L-W do Mato Grosso com o litoral SE; a projeção ferroviária até Santa Cruz (Bolívia) reflete o antagonismo geopolítico em que o sentido das comunicações jogava papel importante. Ele ainda apoiou argumentos nos 1970 (camuflados pela questão custos) contra o canal-eclusa de Itaipu que, com os subseqüentes de Corpus e Yaceretá, promoveria uma eficiente ligação fluvial do Tietê ao Prata.

O antagonismo geopolítico é página virada: vivemos agora a da integração, na qual as opções são parametradas mais pelas vantagens econômicas integradas do que pelas preocupações de quatro séculos de rivalidades coloniais e depois nacionais. E no jogo das vantagens econômicas há espaço para o eixo fluvial N-S, pois não há razão para se duvidar da vantagem do transporte aquaviário para grandes distâncias, massas e volumes; afinal, as leis da física não são diferentes aqui das que atuam no resto do mundo... Assim, tudo indica que seria conveniente aprimorar a eficiência da navegação de Cuiabá (ou Cáceres) ao Prata, exigente de obras reguladoras do regi-

me de águas e outros melhoramentos. As obras reguladoras, principalmente numa região crítica sob a perspectiva ambiental: o Pantanal mato-grossense. Vale então a pergunta: melindres geopolíticos à parte, podemos engajar de peito aberto na via fluvial, na medida em que ela exija interferências importantes nos cursos d'água com influência na região pantaneira?

A hidráulica tem caprichos ainda mal traduzidos em equações e programas de computador. Um sistema hidráulico complexo, como o intrincado Pantanal, é uma anarquia naturalmente organizada, constituído por um conjunto de variáveis não dominadas que se ajustam entre si. Se mexermos nele, duas consequências podem acontecer: transformamos a anarquia naturalmente organizada numa catastrófica anarquia desorganizada, danosa para o meio ambiente e a vida local. Ou, por muita sorte, a transformamos num sistema dominado e organizado, que cumpra o papel econômico desejado, respeitando o universo ecológico regional. Só que não nos cabe o direito de confiar na sorte. A experiência mundial (e nacional) a respeito decididamente não nos permite ser otimistas e por isso a solução do problema passa por um complexo, profundo e competente estudo técnico-empírico sobre rigorosa reprodução em escala, única forma de dirimir as dúvidas relativas aos imponderáveis da hidráulica no mundo natural. Enquanto isto não for feito, mexer nos cursos d'água da região é aventura de alto risco, que pode resultar numa tragédia ecológica e até mesmo inviabilizar a motivação econômica do empreendimento — mal menor, diga-se de passagem.

É preciso avançar com segurança na regulagem das águas da bacia do Paraguai. A curto prazo, o que se pode fazer é melhorar o balizamento e, eventualmente, executar uma ou outra pequena obra de redução de alguma minidificuldade, mas afi já com cuidado porque estaremos chegando à fronteira do imprevisível. A prudência deve prevalecer sobre a euforia do potencial do transporte fluvial N-S, não por motivos geopolíticos nem porque aqui o transporte fluvial seria menos econômico do que no resto do mundo e sim por-

que mexer forte nos rios pantaneiros é algo que não se pode fazer às pressas, sem ameaçar o futuro de uma imensa e *sui generis* região.

Os órgãos de financiamento predispostos a ajudar na viabilização desse eixo de transporte do Mercosul devem financiar antes o "estudo de caso hidráulico/ambiental", condicionando a cobertura de obras posteriores ao resultado do estudo. Por ora — vale insistir — apenas melhoras do balizamento e uma ou outra obra de pequeno vulto, que possamos confiar como de pouco risco ambiental. Não desafemos irresponsavelmente o projeto hidráulico de Deus no nosso Pantanal, que desejamos e precisamos manter em sua integridade.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 25.03.1996, e assinada pelo Almirante Mario César Flores, ex-secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.)

De todo o rosário de fracassos do século, o mais persistente é o de não ter conseguido cura para o desemprego, apesar de ou por causa da explosão tecnológica.

O pior é que hoje nem sequer se tenta; os economistas se resignaram aparentemente a que o problema não tem solução.

No tempo da influência de Keynes, acreditava-se na possibilidade de alcançar o pleno-emprego por meio de interferências do governo na economia com o fim de estimular ou desencorajar a demanda, conforme se estivesse em conjuntura recessiva ou inflacionária.

Em nossos dias de monetarismo hegemonic, o conceito de pleno emprego foi substituído pela rebarbativa expressão NAIRU (a sigla em inglês é *non-accelerating inflation rate of unemployment* ou a taxa de desemprego consistente com uma taxa de inflação estável).

Em outras palavras, conforme ensina o mestre do monetarismo, Milton Friedman, existiria um "desemprego natural", definido como o nível de desemprego que seria consistente com o equilíbrio geral.

Seria, assim, necessário resignar-se a uma dose maior ou menor de desemprego, impossível de eliminar sem provocar outros desequilíbrios.

Poucos meses atrás, a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento) dedicou parte substancial do seu principal relatório ao problema do desemprego de massa nos países industrializados.

O estudo partia de uma contradição: não obstante o apoio generalizado à globalização, à liberalização e ao desenvolvimento baseado no comércio exterior, cada vez é mais freqüente culpar as importações de produtos manufaturados dos países em desenvolvimento, sobretudo asiáticos, pelo desemprego nas economias avançadas.

Para os que favorecem o diagnóstico de que o comércio é a raiz do desemprego (Pat Buchanan e outros populistas, por exemplo), os remédios estão à vista:

1) A imposição de barreiras à importação (protecionismo).

O FANTASMA DO PÓS-COMUNISMO

Um espectro ronda a Europa e o mundo: o desemprego, diria Marx, se vivo fosse. O medo de perder o emprego ajudou a dar a vitória a Pat Buchanan nas primárias de New Hampshire.

O mesmo sentimento paralisa as economias da Alemanha e da França. Até o Japão, que parecia imune à doença, está agora com um índice recorde.

Na Rússia, na Europa do Leste, a nostalgia do emprego garantido leva água e votos para o moinho dos pós-comunistas.

Ao começar a contagem regressiva para o ano 2000, este século sangüinário e brutal coleciona suas contradições.

Foi o tempo de Eichmann e de Einstein, de Gandhi e de Hitler, da chegada à lua e de Auschwitz, da eletrônica e de Hiroshima.

2) A exigência de que os países em desenvolvimento adotem padrões trabalhistas mais elevados (a cláusula social).

3) A redução dos padrões trabalhistas nas nações industrializadas (a flexibilização dos mercados de trabalho).

O comércio, porém, apenas explica parte da história. A destruição de empregos seria também consequência de mudanças tecnológicas que privilegiariam a demanda por trabalhadores altamente especializados em detrimento dos operários sem especialização. A solução, nesse caso, seria a educação profissional e o retrainamento.

Acontece, contudo, que tanto o comércio como a tecnologia fornecem explicações apenas superficiais para o fenômeno atual, já que a perda de empregos por efeito de maior competição comercial ou devido a novas tecnologias nada tem de particularmente novo na história econômica.

Diante disso, muitos vão procurar a resposta na rigidez do mercado de trabalho, no excesso de leis e regulamentos que encarecem enormemente o custo não-salarial do trabalho e assim desencorajam a criação de empregos.

Embora não descarte a influência do comércio, das mudanças tecnológicas e da rigidez do mercado de trabalho no aumento do desemprego estrutural, o relatório da UNCTAD identifica como principal vilão a política de crescimento baixo adotado nos últimos anos.

De fato, entre 1950 e 1973, quando a economia crescia em média quase 5% ao ano, o desemprego nos países industrializados era de 3,2% da força de trabalho, ou menos.

No período mais recente, coincidido com a queda do crescimento a menos de 3% ao ano, o índice médio de desemprego saltou para 7,3% (1980-94). Não é de admirar, assim, que mais de 35 milhões de pessoas tenham ficado sem emprego.

A desaceleração do crescimento nas duas últimas duas décadas tem sido o resultado de políticas monetárias restritivas inicialmente destinadas a combater a inflação dos anos 70. Elas criaram uma espécie de "círculo vicioso", no qual o baixo crescimento da demanda e o insignifi-

cante aumento da produção se alimentam e justificam mutuamente.

Esses fatos indicariam que a verdadeira solução do problema do desemprego passa pela aceleração do ritmo do investimento e do crescimento.

Calcula-se, por exemplo, que se o estoque de capital industrial nos países europeus tivesse crescido, a partir 1973, de um modesto ponto percentual a mais do ocorrido na realidade, esse aumento teria produzido, por volta de 1992, cerca de 3,9 milhões de empregos a mais na indústria e 4,1 milhões de postos adicionais nos serviços?

Até hoje nenhuma proposta de organização econômica conseguiu criar um sistema capaz de gerar empregos produtivos e eficientes para todos. O comunismo real pensou ter assegurado o pleno emprego, mas o fez por meio da redundância e do excesso, o que acabou por quebrar o sistema.

O capitalismo neoliberal se resigna, como vimos, a níveis de desemprego "natural" cada vez mais altos e cada vez mais intoleráveis.

Enquanto não se assegurar a todo ser humano a possibilidade de se realizar pelo trabalho, será prematuro afirmar, como fazem os adeptos do "fim da História" ou do "pensamento único", que nenhuma alternativa ideológica como o neo ou pós-comunismo virá perturbar o reino tranquilo e perpétuo da economia de mercado.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 02.03.1996, e assinada pelo diplomata Rubens Ricúpero, secretário-geral da UNCTAD.)

OURO MODERNO

Um robô na indústria, em média, substitui quatro empregados, se paga em menos de um ano, não engravidia, não tem data-

base nem sindicato e quando adoece o patrão tem a opção de eliminá-lo. Ignorantes que são de métodos contraceptivos, crescem, multiplicam-se e evoluem em velocidade nunca imaginada sequer pelos neodarwinistas. Recenseados em 1995, a população mundial somou 630 mil objetos inteligentes.

Assistimos hoje a um "exodo profissional" sem precedentes, causado por alterações qualitativas mais que quantitativas no perfil do trabalho e do emprego. Um "exodo industrial" provocado por uma veloz e radical transformação econômica: a transição para a economia digital. Em síntese, uma revolução marcada pela preponderância da informação como bem econômico, do conhecimento como recurso competitivo, globalização, inovação, senso de urgência, imediatismo, convergência tecnológica e interconectividade.

Na ânsia desesperada de sobreviver à tempestade, muitos "administradores de denominador", públicos e privados, protegem-se inutilmente sob mesas de vidro, enxugando, cortando, diminuindo e assim agravando os efeitos sociais de uma revolução. Não precisamos mais de mão-de-obra nem de administradores jurássicos. Precisamos de homens-e-mulheres-inteiros-de-obra incluindo administradores da inteligência e da criatividade. Conhecimento, o ouro moderno, só é garimpado no terreno fértil do cérebro humano e o desafio do momento não está na requalificação profissional de nossos ex-escravos e sim na preparação cognitiva de nosso povo.

Há menos de 100 anos, nossos pais ou avós assistiram ao exodo rural. Sofreram os efeitos da incipiente mecanização do campo, que foi reduzindo drasticamente a necessidade do trabalho humano. Um agricultor, então, produzia para alimentar quatro pessoas e hoje produz para sessenta e oito. Nos Estados Unidos, um dos maiores produtores de alimentos do mundo, menos de 4% da população trabalham no campo e, no Brasil dos canaviais, uma colheitadeira moderna substitui até 100 bóias-frias que passam assim a se chamar sem-bóia, nem fria.

Meu avô, enfim, não teve tantos problemas. Expulso do campo ainda menino, de operário da

terra passou a ser operário do couro. Mãozinhos hábeis, trabalhador obstinado, saúde de ferro e alguma dose de subserviência eram requisitos comuns tanto para o dono da enxada como para o dono da emergente industrialização gaúcha. Não lhe foi exigida então grande transformação cognitiva e, como aprendera na roça, tinha consciência de que não estava sendo pago para pensar mas para fazer o que o patrão pensava. Requalificou-se profissionalmente para cumprir a rotina, especializou-se em tarefa específica e torceu para envelhecer e aposentar. Realizou-se como gente em outro trabalho: tirador de chope nas festas do Divino, onde sua inteligência e inventiva sempre foram muito bem remuneradas, em tulipas de cerveja, é claro. Naquele momento o trabalhador saiu do campo para a indústria, inchou as cidades e sobreviveu, com saudades e nostalgia do futuro que lá teria.

E se meu avô estivesse vivo hoje? Ora, aconteceria a ele o que está acontecendo a milhões, que sequer tiveram o prazer de desfrutar os netos, tão jovens que ainda são. Seria expulso da indústria, ou do comércio, ou dos serviços, por falências, "reengenharia" ou *downsizing*. Para que serviriam suas mãos calejadas e sua índole obediente? Para que serviria seu hábito de só pensar depois do expediente? Fugiria da roça industrial das cidades, para onde? São milhões, sem destino profissional, no Brasil e no mundo.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 07.06.1996, e assinada pelo psicólogo e analista de sistemas Waldez Luiz Ludwig.)

GUERRAS SEM FIM

De 1985 a 1995, o número de conflitos regionais no mundo, alguns deles guerras civis enlouquecidas, como a da Libéria,

aumentou de quatro para 20, pondo em risco a vida de 42 milhões de pessoas. Com a derrubada da antiga ordem da Guerra Fria, o mundo se tornou muito mais volátil e esses números dão idéia das desgraças que marcam a arrancada final do "século da morte", na definição da *Human Peace*, publicação da International Union of Anthropological Sciences.

A Primeira Grande Guerra mobilizou 65 milhões de soldados e 9 milhões tombaram em chuvas de ácido, vítimas do advento das armas químicas, que reapareceram no Vietnam e no Afeganistão, empregadas pelos Estados Unidos e pela ex-União Soviética. Os mortos civis, entre 1914 e 1918, representaram 5% do total, parcela que aumentou para 25% dos quase 60 milhões de cadáveres da Segunda Grande Guerra, de 1939 a 1945. Na Coréia, a cota de civis sacrificados foi de 84%; no Vietnam, de mais de 90%.

Cada vez mais civis são apanhados em cheio e sem piedade. Na Libéria, onde já morreram 150 mil e os refugiados ultrapassam 1 milhão, quase a metade da população, os soldados deixaram de existir. Há civis armados trucidando e martirizando desarmados. Hoje em dia, é refugiado ou desabrigado, por expulsão, um em cada 110 habitantes do Planeta. Somam por volta de 50 milhões, segundo a ONU. Eram menos de 3 milhões, há 20 anos. Em determinado momento, antes dos genocídios de Ruanda e Burundi, 10 mil pessoas, sobretudo mulheres, velhos e crianças, se lançavam nas estradas diariamente, fugindo da morte.

Estudo do governo dos Estados Unidos descreve situações trágicas por todas as partes, do Afeganistão ao Haiti, nos cinco continentes, da Bósnia, na Europa, ao Camboja, na Ásia, passando pelo Iraque, no Oriente Médio. Ainda há guerrilhas na América Latina: Colômbia, Guatemala e Peru. Podem surgir "emergências humanitárias" na Nigéria e em Bangladesh. Conflitos intensos vão em frente em Serra Leoa, na Chechênia, no Sudão, no Tajiquistão, na Armênia etc. Acordos de paz frágeis podem romper-se a qualquer momento em Angola.

Mesmo assim as potências continuam disputando mercados de armas convencionais, nos

quais estão países miseráveis do Terceiro Mundo. Os Estados Unidos venderam US\$ 12 bilhões em 1994 e empresas ligadas ao Pentágono querem ficar, até o ano 2000, com 63% das exportações totais. A Rússia aperta o passo. Espera faturar US\$ 7 bilhões este ano, contra US\$ 3 bilhões em 1995. A Alemanha persegue os dois no cartel completado por Inglaterra, França e Itália. O Japão mostra ambições e, em meio a imagens de mortandades, todos falam em "política responsável de venda de armas".

Não foi possível, em conferência recente, proibir o emprego de minas terrestres. Há 100 milhões delas enterradas em 68 países, esquecidas pelos Exércitos. Matam 26 mil pessoas por ano, sem falar nas estropiadas. Estão previstos "adicionais" de 50 mil mortos e 80 mil feridos até o ano 2000, se não forem tomadas providências. Mas está claro que não se pensa em banimento. A "solução" seria só permitir "minas inteligentes", com mecanismos de autodestruição. É sempre assim. Aperfeiçoar armas, em vez de destruí-las.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 30.05.1996, e assinada pelo jornalista Newton Carlos.)

OBSESSÃO PELA SEGURANÇA

Há algum tempo a revista *Time* publicou uma reportagem assinalando que as fobias são a "doença mental dos anos 80", assim como a esquizofrenia teria sido a dos anos 60 e a depressão a dos anos 70. Entre as principais fobias da nossa época está a obsessão pela segurança pessoal que, nas grandes cidades principalmente, inclui cães ferozes, muros altos, guaritas e ruas fechadas a estranhos. A fobia é um sintoma neurótico; portanto, uma doença. E as cidades onde vivemos estão se tornando fóbicas, doentes.

A cada dia que passa, os assaltos, antes uma abstração de que as pessoas tornavam conhecimento pela leitura do noticiário policial, aproximam-se perigosamente do cotidiano nas ruas de todos os bairros. Cercada por uma atmosfera de violência, a população dobra-se sobre si mesma, reformula seus hábitos, entrega-se a obsessões de toda ordem, isola-se em casas e edifícios que mais parecem *bunkers*; em suma, cria a ilusão de que a violência pode ser contida no portão de suas casas.

Ruas bloqueadas nas grandes cidades são a máscara exterior desta reformulação de comportamento ("se a segurança particular das ruas infringe as leis, mudem-se as leis", disse, certa feita, um *síndico* de rua). Algumas famílias desenvolvem uma síndrome do "medo do lado de fora", isto é, temem a falta de segurança de suas crianças na rua, em comparação com a segurança que pensam ter do lado de dentro dos *bunkers*. Nitidamente, cria-se um quadro em que a sociedade passa a viver prisoneira de seus próprios receios, enquanto assaltantes, marginais, desocupados, mendigos, *clochards*, traficantes, *bicheiros* gozam a liberdade das ruas.

Trata-se de um retorno à conceção medieval de organização da sociedade em feudos, em que cada grupo se defende da melhor maneira possível dos perigos externos com seus exércitos particulares. A verdade estatística, entretanto, é que o crime evolui com rapidez, enquanto a polícia, o sistema judiciário e o penitenciário não funcionam.

O crime está em alta, o castigo em baixa. Há uma relação estreita entre o aumento da impunidade e o deslanche da criminalidade nas áreas metropolitanas. Nunca o crime — incluindo aí o assalto do pé-de-chinelo e a fraude do colarinho-branco — foi tão compensador.

Um estudo sociológico feito recentemente constatou que nos últimos 10 anos, período em que se registrou vertiginoso crescimento da criminalidade violenta no Rio e São Paulo, declinou o número de prisões e condenações. A convivência da população com dezenas de milhares de infratores com mandado de prisão só pode

contribuir para o acirramento deste clima fóbico; na próxima etapa, ao invés de cancelas, as pessoas começarão a construir muralhas, fossos e pontes levadiças.

A necessidade de defesa particular levou à criação de centenas de firmas e grupos clandestinos, formados basicamente por policiais ou militares reformados, hoje atualmente nas ruas como verdadeiras milícias à paisana, principalmente em ruas sem saída, transformadas em ruas particulares. Essas firmas podem estar ligadas à criminalidade e devem ser encaradas como o mais novo ingrediente da paranoíca coletiva da violência.

Profissionais liberais, executivos, mulheres, todos aprendem a manejar armas de fogo para se defender e, em última análise, para se substituir à polícia, que parece mais se omitir quando mais se agudiza a violência. Por trás dessa polícia omisa se ergue o coro daqueles que, simplesmente, propugnam a violência para combater a violência, dando à polícia recursos inimagináveis, e dotando-a de tantos efetivos que chegará o momento em que metade da população policiará a outra metade. Nenhuma cidade sobreviveria nesses termos. Exemplos históricos de tal cerceamento da liberdade na vida das populações mostram que o equilíbrio social explodiu não só no plano das rebeliões urbanas como até na eclosão de guerras.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 22.05.1996, e assinada pelo Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, General Newton de Albuquerque Cerqueira.)

SOCIOLOGIA INDULGENTE

Durante o velório do soldado da PM José Roberto Barbosa, assassinado friamente na favela do Rato Molhado, foi divulgado um duro manifesto da Secretaria de Segurança Pública estranhando que organismos de

proteção aos direitos humanos e as ONGs nunca mandassem representantes ao enterro de policiais mortos no cumprimento do dever.

O secretário de Segurança, Nilton Cerqueira, aproveitou para denunciar a prática de dois pesos e duas medidas que consiste em denunciar a enérgica ação policial, para que a repressão ao crime se retrai, enquanto silencia em relação aos "bandidos inocentes", vítimas da "exclusão social", que executam pessoas indefesas e policiais pelas ruas.

A acusação é grave e tem de ser levada a sério. Afinal, não se pode passar por cima do fato de que o historiador Itamar Silva, do movimento Viva Rio, foi convocado como testemunha de defesa do traficante Márcio Amaro de Oliveira, Marcinho VP, no processo por tráfico de drogas a que responde na 10ª Vara Criminal. Nem se vai ficar insensível diante das lágrimas da viúva do PM morto, ao perguntar angustiada ao General Cerqueira: "Como vou agora sustentar minhas duas filhas?" Como ficam os direitos humanos dessa família? Nem em face das estatísticas que indicam que mais de 200 policiais já foram mortos em ação desde 1995.

A glamourização sociológica do crime organizado denota a mais pervertida forma de rousseauismo, a mais demagógica adesão à tese do *bandido social* em luta contra os poderes constituídos, a mais absurda e delirante impostura que consiste em fingir que os Pablo Escobar e Marcinhos VPs são sucedâneos de Robin Hood. Ao que se saiba, esse tipo de confusão só é costumeiro em drogados que dependem de trouxinhas e papelotes de traficantes.

Essa visão distorcida acaba fazendo o jogo dos verdadeiros partidários da morte, os traficantes, que envenenam a juventude, corrompem crianças e tiranizam comunidades, que fingem proteger com benfeitorias de fachada. Como disse o secretário Nilton Cerqueira, ao criticarem a ação da polícia, esses sociólogos indulgentes não contribuem para a repressão ao crime. Muito pelo contrário, dificultam o trabalho da PM nos morros e nas favelas e funcionam como proteção aos traficantes. Não convém confundir atitude enér-

gica na condenação de violação de direitos — como a do governador Marcello Alencar, ao mandar prender os policiais flagrados por um cinegrafista amador agredindo a socos e tapas moradores da Favela de Parada de Lucas — com cerceamento moral ao uso de violência proporcional em resposta ao fogo das AR-15.

O secretário de Segurança foi adiante, ao levantar a suspeita de que certas ONGs estariam ajudando a criar o meio ambiente propício à proliferação do tráfico. Contatos e conluio de grupos religiosos e ONGs com marginais de renome foram denunciados em documento sigiloso que será encaminhado ao governador.

"Peixe precisa de água para viver", diz Cerqueira. "Os traficantes são os peixes e os aquários são essas ONGs. Esses viveiros de marginalidade devem ser interditados."

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 22.05.1996.)

LEIS NOVAS

Uma sociedade sem leis é produzida ao longo do tempo pela ação cumulativa do descumprimento da lei e da impunidade, da gradual decadência dos costumes e da degradação diuturna do espaço público, da violação constante da consciência cívica e da progressiva desmoralização da autoridade. Ao termo de uma escalada de transgressões, abusos, cinismos, as leis perdem substância e credibilidade e se diluem na descrença e na abulia.

Se em determinado bairro, por exemplo, *pegas* de carros se sucedem no mesmo dia e hora, fazendo mortos e feridos, sem que a polícia tome conhecimento, significa que parcelas urbanas foram entregues a irresponsáveis que praticam um crime coletivo, gerado no desajuste social mas

assegurado pela omissão do poder público. Nesse caso, a maior vítima é a lei.

Se funcionários da Companhia de Engenharia do Trânsito (CET-Rio) ou de algum sindicato decidem bloquear a principal artéria da cidade para exigir aumento salarial e as autoridades públicas nada fazem, estamos diante de outro sinal de que as leis não foram feitas para serem cumpridas.

A escalada prossegue, então, com pedradas nos políticos de determinada corrente ideológica, com o incêndio dos ônibus em greve, com a paralisação de usinas siderúrgicas e nucleares, a invasão das propriedades privadas e dos ministérios estratégicos. O patrimônio público acaba virando terra de ninguém e a lei se torna a chacota de todos. Só falta agora a invasão de domicílios privados.

A violência se propaga por contágio. A segurança no Rio vive momento delicado, prensada entre a ousadia das quadrilhas que mantêm a população em sobressalto e a polícia que avança no terreno pantanoso da violência desabrida. O que significa a lei num país em que a divisão anti-sequestro era uma central de seqüestros até pouco tempo atrás?

Terra do formalismo e das "leis que não pegam", o Brasil é também a pátria do faz-de-conta, que procura disfarçar o fato incômodo de que nem sempre existe aquilo que finge ter. Ou seja, hospitais não faltam, mas não são bem hospitais esses lugares sem leitos nem remédios, onde mulheres dão à luz em pias e médicos em greve deixam pessoas morrerem impunemente.

O que vale a lei no país em que xilindrô de bicheiro é pensão cinco estrelas? Em que policiais complementam seus salários fazendo *mineiras* nas horas livres? Em que delegados moram em apartamentos de 1 milhão de dólares? Em que fiscais enriquecem descumprindo a obrigação de autuar e indiciar? O que vale o poder público num país assim?

O Brasil está carente de uma nova legislação que possa acabar com a perversa noção, entranhada mas nunca explicitada, de que a lei é de brincadeira e o crime compensa. O Brasil não

pode continuar com um Código Civil de 1916 e um Código Penal de 1940. Precisa de autoridades renovadas, de leis novas em resposta a situações novas.

Bem fariam os senhores legisladores se legislassem mais, em vez de cuidarem unicamente de seus respectivos salários.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 14.05.1996.)

RAZÕES HISTÓRICAS

A população brasileira cresceu mais de oito vezes ao longo deste século num processo galopante de urbanização. Em 1940, o Brasil era um país tipicamente rural, com 70% de moradores no campo e somente 30% nas cidades. A proporção hoje se inverteu e as projeções estatísticas indicam que, no final do século, 86% dos brasileiros serão urbanos. Pela concepção tradicional que identifica urbanização a desenvolvimento e prosperidade, o País deveria ser a esta altura uma equilibrada nação moderna. Mas não é assim.

A vertiginosa urbanização brasileira foi um processo perverso em que os fatores de expulsão pelo campo predominaram largamente sobre os fatores de atração e assimilação pelas cidades. A atrocious miséria do interior relaciona-se evidentemente com a insuficiente democratização do acesso à terra, como está descrito no programa de governo de Fernando Henrique Cardoso. Vale a citação:

"Todos os países capitalistas que desenvolveram mercados de consumo de massa, além de promoverem políticas de reforma agrária, privilegiaram a agricultura de base familiar, como estratégia na garantia do abastecimento a custos mais baixos, geração de empregos e de aumento do salário real para os trabalhadores de baixa renda. Os conflitos agrários existentes no

Brasil são consequência de uma situação histórica que as políticas públicas não foram capazes de reverter. São necessárias, portanto, profundas mudanças no campo."

O diagnóstico preciso, que resultou em políticas corretas em países como a Coréia do Sul, infelizmente não se traduziu ainda em atos emergenciais no Brasil. Com a meta simultaneamente classificada de modesta e audaciosa de fazer o assentamento de 100 mil famílias até o último ano de seu mandato, Fernando Henrique Cardoso, segundo dados do INCRA, não conseguiu assentar mais de 6.993 no seu primeiro ano no Planalto.

A tensão, enquanto isso, vai sendo incubada no campo e o cinturão de miséria aumenta a pressão ao redor das grandes cidades. Uma consulta nas estatísticas revela um quadro desesperador, em que os brasileiros moradores em favelas daram para ocupar um país duas vezes mais populoso do que Uruguai. Cerca de 8 milhões de domicílios do Brasil, situadas principalmente nas zonas rurais do Norte e do Nordeste, não têm sequer banheiro. A miséria agrária se relaciona ao lumpesinato urbano.

Todo esse terreno é fértil para os extremistas, os adeptos do confronto, os manipuladores profissionais, os que pretendem provar a inoperância e o desinteresse das autoridades, os partidários das invasões selvagens, os cultores do quanto pior melhor. Neutralizar o ardil desses provocadores é tarefa prioritária de um governo responsável.

Para os deserdados mudar-se para a cidade é sempre preferível a ficar no campo. Mas a aspiração dos migrantes de ter atendidas as demandas em educação, saúde, moradia, transporte e segurança acaba em frustração. Vê-se, hoje, que o governo deixou-se surpreender pelo agravamento crítico da dívida social que continua a ser indefinidamente negociada como se fosse de fato impagável.

A grande massa de deserdados deste País não pode continuar acampada no interior e nos arrabaldes das cidades à espera da votação laboriosa e interminável de reformas que esbarram em

liminares e destaques para votação em separado. As carências do brasileiro têm cronograma próprio, independente da lerdeza do burocrata, da obstrução da bancada amazônica ou da má vontade do ministro banqueiro.

Barris de pólvora como Açaílândia (MA), Água Preta (PE), Pedras de Fogo (PB), Canindé (SE), Prado (BA), Buritis (MG), Pontal do Paranapanema (SP), Rio Bonito do Iguaçu (PR) e Palmeira das Missões (RGS) devem ser desativados conforme a urgência. E não se trata de meramente distribuir terras, mas prover educação, saúde e assistência técnica ao produtor rural. Tudo dentro do estrito respeito à lei, como diz o programa eleito, mas também "com vontade de política e decisão".

Não há, como se vê, opção entre a iniciativa das reformas e a administração do pesado legado de injustiça social. Não se pode recusar prioridade ao que seria o "passado" e o "arcaico", pois este passado e este arcaico estão muito presentes no Brasil em quase todas as unidades da federação.

O fenômeno de "retardamento social" é um eufemismo sociológico para o descaso histórico e a negligência social com que enormes contingentes de ex-escravos foram tratados nos dias, anos e décadas que se seguiram à abolição da escravatura. O negro liberto, como se sabe, foi entregue à sua própria sorte a partir do dia 13 de maio de 1888 e a eles se juntaram os soldados retornados de Canudos para engrossar a primeira leva de desfavorecidos que inauguraram as favelas.

Este doloroso transplante que nos leva em marcha batida ao Brasil de Vigário Geral se consolidou à margem das reformas institucionais inspiradas em Rui Barbosa que aclimataram a República e o presidencialismo americano a uma nação de plantadores de café.

Os *institution builders* se sucederam desde então sem que as políticas públicas adotadas fossem capazes de reverter a dramática questão social brasileira. O massacre de Eldorado dos Carajás é mais uma luz vermelha que pisca com urgência a lembrar ao Presidente Fernando

Henrique Cardoso que ele foi eleito não só para fazer um Brasil estável, mas também mais justo.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 20.04.1996.)

LUCRATIVAS E ECOLÓGICAS

A política pública de transportes brasileira, nos últimos 30 anos, tem sido pouco racional. Embora o País disponha da segunda maior rede fluvial do Planeta, apenas 1% da carga, medida em tonelada-útil-quilômetro (TKU) flui pelas hidrovias interiores, em contraste com os índices dos países desenvolvidos, que têm construído magníficas obras de engenharia para aproveitamento integrado de seus rios e lagos.

A economicidade média deste modal, comparativamente à das rodovias, é da ordem de seis para um, computando-se o consumo do óleo diesel subsidiado, o menor custo do comboio de chatas em relação ao da frota de caminhões de igual capacidade e o menor dispêndio na implantação e na manutenção de uma hidrovia de igual porte.

Nossas estradas são vulneráveis às chuvas de Verão e ao tráfego intenso de carretas levando mercadorias que, racionalmente, caberiam ao modal hidroviário ou ferroviário.

A menor velocidade da embarcação não afeta o comércio do minério, do combustível, dos grãos, do aço, dos insumos agrícolas e industriais, principalmente agora que o real estancou a inflação.

A geografia do Brasil indica, para o sistema viário, a combinação racional dos quatro modais, o que não tem ocorrido, com estradas paralelas a rios navegáveis. Hoje, a rodovia transporta quase 60% da carga nacional, a ferrovia, 22%, a cabotagem, 15%, e a hidrovia, 1%.

De longa data, começando pelo Plano Bicalho de 1881, os engenheiros sensatos têm proposto o aproveitamento de nossos rios. Em 1971, o DNPVN realizou um estudo completo, cujos resultados foram incorporados à lei nº 5917/73, o Plano Nacional de Viação, ainda vigente.

Decorridos 22 anos, constata-se que, do previsto para as hidrovias, praticamente nada foi cumprido da lei, não obstante os dois choques do petróleo terem surpreendido o País montado no caminhão, após ter suprimido milhares de quilômetros de ferrovias.

Em 1989, a Portobrás elaborou a PNVNI num esforço para integrar a hidrovia ao gerenciamento dos recursos hídricos. Inovou, ao propor algumas ligações ferroviárias para transposição de divisores de água. A proposta de investimentos privilegiava especialmente a hidrovia Tietê—Paraná, enquanto o razoável, dentro do princípio federativo, seria um critério geograficamente mais distribuído, tendo como parâmetro o custo-benefício global, ou seja, adicionando-se à economicidade da hidrovia sua contribuição para a integração nacional e para a proteção ao meio ambiente.

A última vez em que a sociedade teve a oportunidade de discutir, pela imprensa, as vantagens da hidrovia, ocorreu em 1978, quando da escolha entre o rio Tocantins e a ferrovia Carajás—Itaqui, destinada ao escoamento do minério de ferro. A melhor profundidade da baía de São Marcos, no Maranhão, comparativamente à dos portos do estuário amazônico, foi o argumento utilizado pela tecnocracia, em favor da ferrovia de uso cativeiro.

Decorridos 15 anos, aparece mais uma oportunidade a favor daquela hidrovia e do rio Madeira. A solução natural para o transporte da produção agrícola do cerrado é o eixo Araguaia—Tocantins, com 2 mil quilômetros de extensão, até os portos de Belém, Vila do Conde e quantos outros se queria construir na baía de Marajó, todos mais próximos da Europa e da América do Norte. O Madeira é o caminho natural para a exportação da soja de Rondônia e do Noroeste de Mato Grosso.

O rio é um bem público. O cidadão, que pode carregar seu barco particular no trapiche da fazenda e navegar até o porto marítimo de exportação. Enquanto não existir eclusa, a transposição de algum trecho não navegável, ou do divisor de águas, se faz melhor de caminhão, operacionalmente mais flexível do que o trem.

Em nome do cumprimento das leis que aprovaram o Código de Águas e o Plano Nacional de Viação, há que se retomar a construção das eclusas de Tucuruí, onde já se despendem 25% de seu custo, até 1985, quando foi inexplicavelmente interrompida. A hidrovia Araguaiana—Tocantins vai alavancar a ligação multimodal ao ramo norte da Tietê—Paraná, unindo a grande São Paulo a Belém, pelo interior do País.

Estimamos que o dispêndio em transportes represente, pelo menos, 8% da produção nacional. Se racionalizarmos o sistema viário, de modo a tirar melhor proveito dos rios, economizarmos 500 milhões de reais anualmente, em cada 1% de TKU transferido da rodovia para a hidrovia. Um investimento total da ordem de 5 bilhões de reais geraria um retorno de 22 bilhões de reais, em 10 anos. Isto porque quase nada até hoje foi feito, e existem projetos a concluir, como o das eclusas de Jupiá, de Porto Primavera, de Tucuruí, de Boa Esperança.

As hidrovias, por contribuírem para a preservação do meio ambiente, mereceriam maior apoio do Banco Mundial, interessado em se redimir de equívocos cometidos em outros tempos.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 25.03.1996, e assinada por Milton Xavier de Carvalho Filho, oficial da reserva da Marinha.)

A NOSTALGIA DAS OSSADAS

"Uma revolução não é o mesmo que convidar alguém para jantar, escrever um ensaio, ou pintar um quadro... Uma revolução é uma insurreição, um ato de violência pelo qual uma classe derruba a outra."

Mao Tsé-Tung

Diria-me um amigo argentino, nos anos 60, que seu país, rico antes da Segunda Guerra, optara no pós-guerra pelo subdesenvolvimento e pelo terceiro-mundismo. E não se livraria dessa neurose enquanto não se livrasse de três complexos: o complexo da Madona, o fascínio das ossadas e a hipóstase da personalidade. Duas Madonas se tinham convertido em líderes políticos — Evita e Isabelita. As ossadas de Evita foram alternativamente seqüestradas e adoradas, exercendo absurdo magnetismo sobre a população. E a identidade nacional era prejudicada pelo fato de o argentino ser um italiano que fala Espanhol e gostaria de ser inglês... A Argentina parece ter hoje superado esses complexos. Agora, é o Brasil que importa (sem direitos aduaneiros como convém ao Mercosul) um desses complexos.

Os estrangeiros que abrem nossos jornais não podem deixar de se impressionar com o espaço ocupado pelas ossadas: as ossadas sexuais de PC Farias, as ossadas ideológicas dos guerrilheiros do Araguaia e as perfurações do esqueleto do capitão Lamarca! Ao invés de importarmos da Argentina a tecnologia de laticínios, estamos importando peritos em "arqueologia moderna", para cavoucar as ossadas do cemitério de Xambioá. Há ainda quem queira exumar cadáveres e ressuscitar frangalhos do desastre automobilístico que matou Juscelino, à procura de um assassino secreto. Em suma, estamos caminhando com

olhos fixos no retrovisor. E o retrovisor exibe cemitérios.

Na olimpíada mundial de violência, os militares brasileiros da revolução de 1964 não passariam na mais rudimentar das eliminatórias. Perderiam feio para os campeões socialistas, como Lenin, Stalin e Mao Tsé-Tung. Seriam insignificantes mesmo em face de atletas menores como Fidel Castro, Paul Pot, do Camboja, ou Mengistu, da Etiópia. Os 136 mortos ou desaparecidos em poder do Estado, ao longo das duas décadas de militarismo brasileiro, pareceriam inexpressivos a Fidel, que só na primeira noite pós-revolucionária fuzilou 50 pessoas num estádio. Nas semanas seguintes, na Fortaleza La Cabaña, em Havana, despachou mais 700 (dos quais 400 membros do anterior Governo). E ao longo de seus 37 anos de ditadura, estima-se ter fuzilado 10 mil pessoas. Isso em termos da população brasileira equivaleria a 150 mil vítimas. Tiveram que fugir da ilha, perecendo muitos afogados no Caribe, 10% da população, o que, nas dimensões brasileiras, seria equivalente à população da Grande São Paulo. Definitivamente, na ginástica do extermínio, os militares brasileiros se revelaram singularmente incompetentes. Também em matéria de tortura nossa tecnologia é primitiva, se comparada aos experimentos fidelistas no Combinado del Este, na Fortaleza La Cabaña e nos campos de concentração de Aguica e Holguín. Em La Cabaña havia uma forma de tortura que escapou à imaginação dos alcaguetes da ditadura Vargas ou dos "gorilas" do período militar: prisioneiros políticos no andar de baixo recebiam a descarga das latrinas das celas do andar superior.

O debate na mídia sobre os guerrilheiros do Araguaia precisa ser devidamente "contextualizado" (como dizem nossos sociólogos de esquerda). Sobretudo em benefício dos jovens que não viveram aquela época conturbada. A década dos 60 e o começo dos 70 foram marcados mundialmente por duas características: uma guinada

mundial para o autoritarismo e o apogeu da Guerra Fria. Basta notar que um terço das democracias que funcionavam em 1956 foi suplantado por regimes autoritários nos principais países da América Latina, estendendo-se o fenômeno à Grécia, à Coréia do Sul, a Taiwan, a Cingapura e à própria Índia, onde Indira Ghandi criou um período de exceção. Na América Latina a lastrou-se o que o sociólogo O'Donnell chamou de "autoritarismo burocrático". O refluxo da onda democrática só viria nos anos 80, que assistiu também à implosão das ditaduras socialistas.

Uma segunda característica daqueles anos foi a agudização do conflito ideológico. Na era Kennedy (1961-1963), que eu vivenciei como embaixador em Washington, houve nada menos que duas ameaças de conflito nuclear. Uma, em virtude do ultimato de Kruchev sobre Berlim e, outra, a crise dos mísseis em Cuba. Em meados da década viria a tragédia do Vietnam.

É nesse contexto que deve ser analisado o episódio dos guerrilheiros do Araguaia e da morte de Lamarca. Não se tratava de escoteiros, fazendo piqueniques na selva com canivetes sufocados. Eram ideólogos enraivecidos, cuja doutrina era o "foquismo" de Che Guevara: criar focos de insurreição, visando a implantar um regime radical de esquerda. Felizmente fracassaram e isso nos preservou do enorme potencial de violência acima descrito. Durante nossos "anos de chumbo", não só os guerrilheiros sofreram — 104 militares, policiais e civis, obedecendo ordens de combate ou executados por terroristas, perderam a vida. Sobre esses há uma conspiração de silêncio e, obviamente, nenhuma proposta de indenização. Qualquer balanço objetivo do decênio 1965/1975 revelará que no Brasil houve repressão e desenvolvimento econômico (foi a era do "milagre brasileiro"), enquanto que nos socialismos terceiro-mundistas e no Leste Europeu houve repressão e estagnação.

É também coisa de polítólogos românticos

pensar que a revolução de 1964 nada fez senão interromper um processo normal de sucessão democrática. A opção, na época, não era entre duas formas de democracia: a social e a liberal. Era entre dois autoritarismos: o de esquerda, ideológico e raivoso, e o de direita, encabulado e biodegradável. Hoje se sabe, à luz da abertura de arquivos, que a CIA e a KGB (que em tudo discordam) tinham surpreendente concordância na análise do fenômeno brasileiro: o Brasil experimentaria uma interrupção no processo democrático de substituição de lideranças. Reproduzindo o paradigma varguista, Jango Goulart, pressionado por Brizola, queria também seu "Estado Novo". Apenas, com sinais trocados: uma república sindicalista. As embaixadas estrangeiras em Washington, com as quais eu mantinha relações como embaixador brasileiro, admitiam, nos informes aos respectivos governos, três cenários para a conjuntura brasileira: autoritarismo de esquerda, prosseguimento da anarquia peleguista, com subsequente radicalização, ou guerra civil de motivação ideológica. Ninguém apostava num desenlace democrático...

Parece-me também surrealista a atual romantização pela mídia (com repercussões no Judiciário) da figura do capitão Lamarca, que as Forças Armadas consideraram um deserto e terrorista. Ele faz muito melhor o perfil de executor do que de executado. Versátil nos instrumentos, ele matou a coronhadas o Tenente Paulo Alberto, aprisionado no Vale da Ribeira, fuzilou o capitão americano Charles Chandler, matou com uma bomba o Sargento Mário Kozel Filho, abateu com um tiro na nuca o guarda-civil Mário Orlando Pinto, com um tiro nas costas o segurança Delmo de Carvalho Araújo e procedeu ao "justiçamento" de Mário Leite Toledo, militante do Partido Comunista que resolvera se arrepender. Aliás, foram 10 os "justiçados", pelos seus próprios companheiros de esquerda. Se o executor acabou executado nos sertões da Bahia é matéria controvérsia. Os laudos periciais revelam vários ferimentos, mas nenhum deles oriundo de técnicas

eficientes de execução que o próprio Lamarca usara no passado: tiro na nuca (metodologia chinesa), tiro na cabeça (opção stalinista) ou fuzilamento no coração (método cubano). As Forças Armadas têm razão em considerar uma profanação incluir-se Lamarca na galeria de heróis.

As décadas de 60 e 70, no auge da Guerra Fria, foram épocas de imensa brutalidade. Merecem ser esquecidas e esse foi o objeto da Lei de Anistia, que permitiu nossa transição civilizada do autoritarismo para a democracia. Deixemos em paz as ossadas. Nada tenho contra a monetização da saudade, representada pela indenização às famílias das vítimas. Essa indenização é economicamente factível no nosso caso. Os democratas cubanos, quando cair a ditadura de Fidel Castro, é que enfrentariam um problema insolúvel se quisessem criar uma "Comissão Especial" para arbitrar indenizações aos desaparecidos. Isso consumiria uma boa parte do minguado PIB cubano!

Nosso problema é saber se a monetização da saudade deve ser unilateral, beneficiando apenas as famílias dos que se opunham à Revolução de 1964. Há saudades, famílias e ossadas de ambos os lados.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 04.08.1996, e assinada pelo Deputado Roberto Campos.)

DE VILÃO A HERÓI

Afinal, leio um artigo repleto de bom senso sobre o Capitão Lamarca. Walter Fontoura, em *O Globo*, fez a diferença exata entre anistia e a tentativa de transformar o vencido no vencedor. Num retrospecto breve, mas ilustrativo, mostrou o revolucionário que traiu o juramento de oficial, enganou seu comandante que acreditou em sua palavra, furtou armamento de sua unidade de infantaria e praticou crimes

hediondos, para concluir que "terrorista só vira guerrilheiro quando ganha a guerra, e Lamarca perdeu".

O Globo não pode ser acusado de reacionário defensor dos privilégios burgueses. Sua linha de conduta tem sido generosa para com os vencidos pelas armas nos anos tumultuados desde 1964 até o esmagamento da guerrilha do Araguaia, no governo Geisel. Há, até, quem veja, na transformação de jornal de antes e durante o autoritarismo, em *O Globo* de hoje, uma forma inteligente e não muito discreta de autocritica, tal o farto espaço aberto aos que antes eram duramente criticados pelo grande matutino carioca. Assim, não cabe dizer que, abrigando o artigo de seu diretor de sucursal de São Paulo, esteja voltando ao passado recente, quando revolucionários e oposicionistas ao regime autoritário de 1964 o apelidavam de *The Globe*, insinuando a sua dependência (nunca existente) dos favores dos governantes e a vinculação (maldosamente divulgada) aos interesses estrangeiros capitalistas.

Quando Walter Fontoura fala de prática de "crimes hediondos" por parte de Lamarca, não exagera. Está, segundo a definição de nossas leis, a partir da Constituição, que têm o terrorismo e a tortura como crimes hediondos. Quem pode negar que Lamarca, assim como Marighella aplicaram, na guerrilha, o princípio do terrorismo, que "Che" Guevara condenava? Sequestro não é terrorismo? Carro-bomba que estraçalhou o corpo de uma sentinela e feriu vários outros não é terrorismo?

Já se disse — e é indesmentível — que a Contra-Revolução de 1964 venceu seus opositores pelas armas, mas perdeu arrasadoramente a batalha de comunicação. A anistia, que se presupunha sinônimo de esquecimento, para a concórdia da família brasileira, é repudiada pelos vencidos. De muitos deles, leio que, ao contrário de esquecer, é preciso lembrar, relembrar, denunciar o "passado horroroso".

O articulista só terá exagerado quando fala de uma possível promoção de Lamarca a general. Será, porém, completo exagero? O Capitão Sérgio, do episódio duvidoso do Parasar, não foi

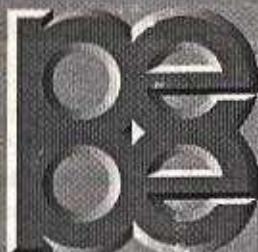
promovido a brigadeiro? Se não tinha o pré-requisito indispensável, que era o curso da Escola de Estado-Maior, faltava-lhe a habilitação ao generalato, de resto incerto mesmo para os que o tinham, pois o oficial-general das Forças Armadas é produto de uma escolha arbitrária do Presidente da República. Nenhum coronel, nenhum capitão de mar-e-guerra formados por suas escolas de Estado-Maior têm a promoção garantida.

O Dr. Getúlio Vargas, que anistiu Carlos Prestes, e o fez apenas parcialmente, esse sim poderia ter promovido o mítico Cavaleiro da Esperança a general. Se considerasse que todos os tenentes de 1924 a 1930, como Juarez, Cordeiro de Farias e Juracy Magalhães, entre outros, atingiram o generalato. Ainda que sem o curso essencial, poder-se-ia supor, pela lei das probabilidades, que o líder deles todos chegaria a general, em "condições normais de temperaturas e pressão" ... Ao contrário do esperado por todos os seus companheiros, Prestes negou-se a chefiar militarmente a Revolução de 30, por já estar conquistado para o comunismo, coerente que sempre foi. Eu imagino, agora, a revolta que ele teria se imaginasse que um dia a sua convicção ideológica, que o levou ao exílio e às agruras da atividade clandestina, à prisão e ao sacrifício cruel de sua Olga, tudo isso seria objeto de uma compensação pecuniária, no valor entre 100 mil e 150 mil reais...

A fala oficial do governo já se fez ouvir com a maior clareza: não interessa se Lamarca (analogicamente Marighella) foi deserto e praticou o que provavelmente praticou, mas sim a forma pela qual foi morto: se em combate, se executado sem defesa. Proventos de coronel (sem ele ter feito a Escola de Aperfeiçoamento) já recebem seus familiares.

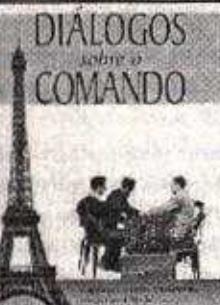
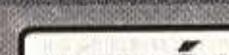
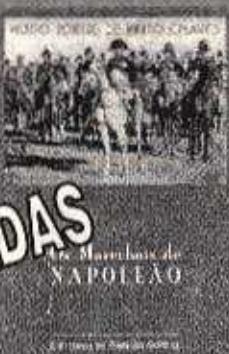
Lamarca não é, à luz do Estado democrático e justo de hoje, o terrorista, mas o guerrilheiro. Venceu a guerra, depois de morto.

(Reprodução de matéria publicada no *Correio Braziliense*, edição de 06.07.1996, e assinada pelo ex-governador, ex-ministro e ex-senador, Coronel Jarbas Passarinho.)



SEJA ASSINANTE DA
BIBLIEC
E RECEBA SEMPRE BONS LIVROS

Programação Editorial 96



**ASSINATURA ANUAL
PARA 1996**

R\$ 120,00

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20221-260 - Rio de Janeiro - RJ

FAÇA SUA ASSINATURA POR TELEFONE
SECÇÃO DE ASSINANTES
Tel.: 55 (021) 253-4637

FURNAS - ENERGIA DE MUITAS GERAÇÕES



FURNAS - Centrais Elétricas S.A. é a empresa de economia mista que, como principal acionista, é a ELETROBRAS.

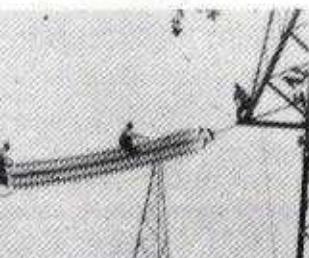
Sua missão é oferecer energia elétrica com condições de preço e qualidade realmente competitivos e assegurar o funcionamento da malha de transmissão da região em que atua, usando tecnologias adequadas e respeitando o ambiente.

A Empresa foi criada em 1957 com o objetivo de construir e operar a primeira grande usina hidrelétrica do Brasil (Usina Hidrelétrica de Furnas), da qual guardou o nome.

FURNAS é responsável pelo suprimento à área mais desenvolvida e povoada do Brasil, abrangendo a Região Sudeste e parte do Centro-Oeste. Aí vivem 67 milhões de pessoas, que correspondem a quase metade da população brasileira. Nela se encontra 65% do Produto Interno Bruto e 64% da produção industrial do Brasil, e são consumidos 63% da energia gerada no país.

Atualmente, FURNAS opera sete usinas hidrelétricas, três termelétricas convencionais (derivados de petróleo) e uma nucleelétrica, que totalizam 8123 MW instalados. Além disso, a Empresa é responsável pela transmissão da parcela destinada ao Brasil da energia elétrica gerada pela Usina Binacional de Itaipu.

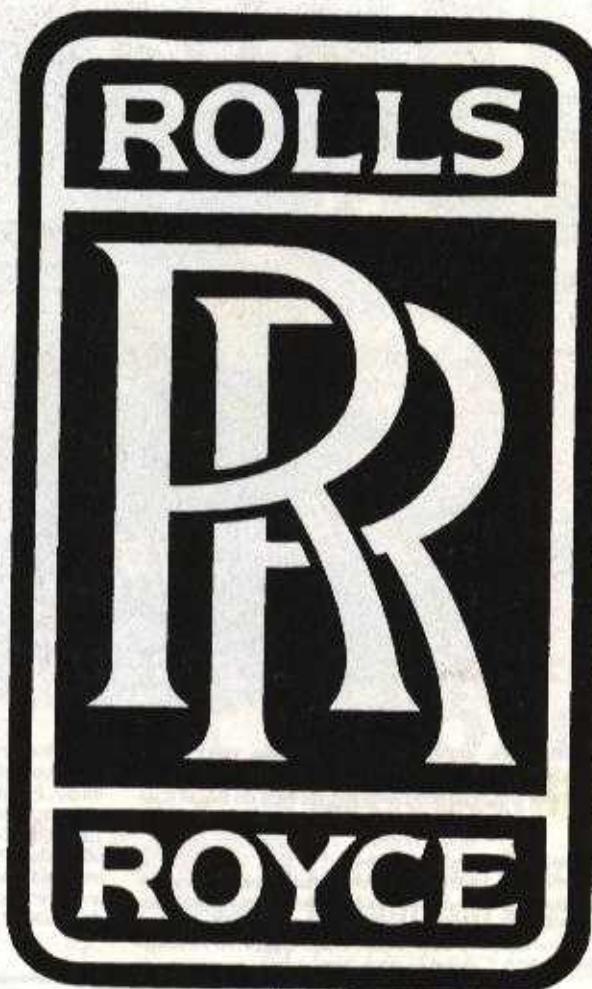
Para transmitir a energia gerada em suas usinas e aquela proveniente de Itaipu, FURNAS dispõe de um sistema composto de 38 subestações e mais de 13 mil quilômetros de linhas, nas tensões de 138 a 750 kV, em corrente alternada, além de 1600 quilômetros de linhas em corrente contínua, na tensão de ± 600 kV.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Eletrobrás  Centrais Elétricas Brasileiras

FURNAS  CENTRAIS ELÉTRICAS SA



Rolls-Royce - 30 anos fornecendo à Marinha Brasileira turbinas para helicópteros e para propulsão de navios.

Rua Voluntários da Pátria, 45 Sala 1006
Botafogo - Rio de Janeiro-RJ - CEP 22270-000



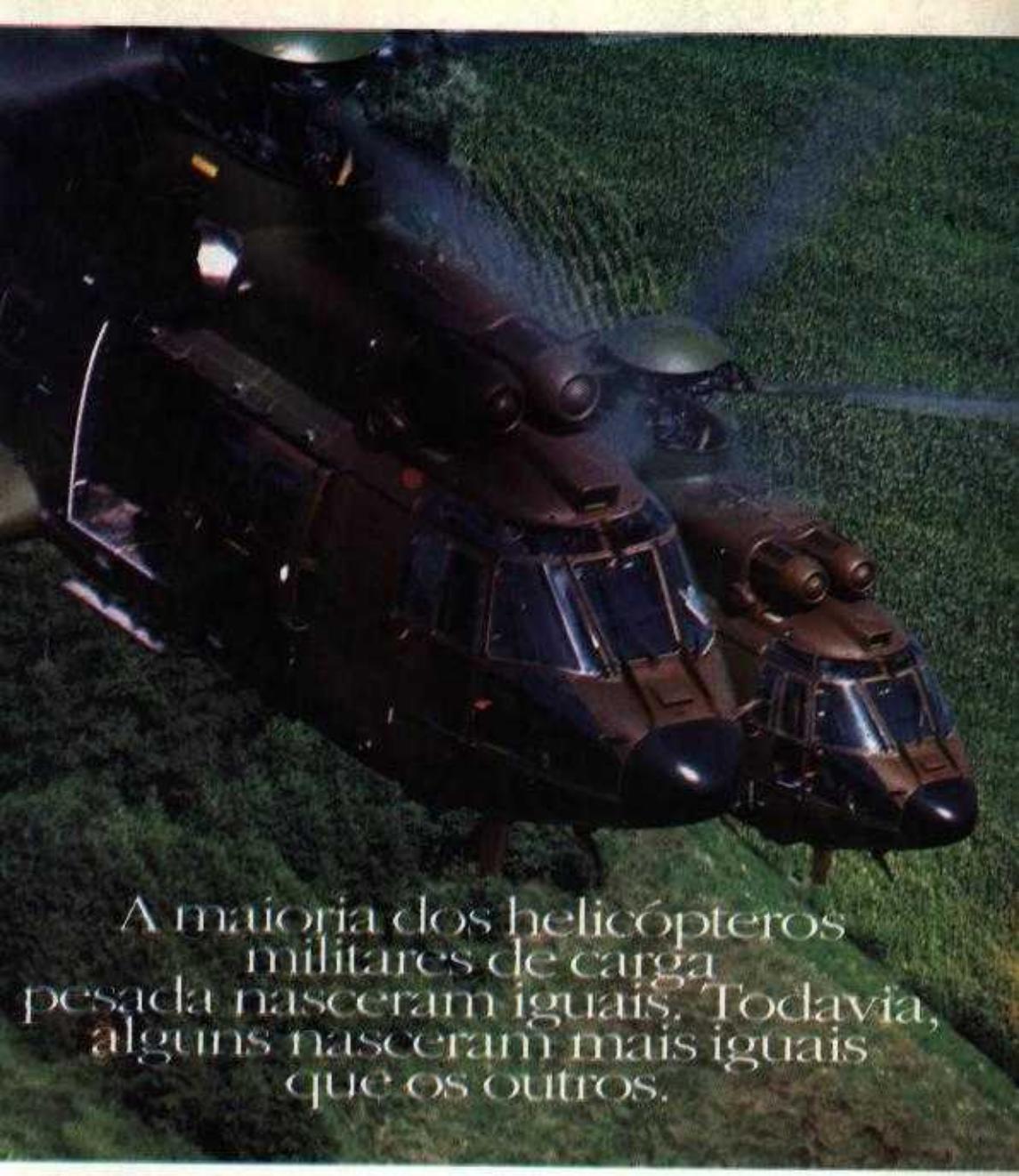
**NÃO É SÓ A MARINHA,
O EXÉRCITO E A AERONÁUTICA
QUE ESTÃO EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL.**

No Amazonas, a Petrobras faz o exclusivo abastecimento por barcaças. Levando combustível para as cidades mais distantes daquela região. E transportando óleo de suas unidades de pro-



PETROBRAS

dução para a refinaria de Manaus. Mas isso é só um exemplo para ilustrar o que todo mundo já sabe: só a Petrobras garante o abastecimento em todo o território nacional.



A maioria dos helicópteros militares de carga pesada nasceram iguais. Todavia, alguns nasceram mais iguais que os outros.

Somente um programa de helicópteros de carga pesada oferece ao Exército Brasileiro a potência e a flexibilidade necessárias para enfrentar seus desafios de defesa nacional, hoje e nos anos que vêm.

Apresentando o **Cougar MK2** nova geração da Eurocopter. É só olhar alguns dos pontos que o tornam único:

O Cougar MK2 pode transportar até 29 soldados

completamente equipados, oferecendo duas vezes mais mobilidade aérea que seu melhor concorrente.

O Cougar MK2 pode carregar até cinco toneladas de carga na cabine que é 50% mais espaçosa que a de seu rival mais próximo.

O Cougar MK2 pode cobrir uma distância de até 1.200 milhas náuticas sem reabastecer. É a mesma coisa do que um voo Brasília-Manaus sem escalas.

O Cougar é capaz de se defender sozinho e pode também ser equipado de 2 canhões de 20 mm em casulos ou de lançadores de foguetes.

Conclusão? Alguns helicópteros de carga pesada foram criados para ser meramente iguais.

Mas o Cougar foi concebido com algo mais na cabeça. Superioridade.



We're listening.